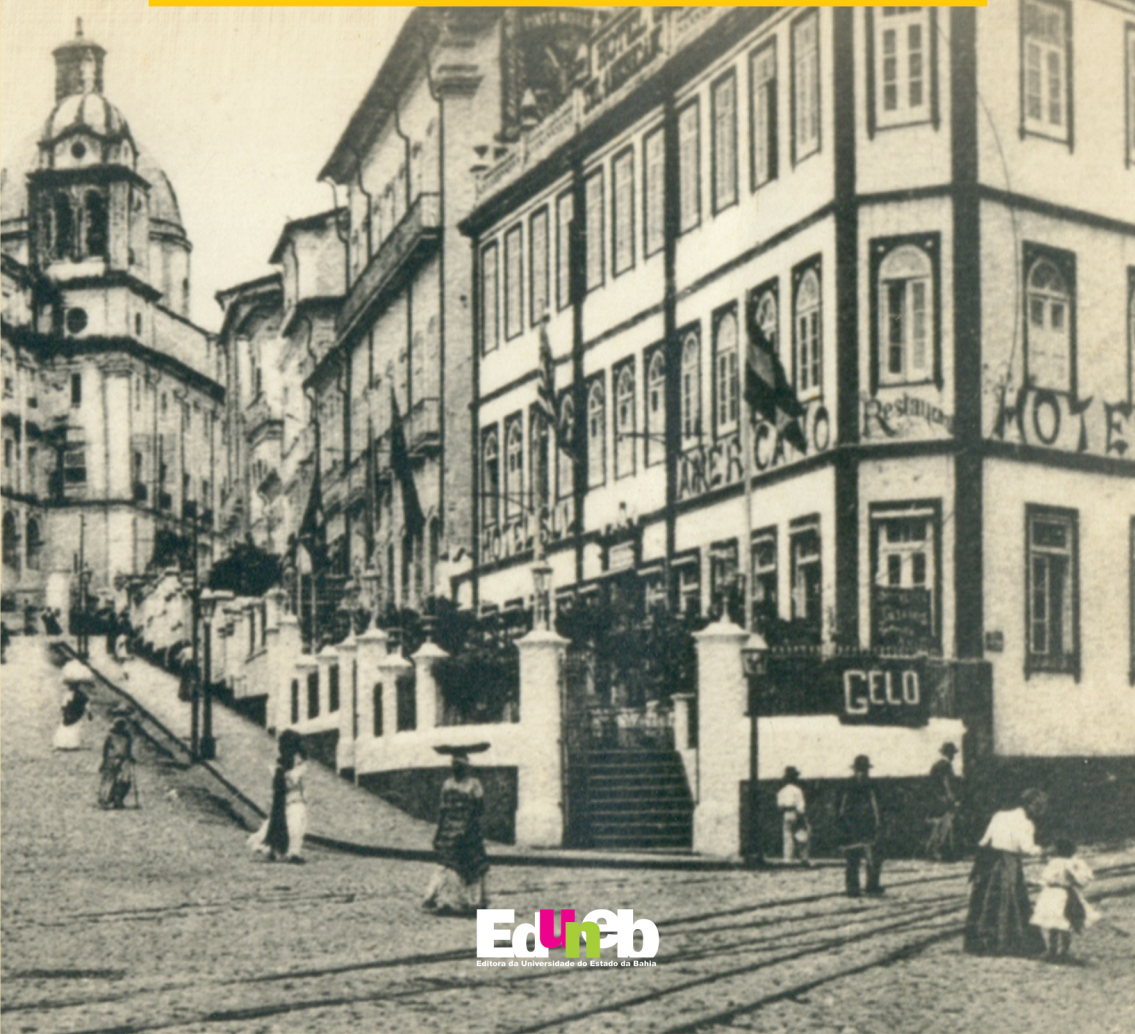


Claudia Andrade Vieira

Imagens reveladas, diferenças veladas

relações de gênero na dinâmica do espaço
público na cidade do Salvador, Bahia



IMAGENS REVELADAS, DIFERENÇAS VELADAS



Universidade do Estado da Bahia - UNEB

José Bites de Carvalho

Reitor

Carla Liane N. dos Santos

Vice-Reitora



Editora da Universidade do Estado da Bahia - EDUNEB

Diretora

Sandra Regina Soares

Conselho Editorial

Atson Carlos de Souza Fernandes

Liege Maria Sitja Fornari

Luiz Carlos dos Santos

Maria Neuma Mascarenhas Paes

Tânia Maria Hetkowski

Suplentes

Edil Silva Costa

Gilmar Ferreira Alves

Leliana Santos de Sousa

Mariângela Vieira Lopes

Miguel Cerqueira dos Santos

CLAUDIA ANDRADE VIEIRA

IMAGENS REVELADAS, DIFERENÇAS VELADAS
Relações de gênero na dinâmica do espaço público na
cidade do Salvador, Bahia

Salvador
EDUNEB
2017

© 2017 Autora

Direitos para esta edição cedidos à Editora da Universidade do Estado da Bahia.
Proibida a reprodução total ou parcial por qualquer meio de impressão, em forma idêntica,
resumida ou modificada, em Língua Portuguesa ou qualquer outro idioma.
Depósito Legal na Biblioteca Nacional.
Impresso no Brasil em 2017.

Coordenação Editorial

Nerivaldo Alves Araújo

Coordenação de Design, Diagramação e Capa

Sidney Silva

Revisão

Renaielma Queiroz Suzart

Normalização

Ricardo Baroud

Revisão de Provas

Eumara Maciel

George Luís Cruz Silva

Ficha Catalográfica - Sistema de Bibliotecas da UNEB

Bibliotecária: Fernanda de Jesus Cerqueira – CRB 162-5

Vieira, Claudia Andrade

Imagens reveladas, diferenças veladas: relações de gênero na dinâmica
do espaço público na cidade do Salvador, Bahia/ Claudia Andrade Vieira. –
Salvador: EDUNEB, 2017.

359 p.: il.

ISBN 978-85-7887-339-4

Mulheres - História. 2. Mulheres e sociedade. 3. Gênero. I. Título.

CDD: 305.43677

Editora da Universidade do Estado da Bahia – EDUNEB

Rua Silveira Martins, 2555 – Cabula

41150-000 – Salvador – BA

editora@listas.uneb.br

www.uneb.br

Esta Editora é filiada à



SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	9
PREFÁCIO	11
INTRODUÇÃO	19
AS MULHERES NA HISTÓRIA CULTURAL DO URBANO	39
AS DESIGUALDADES NO ESPAÇO URBANO: O USO DOS CONCEITOS E DAS CATEGORIAS TEÓRICAS	40
OS CAMINHOS DA PESQUISA	73
O USO DE IMAGENS COMO TESTEMUNHO HISTÓRICO	79
FRONTEIRAS DE GÊNERO NO URBANISMO MODERNO	97
A GÊNESE DO URBANISMO MODERNO	100
AS ASSIMETRIAS DE GÊNERO NAS TEORIAS: UMA ABORDAGEM CRÍTICA FEMINISTA	114
OS SUJEITOS NO URBANISMO	121
A CIDADE DO SALVADOR COMO ESPAÇO DEMARCADO PELO GÊNERO	131
FORMAÇÃO HISTÓRICA DA CIDADE DO SALVADOR: ALGUNS ASPECTOS ENCOBERTOS DA HISTÓRIA	136
CIDADE AMPLIADA, MULHERES ADESTRADAS ENTRE RUELAS, BECOS E LADEIRAS... VESTÍGIOS DE MULHERES NA CIDADE	162

ENTRE DISCURSOS, IMAGENS... RELAÇÕES DE GÊNERO NA CIDADE DO SALVADOR	195
OS VENTOS DO PROGRESSO NA ANTIGA SALVADOR	200
RELAÇÕES DE GÊNERO NA DINÂMICA DOS LUGARES	214
NOVAS REPRESENTAÇÕES FEMININAS SOBRE RELAÇÕES ARCAICAS	244
AS MULHERES EM PÚBLICO, AS MULHERES EM AÇÃO	267
CONVENTOS: ESPAÇO DE ORGANIZAÇÃO E DE ATUAÇÃO DE MULHERES	274
CAMINHOS INSCRITOS NO ESPAÇO PÚBLICO	285
A CONSTRUÇÃO DE NOVAS VIAS DE ACESSO AO ÂMBITO PÚBLICO	299
OLHARES FEMININOS, EXPRESSÕES DA VIDA PÚBLICA	311
LUGAR DE MULHER É EM CASA?	324
FONTES	337
ICONOGRÁFICAS	337
DADOS DEMOGRÁFICOS	338
IMPRESSAS	339
REFERÊNCIAS	343

A todas as mulheres que, na recusa às normas impostas, partiram, de modo consciente, para traçar novos caminhos alimentando sonhos e a esperança de uma sociedade mais igualitária.

AGRADECIMENTOS

A realização de um sonho, por vezes, requer grande esforço e paciência. Esta obra, fruto da minha pesquisa de doutorado, exigiu, particularmente, um longo e penoso processo de doutoramento que envolveu criar, fazer, acontecer, mudar a direção, recomeçar, recriar, refazer e permanecer firme até a última etapa, para conseguir a finalização dessa obra. Neste percurso, eu contei com a participação e com o apoio de diversas pessoas, em diferentes formas e momentos, fundamentais para a sua materialização.

Em primeiro lugar, um agradecimento especial à minha querida Professora, Orientadora e grande referência, Ana Alice Alcântara Costa, *in memoriam*. A minha eterna gratidão!

Às professoras que marcaram a minha formação: Anete Araújo, Cecília Sardenberg, Márcia Macedo e Ângela Maria Freire.

À Universidade do Estado da Bahia (UNEB), por ter me liberado das atividades docentes para a realização do Doutorado e, posteriormente, pela oportunidade desta publicação através da EDUNEB.

À Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia (FAPESB), pela bolsa de estudos.

Eu entendo que a nossa caminhada é também feita de muito afeto e, nesse percurso, agradeço imensamente a minha mãe, Wânia; a minha avó, Nildéia; a meus tios, Carlos Henrique e Mariluce; e a Nilza que estiveram sempre ao meu lado, presenteando-me com doses diárias de amor, conforto e compreensão.

À Ricardo Batista, Gustavo Franco, Jorima Valoz, Márcia Barreiros e Fátima Dias, pela amizade carinhosa, pelos apoios diversos, incentivo e diálogos constantes.

À turma do PPGNEIM, que marcou um momento de recomeço, imprimindo novos sentidos: Cândida Ribeiro, Andréa Pacheco, Nereida Mazza, Jayce Callou, Natália Silveira, Letícia Ferreira, Dalila Santos, Eduardo Oliveira, Carla Akotirene, Carla Batista, Jussara Costa e Jalusa Arruda.

Por fim, muito obrigada a tod@s que contribuíram de diferentes formas neste percurso!

PREFÁCIO

Creio ter sido no início dos anos 1990 que Claudia Andrade Vieira, à época ainda aluna de graduação em História na Universidade Católica do Salvador, se aproximou pela primeira vez do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM/UFBA), minha ‘casa’ na Bahia desde sua fundação, em 1983. Trazida pelas mãos de Ana Alice Alcântara Costa, sua futura orientadora na tese que deu origem a este livro, Claudia logo se integrou ao grupo de jovens estudantes que participavam conosco de projetos de iniciação científica. Anos mais tarde, quando desenvolvia sua dissertação de mestrado sobre ‘feminismos na Bahia’, a ser defendida na Pontifícia Universidade Católica – PUC de São Paulo, Claudinha marcou presença em nossos eventos, trazendo sua contribuição para pensarmos melhor o feminismo da chamada ‘primeira onda’. Mais recentemente, Claudinha veio concluir seu doutorado conosco no PPGNEIM, o Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos do NEIM/UFBA, tendo sido minha aluna em diferentes disciplinas e me honrado convidando-me para integrar a banca de defesa de sua brilhante tese de doutorado.

Como testemunha dessa bem sucedida trajetória acadêmica de Claudia Andrade Vieira, é, pois, um imenso prazer, para mim, ser chamada também a prefaciá-lo este seu livro. Ainda mais quando se trata de um trabalho inovador e de alta qualidade e relevância, tanto para a historiografia baiana, quanto para os estudos feministas, com destaque para esse novo campo que aqui se descortina – o urbanismo feminista. Um trabalho que traz um olhar apurado pela crítica feminista, a partir do qual se descortinam as hierarquias

de gênero institucionalizadas na construção do espaço urbano da Cidade do Salvador, Bahia.

Trata-se, sem dúvida, de um trabalho que há muito já se fazia necessário aos estudos feministas na Bahia – ou mesmo para o Brasil como um todo. Não custa lembrar que, tal qual bem apontou Nancy Frazer,¹ a dominação de gênero é fenômeno multidimensional, imbricado em todos os aspectos da vida social – na economia política e na cultura política, em aparelhos estatais e na esfera pública –, atravessando as unidades domésticas, redes de parentesco e toda a gama de instituições que constituem a sociedade civil. Ele se faz presente em todas as esferas de produção cultural e ideológica, na produção do saber e da vida material e simbólica, se manifestando na vida cotidiana, no exercício da sexualidade, na reprodução, na construção dos desejos, gostos, e *habitus*. Ademais, a dominação de gênero infusa as identidades pessoais e coletivas, as afinidades e antagonismos sociais e o senso comum, se expressando em toda e qualquer arena e nível da vida social, sendo sempre intersectada por outras matrizes de poder e estratificação, a saber, classe, raça/etnia, sexualidade, nacionalidade e idade/geração dentre outras.² Por isso mesmo, é totalmente justificável pensar como tal fenômeno se revela na construção do espaço urbano, principalmente quando se tem em conta que os estudos urbanistas no Brasil têm se mostrado, quase sempre, cegos no tocante a gênero.

De fato, partindo de uma discussão sobre crítica feminista ao androcentrismo na produção de conhecimentos, Claudia nos

¹ FRASER, Nancy. Pragmatism, feminism, and the linguistic turn. In: NICHOLSON, Linda et al. **Feminist contentions: a philosophical exchange**. New York; London: Routledge, 1999. p. 158-159.

² SARDENBERG, Cecilia. Da transversalidade à transversalização de gênero. In: ALVES, Ivya et al. (Org.). **Travessias de gênero na perspectiva feminista**. Salvador: NEIM, Edufba, 2010. v. 1, p. 15-30. (Coleção Baianas, 12).

mostra como tal viés androcêntrico se faz presente ainda hoje nesse campo de estudos. Razão pela qual é preciso valer-se de epistemologias feministas com vistas a construir um pensamento possível e necessário sobre a cidade, que possa nos instrumentar na identificação e análise de onde e como as relações de gênero deixam suas marcas no espaço urbano. Nesse intuito, Claudia nos leva a percorrer o caminho traçado por autoras preocupadas com a relação gênero e espaço urbano, a exemplo de Dolores Hayden, geógrafa especialista na história do planejamento urbano e autora de *The Grand Domestic Revolution* (1981),³ obra pioneira em que são tecidas importantes considerações sobre a ‘cidade feminista’ e como chegar a ela.

Em especial, Hayden desenvolve uma crítica feminista à forma em que uma determinada ordem de gênero e econômica – que poderíamos caracterizar como patriarcal e capitalista – constrói o meio ambiente urbano, de sorte a produzir planos habitacionais pouco flexíveis, sistemas de transporte que dificultam as idas e vindas das mulheres trabalhadoras, carência de creches comunitárias ou de baixo custo, projetos arquitetônicos de moradias que dificultam uma divisão mais igualitária do trabalho doméstico e um zoneamento urbano que reproduz uma ordem de gênero “regressiva”, dentre outras questões.⁴ Hayden encadeia essa discussão dentro da perspectiva de que o espaço é socialmente construído e, em especial, dividido em público e privado, esferas essas “gendradas” sendo a pública identificada com o masculino e a privada com o feminino,

³ HAYDEN, Dolores. **The grand domestic revolution**: a history of feminist design for American homes, neighborhoods and cities. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1981.

⁴ Disponível em: <<http://messurbanism.blogspot.com.br/2012/09/normal-0-false-false-false-en-us-x-none.html>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

e separadas por uma rígida linha de demarcação hierárquica entre elas e entre as atividades nelas desenvolvidas.

Comentando sobre tal divisão em uma recente entrevista,⁵ por exemplo, a urbanista francesa Edith Maruéjols destacou que a presença masculina no espaço público é institucionalizada com a construção de equipamentos e instalações que são ‘simbolicamente masculinos’ e usados predominantemente por homens. Isso concorre para que se estabeleça um valor desigual, com mais instalações ditas ‘masculinas’; uma redistribuição desigual, com fundos públicos sendo usados para atividades primordialmente ‘masculinas’; e um acesso desigual, com mulheres e meninas tendo menos equipamentos e instalações para seu uso.

Mas, ainda que compartilhando da noção dessas autoras de que o espaço urbano é socialmente (e hierarquicamente) gendrado, Claudia Andrade Vieira questiona se, de fato, “existe uma clara fronteira entre o público e o privado”, argumentando que, muitas vezes, a suposta linha de demarcação entre essas esferas se mostra, ao invés, tênue e móvel. Para ela, não se pode tomar essa divisão como dada, mas antes problematizar o lugar das mulheres no espaço público da cidade, perguntando: “Quais as fronteiras, limites e possibilidades das mulheres na relação com o espaço público? Quais os lugares possíveis para o desempenho das atividades profissionais e de trabalho?”

Ela ressalta ainda que os espaços da rua, do bairro, da cidade como um todo são demarcados não apenas por gênero, mas também por assimetrias de raça e classe, de sorte que mulheres diferentemente situadas nas intersecções desses marcadores sociais

⁵ Disponível em: <<http://urban-obs.com/gender-in-the-city-interview-with-edith-maruejols/>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

se relacionam com o espaço público e nele se movimentam de forma diferenciada, umas sempre mais vulneráveis do que outras, a depender do contexto específico.⁶ É preciso, pois, mapear a ‘presença e ausência’ das mulheres assim diferenciadas no espaço urbano e suas respectivas vulnerabilidades, tarefa essa desenvolvida por Claudia com cuidadosa desenvoltura no que se refere ao Centro Antigo da Cidade de Salvador, durante as primeiras décadas do século XX.

Tratamos, portanto, de um trabalho também no campo do “urbanismo histórico” que se vale de uma miríade de fontes, inclusive fotos e postais do Centro de Salvador no período em questão, procurando, por meio delas, detectar a presença feminina, ou seja, as “imagens reveladas” das mulheres no espaço público. Nesse intuito, observa-se, porém, as “diferenças veladas”: a confinação das mulheres de elite no espaço doméstico, “privado”, mas, ao mesmo tempo, a firme presença das “mulheres do povo”, mulheres negras, trabalhando nas ruas da cidade. Uma presença já verificada nas obras de Luis Vilhena, sobre a Bahia no século XVIII, nas de Kátia Mattoso e em trabalhos mais recentes, alguns até mesmo já inspirados por um olhar feminista!

Claudia nos proporciona uma re-visita a essas obras já consagradas, mas, agora, vislumbrando-as com lentes de gênero, que nos permitem encontrar as mulheres onde antes não pareciam estar: “entre ruelas, becos e ladeiras”, ou mesmo em ‘ruas estreitas e caminhos tortuosos’, marcando sua presença na “trama urbana”, ainda que em espaços delimitados. A partir da virada do século (XIX para XX), em especial, a dita “clausura doméstica” será rompida, mas

⁶ SARDENBERG, Cecilia. Caleidoscópios de gênero: gênero e interseccionalidades na dinâmica das relações sociais. **Mediações**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 56-96, jul./dez. 2015.

como ressalta a autora, com um lento “deslocamento de fronteiras”, demarcado por diferenciações de classe.

Para as mulheres das camadas mais abastadas, tal deslocamento se dará para o lazer, em espaços de sociabilidade específicos, tal como o “Ponto Chic”, ou em função do consumo no comércio varejista, “em estabelecimentos cobertos e nas lojas, em uma rede fechada, ordenada e regulamentada,” ou, ainda, como parte da sua inserção na educação e no ensino, em escolas seletas para as elites e, mais tarde, pela escrita, com a publicação de artigos em periódicos femininos.

Já para os segmentos femininos das camadas médias e populares, a presença no espaço público estará ligada às estratégias de sobrevivência, em uma economia que “não oferecia alternativas formais de emprego.” Sua presença se fará marcante, porém, no comércio de rua e nas feiras livres, ou no seu trajeto e afazeres como “lavadeiras, cozinheiras, arrumadeiras, chapeleiras, costureiras, professoras e vendedoras de todo tipo de comida...”. Contudo, sua presença nas ruas ainda será motivo para depreciação e desqualificação como mulheres, já que, simbolicamente, a rua permanecia como espaço dito “masculino”.

Com efeito, a questão da “legitimidade simbólica” da rua como domínio masculino permanece, até os dias de hoje, principalmente quando se considera o horário: a noite continua sendo do domínio masculino, por excelência. Conforme considerou Edith Maruéjols (minha tradução) na entrevista previamente mencionada: “Não podemos criar diversidade simplesmente por documento. Na França não há lugares proibidos, não podemos proibir legalmente a presença das mulheres em um bar a 1h da madrugada. Contudo, a questão da legitimidade simbólica é muito importante. Por que, em nossa moderna sociedade, não podem as mulheres saírem sozinhas

às ruas como os homens podem? Precisamos analisar nossa história e herança patriarcal para encontrarmos a resposta.”

Nas páginas a seguir, Claudia Andrade Vieira nos oferece algumas pistas para pensarmos tal questão no que se refere à Cidade de Salvador. E o faz por meio de uma escrita agradável, substanciada por imagens da cidade que revelam o caminhar das mulheres para o espaço público, movendo fronteiras no seu trajeto.

Que a leitura deste livro nos inspire, a todas nós, mulheres, no sentido de removermos as fronteiras simbólicas que ainda nos impedem de tomarmos as ruas dessa “cidade das mulheres”, para além do horário comercial, adentrando pela noite!

Cecilia M. B. Sardenberg
Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre
a Mulher - NEIM / Universidade Federal da Bahia.

INTRODUÇÃO

Na Bahia, velhas tradições ganhavam ameaçadora vida diante de mim. Para começar, não havia possibilidade de alojamento ou diversão para uma moça solteira, desacompanhada, sem família e independente.

(Ruth Landes, 1938)

A relação das mulheres com o espaço urbano começou a aguçar a minha atenção e a minha curiosidade a partir da leitura da obra *A cidade das mulheres*, escrita pela antropóloga norte-americana Ruth Landes. Fruto de um trabalho de pesquisa realizado na Bahia entre 1938 e 1939, a principal contribuição dessa obra está na oposição ao pensamento corrente da época de que a dominação masculina vigente na sociedade brasileira como um todo era também vigente nos cultos afro-brasileiros e em ter mostrado a preeminência das mulheres, nos cultos nagôs, e dos homossexuais, nos cultos caboclos. Para Corrêa (2002), a antropóloga expôs uma fratura de gênero na análise dos cultos afro-brasileiros.

Entretanto, essa leitura despertou a minha atenção para questões até então desconsideradas pela historiografia brasileira. Primeiro, a sua descrição minuciosa – característica do profissional da Antropologia e, neste caso, em particular, aliada à sensibilidade

para as diferenças de gênero – revela a cidade do Salvador⁷ como um espaço demarcado pelo gênero, ainda que este não tenha sido seu objetivo primeiro. Em segundo lugar, o depoimento de Landes (2002), na Introdução, narrando sua experiência pessoal de chegada a Salvador, denuncia alguns obstáculos enfrentados por mulheres das elites na sua relação com a cidade.

Mas, a minha curiosidade teve de esperar a finalização da pesquisa de mestrado intitulada *Mulheres de elite em movimento por direitos políticos: o caso de Edith Mendes da Gama e Abreu*,⁸ cujos principais objetivos eram analisar a atuação de feministas em torno da Federação Bahiana pelo Progresso Feminino (FBPF) na luta pelo voto, pela educação formal das mulheres, e incentivá-las à busca de uma profissão, entre outras questões. Assim, a relação com a cidade teria que ficar para o doutorado.

As mulheres investigadas na Dissertação acima citada pertenciam às camadas sociais mais abastadas e tradicionais da cidade e compunham uma elite, sob a perspectiva cultural, pelo grau de instrução que possuíam, pelo acesso às informações e pelas atividades sociais que desenvolviam. Alguns dos depoimentos analisados mais parecem desabafos e partem de segmentos ainda mais restritos, de mulheres que tiveram acesso ao ensino superior

⁷ Adotei a denominação “cidade do Salvador” (e não “de Salvador”) por se tratar do termo mais usual entre os historiadores do período retratado, na bibliografia clássica sobre a história da cidade e o que aparece na fonte documental utilizada na pesquisa histórica. Teodoro Sampaio (1960, p. 23-24) explica que, apesar da imprecisão quanto ao dia de fundação da cidade, o nome “do Salvador” surge após a primeira comemoração realizada na cidade, Corpus Christi, dia do Salvador. O Padre Manoel da Nóbrega, em suas primeiras cartas, registrava local “Desta Bahia... 1959”, de modo a fazer referência à baía de Todos os Santos. Na carta de 10 de agosto deste mesmo ano, porém, em que descreve os festejos de Corpus Christi, já se observa registro do local e data como sendo “Dêste Porto e Cidade do Salvador a 10 de agosto de 1549” (SAMPAIO, T., 1960, p. 23-24).

⁸ O resultado dessa pesquisa foi publicado com o título *História das mulheres, feminismo e política na Bahia*. Ver Vieira (2015).

e exerceram a profissão escolhida, caso raro em Salvador nos anos 1930. No seu conteúdo, elas expõem as dificuldades encontradas na relação com a cidade, seja para circular por suas ruas, seja para desenvolver atividade profissional ou mesmo de lazer, diferentemente dos homens para os quais o espaço público era familiar.

Foi, assim, desafiada por esses problemas e de volta à minha cidade natal, Salvador, que iniciei a pesquisa de doutorado acerca das relações que as mulheres estabeleceram com a cidade, particularmente nas décadas de 1930 a 1940. O meu ponto de partida foi o Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) na busca de um conhecimento específico no campo do Urbanismo.

À medida que me dedicava a estudar os conteúdos das disciplinas, aumentavam o meu envolvimento nessa área do conhecimento e o leque de interrogações. Pouco a pouco, fui observando que a história do urbanismo que eu aprendia parecia só ter um sexo: o masculino. Experiências masculinas são consideradas como as experiências de todos os seres humanos e apresentadas como uma norma universal. A minha impressão era de que havia uma inadequação entre os teóricos estudados e os problemas concretos vivenciados no cotidiano de uma grande cidade marcada pela desigualdade social, racial, de classe, gênero, geração, entre outras.

Por outro lado, a crítica feminista a modelos teóricos androcêntricos no planejamento urbano e no urbanismo, que vem sendo realizada por arquitetas e urbanistas desde o final da década de 1970, é pouco conhecida aqui no Brasil. Autoras como Fainstein e Servon (2005), Falú e Rainero (1995, 2002), Hayden (1980, 1981), Sánchez de Madariaga (2004), Sandercock e Forsyth (1990, 2005) e

Spain (1992),⁹ entre outras, nunca tiveram seus trabalhos traduzidos para o português. Logo, trazer esta discussão da crítica de urbanistas feministas para o Brasil se torna uma necessidade urgente frente aos problemas urbanos que as mulheres enfrentam cotidianamente nas grandes cidades.

Esta análise é fundamentada no ponto de vista das mulheres, ou seja, naquele que desacredita no conhecimento objetivo, independentemente da posição social ocupada pelo indivíduo que o produz. Compartilho da ideia de autoras como Haraway (1995), Harding (1996a,b,c), Harstock (1987), Smith (1987), entre outras, de que os procedimentos conceituais, os métodos e as relevâncias são considerados no sentido de organizar seus assuntos a partir de determinada posição na sociedade, ideia também conhecida como *Standpoint Theory*. Um ponto de vista é um lugar a partir do qual uma pessoa vê o mundo; logo, o pertencimento a um determinado grupo social afeta o modo pelo qual uma pessoa vê o mundo. Por outro lado, as desigualdades de diferentes grupos sociais criam diferenças em seus pontos de vista, daí por que todos os pontos de vista (ou posições) são parciais (HARSTOCK, 1987).

As questões aqui elaboradas são problemas atuais, percebidos no cotidiano, ao caminhar pelas ruas da cidade, e identificados, na estrutura urbana, como elementos disponíveis que podem facilitar a vida diária das mulheres ou, ao contrário, obstaculizá-las a ponto de inviabilizar o seu desenvolvimento social.

⁹ Para o cumprimento das normas editoriais da EDUNEB foi adotado apenas o sobrenome das autoras citadas neste trabalho. Na tese de doutorado de minha autoria (VIEIRA, 2013) e que deu origem a essa obra, no entanto, é possível verificar o uso de todos os prenomes nas citações das autoras selecionadas para a realização da revisão bibliográfica, assim como das autoras presentes na fundamentação teórica e dos sujeitos da minha pesquisa histórica, isto é, das mulheres que viveram na cidade do Salvador no período em questão. Deste modo, eu me posiciono em uma perspectiva feminista e ressalto a importância em dar visibilidade à presença das mulheres na história e na produção do conhecimento científico, tema tratado nos dois primeiros capítulos desta obra.

Através da iconografia e de memórias produzidas sobre a cidade, é possível perceber que o espaço urbano não é neutro, sobretudo se avaliado na perspectiva das relações de gênero, classe e raça. Há lugares predominantemente masculinos, outros femininos e espaços de uso misto; lugares com maior presença de afrodescendentes e outros onde predominam brancos ou eurodescendentes; espaços onde se observa maior presença da classe social mais abastada, outros de segmentos menos favorecidos economicamente e, na dinâmica destes lugares, percebe-se a sua composição alterada conforme o horário, o dia da semana e, sobretudo, a sua temporalidade histórica.

No exercício de observação empírica, foi constatada outra questão: homens e mulheres estabelecem relações diferenciadas com a cidade e estas diferenças são mais nítidas se consideramos os papéis culturais e historicamente desempenhados nas relações de gênero: a condição de classe e de raça. A cidade, por sua vez, atende desigualmente às diferentes demandas, o que significa o reconhecimento de que a vida cotidiana dos habitantes da cidade está condicionada, em grande medida, pelo modo de organização física da estrutura urbana, pela localização, quantidade e qualidade dos seus serviços. Conforme Rainero (2002, p. 3),

El análisis de género está estrechamente vinculado con el análisis de la urbanización en tanto ésta es expresión de las relaciones de género y al mismo tiempo que la organización físico espacial de la ciudad, contribuye a reproducir o promover cambios en los roles y relaciones entre hombres y mujeres.

O termo “gênero” adotado na pesquisa é o conceito proposto por Scott (1990, 1992, 1994, 1999), que rejeita, explicitamente, explicações biológicas. Trata-se de uma maneira de indicar

“construções sociais” sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres:

O gênero é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. [...] ele oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais consignados às mulheres e aos homens. [...] O uso do ‘gênero’ põe a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas ele não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade. (SCOTT, 1990, p. 7).

Em outra vertente do problema, observo os sujeitos que pensam, escrevem e atuam na cidade: técnicos, especialistas, dirigentes do processo interventor que se apresentam como detentores de um saber racional, supostamente neutro, para solucionar os problemas urbanos em nome de todos(as) os(as) habitantes. Historicamente excluídas da política, as mulheres também ficaram de fora do planejamento urbano, das discussões e da elaboração de propostas acerca dos problemas vividos pela cidade até o final do século XX.¹⁰ Paradoxalmente, elas estavam presentes, habitando, deslocando-se, trabalhando, bem como usufruindo dos serviços urbanos e do lazer.

Nessa direção, esta obra é fruto da minha tese de doutorado, iniciada no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e finalizada no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo; tese na qual problematizo, em uma perspectiva multidisciplinar, o lugar das mulheres no espaço público da cidade. Quais as fronteiras, os limites

¹⁰ No caso de Salvador, uma mudança nesse quadro vai ocorrer com a gestão de Lídice da Mata (1993-1997), primeira mulher eleita a assumir a Prefeitura de Salvador; e em 2004, quando a arquiteta e urbanista Profa. Dra. Ângela Gordilho é nomeada Secretária de Habitação na primeira gestão do então Prefeito de Salvador João Henrique de Barradas Carneiro (2005-2009).

e as possibilidades das mulheres na relação com o espaço público? Quais os lugares possíveis para o desempenho das atividades profissionais e de trabalho? A análise das assimetrias de gênero na relação com o espaço público pressupõe que o espaço da rua, do bairro e da cidade é demarcado pelo gênero, pela classe social e pela raça. Portanto, a pesquisa envolve localizar as mulheres no seu labor, ou seja, identificar os lugares possíveis para o sexo feminino, assim como os limites e as fronteiras de gênero invisíveis na cidade. Uma vez realizado o mapeamento da presença e da ausência das mulheres no espaço urbano, verificaram-se, na produção baiana sobre feminismo, história das mulheres e gênero, alguns deslocamentos nas fronteiras de gênero na cidade.

A análise coloca em discussão a noção de âmbito público e privado, tão cara às mulheres. Assim, questiona-se: Até que ponto existe, de fato, uma clara fronteira entre o público e o privado? A pesquisa demonstra a linha tênue e móvel que existe entre estes terrenos ideologicamente concebidos como separados e ahistóricos. Ao considerar a noção de âmbito público compreendida na sua multiplicidade, pergunta-se: Em que medida as mulheres estavam excluídas do espaço público da cidade?

Para o rastreamento e a localização das fontes, inicialmente foi delimitado um período que tem início na década de 1930, referência para a História das Mulheres no Brasil e, em particular, na Bahia, estendendo-se até fins da década de 1940. Só para citar alguns elementos que comprovam a tamanha importância da década inicial, além da conquista da cidadania política, destaca-se: a mobilização de mulheres em um movimento feminista organizado a nível nacional, em torno da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, com propostas comuns e sedes espalhadas em várias capitais do país; a

conquista de um amplo espaço na imprensa, tanto para reivindicar o que para elas se constituía como direitos a serem conquistados, como para expressar opiniões, críticas, enfim, posicionar-se em torno da discussão sobre o papel e o lugar da mulher na sociedade.

Por outro lado, em 1935, é realizada a *Primeira Semana do Urbanismo* em Salvador. O evento foi pensado como uma grande iniciativa para popularizar as ideias do urbanismo, seus propósitos e funções específicas, para explicar para as pessoas o conceito de urbanismo e para enfatizar os seus objetivos, no sentido de ordenar a cidade para o bem-estar dos seus cidadãos, prevalecendo a noção de progresso. As noções apresentadas então foram retomadas após a criação do primeiro Escritório de Planejamento e Urbanismo da Cidade do Salvador (EPUCS), em 1943. Os dois eventos produziram documentos que foram posteriormente publicados. O primeiro pela Editora e Graphica da Bahia, em 1937 e o segundo, em 1976, através do Plano de Desenvolvimento Urbano (PLANDURB), órgão da Prefeitura Municipal do Salvador (1976).

Entretanto, para uma melhor compreensão acerca das raízes históricas das relações de gênero com a cidade, foi necessário um recuo maior no tempo. A cidade aqui tratada foi edificada para ser a sede do governo-geral. Era a “cabeça” política e administrativa da Colônia. Possuía um expressivo mercado por onde escoava uma diversidade de produtos primários, como açúcar, tabaco, couro, farinha de mandioca, aguardente, algodão, dentre outros, além de exercer importante papel de redistribuidora de mercadorias importadas a partir da criação de vilas e de cidades no final do século XVII. Para Mattoso (1978, p. 61), Salvador já era importante no final do século XVI; era “[...] o pulmão por onde respirava a colônia” e, mais tarde, a Província e o Estado da Bahia.

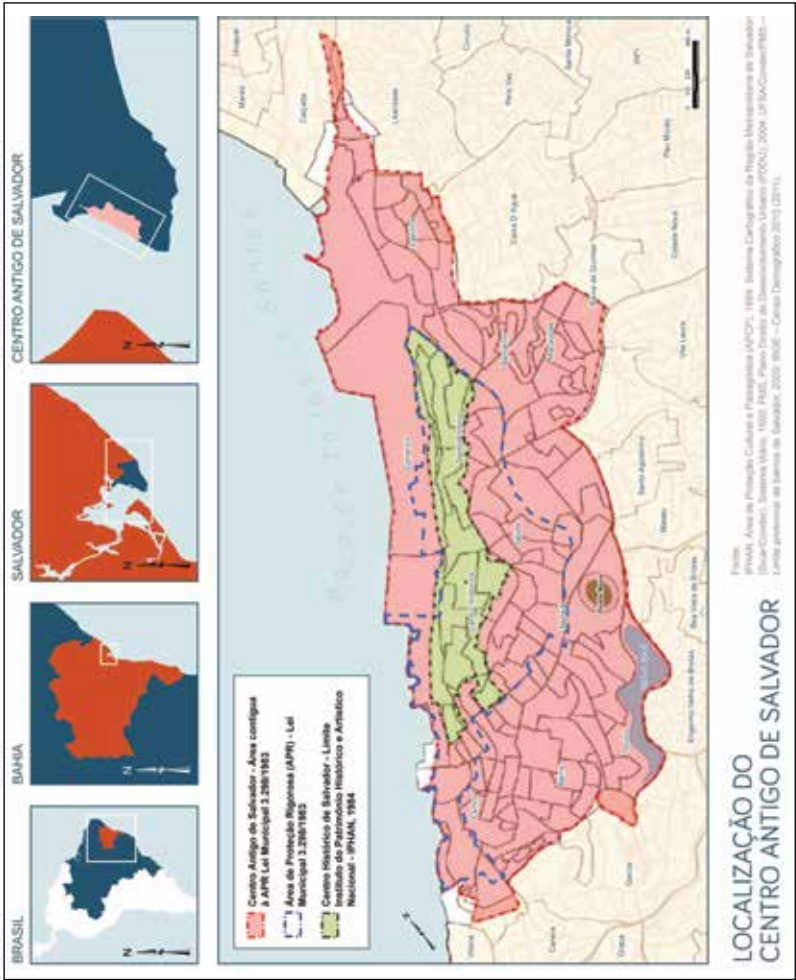
Recuperar essas particularidades históricas da cidade do Salvador torna mais compreensível a noção de que o espaço urbano não é neutro. Ao contrário, há um papel ativo da configuração espacial,

[...] no sentido de que ele não precede a vida social, a vida econômica, a vida política e a transformação. Nem precede e nem vem depois: vem junto na própria construção e apropriação do espaço ou na construção e reconstrução permanente do espaço. (ROLNIK, 1992, p. 28-29).

Para este livro, o recorte espacial adotado contempla o Centro Antigo de Salvador, este que abrange duas grandes áreas do centro tradicional: a do Centro Histórico de Salvador (CHS), tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1984, amparado legalmente pelo Decreto-Lei no 25, de 1937; e a do Antigo Centro, que reúne os bairros delimitados pela Lei Municipal no 3289/83, como sendo Área de Proteção ao Patrimônio Cultural e Paisagístico de Salvador (GOTTSCHELL; SANTANA, 2006).¹¹ Esta delimitação se deve ao fato de se constituir no centro histórico político-econômico da cidade e por concentrar a maior parte dos serviços no período em questão. O mapa a seguir, ainda que seja uma produção contemporânea da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2013), auxilia a compreensão da localização espacial da área, objeto em estudo (Figura 1).

¹¹ A poligonal que delimita o Centro Histórico de Salvador compreende: Santo Antônio Além do Carmo, Pilar, Carmo, Passo, Taboão, Pelourinho, Sodré, Baixa dos Sapateiros, Terreiro de Jesus, Praça da Sé, Largo de São Francisco, rua da Misericórdia, Conceição da Praia, rua da Ajuda e rua Chile, Barroquinha e São Bento. O Centro Antigo inclui: Barbalho, Macaúbas, Água de Meninos, Comércio, Aquidabã, Saúde, Nazaré, Palma, Campo da Pólvora, Mouraria, Joana Angélica, Lapa, Tororó, São Pedro, Largo Dois de Julho, Piedade, Barris, Mercês, Aflitos, Gamboa, Politeama, Banco dos Ingleses e Campo Grande, Canela e Vitória. Sobre a delimitação territorial do Centro Tradicional de Salvador.

Figura 1 – Localização do Centro Antigo de Salvador



Fonte: SEL, 2013.

O trabalho de pesquisa de campo à procura de testemunhos que fornecessem pistas quanto à relação das mulheres com a cidade foi realizado nos principais arquivos de Salvador: Arquivo Histórico Municipal da Fundação Gregório de Mattos (FGM), Fundação Instituto Feminino da Bahia (FIFB), Biblioteca da Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF), Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER), Centro de Documentação e Informação Cultural sobre a Bahia (CEDIC) da Fundação Clemente Mariani (FCM), Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB), entre outros. No percurso, localizei alguns estudos realizados por especialistas nas décadas de 1930-1940; projetos urbanísticos, com destaque para os trabalhos do Escritório de Planejamento Urbano da Cidade de Salvador (EPUCS); publicações da Prefeitura Municipal de Salvador (PMS); Anais de congressos e seminários; memórias publicadas por intelectuais da época; dados demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e iconografia, com destaque para fotografias, mapas da cidade e o *Prospecto da Cidade da Bahia* produzido em 1801 por Vilhena (1969b).

As imagens produzidas do passado – com destaque para fotografias e mapas – são fontes históricas valiosas da paisagem urbana. Elas guardam informações detalhadas acerca da ocupação da cidade, dos diferentes modos de uso e usufruto do espaço urbano. A fotografia, particularmente, foi adotada aqui a partir de um recorte espacial e temporal, conforme metodologia descrita no primeiro capítulo deste trabalho. Através do conteúdo das suas imagens, foi possível problematizar a presença e a ausência das mulheres em ruas, ladeiras e avenidas do Centro Antigo de Salvador, assim como as

múltiplas atividades realizadas pelas mesmas no espaço público da cidade, o que, frequentemente, escapa à documentação oficial.

Os depoimentos de visitantes estrangeiros também tiveram papel relevante na pesquisa, devido às impressões deixadas para a posteridade sobre a dinâmica e o funcionamento da *urbe*. Inúmeros estrangeiros visitaram as terras brasileiras, levados pelos mais variados impulsos, deixando seus testemunhos de vivências em diários, correspondências, narrativas e crônicas, ensaios, comentários e descrições. Augel (1980, p. 15) destaca o grande valor para os estudiosos de costumes, visto que:

[...] aspectos da sociedade são enfocados por olhos estranhos a essa realidade, por um observador exógeno, que não compactua com os hábitos locais, desvendando-os assim ao registrar detalhes que não seriam percebidos pelos nativos, ou pelo menos não teriam sido registrados, considerados banais ou indignos de atenção.

Na sua experiência de pesquisa com relatos de visitantes estrangeiros na Bahia oitocentista, Augel (1980, p. 15) explica ainda que:

[...] visitantes estrangeiros, em geral, são muito menos sensibilizados por atos cívicos ou heróicos de um país que não era o deles, não envolvido geralmente na política, confrontados muito mais com o que havia de diferente, de novo, de estranho, de escandaloso, de encantador, de curioso, de anedótico no ambiente em que estavam circulando.

Para os propósitos dessa pesquisa, foram consultados trabalhos como *A Bahia no Século XVIII*, de Vilhena (1969a), mais

os testemunhos femininos em *Diário de uma viagem ao Brasil*, de Graham (1956), e a Introdução da obra *A cidade das mulheres*, de Landes (2002). Por meio do olhar estrangeiro, foi possível conhecer um pouco mais acerca da cidade, suas ruas, os modos de vida e os costumes dos seus habitantes. Nas suas impressões, deixaram também conceitos (e pré-conceitos) permeados pelo etnocentrismo, referenciais advindos da distância cultural, do choque inevitável de valores, avaliados de forma crítica nesta pesquisa.

As mulheres viajaram em todas as épocas, pelas mais diversas razões e, segundo Perrot (2007, p. 138), “[...] de uma maneira menos gratuita, menos aventureira que os homens porque sempre precisam de justificativas, de objetivos ou de apoio”.

Maria Graham teve uma vida marcada por inúmeras viagens pelo fato de ser filha de oficial da marinha britânica e, mais tarde, também esposa de um, o capitão Thomas Graham. Índia, Chile, Brasil e Itália, alguns dos países visitados na sua trajetória, foram experiências incorporadas nas suas obras literárias. Mas, é preciso dizer que Maria Graham não pode ser enquadrada como esposa-acompanhante: ela era escritora profissional, trabalhava e ganhava dinheiro no rentável ramo da literatura de viagem, obtendo expressivo sucesso profissional (SILVA, I., 2009). A escritora-viajante chegou ao Brasil, primeiramente, ao Rio de Janeiro, em 1821, passando depois por Salvador, Recife e Olinda.

Ruth Landes era antropóloga, natural de Nova Iorque, e, em 1938, veio ao Brasil, graças a um sistema de cooperação entre instituições universitárias brasileiras e norte-americanas, no caso, o Museu Nacional e a *Columbia University*. Antes do Brasil, já havia passado pelo Canadá para estudar populações indígenas – os *ojibwa* – em pesquisa de Doutorado e teve a experiência de ensinar

na Universidade de Fisk, no Tennessee, Sul dos Estados Unidos (CORRÊA, 2002).

Contudo, na medida em que realizava o trabalho nos arquivos, eu fui percebendo os silêncios das mulheres, ou seja, as ausências femininas quando o tema é a cidade ou os problemas urbanos. Localizar as mulheres na cidade se constitui como uma tarefa árdua [!]. Tendo sido historicamente excluídas do mundo público, sobretudo econômico e político, encontrar registros da sua relação com a cidade é trabalho que requer paciência e determinação. A ausência documental da presença das mulheres é, por vezes, desanimadora. Aliado a isto, lembramos, também, a escassez bibliográfica, completando, assim, um quadro complexo para o desafio proposto.

Poucas mulheres deixaram o seu registro acerca da cidade. Os vestígios quase inexistem. A depender da classe, elas pouco aparecem nas fotografias tiradas das ruas da cidade. Foram excluídas das discussões de propostas acerca dos problemas urbanos, da elaboração de projetos de intervenção e das decisões.

Após exaustiva pesquisa bibliográfica, verifiquei que há uma lacuna em pesquisas desta natureza entre arquitetos e urbanistas no Brasil e, mesmo entre pesquisadoras feministas de fora do país, o tema aparece como objeto de estudo no final da década de 1970, com o clássico *What would a non-sexist city be like? Speculations on housing, urban design, and human work*, de Hayden (1981). No Brasil, o silêncio começou a ser quebrado muito recente e timidamente. Até o momento, só foi encontrada a tese de doutorado de Araújo (2004), intitulada *Espaço privado moderno e relações sociais de gênero em Salvador: 1930–1949*, produção de uma pesquisadora que se destaca pelo pioneirismo, instigando outras(os) pesquisadoras(es) a atentarem

para as especificidades quanto ao tema arquitetura e urbanismo, com destaque para o primeiro. Reconhecendo que o espaço arquitetônico é sexuado, aspecto desprezado e nunca problematizado no exercício da arquitetura e do urbanismo, Araujo (2004) entende que as relações de gênero são construídas socialmente e as analisa no interior de algumas residências escolhidas entre os exemplares da arquitetura moderna da cidade do Salvador nos anos 1930 e 1940.

Para a pesquisa bibliográfica, foi preciso quebrar a barreira do idioma para localizar publicações que tratassem das questões urbanas na perspectiva das relações de gênero. Nesta caminhada, encontrei artigos, trabalhos publicados em anais eletrônicos, obras (por vezes disponíveis *on-line*) contendo pesquisas e debates teóricos enriquecedores, núcleos de trabalho, organizações de feministas urbanistas e projetos que estão sendo implementados em algumas cidades.

Dolores Hayden, Liliana Rainero, Inés Sánchez de Madariaga, Leonie Sandercock, Ann Forsyth, Susan Fainstein, Lisa Servon e Daphne Spain são algumas das urbanistas; Jane Jacobs, Suzanne Mackenzie, Alejandra Massolo, Linda McDowell e María-Ángeles Durán vêm contribuindo, a partir de outras áreas do conhecimento, como Jornalismo, Ciências Sociais, Geografia, Psicologia etc., com críticas e propostas voltadas para uma abordagem teórica do urbanismo e do planejamento urbano numa perspectiva das relações de gênero, engajadas na luta por uma cidade que atenda às necessidades das mulheres. Por meio destas autoras, conheci algumas redes que promovem aproximação entre as coletividades locais europeias e latino-americanas, mediante intercâmbio recíproco de conhecimento e experiências.

O URB-AL é um programa de cooperação descentralizada entre cidades da União Europeia e da América Latina, criado pela Comissão Europeia, em 1995, dividido em quatorze redes ou áreas

temáticas coordenadas por diferentes instituições. A *Red n. 12, La promoción de las mujeres en las instancias de decisión locales*, é coordenada pelo Gabinete das Relações Internacionais da Assembleia de Barcelona. A *Red Mujer e Hábitat da América Latina*, atualmente com sua sede em Córdoba, Argentina, merece ser destacada entre as importantes descobertas, por se constituir em uma rede comprometida com a problemática urbana, a vida nas cidades e o *habitat* numa perspectiva de gênero (PROGRAMA URB-AL, 2006). O Centro de *Intercambio y Servicios Cono Sur* – Argentina (CISCA) também se constitui importante organização não governamental, sem fins lucrativos, criada em 1988, em Córdoba (Argentina), e tem entre seus principais objetivos promover e apoiar organizações sociais e dar suporte a governos locais no projeto de políticas públicas e ações nos diversos campos da problemática urbana e social.

No Fórum Mundial Urbano, realizado em Barcelona, em outubro de 2004, foi produzida a Carta Mundial pelo Direito à Cidade, cujo artigo primeiro estabelece:

Artigo I. Direito à Cidade

1. Todas as pessoas devem ter o direito a uma cidade sem discriminação de gênero, idade, raça, etnia e orientação política e religiosa, preservando a memória e a identidade cultural em conformidade com os princípios e normas que se estabelecem nesta carta. (CARTA..., 2016).

Entre seus princípios, a Carta defende que as cidades devem assumir os compromissos adquiridos, com respeito à implementação de políticas públicas para a igualdade de oportunidades para as mulheres, expressas na *Convention on the Elimination of all Forms of Discrimination against Women* (CEDAW) - matéria já disciplinada

constitucionalmente em muitos países - e nas Conferências de Meio Ambiente (1992), na IV Conferência Mundial sobre as Mulheres (1995) e na Segunda Conferência das Nações Unidas sobre os Assentamentos Humanos realizada juntamente com o *Habitat II* (1996).

O contato com a bibliografia estrangeira, os documentos, os debates e algumas experiências de projetos que vêm sendo implementadas em cidades localizadas na Espanha, na Inglaterra, nos Estados Unidos e em países da América Latina, redimensionou a relevância da minha pesquisa.

Esta obra, que parte do conjunto das inquietações mencionadas, está estruturada em cinco capítulos. No primeiro capítulo, eu discorro acerca de algumas definições teóricas e metodológicas fundamentais no direcionamento da pesquisa histórica; bem como apresento alguns conceitos e algumas categorias adotados na pesquisa para nortear o leitor acerca da abordagem empregada neste trabalho.

No segundo capítulo, preocupada com as ideias que fundamentaram práticas urbanísticas em Salvador é que me proponho a apresentar o contexto da teoria urbanística, do pensamento sobre a cidade do período em questão. A partir de que perspectiva se tem construído a cidade, a rua, a casa, o local de trabalho e o lazer? No interesse de quem e para que se ordenam as cidades? Que ideologia está por detrás desta “ordem” proposta para as cidades? São algumas das questões que me inspiraram a fazer uma análise crítica do urbanismo moderno, no contexto da teoria urbanística desde as suas origens à ideologia. Isso me conduziu a uma discussão de ordem epistemológica, no sentido de repensar os sujeitos na construção do conhecimento científico nesta área que por muito tempo tem se apresentado como neutra e universal.

No terceiro capítulo, são analisados testemunhos de viajantes estrangeiros que passaram pela cidade do Salvador ou que nela residiram por determinado período, mais algumas imagens da cidade produzidas no final do século XIX. O desafio nesta releitura de obras clássicas sobre a cidade do Salvador é identificar: Quais os lugares possíveis para as mulheres no espaço público, no que se refere ao acesso, ao uso e ao usufruto da cidade? Quais as fronteiras, os limites e as possibilidades das mulheres na relação com o espaço urbano? Esses questionamentos conduziram a pesquisa ao contexto de formação da cidade do Salvador. O objetivo desse recuo no tempo é mostrar a sua importância como “cabeça” política e administrativa da colônia; sua diversidade na exportação de produtos primários no contexto de colonização do Brasil, como o açúcar, o tabaco, o couro, a farinha de mandioca, a aguardente, o algodão, entre outros produtos; seu importante papel de redistribuidor de mercadorias importadas a partir da criação de vilas e cidades no final do século XVII, enfim, são alguns dos fatores que influenciaram de modo a dar contornos específicos à cidade, tanto na escolha da localização geográfica, como no seu traçado urbano, cujas implicações são diferenciadas na vida cotidiana de homens e mulheres.

Identifico a presença das mulheres negras e pobres no espaço público, destacando as múltiplas atividades desempenhadas por elas desde a formação da cidade até o século XIX: nas obras no contexto da formação da cidade; nos serviços domésticos realizados no espaço público da cidade, a exemplo da lavagem de roupas, e no abastecimento das casas com água da fonte, alimentos, entre outros serviços; atividades como as das ganhadeiras, quitadeiras, vendadeiras, em que elas mercadejavam alimentos crus e cozidos, fazendas e objetos de costura, compra e venda de produtos diversos.

Enfim, são mulheres que, na luta pela sobrevivência, prestavam toda sorte de serviços.

No quarto capítulo do livro, o objetivo central é localizar as mulheres no espaço público no exercício da atividade profissional, identificando os lugares possíveis para o sexo feminino, assim como os limites impostos pela sociedade patriarcal. Por se tratar das primeiras décadas do século XX, foi possível fazer uso das imagens capturadas pela lente dos fotógrafos, de memórias, de dados demográficos, de mais alguns estudos realizados no período em questão, com destaque para a tese de Santos (1959), intitulada *O Centro da Cidade do Salvador*. A análise de um corpo diversificado de fontes possibilita a mim, enquanto pesquisadora, compreender as assimetrias de gênero, as fronteiras invisíveis no Centro Antigo da Cidade, bem como esquadrihar os espaços mistos e/ou com maior ou menor predominância feminina ou masculina.

A partir da localização das mulheres nas principais áreas do Centro da Cidade, foi possível verificar as possibilidades que a cidade oferecia às mulheres para o seu desenvolvimento social pela via das atividades laborais.

No quinto capítulo, procuro avaliar alguns deslocamentos de fronteiras, por iniciativa de mulheres cujos esforços resultaram na construção de espaços exclusivamente femininos. O destaque é para alguns conventos e algumas instituições de ensino voltados para o sexo feminino, cuja localização preservou o recorte espacial do Centro da cidade do Salvador. Seguindo esses critérios, destaco o Convento Nossa Senhora das Mercês, o Convento da Nossa Senhora da Soledade e o Instituto Feminino da Bahia, devido à participação ativa de mulheres nesses espaços. A criação da Escola Normal para mulheres, ainda no século XIX, também se constituiu em importante

fato histórico destacado, haja vista a inserção maciça das mulheres na carreira do magistério.

A ação coletiva das mulheres por meio da Federação Bahiana pelo Progresso Feminino (FBPF), movimento feminista da chamada “primeira onda”, também foi arrolada entre os acontecimentos que promoveram deslocamento nas fronteiras de gênero no espaço público.

Ao analisar a presença marcante das mulheres das elites e das camadas populares no espaço público da cidade, foi necessário questionar a noção de “público”. A ideia geral da noção de público liberal separado do privado é uma idealização, visto que essa era constituída por um número significativo de exclusões de gênero, classe e etnia. A partir de análises críticas mais recentes sobre o conceito de “âmbito público”, foi possível reavaliar em que medida as mulheres estavam excluídas do espaço público da cidade.

Este livro busca contribuir com novos questionamentos para os estudos de gênero. Não tenho dúvidas de que, com a formação em História, a minha ambição em pôr fim ao silêncio desse tipo de pesquisa no campo do urbanismo no Brasil tornou-se deveras audaciosa. Por outro lado, como feminista, ao recuperar o passado para compreender melhor os problemas vivenciados por mulheres na sua relação com a cidade no presente, reafirmo o meu compromisso com a mudança, pois estou vislumbrando uma cidade mais democrática, o que implica não somente atender melhor necessidades específicas das mulheres, mas torná-las sujeitos com vozes ativas na produção e na transformação do espaço urbano.

AS MULHERES NA HISTÓRIA CULTURAL DO URBANO

Por seu desenho, por sua beleza, a cidade tem a peculiaridade de envolver e seduzir, mas o acesso, o uso e a fruição do espaço público não são iguais para todas as pessoas. No caso das mulheres, barreiras visíveis e invisíveis controlam o seu acesso a determinados lugares e horários; e estas, ainda na infância, aprendem quais os lugares e os horários mais convenientes para o uso da cidade. Conforme a urbanista Valoria (2000, p. 67),

Cada mujer aprende desde la infancia cuales son los lugares y los tiempos en que no puede hacer uso de la ciudad. Algunos jueces se encargan de tiempo en tiempo, en caso de duda, de puntualizar estos espacios prohibidos en las sentencias inauditas que suelen brotar extemporáneamente, en medio de la limada corrección política de nuestro lenguaje.

Nessa direção, se, por um lado, o espaço urbano não é neutro no seu acesso, uso e usufruto entre seus habitantes; por outro, a sua forma e o seu funcionamento afetam, de maneira desigual, as atividades cotidianas de homens e mulheres. Diante disto, é possível afirmar que o espaço urbano é demarcado pelo gênero, aqui compreendido, conforme explicitado no decorrer deste capítulo, como construção social, mas, também, como um primeiro modo de dar significado às relações de poder; dito de outra forma, “[...] o gênero é um primeiro campo no seio do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (SCOTT, 1990, p. 16). Seguindo com as ideias de Valoria (2000, p. 67), “[...] bajo el camuflaje de la neutralidad, el

espacio urbano esconde unas reglas que corresponden exactamente a la estructura de poderes y relaciones que rigen nuestra sociedad”.

Para o desenvolvimento deste trabalho, faz-se necessário apresentar algumas categorias, as definições teóricas e metodológicas que norteiam a pesquisa e definem a abordagem empregada. Parto do pressuposto de que a cidade é um espaço assimétrico no que diz respeito ao gênero, mas o gênero sozinho não explica a complexa desigualdade e a segregação espacial traçadas na cidade, se não interseccionado às variáveis raça e classe.

AS DESIGUALDADES NO ESPAÇO URBANO: O USO DOS CONCEITOS E DAS CATEGORIAS TEÓRICAS

São variadas as formas pelas quais as mulheres são moldadas, controladas, excluídas, discriminadas, na relação com o espaço urbano e este, por sua vez, atende às necessidades de maneira desigual dentre as múltiplas diferenças. Não se trata, aqui, da diferença sexual, mas da diferença, em sentido amplo, para dar cabimento às interações entre possíveis diferenças presentes em contextos específicos (PISCITELLI, 2008, p. 266). As interseccionalidades permitem apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades e a associação de sistemas múltiplos de subordinação. Conforme definição de Crenshaw (2002), interseccionalidades são formas de capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre diferentes eixos da subordinação interseccional de mulheres. Em um importante documento de sua autoria, produzido com o intuito de oferecer elementos para identificar formas de subordinação e discriminação interativa, Crenshaw (2002, p. 117) explica que a interseccionalidade

[...] trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

Várias são as formas pelas quais o gênero se intersecta com outras identidades e os modos pelos quais essas intersecções contribuem para a vulnerabilidade particular de mulheres na relação com o espaço urbano. As variáveis que analiso neste livro são: gênero, raça e classe. No entanto, estou ciente de que há outras importantes variáveis para se analisar o uso do espaço urbano, como idade, orientação sexual, pessoas com “necessidades especiais” e/ou “plenamente capazes”, entre outras.

Da “história das mulheres” aos estudos de gênero

Pesquisadoras feministas começaram a fazer uso do termo gênero vislumbrando uma mudança nos paradigmas das pesquisas sobre as mulheres no interior de cada disciplina. Na História, isto significou que o estudo das mulheres não iria só acrescentar novos temas, mas, igualmente, impor um reexame crítico das premissas e dos critérios dos trabalhos científicos existentes. Além de uma redefinição e do alargamento das noções tradicionais daquilo que é historicamente importante, a disciplina passou a incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas das mulheres.

O engajamento das pesquisadoras feministas pode ser percebido seja na construção de uma nova identidade coletiva das mulheres na Academia, seja pelo interesse em incluir outros segmentos sociais oprimidos, numa análise do sentido e da natureza da opressão. Assim, as desigualdades de poder começaram a ser analisadas sob três eixos, pelo menos: gênero, classe e raça.

Scott (1990) avalia as transformações na produção acadêmica em que o termo “mulheres” é substituído pelo termo “gênero” e observa a sua relevância no reconhecimento acadêmico deste campo de pesquisa. Em outra perspectiva, ressalta que o termo “gênero” passou a ter uma conotação mais objetiva e neutra do que “história das mulheres”. O termo “mulheres” revelava o engajamento político das feministas, cujo posicionamento afirmava que as mulheres são sujeitos históricos válidos. Nas palavras da historiadora,

Enquanto o termo “história das mulheres” revela sua posição política afirmando (contrariamente às práticas habituais) que as mulheres são sujeitos históricos válidos, o “gênero” inclui as mulheres, sem lhes nomear, e parece assim não constituir uma ameaça crítica. Este uso de “gênero” é um aspecto que se poderia chamar de busca de uma legitimidade institucional para os estudos feministas, nos anos 80. (SCOTT, 1990, p. 7).

Mas, essa transição requer um pouco mais de atenção. Em *História das mulheres*, Scott (1992) analisa melhor a conexão entre a posição variável das mulheres na história, o movimento feminista e a disciplina História nos Estados Unidos. Em sua análise, defende que:

Embora a história das mulheres esteja certamente associada à emergência do feminismo, este não desapareceu, seja como uma presença na academia

ou na sociedade em geral, ainda que os termos de sua organização e de sua existência tenham mudado. Muitos daqueles que usam o termo gênero, na verdade se denominam historiadores feministas. (SCOTT, 1992, p. 65-66).

E segue explicando que não se trata de uma submissão política, mas de uma perspectiva teórica que as(os) leva a encararem o sexo como um modo melhor de conceituar a política:

Muitos daqueles que escrevem a história das mulheres consideram-se envolvidos em um esforço altamente político, para desafiar a autoridade dominante na profissão e na universidade e para mudar o modo como a história é escrita. E grande parte da atual história das mulheres, mesmo quando opera com conceitos de gênero, está voltada para as preocupações contemporâneas da política feminista (entre eles, nos Estados Unidos atualmente o bem-estar, o cuidado dos filhos e o direito ao aborto). (SCOTT, 1992, p. 66).

Por um lado, Scott (1992) acredita que os desenvolvimentos na história das mulheres estão fortemente relacionados à força crescente e à legitimidade do feminismo como um movimento político. Por outro lado, chama a atenção para o fato de que vem aumentando a distância entre o trabalho acadêmico e o político. E propõe uma análise mais atenta sobre este campo como um estudo dinâmico na política da produção de conhecimento.

A política feminista é o ponto de partida, situando a origem do campo na década de 1960, quando as ativistas feministas reivindicaram uma história que estabelecesse heroínas, uma prova da atuação das mulheres e, também, explicações sobre a opressão e a inspiração para a ação. As feministas acadêmicas responderam

ao chamado de “sua” história e dirigiram sua erudição para uma atividade política mais ampla (SCOTT, 1992). Scott (1992) demonstra como a inserção de pesquisadoras feministas na Academia criou um espaço de experiência compartilhada entre mulheres, que passaram a reivindicar mais recursos, a denunciar a persistente desigualdade e a construir uma nova identidade coletiva, sendo as profissionais acusadas, por sua conduta considerada “não profissional”, de politizarem uma organização considerada não política. Scott (1992) ainda chama a atenção para dois importantes aspectos desta oposição entre “profissionalismo” e “política”: um diz respeito à natureza do conhecimento produzido, neste caso, daquilo que se considera como história, e o outro envolve as funções de barreiras que estabelecem e reforçam os padrões mantidos pelos historiadores:

Para os historiadores profissionais do século XX, a história é o conhecimento do passado obtido por meio de investigação desinteressada e imparcial (o interesse e a parcialidade são a antítese do profissionalismo) e universalmente disponível para quem quer que tenha dominado os procedimentos científicos requeridos. O acesso repousa então neste domínio, cuja possessão se supõe evidente àqueles que já são profissionais e que por si só podem julgar. O domínio não pode ser uma questão de estratégia ou de poder, mas apenas de educação e treinamento. A qualidade de membro na profissão histórica confere responsabilidade aos indivíduos que se tornam os guardiães daquele conhecimento que é o seu campo de ação especial. A guarda e o domínio são portanto a base para a autonomia e para o poder de determinar o que conta como conhecimento e quem o possui. (SCOTT, 1992, p. 71).

A redefinição profissional se tornou um dos desafios das historiadoras. A presença de mulheres organizadas contestava a noção de que a profissão História fosse um corpo unitário. As feministas aceitaram as leis da Academia e buscaram reconhecimento como intelectuais, mas, por outro lado, desafiavam e subvertiam regras, interrogando sobre a constituição da disciplina e as condições da produção de conhecimento:

[...] sua presença contestava a natureza e os efeitos de um corpo uniforme e inviolável de padrões profissionais e de uma única figura (o homem branco) para representar o historiador. (SCOTT, 1992, p. 71).

Introduzindo um conjunto de questões sobre as hierarquias, as bases e as hipóteses que governavam o empreendimento histórico, para estas historiadoras não havia oposição entre “profissionalismo” e “política”:

Que padrões, que definições de “profissionalismo” estão em voga? Que consenso representam? Como se chegou ao consenso? Que outros pontos de vista foram excluídos ou suprimidos? Que perspectiva determina o que se considera como sendo uma boa história ou, para aquela questão, como história? (SCOTT, 1992, p. 71).

Com isso, Scott (1992) observa que a emergência da história das mulheres como um campo de estudo acompanhou as campanhas feministas para a melhoria das condições profissionais e envolveu a expansão dos limites da história.

Na tentativa de incluir as mulheres como objetos de estudo, como sujeitos da história, a história das mulheres inevitavelmente se confronta com o dilema da diferença, trazendo um questionamento

sobre a prioridade relativa dada à “história do homem” em oposição à “história da mulher”, expondo uma hierarquia nos relatos e, principalmente, desafiando “tanto a competência de qualquer reivindicação da história de fazer um relato completo quanto à perfeição e à presença intrínseca do objeto da história: o Homem universal.” (SCOTT, 1992, p. 78). Um leque amplo de indagações fundamentais se apresenta nos trabalhos, se não, explicitamente, mas de forma indireta, de modo a questionar uma suposta neutralidade na produção do conhecimento:

Através de que processos as ações dos homens vieram a ser consideradas uma norma, representativa da história humana em geral, e as ações das mulheres foram subestimadas, subordinadas ou consignadas a uma arena particularizada, menos importante? Que comparações não estabelecidas estão implícitas em termos como a “história” e “o historiador”? Que perspectiva estabelece os homens como atores históricos primários? Qual é o efeito sobre as práticas estabelecidas da história de se olhar os acontecimentos e as ações pelo lado de outros sujeitos, as mulheres, por exemplo? Qual o relacionamento entre o historiador e os sujeitos sobre os quais ele/ela escreve? (SCOTT, 1992, p. 78).

A solicitação de que a História seja suplementada com informação sobre as mulheres sugere não apenas que a História como está é incompleta, mas, também, que o domínio que os historiadores têm do passado é necessariamente parcial; ademais, abre à sondagem da crítica a verdadeira natureza da história como uma epistemologia centralizada no sujeito.

A história social, ao abrir um campo relativamente novo, pluralizou os objetos da investigação histórica admitindo outros

grupos sociais, como camponeses, operários, escravos, entre outros, na condição de sujeitos históricos. Neste contexto, historiadoras(es) das mulheres tiveram a oportunidade de relatar as experiências vividas pelas mulheres e de presumir seu interesse inerente e sua importância.

Documentar a realidade histórica do passado fez a categoria “mulheres” assumir uma existência como entidade social separada de seu relacionamento conceitual historicamente situado com a categoria “homens”. Naquele momento, foi fundamental afirmar a distinção da “cultura das mulheres” e criar uma tradição histórica para a qual as feministas poderiam apelar como exemplos de atividade das mulheres, para provar sua capacidade de fazer história. Isto ecoou e contribuiu para o discurso da identidade coletiva que tornou possível o movimento das mulheres nos anos 1970, bem como produziu uma experiência feminina compartilhada, enfatizando o denominador comum da sexualidade e as necessidades e interesses a elas vinculadas (SCOTT, 1992, p. 83).

Ao afirmar a natureza e a experiência separadas das mulheres, a história das mulheres atingiu alguma legitimidade como um empreendimento histórico e, assim, consolidou a identidade coletiva das mulheres, tendo o duplo efeito: o de assegurar um local para a história das mulheres na disciplina e de afirmar sua diferença na “história”.

O termo gênero começou a ser incorporado entre pesquisadoras(es) na Academia para sugerir que a informação sobre o assunto “mulheres” é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro. Esta utilização insiste sobre o fato de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado em e por este mundo. Deste modo, pôs fim

à noção de esferas separadas, ou seja, ao mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tenha muito pouco ou nada a ver com o outro sexo. Ademais, o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos e seu uso rejeita, explicitamente, explicações biológicas:

O gênero torna-se, antes, uma maneira de indicar “construções sociais” – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. [...] ele oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais consignados às mulheres e aos homens. [...] O uso do “gênero” põe a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas ele não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade. (SCOTT, 1990, p. 7).

No Brasil, a formação do campo historiográfico intitulado *História das Mulheres e das Relações de Gênero*, conforme panorama apresentado por Soihet e Pedro (2007), no artigo intitulado *A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero*, tem início na década de 1980, com alguns trabalhos em que categorias como “mulher”, “mulheres” e “condição feminina” eram utilizadas nas análises das fontes e nas narrativas tecidas. Em meio às pesquisas, a *Revista Brasileira de História* publicou um número inteiramente dedicado ao tema da Mulher, organizado por Maria Stella Martins Bresciani, intitulado *A mulher no espaço público*, com a seguinte avaliação:

Falar de Mulher na história significava, então, tentar reparar em parte essa exclusão, uma vez que procurar traços da presença feminina em um domínio sempre reservado aos homens era tarefa difícil. Nesse número, categorias como “mulher”, “mulheres” e “condição feminina” eram utilizadas nas análises das fontes e nas narrativas que eram tecidas. A categoria “gênero” ainda era novidade na historiografia brasileira. (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 281-282).

Em 1990, a *Revista Educação e Realidade* publicou a tradução de um artigo da historiadora norte-americana Joan Scott, *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, que se tornou um marco, devido à repercussão entre pesquisadoras, pois “[...] esse tem sido, certamente, um dos mais citados, nas discussões que pretendem abordar a categoria ‘gênero’ nas análises da pesquisa histórica.” (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 281-282). Soihet e Pedro (2007) lembram que muitas pesquisadoras têm desenvolvido importante trabalho na formação de historiadoras das mulheres e das relações de gênero, dentre as quais se destaca, com muita propriedade, o caráter pioneiro da Profa. Dra. Maria Odila Leite da Silva Dias, autora de um dos trabalhos que mais influenciaram a História das Mulheres no Brasil, o livro *Quotidiano e poder*. Contudo, não deixam de mencionar outras historiadoras que têm um reconhecido trabalho de formação de novas pesquisadoras: dentre elas, a própria Rachel Soihet, Mary Del Priore, Cristina Scheibe Wolff, Margareth Rago, Joana Maria Pedro, Maria Izilda Matos, Eni de Mesquita Samara, Ismênia de Lima Martins, Cleci Favaro, Marlene de Faveri, Durval de Albuquerque Júnior e Tania Navarro-Swain, entre outras (SOIHET; PEDRO, 2007).

O uso do gênero, raça e classe na problemática urbana

Quando aplicado à problemática urbana, o enfoque de gênero também contribui para romper a homogeneização de categorias como população, massas, habitantes, bairros, comunidades e, conforme Rainero (2002, p. 3, grifo da autora), permite-nos:

*Entender la ciudad como **producto social**, no neutro, sino que remite a necesidades diferenciadas para hombres y mujeres atendiendo al lugar que cada uno ocupa en la sociedad tiene consecuencias inmediatas en el análisis de la organización física del territorio, donde **la localización** constituye la variable fundamental de la que dependen las posibilidades y condiciones de la vida cotidiana de las personas. Esto remite a la relación vivienda/lugar de trabajo/distancias a los servicios y actividades urbanas y su impacto diferencial en la vida de hombres y mujeres, en el uso del tiempo, en la compatibilización del mundo privado y público.*

A relação entre localização da moradia/lugar de trabalho/serviços apontada por Rainero (2002) é um bom exemplo de que determinados contextos podem apresentar impactos diferenciados na vida de mulheres, sobretudo se intersectados a outras categorias de subordinação, como raça e classe.

Para o termo raça, oriundo da Sociologia, há um conceito nativo, quando a categoria possui um sentido histórico, um sentido prático, específico, para um determinado grupo humano. As raças são, cientificamente, uma construção social. É possível dizer também que são efeitos de discursos e também fazem parte dos discursos sobre a origem. Guimarães (2003) explica que as sociedades humanas constroem discursos sobre as origens e sobre a transmissão de essências entre gerações. Esse é o terreno próprio às identidades

sociais e seu estudo trata desses discursos sobre a origem. Por este viés, Guimarães (2003, p. 96) apresenta uma definição de raças como sendo

[...] discursos sobre as origens de um grupo, que usam termos que remetem à transmissão de traços fisionômicos, qualidades morais, intelectuais, psicológicos, etc., pelo sangue (conceito fundamental para entender raças e certas essências).

A relação entre as desigualdades raciais e o espaço urbano foi tema da pesquisa de doutorado de Garcia (2009), intitulada *Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais*, na qual essa autora apresenta um estudo comparativo sobre a cidade do Salvador e o Rio de Janeiro, examinando como a estrutura das classes e a distribuição dos grupos raciais se inscrevem no espaço urbano, conformando uma estrutura social e racial do território de ambas as cidades (GARCIA, 2009). A categoria de análise, *raça*, adotada por Garcia (2009, p. 41), é definida por tratar de:

[...] um grupo social reconhecido por suas marcas inscritas no corpo dos indivíduos (cor da pele, tipo de cabelo, estatura, forma do crânio etc.), herdeiro de passado histórico que colocou uns no topo da hierarquia social e outros na base.

A partir da articulação das categorias *raça* e *classe*, Garcia (2009) demonstra a segregação urbana em duas importantes capitais: Salvador e Rio de Janeiro. Uma das grandes contribuições dessa autora é avaliar a pertinência de afirmações teóricas desenvolvidas por cientistas sociais brasileiros e estrangeiros que constituíram as relações raciais nas metrópoles brasileiras como seu objeto de análise, através de testes empíricos que tornam objetivas as desigualdades

raciais inscritas no espaço urbano. Garcia (2009) investiga os fenômenos do racismo, da desigualdade racial, da segregação e os antagonismos produzidos nas duas cidades, através de uma minuciosa análise dos dados do Censo 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000), para demonstrar em que medida as desigualdades sociais e raciais resultam em segregação urbana. Desse modo, desconstrói a noção, bastante difundida entre as elites letradas, de que vivemos em uma “democracia racial”. Entre os urbanistas, ideias como essa são comumente justificadas pela inexistência de guetos nas grandes capitais brasileiras e pela ausência de qualquer tipo de segregação racial, utilizando como parâmetro a imagem do gueto norte-americano.

No entanto, a urbanista Rolnik (1997), em *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*, analisando territórios de população afro-descendente, demonstrou a segregação racial em São Paulo. Recuperando a trajetória da legislação urbana da cidade de São Paulo como uma forma de penetrar e de elucidar seu papel político e cultural ao longo da história da cidade, demonstra a ineficácia das normas urbanas em regular a produção da cidade, pois as formas espaciais tiveram diferentes significados e fizeram parte de distintas estratégias de inserção no mercado de diferentes grupos sociais que habitavam na cidade, estabelecendo diferentes territórios. A legalidade urbana foi construída a partir de um padrão único e supostamente universal, que, genericamente, correspondia ao modo de vida das elites paulistanas no momento em que os instrumentos legais foram propostos. A análise detalhada destes territórios – que inclui territórios negros – revela como o direito urbanístico, enquanto discurso e processo, funciona como mecanismo de criação de um espaço (ainda que imaginário) definidor de limites, domínios e hierarquias, condenando singularidades divergentes (ROLNIK, 1997).

Por outro lado, para compreender como os indivíduos se distribuem espacialmente, no uso e usufruto da cidade, é necessário considerar a perspectiva de classe social. Para o manejo desta categoria, adoto o conceito proposto por Thompson (1987), que vem apoiado em uma dimensão histórica, alicerçada em relações sociais, culturais, cotidianas.

Thompson (1987), historiador marxista, desenvolveu importante análise crítica da teoria marxista ao tentar explicar o movimento da relação social capitalista de produção. De modo crítico, avalia o movimento como imanente à própria relação e que se esgota nela mesma, de tal forma que, no final das contas, este movimento, que já se encontra inscrito (em germe) nas formas iniciais da relação, não pode explicar o processo histórico real. Ele se opõe à noção de que a classe operária moderna seja resultado da lógica do capital (isto é, da relação, ou seja, da relação social de dominação capitalista). Nesse sentido,

[...] não seria a industrialização que se teria imposto a capitalistas e trabalhadores, com a força de uma lei que regeria suas relações: a busca da mais-valia relativa, como lei da acumulação de capital. Ao contrário, a industrialização seria o resultado de um processo histórico real, como todo processo histórico, único, pouco importando o fato de que, depois, por sua importância e características, ele se tornaria um modelo universal. Para Thompson, a grande indústria moderna é um resultado (histórico) da luta de classes. (SILVA, 2001, p. 64).

Seguindo o seu pensamento, a formação da classe operária e o autorreconhecimento dos trabalhadores como classe encontram-se na base da grande indústria moderna.

Assim, ao mesmo tempo em que submete a relação social ao processo histórico, ele apresenta a formação da classe operária como condição e não simplesmente resultado da industrialização. (SILVA, S., 2001, p. 64).

Deste modo, o desenvolvimento das forças produtivas estaria vinculado a uma mudança de comportamento dos trabalhadores. Submetendo a transformação das forças produtivas e do modo de produção ao desenvolvimento real, ou melhor, ao processo histórico da luta de classes, logo, recusa a noção de classe social como efeito, como resultado do modo de produção assim como o determinismo econômico, conforme a compreensão de certa tradição marxista e “[...] compreende classe como uma formação tanto cultural como econômica” (SILVA, S., 2001, p. 64).

No Prefácio da obra *A formação da classe operária inglesa*, ao apresentar a sua compreensão acerca do conceito de classe como resultado das relações humanas extremamente fluidas e que nos escapam ao tentarmos dissecar a sua estrutura, Thompson (1987, p. 10) explica:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas) sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram — ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais.

O processo de constituição de classe, para Thompson (1987), dá-se em decorrência do fato de as pessoas estabelecerem, em seu cotidiano, identidades e diferenças, sentindo-se como integrantes de um mesmo grupo ou de grupos antagônicos. Ela é, sempre, produto de um processo interativo, portanto, a classe, para ele, é construção.

Já é sabido que a vida cotidiana das mulheres é qualitativamente distinta da dos homens – mesmo quando pertencem à mesma classe social, raça ou etnia, zona habitacional ou bairro. Consequentemente, homens e mulheres percebem e usam a cidade de maneira diferente. Pensar a cidade nas dimensões de gênero, raça e classe da subordinação interseccional é reconhecer que as transformações nas relações devem ser consideradas como parâmetro fundamental nas mudanças ocorridas no espaço. E a vida cidadina, por sua vez, está condicionada em grande medida pelo modo de organização física da estrutura urbana; a localização, a quantidade e a qualidade dos seus serviços. Neste sentido, partimos do pressuposto de que essas múltiplas formas de subordinação e discriminação interativa nas grandes metrópoles podem revelar vulnerabilidades interseccionais.

O patriarcado nas suas diferentes formas de expressão

O espaço público, para o exercício de uma cidadania ativa, de participação, de construção de sujeitos portadores de direitos, foi e continua a ser histórico-culturalmente masculino. A despeito das críticas em torno do termo patriarcado, seu conceito ajuda a pensar os diferentes modos de apropriação do espaço urbano, traduzidos aqui como desigualdade, que asseguram vantagens aos homens e desvantagens às mulheres.

Pensado como uma exploração e dominação masculina sobre as mulheres, segundo Saffioti (2004, p. 54), o sistema patriarcal,

as hierarquias, as estruturas de poder, enfim, contaminam toda a sociedade: “[...] o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado”.

Para Walby (2002, p. 51), o problema da teoria do patriarcado se deve ao mau uso do conceito, quando se adota, por exemplo, um modelo simplista de relações causais: base e superestrutura. Valendo-se de um elemento causal, qualquer tipo de análise apresentaria problemas para explicar as variações e as mudanças. A solução para este tipo de equívoco consiste em buscar múltiplas causas e não somente uma. Ademais, Walby (2002) compreende o patriarcado como constituído por seis estruturas ao invés de uma, ao incorporar outros elementos, como o trabalho assalariado, o trabalho doméstico, a sexualidade, a cultura, a violência e o Estado. A articulação entre estes elementos produz diferentes formas de patriarcado.

Por fim, Walby (2002, p. 51) defende um posicionamento intermediário, isto é, sem regressar à velha versão das metanarrativas modernistas que reduzia as desigualdades sociais à classe, o de fazer uso de conceitos estruturais – a exemplo do patriarcado – de modo a teorizar nas múltiplas formas para evitar problemas de reducionismo simples e de essencialismo.

Saffioti (1992), por sua vez, acredita na redefinição do significado do termo patriarcado, sobretudo se pensado como um dos esquemas de dominação-exploração componentes de uma simbiose da qual participam também o modo de produção e o racismo. Saffioti (1992, p. 193) desvincula patriarcado do conceito weberiano, entre outros motivos, por este se referir apenas à dominação e não a um esquema de dominação-exploração com todas as consequências que a visão holística acarreta. Além disso, trata-se de um esquema de dominação bastante centrado na família:

O termo patriarcado, contudo, não constitui propriedade da teoria weberiana ou de filiação weberiana. Pode, por conseguinte, ser utilizado para designar outra concepção de relações de gênero (simbiose patriarcado-racismo-capitalismo), diferente das resultantes das posturas dualistas. (SAFFIOTI, 1992, p. 194).

Seguindo sua ideia de simbiose patriarcado-racismo-capitalismo, Saffioti (1992, p. 195) aponta que patriarcado e capitalismo não são sistemas autônomos, nem mesmo interconectados, mas o mesmo sistema. Como formas integradas, eles devem ser examinados juntos.

Eisenstein (1980) também compartilha as noções de patriarcado e de capitalismo como um mesmo sistema, ao identificar uma relação de dependência mútua, de modo que não só reconhece a maleabilidade que tem o patriarcado para se adaptar às necessidades do capital como também o inverso: a maleabilidade do capital para se adequar às necessidades do patriarcado. O capitalismo necessita do patriarcado para poder funcionar de maneira eficiente, reforçando a supremacia masculina, assim como a hierarquia sexual proporciona ao capitalismo a ordem e o controle que lhe são necessários, conforme nos indica Eisenstein (1980, p. 39):

El capitalismo usa al patriarcado y el patriarcado está determinado por las necesidades del capital. Esta afirmación no socava lo dicho anteriormente de que, al mismo tiempo que un sistema utiliza al otro, debe organizarse en función de las necesidades de ese otro precisamente para proteger las propiedades específicas que aquél tiene.

Assim, classe e gênero são construídos simultaneamente ao longo da história. Na sua concepção da simbiose, Saffioti (1992, p.

197) posiciona-se de forma contrária a toda e qualquer hierarquização e explica, que o núcleo de definição de gênero

[...] reside em uma conexão integral entre duas proposições: gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, baseado em diferenças percebidas entre os sexos, e gênero é a maneira primordial de significar relações de poder.

Neste modo, a ênfase recai sobre “percebidas” e não sobre “diferenças”. O vetor vai do social para o anatômico e não o inverso, o que significa que o social engloba tudo, na medida em que o anatômico só existe enquanto percepção socialmente modelada.

Portanto, acredito que seja possível analisar os diferentes modos de acesso, uso e fruição do espaço urbano, de modo a apreender as múltiplas diferenças e desigualdades, a partir da interação entre diferentes eixos da subordinação interseccional de mulheres – gênero, raça e classe –, incluindo também o conceito de patriarcado nas suas diferentes formas de expressão. A contextualização do problema evita as armadilhas dos modelos universais e do essencialismo. Nesta direção, as interseccionalidades de gênero, raça e classe contribuem para a captura da vulnerabilidade particular de mulheres cuja relação com o espaço urbano está intimamente relacionada com a construção da cidadania feminina.

O ideal de cidadania em construção

Ao me reportar à História, observo que o sentido do termo está intimamente relacionado com as revoluções burguesas e a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, de 1789, universalmente reconhecida como momento fundador dos modernos direitos à liberdade e à igualdade. É no contexto da Revolução Francesa que

se prepara a construção concreta e não linear de um modelo de “cidadania” que atravessou o Ocidente europeu nos últimos duzentos anos e da qual muitos grupos sociais permaneceram excluídos. No caso das mulheres, particularmente, a Revolução Francesa ensejou poucas mudanças.

Nye (1995, p. 22) demonstra como as reformas democráticas foram originalmente teorizadas como só beneficiando as mulheres indiretamente. Havia um pensamento predominante entre os legisladores de que “[...] se as mulheres são dependentes dos homens, logo, as mulheres estarão em melhor situação porque os homens estarão em melhor situação” (NYE, 1995, p. 22). Inadequadas para a responsabilidade civil com sua necessária racionalidade e autonomia, elas não podiam integrar o contrato social que Rousseau preconizava como base para toda autoridade legítima. Na igualdade perfeita que Rousseau enxergava para a sua república ideal, na qual ninguém seria servo de alguém ou inferior a alguém, as mulheres não contavam. Nos turbulentos anos de luta na Inglaterra e na França, a maioria dos reformadores não questionou a inaceitabilidade das mulheres para a vida pública.

No entanto, apesar das contradições nas reformas democráticas da Revolução Francesa, o fato de que uma revolução social verdadeiramente grande havia ocorrido, dando lugar a uma nova sociedade em que as relações entre os homens passaram a ser reguladas pela lei e não pelo berço, somado ao êxito dos abolicionistas e à luta para dar o voto aos negros nos Estados Unidos, foi encorajador para que as feministas implementassem suas lutas pela igualdade de direitos (NYE, 1995, p. 24-25). Inicialmente, estas lutas ficaram restritas ao âmbito político, pois se acreditava que, na medida em que fossem representadas no Parlamento, as outras conquistas viriam

como consequência. Posteriormente, outras organizações de mulheres e feministas pela conquista da cidadania se formaram.

O ideal de cidadania universal tem inspirado diversos segmentos sociais. A partir do momento em que a burguesia desafiou os privilégios aristocráticos exigindo direitos políticos iguais para os cidadãos, mulheres, trabalhadores, judeus, negros e muitos outros grupos têm lutado para serem incluídos nesta categoria. A teoria política moderna afirmou o igual valor moral a todas as pessoas, o que, supostamente, deveria incluir, realmente, a todas(os) na categoria de cidadãs(aos) (YOUNG, 1996, p. 99).

Numa crítica ao ideal de cidadania universal, Young (1996) explica que o moderno pensamento político, de um modo geral, assumiu que a universalidade da cidadania, no sentido de cidadania para todas as pessoas, implica, também, uma universalidade, no sentido de que o *status* de cidadão transcende a particularidade e a diferença. Quaisquer que sejam as diferenças sociais ou de grupo entre os(as) cidadãos(ãs), o ser cidadão(a) concede a todas as pessoas idêntica categoria na política pública. Young (1996, p. 99) segue com mais dois significados adicionais à extensão da cidadania a todas as pessoas:

a) la universalidad definida como general en oposición a particular, es decir, lo que los ciudadanos/as tienen en común como antítesis de aquello en que difieren;

b) la universalidad en el sentido de leyes y reglas que enuncian lo mismo para todas las personas y que se aplican a todas de idéntica forma, o lo que es lo mismo, leyes y reglas ciegas a las diferencias individuales o grupales.

Nos séculos XIX e XX, muitas pessoas excluídas e em desvantagem acreditaram que a conquista da cidadania plena traria a tão desejada liberdade e igualdade. Contudo, ainda no final do século XX, quando os direitos de cidadania foram ampliados formalmente a todos os grupos nas sociedades capitalistas liberais, alguns grupos seguiam sendo tratados como cidadãos de segunda classe. Young (1996, p. 99) questiona “[...] por que a ampliação de direitos a todas as pessoas não tem comportado a justiça e a igualdade?”.

A instigante discussão de Young (1996) inspirou a formulação de um dos problemas analisados neste livro: Por que a ampliação de direitos a todas as pessoas não tem comportado a justiça e a igualdade quando o assunto é espaço urbano? O outro dilema, na discussão da cidadania feminina, que também precisa ser mencionado aqui é: Como podemos defender direitos universais em meio a tantas diferenças? Para debater estas questões, optei por seguir, basicamente, as contribuições de Ávila (2001), Mouffe (1999), Nye (1995) e Young (1996).

Para Young (1996), a universalidade da cidadania no sentido da inclusão e da participação de todo o mundo e os outros significados de universalidade presentes nas ideias políticas modernas (universalidade como generalidade e como igual tratamento) não estão imbricados. Ao contrário, encontram-se em mútua tensão por diversas razões. Explica que, em primeiro lugar,

[...] el ideal de que las actividades de ciudadanía expresan o crean una voluntad general que trasciende las diferencias particulares de la afiliación, situación e interés grupal ha excluido en la práctica a los grupos considerados incapaces de adoptar ese punto de vista general; la idea de ciudadanía como expresión de una voluntad general ha tendido a imponer una

homogeneidad de los ciudadanos/as. En la medida en que los partidarios contemporáneos de la ciudadanía revitalizada conservan esa idea de voluntad general y de vida em común, apoyan implícitamente esas mismas exclusiones y homogeneidad. (YOUNG, 1996, p. 100).

Young (1996) acredita que a inclusão e a participação de cada pessoa na discussão e na tomada de decisão pública requerem mecanismos para a representação grupal. Em segundo lugar, continua:

[...] allá donde existen diferencias en capacidades, cultura, valores y estilos de comportamiento entre los grupos, pero algunos de estos grupos son privilegiados, el seguimiento estricto de un principio de tratamiento igual tiende a perpetuar la opresión y las desventajas. Por consiguiente, la inclusión y la participación de cada persona en las instituciones sociales y políticas requieren a veces la articulación de derechos especiales orientados a atender las diferencias de grupo con el objeto de socavar la opresión y la desventaja. (YOUNG, 1996, p. 100).

Em concordância com Young (1996), o ideal da esfera pública da cidadania como expressão de uma vontade geral, um ponto de vista e um interesse que os(as) cidadãos(ãs) compartilhem e que transcendam suas diferenças, tem operado, de fato, como uma demanda de homogeneidade entre cidadãos(as). A exclusão de grupos definidos como diferentes foi reconhecida explicitamente antes mesmo do século XX.

Avaliando, de modo crítico, o que Young (1996) identifica como certa tensão entre a tradição do republicanismo cívico e a teoria do contrato individualista de Hobbes ou Locke, em que o individualismo

liberal considera o Estado um instrumento necessário para mediar conflitos e regular a ação para que os indivíduos disponham de liberdade para prosseguir com seus fins privados e a tradição republicana situa a liberdade e a autonomia nas atividades públicas reais da cidadania, essa autora discorda da concepção de que os(as) cidadãos(as), ao participarem da discussão pública e da tomada de decisões coletivas, supostamente transcenderiam suas vidas autointeressadas particulares e a busca de interesses privados para adotar um ponto de vista geral a partir do qual se poriam de acordo com o bem comum. A cidadania, neste sentido, é uma expressão da universalidade da vida humana; é um domínio de racionalidade e de liberdade como algo oposto ao domínio das necessidades, dos desejos e dos interesses particulares (YOUNG, 1996, p. 102).

Na opinião de Young (1996), e a pesquisa confirma isto, acreditar na concepção de cidadania como universal, oposto a particular, e como comum, oposto a diferenciado, não implica em uma ampliação do *status* de cidadania plena a todos os grupos. Esse intento de realizar um ideal de cidadania universal – que encontra o público encarnado na maioria antagônica de particularidade, em comum, frente à diferença – tenderá a excluir ou a pôr em desvantagem alguns grupos, pese os que disponham formalmente de idêntico *status* de cidadania. A ideia do público como universal e a concomitante identificação da particularidade com a privacidade fazem da homogeneidade um requisito da participação pública. Ao exercer sua cidadania, todos(as) os(as) cidadãos(ãs) deveriam assumir o mesmo e imparcial ponto de vista que transcenderia todos os interesses, todas as perspectivas e todas as experiências particulares.

Porém, essa perspectiva geral imparcial é um mito. Diferentes grupos sociais têm diferentes necessidades, culturas, histórias, experiências e percepções de relações sociais, que influenciam na sua interpretação do significado e das consequências da proposta pública assim como em sua forma de raciocinar politicamente. Estas diferenças na interpretação política não são meramente o resultado de interesses diferentes ou conflitivos, posto que os grupos têm interpretações diferentes, mesmo quando buscam promover a justiça social e não somente a satisfação de seus próprios interesses. Em uma sociedade em que alguns são privilegiados e outros são oprimidos, insistir na visão de que as pessoas deveriam omitir suas experiências e filiações particulares para adotar um ponto de vista geral e neutro só serve para reforçar este privilégio, posto que as perspectivas e os interesses dos privilegiados tendem a dominar este setor público unificado, marginalizando ou silenciando a todos os grupos restantes (YOUNG, 1996, p. 106).

Partilho das ideias de Young (1996), quando ele defende uma cidadania diferenciada em função de grupos diferenciados, inseridos num âmbito público e num setor público heterogêneo. A politização da vida pública não deveria exigir a criação de um âmbito público unificado em que os(as) cidadãos(as) deixem de lado suas afiliações, histórias e necessidades grupais particulares para discutir um interesse geral ou bem comum, pois, deste modo, ele suprime, mas não elimina as diferenças e tende a excluir algumas perspectivas do âmbito do público.

Ao reconhecer a cidadania diferenciada, Young (1996) defende a representação de grupo na qual as diferenças se façam representadas, acreditando, deste modo, obter um resultado mais justo no processo democrático. A proposta é pensar em um setor

público heterogêneo, pautado no princípio de representação de grupo que, por sua vez, precisa estar inserido em um programa mais amplo em prol de um processo democratizado. Nesta perspectiva, deve haver o compromisso com a tomada de decisões em conjunto.

Gutmann (1980 apud YOUNG, 1996, p. 108) analisa um dos “paradoxos da democracia” em que o poder social faz alguns cidadãos mais iguais que outros e, por outro lado, a igualdade de cidadania converte algumas pessoas em cidadãos mais poderosos. A solução se apoia, ao menos em parte, em proporcionar meios institucionalizados para o reconhecimento e a representação explícita dos grupos oprimidos. Por grupo oprimido, Young (1996, p. 111) entende aquele que se encontra submetido a uma ou mais das seguintes condições:

1) los beneficios derivados de su trabajo o energía van a otras personas sin que éstas les recompensen recíprocamente por ello (explotación); 2) están excluidos de la participación en las principales actividades sociales, lo que en nuestra sociedad significa básicamente un lugar de trabajo (marginación); 3) viven y trabajan bajo la autoridad de otras personas (falta de poder); 4) como grupo están estereotipados y, a la vez, su experiencia y situación resulta invisible en el conjunto de la sociedad, por lo que tienen poca oportunidad y poca audiencia para expresar su experiencia y perspectiva sobre los sucesos sociales (imperialismo cultural); 5) los miembros del grupo sufren violencia y hostigamiento al azar merced al miedo o al odio al grupo.

Em suas pesquisas, Young (1996) identifica, nos Estados Unidos, pelo menos os seguintes grupos submetidos a uma ou mais de uma destas formas de opressão: as mulheres, os(as) negros(as), os(as) indígenas norte-americanos(as), os(as) estadunidenses de

origem mexicana, os(as) porto-riquenhos(as) e os(as) latinos(as) em geral, os(as) estadunidenses de origem asiática, os gays, as lésbicas, a classe trabalhadora, os pobres, os(as) anciãos(ãs) e as pessoas física ou mentalmente incapacitadas.

Young (1996) propõe uma teoria democrática participativa baseada na premissa de que existem diferentes grupos e que alguns estão, potencial ou realmente, oprimidos ou em situação de desvantagem. Como princípio, um sistema de governo republicano e democrático que deveria proporcionar mecanismos para a representação e para o reconhecimento efetivos das distintas vozes e perspectivas daqueles grupos que se encontram em situação de desvantagem ou opressão. Esta representação de grupo implica contar com mecanismos institucionais e recursos públicos para apoiar em três atividades:

1) la autoorganización de los miembros/as del grupo para que obtengan un apoderamiento colectivo e una comprensión reflexiva de sus intereses y experiencias colectiva en el contexto de la sociedad; 2) expresar un análisis de grupo de cómo les afectan las propuestas de políticas sociales, en contextos institucionalizados en que los decisores están obligados a mostrar que han tenido en cuenta dichas perspectivas; 3) tener poder de veto respecto de políticas específicas que afecten directamente al grupo [...]. (YOUNG, 1996, p. 111).

Desse modo, Young (1996) acredita ser possível institucionalizar melhor a justiça em circunstâncias de domínio e opressão social. As diferenças de grupo não só implicam necessidades, interesses e objetivos diversificados, mas, também, situações e experiências sociais diferentes e importantes a partir das quais se compreendam as políticas e os fatos sociais. Em virtude da diversidade das histórias

dos grupos sociais, dos valores e modos de expressão, sua relação com outros grupos possibilita enriquecedoras trocas de experiências e formas diversas de compreender o significado dos acontecimentos sociais, que possam contribuir para a compreensão dos demais.

A democracia participativa implica, ainda, em princípio, um compromisso com as instituições próprias de um sistema com âmbito público heterogêneo em todas as esferas de tomadas de decisões democráticas, o que inclui a representação específica dos grupos mais oprimidos, de maneira que, através destes, possam expressar, perante todas as pessoas, sua forma particular de entender certos assuntos e de explicitar também seu voto de grupo. Tais estruturas de representação de grupos não substituiriam as estruturas de representação regional ou de partido, simplesmente coexistiriam com elas (YOUNG, 1996).

Mouffe (1999, p. 44-45) simpatiza com a tentativa de Young (1996) de incluir formas de opressão distintas das sofridas pelas mulheres; no entanto, faz uma crítica a sua solução da “cidadania de grupo diferenciado”. O problema, na avaliação de Mouffe (1999), encontra-se na própria noção de “grupo” que Young (1996, p. 118-110) identifica com identidades inclusivas e com modos de vida, que poderia fazer sentido para grupos como os(as) indígenas estadunidenses, mas é completamente inadequada, como descrição, para muitos grupos cujas reivindicações ela quer considerar, como as mulheres, os idosos, os diferentemente aptos e outros. Young (1996) apresenta uma noção essencialista de “grupo” e isto explica, em última instância, sua visão tão diferente do pluralismo de grupos de interesse por ela criticados: há grupos com interesses e identidades dadas e a política não se dedica à construção de novas identidades, mas a encontrar caminhos para satisfazer as reivindicações das diferentes partes de uma maneira aceitável para todas.

Para Young (1996), a política ainda é concebida como um processo de enfrentamento entre interesses e identidades já constituídos, sem atentar para realidades que são muito particulares, para as demandas de indivíduos desarticulados politicamente, o que nos leva a concluir que a sua proposta não sanaria o próprio problema exposto, ou seja, o de defender direitos universais em meio às diferenças.

Como objetivo primeiro de uma cidadania democrática radical, Mouffe (1993) defende a construção de uma identidade política comum que haveria de criar as condições para o estabelecimento de uma nova hegemonia articulada mediante novas relações, práticas e instituições sociais igualitárias e isto não pode ser conseguido sem a transformação das posições de sujeitos existentes. Seria possível proporcionar oportunidades para um diálogo entre diferentes grupos oprimidos, mas, para que as reivindicações fossem construídas ao redor de um princípio de equivalência democrática, teriam que ser criadas novas identidades.

Os movimentos sociais contemporâneos que buscam a plena inclusão e a participação dos grupos oprimidos e em situação de desvantagem enfrentam atualmente o dilema da diferença. Por um lado, negar que existam diferenças essenciais entre homens e mulheres brancos e negros, entre pessoas com plena capacidade corporal e pessoas incapacitadas, justificaria negar às mulheres, aos(as) negros(as) ou às pessoas incapacitadas a oportunidade de fazer algo que o restante das pessoas é livre para fazer, de fazer parte de certas instituições ou de alcançar determinada posição.

Por outro lado, é necessário afirmar que existem diferenças de grupos entre homens e mulheres, brancos(as) e negros(as), pessoas com plena capacidade corporal e pessoas incapacitadas que fazem

com que a aplicação de um princípio estrito de idêntico tratamento, em particular quando se compete para lograr determinadas posições, seja injusto, uma vez que estas se encontram em situação de desvantagem (YOUNG, 1996, p. 119). Assim, onde houver diferenças de grupos, em capacidades, valores e estilos cognitivos ou de conduta, tratar por igual a atribuição de recompensas, de acordo com regras de compensação e mérito, reforçará e perpetuará as desvantagens.

Na história recente de democratização no Brasil – cujos marcos são os anos de 1979, com a Lei da Anistia, e 1985, com a posse do primeiro governo civil pós-ditadura militar, eleito de forma indireta –, a diversidade das questões postas em pauta pelos sujeitos e das formas de organização social e política nos levam a observar que o que se coloca como objeto de democratização é a organização da vida social como um todo.

O movimento de mulheres constitui um sujeito fundamental da organização da sociedade civil, pois não só produz a inserção das mulheres no processo político geral como traz novas questões para a agenda da democracia:

Na perspectiva feminista que busca uma transformação das relações de gênero associada a uma luta por justiça social, a igualdade e a liberdade são pensadas em termos mais radicais, no sentido de que a conquista de direitos é uma dimensão fundamental, mas não é a única em torno da qual se deve agir. Por outro lado, a passagem de direitos formais para direitos substantivos exige transformações nas estruturas materiais e simbólicas que sustentam a organização da vida social. (ÁVILA, 2001, p. 16-17).

Ana Costa (1998, p. 66) lembra que, apesar da *Declaração da Mulher e da Cidadã*, de Olympe de Gouges, de 1791 - uma versão feminina da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, de agosto de 1789 -, as mulheres permaneceram afastadas da esfera pública do poder nas chamadas democracias liberais até as décadas de 1920-1930, quando, depois de muitas lutas, adquiriram finalmente a cidadania plena, pelo menos no nível formal. Na maioria das nações, as mulheres primeiro conquistaram a cidadania política e, só posteriormente, a cidadania civil.

A luta das mulheres por igualdade, no Brasil, vem desde os tempos coloniais. O direito à educação e ao voto são conquistas marcantes desta trajetória. Legalmente, as conquistas dos movimentos feministas contemporâneos configuram uma nova etapa histórica no processo de transformação das relações de gênero. A Constituição de 1988 é um marco, pois afirma, como um de seus princípios, que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, além de garantir, em seu texto, uma série de outros direitos fundamentais, específicos das mulheres.

Entretanto, observa-se que, na formulação e na execução das políticas públicas no país, o princípio da igualdade de gênero não tem sido levado em conta, como também as leis ordinárias que regulam diretamente os acordos, os interesses e os conflitos das relações de gênero na vida prática não estão todas, ainda, em consonância com este princípio geral de igualdade. Um exemplo disto é o Novo Código Civil que, somente após a sua aprovação em 2001 é que pôs fim à figura do Pátrio Poder na chefia da família, deixando outras leis ordinárias ainda vigorando com formulações extremamente impeditivas à liberdade das mulheres. A interdição ao aborto legal é outro exemplo da negação da autonomia e da liberdade individual

das mulheres e, neste caso, quem tem ditado as normas é a Igreja Católica – instituição cuja forma de organização é profundamente hierárquica e assentada em um tipo de poder puramente patriarcal.

A cidadania feminina, arduamente conquistada, ao bater-se com os limites da sociedade patriarcal, trouxe consigo muitas limitações e muitos impedimentos para o seu efetivo exercício. Tal cidadania, construída a partir da imagem masculina, implica que as mulheres, para exercê-la, devem atuar segundo o modelo masculino. Pateman (1993) acredita que insistir que aos atributos, às especificidades e às atividades distintas das mulheres seja dada expressão e que sejam valorizados como forjadoras da cidadania é pedir o impossível, já que tal diferença é exatamente o que a cidadania patriarcal exclui.¹²

Calíó (1991) denunciou, em sua tese, que jamais o movimento de mulheres no Brasil havia discutido a gestão e a reordenação democrática do espaço urbano. Nesta mesma década, vivenciou a experiência, na Assessoria dos Direitos da Mulher, onde discutia com diversos grupos de mulheres o Plano Diretor do Município de Santo André. A partir daí, identificou que, para as mulheres, o direito à cidade significa enfrentamento direto de questões como discriminação no trabalho, educação diferenciada, violência, segurança, saúde, direitos reprodutivos, acesso à educação, à formação profissional, à moradia, ao lazer etc. (CALIÓ, 1991, p. 134-137).

É na perspectiva dialética do processo contraditório entre conquistas e permanências de opressão e desigualdade que devem ser

¹² Há várias referências em que Pateman desenvolve análise crítica feminista do conceito patriarcal de cidadania, que implica que as mulheres devem ser parecidas com os homens, já que a diferença é o que a cidadania patriarcal exclui. A obra mais conhecida entre nós é *O contrato sexual* (PATEMAN, 1993). Uma avaliação crítica das suas ideias é realizada por Mouffe (1993).

analisadas as relações de gênero na sociedade como um todo e uma dimensão fundamental deste processo é reconhecer, na conquista destes direitos, a ação das mulheres como sujeito político.

Ávila (2001) chama a atenção para o fato de que apenas o aperfeiçoamento da democracia representativa não é suficiente para uma participação amplamente democrática, que a democracia direta e participativa deve ser fortalecida como um meio de democratizar o poder político.

Os movimentos feministas e os movimentos de mulheres têm destacada participação na luta por direitos sociais, compreendidos aqui como questão estratégica na construção da igualdade para as mulheres. Sem dúvida alguma, as mulheres pobres devem se constituir em prioridade das políticas públicas como forma de superação da pobreza e, portanto, como instrumento de inclusão para a vivência da cidadania. Esta afirmação política de direitos especiais procede não da necessidade de compensar uma inferioridade, como poderiam pensar alguns, mas, da valorização positiva da especificidade em diferentes formas de vida.

Os universalistas consideram que é uma contradição afirmar que grupos outrora segregados têm direito à inclusão e também a um tratamento diferencial; contudo, não existe contradição alguma quando há que se atender à diferença para possibilitar a participação e a inclusão. Estes grupos, com diferentes circunstâncias ou formas de vida, deveriam ser capazes de participar conjuntamente de instituições públicas, sem perder as suas distintas identidades ou padecer de desvantagem por causa delas. O objetivo não é proporcionar uma compensação especial àqueles que fogem à norma até que logrem a normalidade, senão desconstruir a norma, ou seja, a forma pela qual as instituições formulam suas regras revelando as

circunstâncias e as necessidades plurais que existem, ou que nelas deveriam existir.

A análise do urbanismo numa abordagem das relações de gênero é um bom exemplo disto, uma vez que homens e mulheres estabelecem relações diferenciadas com a cidade, sobretudo se interseccionadas com as variáveis raça e classe, e a cidade, por sua vez, atende de forma desigual às variadas demandas.

Ao longo desta pesquisa, procuro desenvolver algumas reflexões em busca de respostas para a questão suscitada: Por que a ampliação de direitos a todas as pessoas não tem comportado a justiça e a igualdade no uso e no usufruto do espaço urbano? A princípio, observa-se que a situação de subordinação das mulheres em todas as sociedades e em contextos diversos se traduz em iniquidade, com relação ao acesso e ao controle dos recursos econômicos, à propriedade da terra e à moradia, como também ao desfrute pleno da cidade.

Por fim, vale lembrar que a construção da cidadania e da democracia é infundável, no sentido de que, no momento mesmo em que as aquisições cidadãs e democráticas são confirmadas, recomeça o trabalho de ampliação dos limites já alcançados, um recomeço que deve se orientar no sentido de ampliar o que se adquiriu e que não deve ser confundido com “[...] eterno retorno, incansável e sem esperanças” (OLIVEIRA, 1998, p. 9-11).

OS CAMINHOS DA PESQUISA

Na busca por testemunhos históricos, iniciei uma investigação em busca de todo e qualquer vestígio que as mulheres tenham deixado na sua relação com a cidade: suas impressões, discursos publicados, imagens por elas produzidas assim como a sua presença

nas imagens quando localizadas no espaço público. Reuni, assim, uma documentação diversificada que pudesse me fornecer pistas da relação das mulheres com a cidade: são registros, memórias deixadas por profissionais liberais, cronistas, literatos e fotógrafos da cidade, no período compreendido entre 1930 e 1950; projetos urbanísticos, com destaque para os trabalhos do Escritório de Planejamento Urbano da Cidade de Salvador (EPUCS); publicações da Prefeitura Municipal de Salvador; Anais da *Primeira Semana do Urbanismo em Salvador*; e imagens, fotografias e mapas da cidade.

As pesquisas realizadas nos arquivos revelaram que, no período, muito se falou sobre a cidade do Salvador. Entretanto, há uma desproporção entre a quantidade de publicações de mulheres e de homens, de modo que a ausência documental da presença das mulheres direcionou a pesquisa para o processo histórico de construção desta exclusão. O contato com o material recolhido me conduziu à vertente da Nova História Cultural (NHC) de pensar o “real” através de suas práticas; no caso, de representações construídas por mulheres e homens na sua relação com a cidade.

Redescoberta nos anos 1970, a História Cultural vem desfrutando de uma renovação no mundo acadêmico (BURKE, 2000, 2005; HUNT, 2001). Vale lembrar que a história cultural, ou histórias da cultura humana, já vem sendo praticada há mais de 200 anos na Alemanha: Lynn Hunt, Peter Burke e Roger Chartier são alguns dos principais historiadores que se destacaram por suas publicações sobre o tema.

O que é história cultural? (2005) e *Variedades de história cultural* (2000), de Burke, por exemplo, são obras que apresentam um bom panorama sobre a história da história cultural. Na primeira,

esse autor faz um longo percurso apresentando as principais contribuições da história cultural e identifica quatro fases.

Na primeira fase, também conhecida como História Cultural Clássica, há dois trabalhos bastante representativos: *A cultura do Renascimento na Itália*, do historiador suíço Jacob Burckhardt, publicado pela primeira vez em 1860; e *Outono da Idade Média* (1919), do historiador holandês Johan Huizinga. A denominação “clássica” se deve ao fato de os historiadores culturais se concentrarem na história dos clássicos, um “cânone” de obras-primas da arte, literatura, filosofia, ciência. Nestas obras, é possível verificar a preocupação em estabelecer a conexão entre as diferentes artes, colocando-as em seu contexto histórico.

A segunda fase é caracterizada pela contribuição de acadêmicos que não pertenciam aos departamentos de história, como os sociólogos Max Weber, autor de *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (1904), e Norbert Elias, que publicou *O processo civilizador* (1939), que é essencialmente história cultural.

A partir da década de 1960, a história da cultura popular se tornou objeto de estudo entre historiadores (BURKE, 2000),¹³ com contribuições importantes como *História Social do jazz* (1959), de Eric Hobsbawm, e *A formação da classe operária inglesa* (1963), de Edward Thompson. Nesta última, por exemplo, Thompson não se limita a analisar o papel desempenhado pelas mudanças econômicas e políticas na formação de classe, mas examina o lugar da cultura popular neste processo.

¹³ Burke explica que a cultura popular se originou no mesmo lugar e momento em que a da história cultural: na Alemanha do final do século XVIII. No entanto, canções e contos populares, danças, rituais, artes e ofícios foram, por muito tempo, restritos a estudos de folcloristas e antropólogos. O século XIX, em função da história “positivista”, cada vez mais interessada em política, documentos e “fatos concretos”, observa-se expressiva lacuna de trabalhos no campo da história cultural. Entre os historiadores, somente a partir da década de 1960 é que se tornam objeto de estudo.

Ao que tudo indica, a história da cultura popular surge na década de 1960, como uma reação às deficiências das abordagens anteriores, especialmente da história cultural, nas quais as pessoas comuns eram deixadas de fora. Outro fator que contribuiu para isto foi a ascensão, na época, dos Estudos Culturais na Inglaterra, seguindo o modelo do Centro de Estudos Culturais Contemporâneos - *Centre for Contemporary Cultural Studies* -, da Universidade de Birmingham, dirigido por Stuart Hall. Para Burke (2005, p. 31),

O sucesso internacional do movimento pró-estudos culturais sugere que ele atendeu a uma demanda, respondeu a uma crítica à ênfase sobre a alta cultura tradicional dada pelas escolas e universidades, e também satisfaz a necessidade de entender o cambiante mundo de mercadorias, publicidade e televisão.

A História da Cultura Popular expôs problemas que foram ficando cada vez mais visíveis ao longo dos anos. As fontes, os métodos da história e as suposições de estudos realizados no passado, os “clássicos”, começaram a ser questionados por marxistas, feministas, estudiosos do pós-colonialismo, dentre outros. Burckhardt e Huizinga, por exemplo, foram muitas vezes criticados, chamados de impressionistas ou mesmo de anedóticos.

A primeira crítica marxista sobre a abordagem clássica da cultura é de que esta “fica no ar”, faltando-lhe contato com qualquer base econômica ou social. A segunda crítica diz respeito ao fato de estes autores superestimarem a homogeneidade cultural e ignorarem os conflitos. O próprio Thompson, na ocasião em que publicou *A formação da classe operária inglesa* (1963), recebeu críticas de alguns colegas marxistas por colocar ênfase nas experiências e nas ideias, e não nas duras realidades econômicas, sociais e políticas, criando

uma tensão entre culturalismo e economicismo (BURKE, 2005). O feminismo também reagiu com críticas às grandes narrativas da história e passou a reivindicar a importância da presença das mulheres na história, o que significou, necessariamente, ir contra as definições de história e seus agentes já estabelecidos como “verdadeiros” ou, pelo menos, como reflexões acuradas sobre o que aconteceu (ou teve importância) no passado.

Na década de 1970, muitos historiadores se voltaram para a Antropologia em busca de uma maneira alternativa de vincular cultura e sociedade, de uma forma que não reduzisse a primeira a um reflexo da segunda ou a uma superestrutura. O próprio conceito de cultura, criticado por ser muito vago, passou por várias transformações:

Em geral, é usado para se referir à “alta” cultura. Foi estendido “para baixo”, continuando a metáfora, de modo a incluir a “baixa” cultura, ou cultura popular. Mais recentemente, também ampliou para os lados. O termo cultura costumava se referir às artes e às ciências. Depois, foi empregado para descrever seus equivalentes populares – música folclórica, medicina popular e assim por diante. Na última geração, a palavra passou a se referir a uma ampla gama de artefatos (imagens, ferramentas, casas e assim por diante) e práticas (conversas, ler, jogar). (BURKE, 2005, p. 42-43).

A Nova História Cultural, segundo Burke (2005, p. 68-69), forma dominante de história cultural praticada hoje, segue um novo “paradigma”, um novo estilo, que deve ser visto como uma resposta aos desafios colocados através das críticas, à expansão do domínio da

“cultura” e à ascensão do que passou a ser conhecido como “teoria cultural”.

Na abordagem conferida a este trabalho, inserido na História Cultural do Urbano, discursos e imagens surgem como possibilidades de leitura que a cidade oferece. Seguindo a metodologia proposta por Pesavento (1995, p. 282), a ideia é cruzar “[...] dados objetivos – obras, traços, sinais ou ‘cacos’ da passeidade que nos chegam, sob forma de imagens ou discursos, com as possibilidades de leitura que a cidade oferece”. Explica a historiadora:

Empreender este caminho pressupõe pensar para muito além do espaço, enveredando pelo caminho das representações simbólicas da urbe, que podem corresponder ou não à realidade sensível, sem que com isso percam a sua força imaginária. (PESAVENTO, 1995, p. 282).

Pesavento (1995) apresenta uma distinção entre produtores e consumidores do espaço. No primeiro grupo, cujos membros compõem as elites dirigentes, com destaque para os profissionais da cidade - arquitetos, urbanistas, engenheiros, médicos sanitaristas e demais técnicos encarregados de implementar os equipamentos necessários à intervenção urbana-, observa-se um sistema de ideias mais ou menos coerente daqueles que “fazem a cidade”, que a projetam, discutem e executam:

A ‘questão urbana’ aparece assim como um problema posto, derivado das transformações econômico-sociais da época, e que tem na cidade o seu *locus* privilegiado de realizações. Sem dúvida, estes ‘produtores do espaço’ concebem uma maneira de construir e/ou transformar a cidade, através de práticas definidas, mas também constroem uma maneira de pensá-la,

vivê-la ou sonhá-la. Há a projeção de uma ‘cidade que se quer’, imaginada e desejada, sobre a cidade que se tem, plano que pode vir a realizar-se ou não. O que importa resgatar do ponto de vista da história cultural urbana é que a ‘cidade do desejo’, realizada ou não, existiu como elaboração simbólica na concepção de quem a projetou e a quis concretizar. (PESAVENTO, 1995, p. 283).

Além dos portadores de ideias e executores de tais práticas sociais de intervenção no urbano, há os consumidores do espaço, isto é, os habitantes da urbe, por sua vez constituídos pelas pessoas comuns, pela massa da população citadina, e por aqueles que Pesavento (1995) denomina de “leitores especiais da cidade”, representados pelos fotógrafos, poetas, romancistas, cronistas e pintores da cidade.

Na análise das imagens e dos discursos produzidos pelos “leitores da cidade”, procuro localizar as mulheres no espaço público, mapeando os lugares possíveis ao seu acesso e ao seu usufruto no contexto da cidade, pois desvendar os limites impostos ao sexo feminino em termos espaciais assim como alguns deslocamentos destas fronteiras são desafios colocados neste trabalho.

O USO DE IMAGENS COMO TESTEMUNHO HISTÓRICO

Há muito tempo, historiadores urbanos têm empregado a pintura, os impressos e, mais recentemente, as fotografias, como evidência histórica. Neste trabalho de pesquisa, o uso de imagens tem sua importância seja pelas vistas externas da cidade, que possibilitam conhecer mais sobre Salvador, suas ruas e edificações, mas, sobretudo, por identificar o lugar de diferentes mulheres na

vida da cidade. As imagens oferecem, entre outras informações, evidência valiosa das ocupações exercidas na cidade, das atividades realizadas pelas mulheres, muitas delas na economia informal, o que escapa, frequentemente, à documentação oficial.

O recurso visual ficou, por muito tempo, confinado ao plano da ilustração exemplificadora e ganhou ascensão entre os historiadores engajados no modelo proposto pela chamada “Nova História”, muito em voga nas últimas décadas do século XX. Com este movimento, mentalidades, identidades, micro-história e cultura passaram ao centro das questões motrizes da historiografia e as imagens emergem, então, como mais um recurso na busca pela sensibilidade, muitas vezes inatingível por via da palavra escrita.

Apesar de pouco exploradas como testemunho histórico, as imagens constituem um amplo painel de informações visuais, o que possibilita uma melhor compreensão do passado em seus múltiplos aspectos. Esta é a razão por que foram explorados, neste trabalho, como evidência histórica, fotografias e mapas históricos da cidade, ao lado dos textos impressos, fugindo da antiga hierarquia de importância entre os diferentes tipos de documentos. Isto significa dizer que as imagens aqui não estão sendo utilizadas para ilustrar a tese ou, simplesmente, para confirmar conclusões alcançadas a partir de outras fontes. Ao contrário, procuro atentar para a riqueza de detalhes que nenhuma outra fonte é capaz de fornecer, suscitando questões e revelando um verdadeiro inventário de informações do passado.

É preciso deixar claro que o objeto de investigação não é a história da fotografia, pois, neste caso, teríamos, necessariamente, que nos aprofundar nas questões de ordem técnica (equipamentos e técnicas empregados para a obtenção do registro). A proposta aqui é analisar o registro visual, isto é, o conjunto de informações visuais

que compõem o conteúdo do documento. A fotografia é adotada como instrumento de pesquisa, por se prestar à descoberta, análise e interpretação de homens e mulheres no contexto histórico, fazendo uso da iconografia fotográfica como meio de conhecimento visual da cena passada, como possibilidade de resgate da memória visual da relação das mulheres com a cidade.

Deste modo, entre os elementos essenciais que compõem o processo de produção da fotografia – o assunto, o fotógrafo e a tecnologia – detenho-me à relação assunto-fotógrafo, o que significa maior ênfase no conteúdo de imagens que possam contribuir para a recuperação de fatos passados sem, no entanto, prescindir de informações relevantes acerca da história da fotografia e dos fotógrafos, aqui entendidos enquanto autores destas fontes.

Por muito tempo, a informação visual do fato representado na imagem fotográfica foi aceita *a priori*, sem questionamentos acerca da sua fidedignidade. Kossoy (2001) explica que isto decorre do privilegiado grau de credibilidade de que a fotografia sempre foi merecedora desde o seu advento. Entretanto, o historiador explica que

[...] esta objetividade positivista creditada à fotografia tornou-se uma instituição alicerçada na aparência, no iconográfico enquanto expressão da verdade; um equívoco fundamental que ainda hoje persiste. (KOSSOY, 2001, p. 102).

No sentido iconográfico, é possível aceitar como real a existência dos objetos reproduzidos, efetivamente representados, colocados diante de nós no tempo e no espaço. Pode-se comprovar a fidedignidade do conteúdo, pelo menos enquanto reprodução icônica da realidade, através da comparação com outras fotografias que

representam o mesmo assunto, tomadas pelo próprio fotógrafo ou por outros, aproximadamente na mesma época (KOSSOY, 2001, p. 104-105).

Empregada como documento histórico, a fotografia não pode ser concebida como um dado puro que fala por si mesmo e que se oferece, objetivamente, ao historiador. Ela é um meio de conhecimento do passado, mas não reúne em seu conteúdo o conhecimento definitivo dele, pois o assunto registrado em uma imagem, segundo explica Kossoy (2001), mostra apenas um fragmento da realidade, um e só um enfoque da realidade passada, um aspecto determinado. Nas palavras do autor,

[...] o conteúdo é o resultado final de uma seleção de possibilidades de ver, optar e fixar um certo aspecto da *realidade primeira*, cuja decisão cabe exclusivamente ao fotógrafo, quer esteja ele registrando o mundo para si mesmo, quer a serviço de seu contratante. (KOSSOY, 2001, p. 107, grifo do autor).

As possibilidades de o fotógrafo interferir na imagem, dramatizando ou valorizando este ou aquele aspecto da realidade, alterando a aparência dos seus retratados, omitindo ou introduzindo detalhes, têm início na invenção da fotografia, e não se pode esquecer que a ideologia e a política geram a omissão e diversas formas de censura às imagens como um meio de manipulação da informação. Neste sentido, como não existem, em princípio, interpretações “neutras”, não acredito que a imagem fotográfica constitua um retrato fiel da realidade; a imagem fotográfica que se examina diz respeito apenas a uma fração da realidade, não substitui a realidade como um todo e não se constitui em um conhecimento definitivo do passado (BORGES, 2008; BURKE, 2004; KOSSOY, 1980, 2001, 2002).

Por outro lado, a fotografia não pode ser entendida exclusivamente como registro iconográfico dos cenários, personagens, enfim, da realidade dita factual. A fotografia constitui, sobretudo, uma expressão individual, com suas incursões estéticas. A deformação intencional dos assuntos através das possibilidades de efeitos ópticos e químicos, assim como a abstração, a montagem e a alteração visual da ordem natural das coisas, a criação, enfim, de novas realidades fazem parte das possibilidades criativas do fotógrafo. Assim, o registro visual se apresenta, sobretudo, como uma manifestação da arte. E é em virtude desta compreensão da fotografia como testemunho e criação que não podemos mais crer no mito da fotografia como uma espécie de “sinônimo” da realidade.

Atento aos problemas decorrentes da credibilidade que se atribui ao documento fotográfico enquanto espelho fiel dos fatos da história cotidiana é que Kossoy (2002, p. 134, grifo do autor) alerta para o risco da criação de um passado que jamais existiu:

São constantes os equívocos conceituais que se comete na medida em que não se percebe que a fotografia é uma representação *elaborada cultural/estética/tecnicamente* e que, o índice e o ícone, inerentes ao registro fotográfico – embora diretamente ligados ao referente no contexto da realidade –, não podem ser compreendidos isoladamente, ou seja, desvinculados do *processo* de construção da representação.

Concordo, portanto, com a avaliação do autor quando afirma que a fotografia pode e deve ser considerada um documento do real, uma fonte histórica, mas, também, uma representação a partir do real.

Burke (2004, p. 118) defende a importância das imagens como importante evidência histórica, por elas representarem atos de testemunho ocular:

As imagens são testemunhas mudas, e é difícil traduzir em palavras o seu testemunho. Elas podem ter sido criadas para comunicar uma mensagem própria, mas os historiadores não raramente ignoram essa mensagem a fim de ler as pinturas nas ‘entrelinhas’ e aprender algo que os artistas desconheciam estar ensinando.

A interpretação dessas mensagens, conforme esclarecimentos de Burke (2004, p. 43-44), é conhecida como “iconografia”, termo adotado desde o início do século XIX e que ganhou novo significado na década de 1930, quando passou a ser associado a uma reação contra uma análise predominantemente formal de pinturas em termos de composição ou cor, em detrimento do tema. A prática da iconografia também implica uma crítica da pressuposição do realismo fotográfico em nossa “cultura de instantâneos”. As pinturas não são feitas para serem simplesmente observadas, mas, também, para serem “lidas”. Conforme Burke (2004, p. 52):

[...] os historiadores precisam da iconografia, porém, devem ir além dela. É necessário que eles pratiquem a iconologia de uma forma mais sistemática, o que pode incluir o uso da psicanálise, do estruturalismo e, especialmente, da teoria da recepção [...].

Preocupado com uma metodologia adequada para a reconstituição histórica dos cenários, da memória de vida, de fatos do passado, Kossoy (2001, p. 95-96) distingue a análise iconográfica da iconológica. A primeira tem o intuito de detalhar sistematicamente e inventariar, em seus elementos icônicos formativos, o conteúdo da imagem cujo assunto é situado no espaço e no tempo. No entanto, ver, descrever e constatar não é suficiente. Após esta primeira

etapa de análise iconográfica, faz-se necessária uma incursão em profundidade na cena representada, somente possível se o fragmento for compreendido em sua interioridade: trata-se da interpretação iconológica do significado intrínseco (KOSSOY, 2001).

É preciso investigar o contexto particular que resultou na materialização da fotografia ou de um conjunto de fotografias, a história do momento daquelas personagens que vemos representadas, o pensamento embutido em cada um dos fragmentos fotográficos, a vida do modelo referente, informações que não são visíveis na fotografia. Enfim, prosseguindo com a metodologia sugerida por Kossoy (2002), ele propõe uma incursão hermenêutica, multidisciplinar, que passa, justamente, pela “desmontagem” do processo de construção que teve o fotógrafo ao elaborar a foto, pelo uso ou aplicação que esta imagem teve por terceiros e, finalmente, pelas leituras que dela fizeram os receptores, ao longo do tempo:

Será somente através da sensibilidade, do constante esforço de compreensão dos documentos e do conhecimento multidisciplinar do momento histórico fragmentariamente retratado que poderemos ultrapassar o plano iconográfico: o outro lado da imagem, além do registro fotográfico. (KOSSOY, 2002, p. 131).

O “outro lado” mencionado por Kossoy (2002) é o que está para além do visível; é o que permanece oculto na fotografia, que não se explicita, mas que podemos intuir. É o outro lado do documento: não mais a aparência imóvel, mas, também e principalmente, “[...] a vida das situações dos homens retratados, desaparecidos, a história do tema e da gênese da imagem no espaço e no tempo, a realidade interior da imagem: a primeira realidade.” (KOSSOY, 2002,

p. 131-132). Deve-se investigar o contexto particular que resultou na materialização da fotografia, a história do momento daquelas personagens que vemos representadas, o pensamento embutido em cada um dos fragmentos fotográficos, a vida. Enfim, é o que esse autor chama de *realidade interior* – invisível ao sistema óptico da câmara:

Será no oculto da imagem fotográfica, nos atos e circunstâncias à sua volta, na própria forma como foi empregada que, talvez, poderemos encontrar a senha para decifrarmos seu significado. Resgatando o ausente da imagem compreendemos o sentido do aparente, sua face visível. (KOSSOY, 2002, p. 135).

Borges (2008) propõe o método da contextualização e descontextualização, muito semelhante ao proposto por Kossoy (2002), e julga ser necessário atentar para o referente e para o tipo de suporte utilizado para veiculá-la: a imagem fotográfica é fixa; é produzida a partir de um artefato físico-químico; e pressupõe a existência de um referente; é escolha e, como tal, não apenas constitui uma representação do real, como também integra um sistema simbólico pautado por códigos oriundos da cultura que os produz. Para Borges (2008), a representação fotográfica pressupõe uma interrelação entre o olho do fotógrafo, a velocidade da máquina e o referente. Por isto, julga que:

[...] o uso combinado dos métodos de contextualização e descontextualização não dispensa o saber do especialista acerca do seu objeto de análise, nem tampouco o cruzamento de diferentes tipos de documentos. Todos esses cuidados teórico-metodológicos visam suprir lacunas oriundas da não-existência do documento ideal, ou seja, daquele que poderia responder a todas as indagações do pesquisador. Por isso

se diz que o trabalho do historiador se inscreve no reino das possibilidades e da verossimilhança com o real. (BORGES, 2008, p. 86).

Além dessas possibilidades metodológicas, é possível comprovar a fidedignidade do conteúdo da imagem através da comparação com outras fotografias que representam o mesmo assunto, tomadas pelo próprio fotógrafo ou por outros, aproximadamente na mesma época. Esta é uma solução bastante explorada neste trabalho, já que dispomos de um número significativo e suficiente para o exercício da comparação entre as imagens, sem esquecer o cruzamento do documento visual com os textuais, indispensáveis para responder às questões propostas.

Os desafios da pesquisa: no rastro dos autores das fotografias

Só o contato inicial com essa documentação iconográfica já indicou, quanto à autoria, que grande parte é anônima e não possui data ou local de produção, carecendo, portanto, de informações que poderiam vir a facilitar o emprego do método da contextualização imagética. Neste caso, o conhecimento sobre as técnicas fotográficas permite identificar, por exemplo, se uma imagem é, ou não, fruto de uma montagem, bem como desvendar a datação das imagens, a identificação de suas possíveis caracterizações estéticas, entre outros elementos.

Logo, se, por um lado, as fotografias revelam dados que nenhuma outra fonte pode revelar; por outro lado, os problemas parecem não ter fim. Alguns autores foram bastante elucidativos quanto à metodologia de pesquisa adotada, com destaque para o exaustivo trabalho de Kossoy (1980, 2001, 2002). Porém, a prática

da pesquisa me colocou diante de problemas difíceis de serem solucionados, o que me leva a compartilhar com o leitor alguns dos obstáculos enfrentados na experiência prática neste trabalho de pesquisa e as soluções possíveis.

Primeiramente, é preciso registrar que, atualmente, em Salvador, não há iconotecas destinadas a organizar e a sistematizar a memória histórica registrada em fotografias. De um modo geral, os arquivos possuem fotografias, fruto de doações, porém poucos as disponibilizam para o público devido à falta de estrutura física apropriada para este tipo de acervo. Somado a isto, temos os tradicionais problemas dos arquivos da cidade: alguns possuem horários de funcionamento restritos - o que torna o trabalho de pesquisa moroso e incompatível com os atuais prazos determinados pelos programas de pós-graduação e pelas agências de financiamento de pesquisa; outros apresentam salas de consulta quentes e documentação mal preservada e empoeirada.

Ademais, a velha tradição baiana de que os interesses privados se sobrepõem ao interesse público faz desaparecer documentos quando você mais precisa deles; por fim, encontramos funcionários totalmente despreparados para a função que, por vezes, causam prejuízos incalculáveis a uma pesquisa sem que eles próprios se deem conta disto. Enfim, a realidade que o pesquisador enfrenta no cotidiano dos arquivos públicos e privados na Bahia é deveras hostil.

Quando o pesquisador consegue superar os obstáculos iniciais sem desistência e ter acesso às fotografias, estas, de um modo geral, estão guardadas em caixas de papelão sem as referências primordiais para o historiador, como, por exemplo, o autor da fotografia, a data, a finalidade da foto no momento em que foi tirada, as medidas da foto original, em que condições ela foi tirada, entre outras. Deste

modo, a pesquisa fica inviável do ponto de vista metodológico, se a opção for seguir à risca as orientações dos estudos mais recentes dos historiadores já citados.

Ainda assim, o trabalho de pesquisa em arquivos públicos e privados de Salvador resultou na seleção de cerca de 900 fotografias, devidamente digitalizadas e armazenadas em arquivos no computador. Trata-se de um testemunho de inestimável valor histórico. Apesar dos riscos quanto à autenticidade do documento, não há dúvidas de que estas imagens mostram em seu conteúdo uma parcela de realidade congelada no espaço e no tempo, possibilitando a reconstituição de diversos aspectos da cidade do Salvador.

O critério utilizado para a seleção das fotografias partiu da necessidade de localizar as mulheres na cidade – valorizando tanto a sua presença como a sua ausência – e, especialmente, no uso dos serviços oferecidos, como transporte, lazer, comércio etc. Foram descartadas as fotografias de cenas urbanas capturadas dentro da sua estaticidade ou de monumentos, edifícios e ruas sem vida. Buscamos os fatos dinâmicos, o movimento de ir e vir das pessoas, as multidões flagradas em sua espontaneidade.

Foi necessário fazer um recorte espacial, para não cair nas armadilhas das generalizações. O Centro da cidade do Salvador foi escolhido por constituir o centro político, financeiro, comercial, o núcleo fundador da cidade, cujo espaço concentra grande número de habitantes, de moradias, serviços e, inevitavelmente, os contrastes. Não por outro motivo, o Centro se constituiu em objeto de atenção para geógrafos, urbanistas, engenheiros, enfim, intelectuais de um modo geral preocupados com a cidade na primeira metade do século XX.

Além do recorte espacial, foi feito um recorte temporal bastante flexível, sendo exploradas fotografias que datam de finais do século

XIX até a década de 1940. Como muitas fotografias encontradas não trazem a data, buscamos a maior aproximação possível através da análise do conteúdo das imagens e da trajetória profissional dos seus autores. Muito provavelmente, algumas destas fotografias correm o risco de fugir um pouco ao período proposto sem, entretanto, perder o valor testemunhal ou comprometer a qualidade do trabalho. Assim, as balizas cronológicas desta pesquisa não são rígidas devido à necessidade de recorrer a anos anteriores ou posteriores ao recorte cronológico inicialmente delimitado nos anos 1930 e 1940.

Uma vez realizada a seleção das fotografias, voltamos ao problema inicialmente apresentado: Como adotar rigor metodológico no tratamento das fotografias em condições tão adversas, ou melhor, com tão poucas informações acerca das fotografias encontradas? É sabido que o conteúdo da imagem representa apenas um fragmento da realidade, e, portanto, um e só um “quadro” da realidade passada, o que significa um aspecto específico (KOSSOY, 2001).

Poucos são os estudos sobre a história da fotografia e de seus fotógrafos na Bahia. Encontramos trabalhos recentes que trazem informações gerais acerca da atuação de alguns deles em Salvador, contendo pistas sobre a formação e as intenções que atuam como um filtro cultural. Conforme Kossoy (2002, p. 50),

Seu talento e intelecto influirão no produto final desde o momento da seleção do fragmento até sua materialização iconográfica. O testemunho que é o registro fotográfico do dado exterior é obtido/elaborado segundo a mediação criativa do fotógrafo. É por isso que o testemunho e a criação são os componentes de um binômio indivisível que caracteriza os conteúdos das imagens fotográficas.

Concordamos com o autor, quando conclui que toda fotografia é um duplo testemunho: “[...] por aquilo que ela nos mostra da cena passada, irreversível, ali congelada fragmentariamente, e por aquilo que nos informa acerca de seu autor.” (KOSSOY, 2001, p. 50).

Uma valiosa contribuição foi a obra *A fotografia na Bahia* (ALVES, A., 2006), resultado do trabalho de vários autores reunidos com o propósito de traçar uma breve história da fotografia na Bahia de 1839 a 2006. O texto de Maria Sampaio (2006), intitulado *Da photographia à fotografia (1839-1949)*, forneceu-nos, particularmente, informações relevantes sobre alguns fotógrafos que assinaram as fotografias que compõem este estudo.

Foram poucos os fotógrafos que deixaram o registro da autoria nos seus trabalhos, no período em questão. A marca pode ser conferida em alto ou baixo relevo, no rodapé, no canto inferior direito ou esquerdo da foto, ou como as de Zito, impressa na parte superior.

Desse modo, foi possível identificar algumas “tomadas de vistas” das belezas da cidade de Guilherme Gaensly - suíço, nascido em 1843, residente na cidade da Bahia desde os cinco anos e atuante a partir da década de 1870, com cartões tipo *cabinet*, impressos no verso *Guilherme Gaensly – Photographia do Commercio, 2 medalhas de 1ª Classe – Largo do Theatro 92*. Gaensly se associou a Schleier, Lange e Lindemann, em diferentes períodos entre as décadas de 1870 e 1900. Realizou *Vistas da província da Bahia*, mas também se dedicou ao retrato e à documentação, tanto na Bahia como em São Paulo (SAMPAIO, M., 2006, p. 13-81).

Segundo investigações de Maria Sampaio (2006), há controvérsias quanto à nacionalidade de Rodolphe Lindemann, que poderia ter nascido em Paris, ser um judeu austríaco ou inglês; e se tornou sócio de Gaensly na empresa Gaensly & Lindemann,

situada no Largo Castro Alves, n. 92. A dissolução da sociedade foi anunciada no *Correio de Notícias*, em 19 de fevereiro de 1900, ficando Gaensly com o estabelecimento em São Paulo e o sócio, *Lindemann*, com a *Photographia Lindemann* na Praça Castro Alves. Este estabelecimento, por sua vez, passa a ter novo proprietário, em 1909, José Dias da Costa, ficando Lindemann apenas com o nome do estabelecimento. Não se sabe ao certo se José Dias da Costa era fotógrafo; no entanto, utilizava a técnica do *clichê*, com aparelhagens modernas em seu estabelecimento.

Pedro Gonsalves da Silva, português, teve seus primeiros anúncios da Photographia Nacional, em 1881. Funcionava à Rua Carlos Gomes, n. 116 e em sua *carte-de-visite* se lê, em relevo seco, Pedro GLZ. PHOT. e, impresso no verso, *Photographia Nacional de Pedro Glz. da Silva - N. 116, Rua de Baixo*. Em 1883, transfere-se para a Rua Chile, n. 8. Atuando ativamente nas duas primeiras décadas do século XX, tornou-se um dos fotógrafos mais importantes do período, utilizando a platinotipia, processo fotográfico de alta qualidade para a época. Em 1912, o seu genro, o alemão Carlos Janetsky o sucede e, em 1922, Gonsalves falece. As fotografias localizadas no correr das décadas de 1920 e 1930, sempre assinadas por Gonsalves, não indicam sucessor(es). Maria Sampaio (2006, p. 45-47) nos conta que a Photographia Gonsalves finda-se, tristemente, em um incêndio que ocorreu no ano de 1942 e em que morre Janetsky

O retratista inglês R. A. Read, como era conhecido, assinou algumas fotografias da cidade. Seu atelier, que ficava localizado no Portão da Piedade, n. 40, é transferido para a Ladeira de São Bento, n. 215. Foi ele que lançou na Bahia a iluminação gerada por partículas de magnésio que “[...] realmente assusta os circunstantes pela luz e pelo verdadeiro estrondo causado pela espoleta ao ser disparada”

(SAMPAIO, M., 2006, p. 59-60). Fotografou acontecimentos oficiais em teatros e locais públicos da capital, acompanhou o governador Seabra ao cais do porto para partidas e chegadas ou em vistas e inaugurações de obras na capital e no interior do Estado. Provavelmente, contava com o apoio de assistentes para fotografar em estúdio a quantidade de bebês, adultos, nubentes, crianças, além de eventos importantes como primeira comunhão e formaturas. Atuou até meados da década de 1920, apesar da existência de um sucessor assinando Read a partir de 1921.

Os fotógrafos citados dispunham de estúdio e costumavam fotografar famílias ilustres, conforme pode ser verificado nos diversos álbuns de fotografias localizados no Instituto Feminino da Bahia. Além dos citados, foi identificada a assinatura de Zito em importante registro do trabalho das lavadeiras no Dique do Tororó, das baianas de acarajé nas ruas da cidade e do comércio na Rampa do Mercado. Informações sobre ele foram colhidas com a fotógrafa Aracy Esteve Gomes, que o conheceu pessoalmente e informou que Zito foi fotógrafo profissional nas décadas de 1940 e 1950, época em que ele possuía estúdio localizado em uma das passagens que ligavam a Praça da Piedade à Av. Carlos Gomes e contava com uma clientela fiel, sobretudo para fazer fotos 3x4. A própria Aracy, nascida em 1923, ainda guarda documentos que contêm fotos dela cuja autoria é de Zito.

Tive o prazer de conhecer D. Aracy Esteve Gomes, filha do fotógrafo Arlindo Esteve, no final da minha pesquisa. Gozando de boa saúde, nos seus 89 anos, participou de uma exposição de fotografias de sua autoria e de seu pai, José Esteve, na Pinacoteca de São Paulo, de junho a setembro de 2012. Desta exposição resultou a publicação *Do retrato interior ao exterior do retrato: Coleção José Esteve e Aracy Esteve Gomes, Bahia 1920-1970*, realizada pela

Pinacoteca de São Paulo em parceria com a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo.

Nascida em 1923, em Santo Antônio de Jesus, aos 11 anos de idade, ou seja, em 1934, passou a residir no Campo da Pólvora, em Salvador, com a família, para dar continuidade aos estudos. Conviveu com a fotografia desde menina, pois seu pai, José Esteve, era da Espanha e costumava tirar fotografias para enviar para sua mãe, na sua terra natal. Em 1952, já casada com o escultor Arlindo Gomes, comprou a sua primeira máquina fotográfica, uma *Rolleiflex*, fazendo os seus primeiros ensaios com a câmara. Perguntei como se dava o seu processo de criação das imagens e D. Aracy Esteve Gomes respondeu que a máquina tinha que estar sempre com ela, ainda que não saísse exclusivamente para fotografar, pois, conforme explicou, era imprevisível o momento certo para a captura de uma boa imagem. Era um momento por vezes inesperado, não planejado. Dependia muito mais da sensibilidade, do instante de inspiração do que de qualquer outro fator.¹⁴

Apesar da data das suas fotografias extrapolarem o período delimitado na pesquisa, a excepcionalidade do fato, isto é, ser ela a única mulher entre os fotógrafos identificados no período, fez-me avaliar e decidir pela inclusão de suas imagens na abertura do quarto capítulo. Ademais, D. Aracy é uma mulher que possuía uma relação diferenciada com a cidade, pois costumava se deslocar sozinha pelas ruas de Salvador dirigindo um automóvel *Chrysler DeSoto*, fato incomum entre as mulheres nos anos 1950.

A partir desta compreensão é que as imagens presentes nesta tese não têm papel meramente ilustrativo; ao contrário, foram

¹⁴ Informações gentilmente fornecidas por D. Aracy Esteve, em entrevista, no dia 5 de setembro de 2012, em seu apartamento no Corredor da Vitória, Salvador-BA.

adotadas como importante testemunho histórico do passado. Se, por um lado, fui desafiada pelas adversidades dos arquivos visitados; por outro lado, é inegável a importância das imagens como fontes preciosas de informações sobre a cidade analisada. Elas são ricas nos seus elementos icônicos e reveladoras das assimetrias de gênero, raça e classe. As informações apresentadas nas imagens me permitiram identificar os lugares possíveis para as mulheres no espaço urbano, bem como problematizar a relação de homens e mulheres pelas ruas do centro da cidade; enfim, desenvolver o trabalho de identificação e a análise objetiva e sistemática a partir de metodologia adequada, o que inclui o cruzamento com fontes diversificadas, como memórias, dados demográficos, trabalhos acadêmicos produzidos no período estudado, além da bibliografia específica e atualizada sobre o tema.

FRONTEIRAS DE GÊNERO NO URBANISMO MODERNO

O urbanismo enquanto técnica e disciplina é um fenômeno do mundo moderno. Se o termo foi introduzido na França, em 1910, no *Bulletin de La Société Géographique de Neufchatel* (CHOAY, 2007, p. 2), a nova disciplina tem suas origens no século XIX, quando a expansão da sociedade industrial provocou um movimento novo de observação e reflexão em torno das realizações na cidade. O urbanismo passou a designar uma disciplina nova que se declarou autônoma e se pretendia ciência da concepção das cidades. Estudiosos das questões urbanas analisaram e sintetizaram reflexões, casos e tipos de cidades, segundo os mais variados critérios. Alguns destes estudos foram sistematizados em publicações e aqui selecionados para dar suporte à construção do contexto da teoria e da prática no pensamento sobre a cidade no período em questão.

Uma importante contribuição para este trabalho é a obra clássica de Françoise Choay, *O Urbanismo: utopias e realidades*, publicada em sua primeira edição em 1965, que classificou a questão urbana em Urbanismo e Pré-Urbanismo, subdividindo-os em dois tipos de projeções espaciais ou modelos de imagens da cidade futura: uma dita progressista, que visa ao progresso e à produtividade, e a outra dita culturalista, centrada em objetivos humanistas (CHOAY, 2007). Estes dois modelos mais o naturalista vão se constituir nas principais vertentes do urbanismo moderno no século XX.

Os ideais do urbanismo moderno identificados em projetos e intervenções na cidade do Salvador apresentam questões ideológicas que estão embutidas nas vertentes teóricas oriundas do

urbanismo culturalista e do progressista (ARAUJO; 2004; COSTA, E., 2009; PALMA, 2008; SAMPAIO, A., 1999). Ainda que muitos dos projetos não tenham saído do papel, a exemplo do plano produzido pelo Escritório de Planejamento Urbano da Cidade de Salvador (EPUCS), entre 1943 e 1948, sob a direção de Mário Leal Ferreira, faz-se necessário apresentar o contexto da teoria urbanística, do pensamento sobre a cidade do período em questão. A partir de que perspectiva se tem construído a cidade, a rua, a casa, local de trabalho e lazer? No interesse de quem e para que se ordenam as cidades? Que ideologia está por detrás desta “ordem” proposta para as cidades?

A proposta deste capítulo é apresentar, primeiramente, um breve panorama histórico das principais correntes teóricas do urbanismo na sua gênese, no século XIX, até as primeiras décadas do século XX. Em seguida, é realizada uma análise crítica feminista em que os referenciais adotados são autoras consideradas pioneiras e referências no assunto. A análise, numa perspectiva feminista, conduziu-me ao questionamento da noção do conhecimento objetivo, produzido independente da sua posicionalidade, e a adotar a *Standpoint Epistemologies*.

Início esta análise com a minha conclusão, ao final das disciplinas realizadas no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, conclusão esta que, por sinal, não é nova, já que inspirou Smith (1987) a construir o seu argumento no artigo *Women's perspective as a radical critique of Sociology*: a de que existe um infeliz encaixe entre a compreensão caracteristicamente masculina da vida social, os esquemas conceituais favoritos da sociologia e os tipos de conhecimentos necessários para “reger” os outros (SARDENBERG, 2002; SMITH, 1987). Isto se enquadra perfeitamente no campo do urbanismo. Portanto, instrumentalizada

pela epistemologia feminista, proponho analisar este infeliz “encaixe”, ou melhor, estas inadequações. Pretendo mostrar que o sujeito do conhecimento não é neutro; contrariando o discurso urbanístico vigente, é um conhecimento construído por homens, de modo a atender e a reforçar uma ideologia patriarcal. As consequências para as mulheres são sentidas hoje.

Ao me propor a fazer uma análise crítica das ideias que fundamentaram o urbanismo moderno, utilizo um *corpus* teórico contemporâneo da crítica feminista à ciência, apoiada na crença de que o conhecimento não é apenas um conjunto de argumentos, mas, também, um reflexo de interesses. Conforme Farganis (1997, p. 225),

[...] o conhecimento pode ser de um tipo técnico para nos ajudar a atingir uma meta particular; ou pode ser de um tipo interpretativo para satisfazer nosso interesse em compreender; ou pode ser conhecimento da linguagem usada para construir nossa realidade social que, por sua vez, tem um interesse emancipatório.

A ciência, segundo Farganis (1997), é apenas uma forma de conhecimento e, como todos os caminhos do conhecimento, trata-se de invenções humanas refletindo momentos históricos; é uma forma de discurso. Ela está sujeita a definições de termos, à delineação de normas e à formulação de critérios no sentido daquilo que vale para o conhecimento e de quem é considerado como autoridade. Os discursos são sempre políticos e devem ser analisados a partir de quem os formula, estabelece as fronteiras e determina os valores. Por isto, a importância do observador e do uso daquele que faz as observações.

A GÊNESE DO URBANISMO MODERNO

O urbanismo como objeto de estudo tem suas origens no contexto de grandes transformações das cidades europeias em função da revolução industrial. Na nascente sociedade urbano-industrial, o crescimento demográfico vertiginoso formava verdadeiros formigueiros ao redor das fábricas e, com ele, problemas de habitação, salubridade, higiene, transporte, comunicação, entre outros. Epidemias proliferavam sem controle, em meio a ruas imundas onde o esgoto corria a céu aberto e o lixo se acumulava.

Há vários trabalhos que denunciam a higiene física deplorável das cidades industriais. Em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, obra publicada originalmente em 1845, Engels (1975) dedicou um capítulo, intitulado *As grandes cidades*, para mostrar o modo como os proletários viviam em cidades industriais da Grã-Bretanha no início do século XIX e qual a influência que estas cidades exerciam sobre eles. Descreve, detalhadamente, o processo de isolamento sistemático da classe operária e dos pobres em geral em bairros mais afastados insalubres, formados por “[...] verdadeiro caos de casas amontoadas, mais ou menos inabitáveis e cujo interior está em perfeita harmonia com a sujeira das redondezas” (ENGELS, 1975, p. 64). As ruas são descritas como muito estreitas (dificultando a ventilação) e sujas. Somente algumas possuem canais de escoamento, mas todas conviviam com todo tipo de imundície, montes de entulho e de cinzas. A exploração brutal da mão de obra com pagamento de baixos salários e condições de trabalho degradantes nas fábricas completa o quadro de miséria em que viviam os operários ingleses (ENGELS, 1975, p. 35-108).

Mumford (2008) descreve esse novo complexo urbano contendo a fábrica como núcleo e todos os demais detalhes da vida

a ela subordinados. Serviços tais como suprimento de água e o mínimo indispensável em edifícios públicos, necessários à existência da cidade, só apareceriam anos mais tarde; eram coisas em que só depois se pensava. Não se tomava providência alguma quanto à proteção policial e contra incêndios, quanto à inspeção de água e alimentos, quanto aos cuidados hospitalares e quanto à educação.

O urbanismo moderno nasce da necessidade de intervir no caos em que se havia transformado a vida urbana, no momento em que algumas cidades do século XIX começam a tomar forma própria. Choay (2007, p. 4), em *O urbanismo*, coloca-o como “[...] um fenômeno exterior aos indivíduos a que diz respeito. Estes encontram-se diante dela como diante de um fato natural, não familiar, extraordinário, estranho.”

O estudo da cidade, no século XIX, assume dois aspectos diferentes: uma abordagem mais científica, na qual uns sentem a cidade como um processo patológico e criam, para designá-la, as metáforas do câncer e do tumor e, a partir da observação crítica, procuram normatizar o espaço urbano e ordená-lo de modo quantitativo em função da sociedade industrial; a outra, inspirada em sentimentos humanitários em que se denunciam, com o apoio de fatos e números, o estado de deterioração física e moral em que vive o proletariado urbano (CHOAY, 2007).

Desse modo, o termo se constitui carregado de ambiguidades. Nas palavras de Choay (1996, p. 10):

De um lado, urbanismo designa uma disciplina nova que se declara autônoma e se quer ciência da concepção das cidades. Ela postula a possibilidade de um domínio completo do fato urbano e elaborou, para este fim, teorias classificáveis em duas correntes: uma, dita progressista, visa ao progresso e à produtividade;

a outra, dita culturalista, centra-se em objetivos humanistas. No entanto, a despeito de suas diferenças, as teorias dessas duas correntes se fundem sobre um procedimento idêntico: análise crítica da cidade existente e elaboração *a contrario* de um modelo de cidade que poderia ser construída e reproduzida *ex nihilo*.

A compreensão de Choay (1996) diverge da de Benevolo (1981) sobre as origens do Urbanismo. Para Benevolo (1981), o Urbanismo nasce no século XIX. Em *As origens da urbanística moderna*, este autor elabora análise sobre o tema, com destaque para a relação entre urbanística e política e, por conseguinte, entre planificação espacial e planificação socioeconômica. Ao analisar as transformações na conjuntura política entre 1830 e 1850, sobretudo a crise de 1848, avalia que os aspectos técnicos e os aspectos políticos da pesquisa urbanística se apresentam fortemente ligados e quase incorporados entre si, defendendo que:

[...] a cultura urbanística, isolada do debate político, configura-se cada vez mais como uma simples técnica ao serviço do poder constituído; mas não se torna por isso politicamente neutra, caindo sim no âmbito da nova ideologia conservadora em formação precisamente nesses anos, do bonapartismo em França, dos grupos tories inovadores em Inglaterra, do imperialismo bismarkiano na Alemanha. (BENEVOLO, 1981, p. 10).

Benevolo (1981) defende, ainda, que convém buscar as origens do urbanismo moderno na época em que as situações de fato se concretizaram em medida suficiente para provocar não somente mal-estar, mas, também, o protesto de pessoas nelas envolvidas:

[...] o discurso histórico deve ser necessariamente alargado das formas de povoamento à problemática social da época, mostrando o correto posicionamento da urbanística moderna como parte da tentativa em curso para estender a todas as classes os benefícios potenciais da revolução industrial, e pondo a clara de uma vez por todas a inevitável implicação política inerente ao debate técnico. (BENEVOLO, 1981, p. 11).

Em sua análise, Benevolo (1981, p. 17) deixa claro como este período “[...] é rico de assomos metodológicos tanto mais significativos”, enquanto Choay (2007, p. 15) situa este período como um pré-urbanismo, pois só deu “[...] ensejo a um número insignificante de realizações concretas, empreendidas numa escala reduzida”. Em sua avaliação, trata-se de uma “[...] origem crítica e fé ingênua no imaginário”, mas que anuncia “[...] o próprio método do urbanismo” (CHOAY, 2007, p. 15).

Dando continuidade ao pensamento de Choay (2007), o urbanismo deixa de ser obra de generalistas (historiadores, economistas, políticos) para ser objeto dos arquitetos que vão colocar as ideias em prática. Se o pré-urbanismo estava ligado a opções políticas ao longo de sua história, o urbanismo é despolitizado. Ele surge, então, com a pretensão de uma universalidade científica e reivindica “o ponto de vista verdadeiro”. Através da construção de uma história das ideias propostas para os “problemas” das cidades, Choay (2007) mostra que, por trás das propostas e racionalizações urbanas, estão escondidas tendências, sistemas de valores e ideologias inconfessadas.

Martins (2000, p. 43-44), em estudos recentes, contribui com a análise das relações entre urbanismo e política e mostra o atrelamento da nova ciência aos interesses políticos e econômicos:

[...] o enfoque que toma o urbanismo como saber político, correspondendo a uma práxis que, ao longo da urbanização nascida da industrialização, se cristaliza no contexto da formação de necessidades cuja solução demandava transformações substanciais nas sociedades que vinham experimentando os imperativos da reprodução capitalista da riqueza, mas que só é levado a cabo, com efeito, quando a realização desta última passa a requerer a atuação crescente e constante do Estado na sociedade civil.

A atuação do Estado se torna imprescindível diante das condições sanitárias e higiênicas prevalecentes nas cidades industriais da primeira metade do século XIX, cujas consequências podiam ser vistas nas terríveis epidemias de cólera e endemias diversas que assolavam os bairros operários das cidades industriais.

Nesse contexto é que nasce o urbanismo. Segundo Martins (2000, p. 44-45), já em seus prenúncios, “[...] inequívoca e umbilicalmente ligado ao Estado moderno e sua racionalidade”, ainda que sua atuação seja, ao mesmo tempo, como arte e ciência, técnica e conhecimento, mas jamais associada a ideologia.

A corrente progressista

O urbanismo surge como uma reação à “desordem urbana” que se instaura em muitas cidades europeias. Conforme Choay (2007, p. 15), “[...] o que é expressão de desordem chama sua antítese, a ordem”. A corrente progressista surge como uma vertente do urbanismo no século XIX, período denominado por Choay (2007) como pré-urbanismo e cujas propostas de ordenamentos urbanos fazem verdadeira apologia à sociedade industrial científico-tecnológica.

Ao “progressista” não interessa entender profundamente essa “desordem” existente, mas criar uma “nova ordem” pautada em três conceitos-chave: a concepção do indivíduo humano, padrão, como *tipo*; o racionalismo, em que a ciência e a técnica devem possibilitar resolver problemas que afligem o homem e a sociedade na relação com o meio, tendo em vista a ideia de progresso; a análise racional, baseada no *homem-tipo* - pela qual seria possível encontrar uma *ordem-tipo* capaz de ser aplicada em qualquer tempo e lugar (CHOAY, 2007; SAMPAIO, A., 1988).

O modelo *progressista* passa a ter maior difusão a partir de 1928, através dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM),¹⁵ que se constituíram em uma série de eventos organizados pelos principais nomes da arquitetura moderna, entre 1928 e 1956, a fim de discutir os rumos da arquitetura, do urbanismo e do *design*. Os congressos reuniam não só europeus como Karl Moser, May, Mendelsohn, Mies van der Rohe, Victor Bourgeois, Gropius, Hilberseimer, Le Corbusier, Rietveld, Sert, Van Eerteren, mas também representantes de outros países como Estados Unidos (Neutra, Wiener), Japão (Sakakura) e Brasil (Lúcio Costa). Todos homens, brancos e, predominantemente, europeus.

Entre os problemas abordados, a habitação se destacou, inicialmente, tendo pouco a pouco aumentado em complexidade até chegar à cidade-funcional, este, aliás, foi o tema escolhido para o quarto congresso do CIAM, realizado em 1933, a bordo do navio *Patris II* e finalizado alguns dias depois em Atenas. Deste encontro, ficou patente, para os seus participantes, que as mudanças necessárias

¹⁵ Os Congressos Internacionais da Arquitetura Moderna (CIAMs) foram responsáveis por discussões e pesquisas inéditas até então, como a busca da residência mínima e o *design* para as massas, que revolucionaram o pensamento estético, cultural e social do período. Um dos seus principais idealizadores foi o franco-suíço Le Corbusier.

ao urbanismo contemporâneo implicavam não apenas a melhoria técnica das práticas profissionais existentes; o resultado foi uma formulação doutrinária que ganhou o nome de *Carta de Atenas*¹⁶ (CHOAY, 2007; LE CORBUSIER, 1993).

O documento se tornou bem comum entre os urbanistas progressistas e sintetiza o conteúdo do Urbanismo Racionalista e Funcionalista; racionalização que, conforme Antônio Sampaio (1988, p. 18), não envolve um estudo da realidade execrada, pois “[...] a racionalização do ‘progressista’ se dá pela geometrização das formas, padronização dos elementos construtivos (visando a industrialização), estandardização dos espaços, etc.”. Antônio Sampaio (1988, p. 18) cita, ainda, Le Corbusier, quando afirma que: “A rua curva é o caminho dos asnos, a rua reta é o caminho dos homens [...]”, antecipando a ortogonização dos espaços como “boa forma”.

Os urbanistas tinham uma concepção da era industrial como uma ruptura histórica radical. Imbuídos deste espírito novo da modernidade e pela ideia de progresso, eles estavam mais preocupados com a técnica e com a estética do que com as estruturas econômicas e sociais, como os chamados pré-urbanistas. Mas, para inserir a cidade nesta nova ordem moderna, não bastava o emprego de materiais novos, como o aço e o concreto; era preciso anexar os métodos de estandardização e de mecanização da indústria: a racionalização das formas e dos protótipos. Procuram, então, extrair formas universais a partir da concepção do *homem-tipo*.

Para um dos maiores idealizadores do modelo progressista, Le Corbusier (1993, p. 12, 65), o *homem-tipo* pode ser definido como

¹⁶ A Carta praticamente definiu o que é o urbanismo moderno, traçando diretrizes e fórmulas que, segundo seus autores, são aplicáveis internacionalmente. Os princípios estabelecidos no documento foram reunidos mais tarde e publicados por Le Corbusier em 1941, sob o título de A Carta de Atena.

“[...] uma soma de constantes bio-psicológicas” e, em um dos princípios da *Carta de Atenas*, ele afirma que o “[...] dimensionamento de todas as coisas no dispositivo urbano só pode ser regido pela escala humana”. Esta escala humana, considerada a medida “natural do homem”, deve servir de base a todas as escalas que estarão relacionadas à vida e às funções do ser; escalas das medidas que se aplicarão às superfícies ou às distâncias, escala das distâncias do homem, escala dos horários que devem ser determinados considerando-se o trajeto cotidiano do sol.

Essa noção do *homem-tipo* inspirou Le Corbusier (1993) a analisar as necessidades humanas em termos universais, como se todos os homens tivessem os mesmos organismos, as mesmas necessidades e as mesmas funções. Nesta direção, para este *homem-tipo* foi concebida a “nova cidade”, a cidade moderna. Para o espaço, *A Carta de Atenas* propõe um objeto urbano fracionado cujos componentes standardizados são repartidos no espaço segundo uma ordem funcional geométrica. A cidade é assim dividida em quatro funções básicas: trabalhar, habitar, recrear e circular.

A “fórmula” para solucionar os problemas das cidades foi pensada com base em leis simples e precisas. A cidade deveria funcionar com a lógica da indústria, dividida em zonas funcionais – o zoneamento – com zonas residenciais e industriais, centros de lazer e serviços. As suas diretrizes e fórmulas, segundo seus autores, são aplicáveis internacionalmente. Trata-se de um modelo de cidade infinitamente reprodutível, baseado em estudos exaustivos das necessidades básicas dos seres humanos, que seriam as mesmas em todas as partes do mundo. Propunha-se, assim, para o espaço, um tratamento homogêneo:

Esse tipo vai ser aplicado, de modo idêntico, por um espaço planetário homogêneo, cujas determinações topográficas são negadas. A independência em relação ao local não resulta apenas, como no século XIX, da certeza de deter a verdade de uma boa forma, mas também das novas possibilidades técnicas: ‘a arquitetura do *bull-dozer*’ nasceu, nivelando as montanhas e cobrindo os vales. Com a condição de preencher suas funções e ser eficaz, os urbanistas adotarão o mesmo plano de cidade para a França, o Japão, os Estados Unidos e a África do Norte. (CHOAY, 2007, p. 21).

Por certo que as diferenças culturais também foram ignoradas. Para os urbanistas progressistas, o modelo teórico ideal de homem é totalmente adaptado à realidade industrial e, com base nisto, para atender à demanda por moradia, os arquitetos responderam com inovadoras propostas no *design* das unidades habitacionais, buscando diminuir custos e garantir um padrão mínimo de qualidade. A influência do positivismo científico, a crença no progresso linear, bem como no discurso universal, e a necessidade de conferir um fundamento científico às transformações no campo da arquitetura e da estética possibilitaram a criação de um modelo teórico ideal de homem a partir do qual se construiu um programa mínimo de necessidades que correlacionava a cada função certa quantidade de metros quadrados. As necessidades humanas foram tipificadas em um programa homogeneizado de quatro funções: habitar, trabalhar, circular e descansar; a serem satisfeitas por uma quantidade mínima de metros quadrados dispostos de forma econômica. Tantos metros para dormir, tantos para cozinhar, outros tantos para a circulação e assim por diante. A busca do mínimo não significou redução de padrões vigentes; ao contrário, significou dar um padrão aceitável

para todos, considerando a grande dimensão da carência (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2000).

O Urbanismo Racionalista fez escola em várias partes do mundo. A arquitetura brasileira foi, desde muito cedo, influenciada pelo racionalismo e pela obra de Le Corbusier. O projeto do arquiteto Lúcio Costa para Brasília é considerado a mais completa aplicação dos princípios contidos na *Carta de Atenas*. Na Bahia, o Centro Industrial de Aratu (CIA) e o Centro Administrativo do Estado da Bahia (CAB) foram os exemplares mais próximos deste enfoque cuja pragmática, no caso do CIA, volta-se para o desenvolvimento capitalista industrial da região, dando-lhe uma configuração de cidade-industrial-linear (SAMPAIO, A., 1999).

Para Antônio Sampaio (1999, p. 10), “[...] o urbanismo do CIAM foi vestido com uma arquitetura brasileira, típica do auge de seu modernismo – brutalista na expressão de seu concreto armado, mas imponente e monumental.” No período tratado neste livro, as análises de Antônio Sampaio (1999) levaram a crer que as discussões dos CIAMs não alcançavam Salvador nem seus urbanistas, nos anos 1930, mas, teoricamente, eram propaladas as vantagens do urbanismo moderno nas grandes cidades do mundo.

Importa esclarecer que as pesquisas aqui consultadas concordam que, sob a direção de Mário Leal Ferreira, o EPUCS apresenta forte influência da vertente *Comprehensive Planning*, com ideias pautadas na visão de cidade como “organismo vivo”. Seu discurso encontra correspondência em Patrick Geddes, Ernest Burgess, Raymond Unwin, entre outros, numa visão urbanística, com clara opção pelo *Town Planning* do ponto de vista teórico-metodológico. Entretanto, conforme Antônio Sampaio (1999), a Cidade-real, na fase do ciclo industrial moderno, não se ateu ao

plano do EPUCS, mas obedeceu a outro movimento de natureza mais regional sobre a realidade urbana.

Pesquisas recentes têm demonstrado que a formação local de urbanistas modernos com formação específica se inicia através da prática desenvolvida pelo EPUCS. A equipe ampla e multidisciplinar, montada por Mário Leal Ferreira, contou com profissionais de visão modernista, influenciados pelas noções de interdisciplinaridade na linha *town planning*, os quais, sob a ótica da Carta de Atenas e da Bauhaus, vão, em 1958, constituir o quadro docente da Faculdade de Arquitetura da UFBA (FERNANDES; SAMPAIO; GOMES, 2005, p. 171).

Através da análise do currículo da Escola Politécnica e de textos publicados em revistas e na imprensa local, Araujo (2004) demonstra como o ideal progressista se encontra presente no meio acadêmico nos anos 1940 e acredita que as variantes interpretativas sobre qual corrente teria influenciado ou servido de base para o pensamento urbanístico local estão vinculadas a lacunas ou omissões da historiografia na própria Europa.

Não cabe neste livro aprofundar a análise acerca da importância de e/ou fazer a crítica ao urbanismo racionalista, até porque há extensa bibliografia de especialistas no assunto, a não ser nos seus aspectos androcêntricos, nas ideias que estão por detrás desta nova ciência, assim como nas implicações deste modelo urbanístico na vida das mulheres.

A corrente culturalista

A outra vertente do urbanismo moderno, que apresenta propostas de ordenamentos urbanos, seguindo a classificação de Choay (2007), é a culturalista. Camillo Sitte, Ebenezer Howard e

Raymond Unwin são alguns dos seus fundadores. Os princípios ideológicos são pautados na totalidade (a aglomeração urbana) que prevalece sobre a parte (indivíduos) e no conceito cultural de cidade sobre a noção material de cidade. Em outras palavras, a sua crítica parte do agrupamento humano, da cidade; e não da situação do indivíduo (CHOAY, 2007).

O espaço do modelo cultural se opõe ao modelo progressista:

Limites precisos são determinados para as cidades. A metrópole da era industrial horroriza Howard, que fixa em trinta mil ou cinquenta e oito mil o número de habitantes de sua cidade. Esta é circunscrita de modo preciso, limitado por um cinturão verde destinado a impedir qualquer coalescência com outras aglomerações. Uma *garden-city* não pode estender-se pelo espaço; só pode desdobrar-se como célula viva, a população supranumerária indo fundar um novo centro, a uma distância razoável, que será também cercado de verde. (CHOAY, 2007, p. 27).

Nessa vertente, a cidade ocupa o espaço de modo diferenciado, de forma a assegurar particularidade e variedade ao espaço interior da cidade. Para isto, são realizados levantamentos e análises das cidades do passado, nos seus diferentes traçados das vias de circulação, como a disposição e as medidas das praças, em sua relação com ruas que têm acesso a elas, com os edifícios que as delimitam, com os monumentos que as enfeitam.

Em reação ao isolamento moderno, a rua, aqui, é um órgão fundamental, as formas diretoras não são mais as dos edifícios, mas as dos locais de passagem e de encontro. Em oposição aos princípios de simetria, a orientação é “[...] seguir as sinuosidades naturais do terreno, as incidências do sol, dobrar-se aos ventos dominantes, ou

ao maior conforto existencial do usuário” (CHOAY, 2007, p. 28). O esperado desse modelo é um ambiente tranquilizador, confortável, favorável à intensidade e à multiplicação das relações pessoais. Choay (2007) caracteriza o modelo como nostálgico.

Devido à ênfase dada ao passado, os urbanistas culturalistas receberam críticas severas no início do século XX: de quererem, em pleno século XX, voltar à cidade medieval; de ignorarem completamente a evolução das condições de trabalho, assim como os problemas da circulação; e de que o controle na expansão urbana e sua estrita limitação não são compatíveis com as necessidades do desenvolvimento econômico moderno.

Além disso, Choay (2007, p. 29) destaca ainda duas consequências críticas. Primeiro, de ordem metodológica e especulativa, isto é, que, dada à “[...] valorização inconsiderada do passado leva a uma reificação do tempo, que é tratado ao modo de um espaço e como se fosse reversível”. O segundo aspecto refere-se às construções utópicas da cidade:

Ao utopismo progressista opõe-se o utopismo nostálgico, e à religião do funcionalismo o culto dos valores ancestrais, cujos modos de funcionamento a história e a arqueologia desvendaram. (CHOAY, 2007, p. 29).

Há outros problemas que fragilizam esse modelo, ou mesmo o inviabilizam, como a sua metodologia. Ademais, a repetição de condutas antigas traduz a inadaptação, a fuga diante de um presente inassumível.

Numa instigante publicação, Antônio Sampaio (1988, p. 11-30) analisa criticamente o urbanismo a partir da problemática conceitual que envolve o binômio ordem-desordem e demonstra como a concepção de ordem, nas três vertentes do urbanismo

- a progressiva, o *comprehensive planning* e o urbanismo dos modelos -, em que se apoiam urbanistas e planejadores numa linguagem às vezes tida como “moderna” e “atual”, apresenta formas de pensar bastante antigas e em desacordo com a lógica do mundo real. No curso de sua instigante análise, pergunta: “[...] o que se passa então no urbanismo e no planejamento quando se tenta ordenar as cidades?”.

Na lógica de ordenar cada coisa em seu lugar, mostra as contradições e os limites. No planejamento compreensivo, pergunta: Como é possível alterar as condições anteriores de desordem se a totalidade é impossível de ser reconhecida? Na vertente dos modelos, há problemas no que diz respeito à metodologia, na sistematização de todos os dados de uso do solo, de emprego, de renda, de serviços e de infraestrutura viária dos transportes, necessários às projeções e às simulações do futuro. Na vertente progressista, o que conta não é a ordem vigente, mas uma nova ordem. Segundo Antônio Sampaio (1988, p. 18-19),

[...] o que prevalece é ‘a casa como máquina de morar’, a ‘fábrica como lugar de trabalhar’, a ‘via como lugar do carro circular’, etc., tudo muito ‘moderno’ e ‘ordenado’ para o progresso-do-homem numa cidade, ou trecho desta, menos de viver, e mais de ver, enfim, que ‘impressiona os olhos e os satisfaça’. Sem dúvida uma visão mecanicista do mundo.

Não é raro encontrar importantes contribuições que fazem críticas às formas de ver e de planejar o ordenamento das cidades – expondo contradições entre idealizações pautadas numa nova geometria, numa nova técnica de um lado – e a realidade social capitalista, desigual nas suas classes e segregada, espacialmente, do outro. Nos anos 1970, Castells e David Harvey “urbanizaram”

o marxismo. Castells (1977 apud SAMPAIO, A., 1988) construiu a Teoria da *Collective Consumption* da Urbanização Capitalista. Harvey defendeu uma alternativa marxista para a teoria liberal, baseada em conceitos de uso, troca, e mais valia, e modelos de produção e integração econômica. Mas, no início dos anos 1980, muitos dos aderentes originais à posição estruturalista marxista começaram a questioná-la (SANDERCOCK; FORSYTH, 1990).

AS ASSIMETRIAS DE GÊNERO NAS TEORIAS: UMA ABORDAGEM CRÍTICA FEMINISTA

O meu olhar de historiadora, na tentativa de organizar as ideias no contexto da teoria urbanística, desfila curiosamente sobre as diversas correntes do pensamento sobre a cidade do período em questão. No entanto, minhas inquietações como feminista não me permitem encontrar uma “ordem” na história do urbanismo e do planejamento. Retorno às perguntas iniciais deste capítulo: A partir de que perspectiva se tem construído a cidade, a rua, a casa, o local de trabalho e de lazer? No interesse de quem e para que se ordenam as cidades? Que ideologia está por detrás desta “ordem” proposta para as cidades?

Inicialmente, é preciso lembrar que a maior parte do que foi produzido sobre o urbanismo moderno e seu planejamento é de autoria masculina, branca e de origem europeia. Sandercock e Forsyth (1990), em importante artigo intitulado *Gender: a new agenda for planning theory*, constataram que, embora os anos 1980 tenham testemunhado o florescimento relativo da atenção ao gênero em relação a várias áreas do conhecimento (política, desenvolvimento econômico, literatura etc.), o mesmo não ocorreu

na produção teórica do planejamento. No campo do planejamento urbano, a teoria continua sendo indiscutivelmente dominada por homens e indiferente às questões de gênero. Assim, essas autoras perguntam: Se gênero não pode mais ser ignorado na prática de planejamento, como os debates teóricos continuam a silenciar o assunto?¹⁷ (SANDERCOCK; FORSYTH, 1990).

Numa importante análise sobre a relação entre o gênero e a teoria do planejamento, Sandercock e Forsyth (1990, 2005) explicam que o conceito de teoria do planejamento é controverso, inclusive no que constitui o objeto teórico da teoria do planejamento. Três níveis de planejamento teórico foram destacados: teorias da prática de planejamento; teorias político-econômicas no planejamento; e metateoria. Para a análise de gênero no planejamento, acreditam ser relevante analisar questões como: o *status* econômico da mulher; como as mulheres se localizam e se deslocam no espaço urbano; a conexão entre produção capitalista e relações patriarcais entre a vida “pública” e “doméstica”; o que a mulher entende sobre o mundo e o que julga ser bom; com que formas de comunicação se sentem mais confortáveis ou mais ameaçadas; entre outras questões. Há um reconhecimento de que a teoria feminista tem contribuído e ainda tem muito a contribuir no planejamento, particularmente nas seguintes áreas: organização do espaço, economia e reprodução, diferença e relações sociais, linguagem e comunicação, epistemologia e metodologia, ética e natureza do domínio público (SANDERCOCK; FORSYTH, 1990, 2005).

¹⁷ Leonie Sandercock e Ann Forsyth fazem uma breve incursão na história da teoria urbanística, em *Gender: a new agenda for planning theory* (1990). O texto foi novamente publicado 15 anos depois, reafirmando a importância e a atualidade do tema, numa coletânea com outras especialistas no assunto, como Susan Fainstein, Dolores Hayden, Daphne Spain entre outras. Ver Sandercock e Forsyth (2005. p. 67-85).

Entre as referências bibliográficas a que tive acesso nesta pesquisa, é possível destacar algumas importantes contribuições para a crítica feminista, pela abordagem de gênero na relação com o espaço urbano. Algumas já foram citadas ao longo desta tese. No entanto, há duas autoras consideradas pioneiras que precisam ser destacadas: Jacobs (2000) e Hayden (1980, 1981).

A primeira se tornou bastante conhecida pelas críticas às teorias mais usuais do urbanismo. Em 1961, em sua obra clássica *Morte e vida de grandes cidades*,¹⁸ Jacobs (2000) apontou vários problemas e propôs novos princípios de urbanização e reconstrução das cidades, diferentes, ou melhor, opostos aos que vinham sendo ensinados nas escolas de arquitetura.

A jornalista norte-americana Jacobs (2000) critica as doutrinas modernas do urbanismo e estabelece como princípio a necessidade que as cidades têm de uma diversidade (mais complexa e densa) de usos do seu espaço, este que propicie entre elas uma sustentação mútua e constante, tanto econômica quanto social. Defende a necessidade da diversidade urbana, através de funções que gerem presença de pessoas em horários diferentes e em alta concentração, valorização de esquinas e percursos, edifícios variados e de diferentes idades, entre outras medidas profiláticas para uma melhor qualificação urbana, posicionamento contrário ao racionalismo-funcionalista que defende a separação das funções/zoneamento, a lógica da circulação pela exaltação do sistema viário. Suas ideias

¹⁸ Jane Jacobs é jornalista, norte-americana, e, em 1961, publicou *Morte e vida de grandes cidades*. A obra tornou-se um clássico pela crítica às doutrinas modernas do urbanismo e do planejamento urbano, posicionando-se contrária ao racionalismo-funcionalista que defende separação das funções/zoneamento. Entre urbanistas feministas, a obra foi pioneira por constatar como esse modelo – adotado nas grandes metrópoles – reforça papéis de gênero e, consequentemente, as desigualdades entre homens e mulheres na relação com o espaço urbano.

inspiram diversos projetos, ainda hoje, no combate à violência, com a defesa do controle social e não policial da vida urbana.

Ademais, outro aspecto que me chamou a atenção – considerado como uma importante contribuição de sua obra –, é a sua denúncia para o fato de planejadores e projetistas, em sua maioria homens, “estranhamente” criarem projetos e planos que os desconsideram como integrantes da vida diária e normal onde quer que haja moradias: “[...] ao planejar a vida residencial, o objetivo deles é satisfazer as pretensas necessidades cotidianas de donas de casa ociosas e criancinhas em idade pré-escolar”; e do zoneamento, em que o trabalho e o comércio estão localizados a quilômetros de distância das residências, desencorajando a participação dos homens na vida diária das crianças (JACOBS, 2000, p. 91-92). Deste modo, demonstra como esse modelo urbano é sexista e como reforça o modelo familiar patriarcal.

A outra importante contribuição, reconhecidamente uma das primeiras arquitetas a criticar o urbanismo moderno numa perspectiva de gênero, em 1979, é a norte-americana Dolores Hayden.¹⁹ Em seu artigo *What would a non-sexist city be like? Speculations on housing, urban design, and human work*, Hayden (1980) mostra como residências, bairros e cidades são inadequados se considerarmos a realidade de mulheres americanas que estão se

¹⁹ Dolores Hayden é historiadora urbana, arquiteta e professora da Universidade de Yale, Estados Unidos. É autora de livros premiados sobre o caráter e a concepção das cidades e dos subúrbios americanos: *Building suburbia: green fields and urban growth, 1820-2000* (Pantheon, 2003) e *A field guide to sprawl (with aerial photographs by Jim Wark, WW Norton, 2004)*. Contribuições importantes para crítica feminista em: *The grand domestic revolution: a history of feminist designs for american homes, neighborhoods, and cities* (MIT Press, 1981); e *Redesigning the american dream: gender, housing, and family life* (WW Norton, 1984, rev. ed., 2002) em que a autora explora o cuidado da habitação e da criança, seguindo a experiência dos Estados Unidos, em contraste com a Inglaterra, França, Suécia e União Soviética. Mais informações sobre Dolores Hayden, ver <<http://www.doloreshayden.com/>>.

inserindo no mercado de trabalho (em número cada vez maior), em oposição ao princípio *A woman's place is in the home*; este que norteou o projeto arquitetônico e o planejamento urbanístico nos Estados Unidos durante todo o século XX. Demonstra como residências, bairros e cidades, projetados para manter a mulher no lar, a limitam física, social e economicamente (HAYDEN, 1980).

Hayden (1980, p. 167-184) denuncia problemas gerados quando uma cidade é planejada para separar residência e local de trabalho, onde mais da metade da população reside em áreas suburbanas, e mostra que a melhor área construída nos Estados Unidos consiste no denominado *Suburban Sprawl* (casas de família agrupadas em áreas segregadas por classe, cortadas por rodovias de alta velocidade e servidas por *shoppings centers* e pontos comerciais). Segundo Hayden (1980), mais de 50 milhões de pequenas casas estão sobre terra; trabalhadores qualificados brancos e homens têm muito mais chances de possuir casa própria do que membros de grupos minoritários e mulheres; a muitos é negado o acesso à moradia e/ou à igualdade de crédito; 70% dos adultos que não possuem acesso a carros são mulheres; e a valorização de um bairro é normalmente mensurada em termos de compras convencionais, escolas e, talvez, trânsito, em vez de serviços sociais adicionais para pais trabalhadores, como creches e clínicas noturnas.

Através de uma importante análise, Hayden (1980) demonstra como a ideologia patriarcal se configura no espaço da casa, do bairro e da cidade, para alimentar o capitalismo. Relembra o slogan da Associação de Moradia Industrial em 1919, “Bons lares fazem trabalhadores satisfeitos”, ideia que ajudou na estratégia capitalista para planejarem melhores moradias para trabalhadores homens, brancos e suas famílias, com o intuito de eliminar o conflito industrial.

Os homens deveriam receber “salário-família” tornando-se os “donos” da casa, responsáveis pelos pagamentos regulares do financiamento, enquanto suas mulheres se tornariam “administradoras” do lar, tomando conta dos filhos. O trabalhador masculino retornava de seu dia na fábrica ou no escritório para um ambiente doméstico ou privado, separado do mundo tenso do trabalho em uma cidade industrial caracterizada pela poluição ambiental, pela degradação social e pela alienação pessoal. Ele entraria, então, numa moradia serena cuja manutenção física e emocional seria tarefa de sua esposa. Porém, a casa privada suburbana era o cenário para a efetiva divisão sexual do trabalho (HAYDEN, 1980).

Os moradores de lares isolados eram sugestionáveis. Compraram suas casas, carros, fornos, refrigeradores, aspiradores de pó, lavadoras, carpetes. O desenvolvimento da indústria da propaganda sustentava este ideal de consumo de massa e promovia a moradia privada suburbana (HAYDEN, 1980, p. 170).²⁰

“Como um lar convencional serve à mulher empregada e sua família? Mal.”, responde Hayden (1980, p. 171) e explica que, por causa da prática de zoneamento residencial, a moradia típica será usualmente distante fisicamente de qualquer espaço comunitário compartilhado como casa comercial, creche ou lavanderia, por exemplo, em geral improváveis de existirem no domínio espacial da moradia.

Dentro dos espaços privados da moradia, a cultura material trabalha contra as necessidades da mulher empregada assim como o faz a divisão de zonas, porque o lar é um lugar para ser preenchido com os objetos de utilidade (mercadorias/bens de consumo). Os eletrodomésticos possuem apenas uma utilidade, normalmente

²⁰ Hayden analisa como Mrs. Consumer movimentou a economia para as alturas nos anos 1950. Os efeitos foram sentidos pelas mulheres que ficaram em casa experimentando o que Friedan (1971) chamou de “mística feminina” e Peter Filene renomeou “mística doméstica”.

ineficiente, a maioria máquinas consumidoras de energia alinhadas em um cômodo em que o trabalho doméstico é feito isolado do resto da família. Tapetes e carpetes que necessitam de aspiração, cortinas que precisam de lavagem (HAYDEN, 1980).

O problema é paradoxal e Hayden (1980) o apresenta do seguinte modo: as mulheres não podem melhorar seu *status* no lar a menos que sua posição econômica geral na sociedade seja alterada; as mulheres não podem melhorar seu *status* como força de trabalho remunerada a menos que suas responsabilidades sejam alteradas. Sendo assim, um programa para atingir a justiça econômica e ambiental da mulher requer, por definição, uma solução que supere as tradicionais divisões entre o lar e a economia de mercado, a moradia privada e o ambiente de trabalho. Deve-se transformar a situação econômica do trabalhador do lar cujas habilidades não têm sido remuneradas, mas são econômica e socialmente necessárias à sociedade; e deve-se, também, transformar a situação doméstica da mulher empregada (HAYDEN, 1980).

Ao final, Hayden (1980) apresenta algumas propostas e experiências, em Copenhague, Alemanha, Londres e Cuba, baseadas em um novo paradigma de habitação do bairro e da cidade, não sexistas, que venham a encorajar, ao invés de restringir, atividades de mulheres trabalhadoras ou que queiram se empregar. São propostas que integram moradia com serviços comunitários de creche, lavanderia, refeitório, num só lugar. Em sua obra clássica *The grand domestic revolution*, Hayden (1981) dá visibilidade a contribuições de mulheres de uma tradição feminista de projetos do lar e planejamento comunitário. São arquitetas influenciadas pelo feminismo materialista, conforme Sandercock e Forsyth (1990), que defendem o trabalho socializado e levantam questões

fundamentais a respeito da “esfera da mulher”. Deste modo, elas desafiavam duas características do capitalismo industrial: a separação física do espaço do lar e do espaço público; e a separação da economia doméstica da economia política; bem como propuseram e projetaram lares e bairros ideais feministas. Suas ideias influenciaram figuras masculinas conhecidas como Ebenezer Howard, Lewis Mumford e Rodolph Schindler (FORSYTH; SANDERCOCK, 1990).

As contribuições de Hayden (1980, 1981) e Jacobs (2000), sem dúvida alguma, vêm sendo fonte de inspiração para muitos trabalhos. A produção entre urbanistas é crescente, principalmente nas denúncias acerca das inadequações do modelo urbano existente para a vida cotidiana das mulheres, trabalho este que considero fundamental.

Entretanto, observo que pouco se questiona sobre os sujeitos na construção do conhecimento científico nesta área. Nessa direção, é relevante apresentar algumas discussões de ordem epistemológica em que a contribuição das ciências sociais é mais ampla que a do planejamento. Repensar o sujeito do conhecimento sobre o espaço urbano faz-se necessário e, sobretudo, fazer a crítica deste, que, por muito tempo, tem se apresentado como neutro e universal.

OS SUJEITOS NO URBANISMO

Para mostrar como esta área do conhecimento constrói seus referenciais e seus métodos específicos gendrados, tomo como ponto

de partida algumas análises já realizadas por María-Ángeles Durán²¹ em *La ciudad compartida* (2008), publicada, em sua primeira edição, em 1998. Trata-se de um dos primeiros trabalhos a incorporar novos temas (a vida cotidiana, os sujeitos da cidade, a organização do tempo, as aspirações e as necessidades das mulheres) e a apresentar inovações metodológicas na pesquisa na Sociologia Urbana.

Durán (2008) desenvolve uma instigante análise dos sujeitos na arquitetura e no urbanismo, no primeiro capítulo da referida obra, e constata que, na maior parte do que se tem escrito sobre as cidades, prescinde-se da análise do sujeito que produz o conhecimento. Problema maior é o fato de se dar por certo e verdadeiro que este sujeito cognoscente é universal, transparente e puro. Entretanto, a experiência histórica das mulheres é muito diferente da dos homens e a mesma experiência pessoal pode ser vivida diferente e distintamente por homens e mulheres (DURÁN, 2008).

A análise na perspectiva feminista vem questionando a noção do conhecimento objetivo, independentemente da situação (ou posicionalidade) do profissional: a perspectiva das mulheres revela que o objeto da sociologia [ou de qualquer outra área] é organizado a partir de uma determinada posição na sociedade – uma classe dirigente, branca e masculina (SMITH, 1987).

Seguindo com Durán (2008), homens e mulheres possuem experiências pessoais e as vivenciam de maneira diferenciada na relação com o espaço urbano; e isto reflete na produção do conhecimento e vice-versa. Desde que perspectiva se tem (ou temos)

²¹ María-Ángeles Durán possui formação em Ciências Políticas e é professora de Sociologia, nas universidades Autónoma y Complutense de Madrid, C.E.U., Zaragoza. É catedrática de Sociologia desde 1987 e professora-pesquisadora especializada em Ciências Sociais no Conselho Nacional de Pesquisa. Realizou pós-doutorado em 1972, especializando-se em diferenças de gênero e desigualdades sociais no Institute for Social Research (ISR) da Universidade de Michigan. Ver informações em <<http://wikimujeres.net/wiki/maria-angeles-duran>>.

construído a cidade, a casa, a fábrica e o parque? Durán (2008) avalia que a pretensão científica e técnica domina os duros processos de aprendizagem, a formação, para resolver com êxito as dificuldades da construção ou o desenho dos espaços. Porém, a ordenação ou hierarquia dos espaços só pode se fazer conhecendo-se o modo como se vai viver:

El arquitecto no puede limitarse a los materiales y las formas. Cuando proyecta, subordina su obra a un sentido, incluso cuando no es consciente de ello. En todas las construcciones hay un sentido implícito, una idea generatriz a la que debe servir el espacio. Pero a veces impera el desconcierto, y no se sabe para qué o a quién se debe servir, cuál es el orden moral que subyace en el diseño. (DURÁN, 2008, p. 20).

Durán (2008) segue, considerando que, a partir do final do século XX, inicia-se o processo de fragmentação do sujeito. O sujeito do conhecimento (que o produz, o recebe e o divulga) é geralmente identificado como cheio de amálgamas, de roturas e de intersecções, este que não reflete, por inteiro, os desejos e as aspirações de nenhum grupo humano concreto. Cada vez mais, parece evidente a parcialidade daquilo que nos tem chegado como se fosse o “todo”. Por isto a importância de se valorizar mais a experiência pessoal, a aproximação fenomenológica frente às medições externas. O problema está no fato de que as duas tradições principais da ciência social, a positivista e a fenomenológica, falam linguagens dificilmente compatíveis:

Las mediciones son necesarias y es apreciable la contribución de las fuentes estadísticas; pero por si mismas no son gran cosa, si no van acompañadas de una reflexión detenida sobre el significado de las cifras.

Así que las disyuntiva entre ahondar u olvidar las experiencias personales, entre dejar fluir la experiencia del sujeto que escribe o silenciarlo, se presenta en cada epígrafe del texto del mismo modo que se plantea ahora. (DURÁN, 2008, p. 21).

Durán (2008), seguindo sua análise, lembra que é recente a conquista para as mulheres de espaço no mundo acadêmico e da cidadania. Além disto, as experiências têm sido distintas em cada parte do mundo. Em muitos países, a maioria das mulheres continua sem voz na política. Assim, diante deste processo histórico, questiona como é possível marcar os limites entre a experiência pessoal e a ficção? Como elevar a experiência conhecida, todavia tão escassamente explícita e sistematizada, ao nível de categoria? (DURÁN, 2008, p. 22).

Numa outra direção, “feministas perspectivistas” propõem uma abordagem que seria resultado da combinação do empiricismo, ou seja, a experiência concreta e material das mulheres, com a teoria e os discursos. A experiência é o ponto de partida, uma vez que esta tradição fenomenológica tende muito mais para a “etnografia” do que para uma “teoria crítica”. Sardenberg (2002) apresenta uma elucidativa análise acerca da relação feminismo e ciência, na qual é possível compreender melhor o processo de construção de estratégias metodológicas que possam fazer melhor avançar a produção feminista de um conhecimento politizado. Neste sentido, considera o feminismo perspectivista um avanço, na medida em que representa uma “luta política e intelectual” na problematização das epistemologias empiricistas (SARDENBERG, 2002, p. 102).

De volta às considerações de Durán (2008), esta lembra como é limitado o número de publicações sobre a cidade e a arquitetura

na perspectiva das mulheres, porém mais complicado ainda é que ninguém se detém ao fato de que as publicações sobre a cidade e a arquitetura adotadas no processo de formação profissional, referência no auxílio de tomada de decisões, têm sido escritas na perspectiva dos homens, inclusive a maioria das publicações que define a relação das mulheres com a cidade. Sobre esta questão, avalia:

Para equilibrar perspectivas, no basta que las mujeres – y otros grupos sociales tradicionalmente excluidos – razonen y transfieran sus experiencias sobre sí mismas, sino que han de hacerlo sobre los otros y sobre el conjunto. En ese sentido, cualquier aportación desde las perspectivas innovadoras es al mismo tiempo un avance y una aspiración frustrada; y ello porque, por comparación con el complejo edificio de las ideas ya tratadas, de los millones de experiencias “otras” que han filtrado y les dieron la base experiencial para transformarse conceptualmente, los esfuerzos por filtrar y conceptualizar las experiencias nuevas son muy modestos, muy insuficientes. Intelectualmente, la apuesta comporta inevitablemente el desgarrro de saberse parte de una cultura construida sobre experiencias ajenas y de carecer al mismo tiempo de elementos suficientes para construir la propia, y fundirlas. (DURÁN, 2008, p. 22).

Durán (2008) parece apresentar o problema como sem possibilidade de solução. Ainda que não tenha todas as respostas (até porque novas perguntas surgem a todo o instante), o pensamento feminista pode apontar caminhos para a atividade científica mais adequada.

Harding (1996b) desenvolve uma análise crítica dos pressupostos da existência de uma ciência pura, independente dos valores. De uma ciência que assume o masculino como o ideal humano, quando o humano tem que incluir também o feminino;

para a qual os problemas dos homens são os de todo o mundo, sem explicar as coisas que se constituem em problemas para as mulheres; e que pressupõe que as explicações dos homens em torno do que lhes parece problemático não estão deformadas por suas necessidades e seus desejos de gênero. Afirmando que os homens monopolizam o poder político e o valor moral, às custas das mulheres, Harding (1996b) destaca a importância da categoria gênero, uma categoria assimétrica do pensamento humano, da organização social, da identidade e das condutas individuais, para pensar as diferenças em nossa cultura.

A posição dominante dos homens na vida social se traduz em um conhecimento parcial e perverso, e a das mulheres, subjugadas, abre a possibilidade de um conhecimento mais completo. A proposta é traduzida pelo ponto de vista ou *Standpoint Theory* (HARDING, 1996a, p. 24). Contudo, o problema também precisa ser avaliado com cautela, pois há sempre o perigo de cair nas armadilhas do essencialismo e do universalismo. Neste sentido, a própria Harding (1996a, p. 25) formula algumas perguntas, em sua análise acerca dos paradoxos epistemológicos, que podem ser esclarecedoras:

*¿Puede haber un punto de vista feminista cuando la experiencia social de las mujeres (o de las feministas) está dividida por la clase social, la raza y la cultura?
¿Acaso debe haber punto de vista feministas negros y blancos, de clase trabajadora y de clase profesional, norteamericanos y nigerianos?*

A busca por construir uma estratégia epistemológica que melhor fundamente e instrumentalize a produção de um saber feminista tem levado algumas autoras a proporem a noção de objetividade feminista, o que significa saberes localizados. Haraway

(1995) explica que a objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Deste modo, podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver (HARAWAY, 1995, p. 21).

Haraway (1995) acredita que há grande valor em definir a possibilidade de ver a partir da periferia e dos abismos. Sem pretender romantizar, explica que os posicionamentos dos subjugados não estão isentos de uma reavaliação crítica, de decodificação, de desconstrução e de interpretação, pois as perspectivas dos subjugados não são posições inocentes:

Ao contrário, elas são preferidas porque, em princípio, são as que têm menor probabilidade de permitir a negação do núcleo crítico e interpretativo de todo conhecimento. Elas têm ampla experiência com os modos de negação através da repressão, do esquecimento e de atos de desaparecimento – com maneiras de não estar em nenhum lugar ao mesmo tempo que se alega ver tudo. (HARAWAY, 1995, p. 23).

A ideia de Haraway (1995) e de muitas feministas é no sentido de criar uma doutrina e uma prática de objetividade que privilegie a contestação, a desconstrução, as conexões em rede e a esperança na transformação dos sistemas de conhecimento e nas maneiras de ver.

O posicionamento crítico produz objetividade. De modo diferente, o conhecimento do ponto de vista do não marcado se torna distorcido e, portanto, irracional. Posicionar-se, explica Haraway (1995, p. 27-28),

[...] é a prática chave, base do conhecimento organizado em torno das imagens da visão, é como se organiza boa parte do discurso científico e filosófico ocidental. Posicionar-se implica em responsabilidade

por nossas práticas capacitadoras. Em consequência, a política e a ética são a base das lutas pela contestação a respeito do que pode ter vigência como conhecimento racional.

Na perspectiva do *Standpoint Epistemologies*, explica Harding (1996a), as reivindicações feministas só são mais aceitáveis e menos deformantes se baseadas na solidariedade entre as diversas identidades fragmentadas modernas e entre as políticas que criam. Para Harding (1996a), não há dúvidas de que, entre os discursos epistemológicos feministas, há tendências contraditórias e cada um tem seu próprio conjunto de problemas. No entanto, as contradições e os problemas não se originam dos discursos feministas, mas refletem a desordem presente nas epistemologias e nas filosofias da ciência dominante desde meados dos anos 1960 e, também, as mudanças nas configurações de gênero, raça e classe social, tanto nas categorias analíticas como na realidade. Conclui, então, que:

Los nuevos grupos sociales – como las feministas, que tratan de reducir las diferencias existentes entre su propia experiencia social y los marcos teóricos de los que disponen – están más dispuestos a construir sobre la base del ‘saber sojuzgado’ sobre el mundo que los grupos cuyas experiencias se ajustan más cómodamente a sus esquemas conceptuales habituales. Es más probable que haya que considerar que la entrada feminista en estas disputas signifique una aportación a favor de la clarificación de la naturaleza y las consecuencias de las tendencias paradójicas de la vida intelectual y social contemporánea. (HARDING, 1996a, p. 27).

Assim sendo é que insisto na importância das pesquisas que analisam o espaço urbano sob o ponto de vista das mulheres, nas

suas múltiplas intersecções. Desconstruir o discurso urbanístico racionalista que definiu o traçado de inúmeras cidades brasileiras e as intervenções a partir de referenciais masculinos, como o modelo de zoneamento, que é um típico modelo androcêntrico que dificulta, sobremaneira, a vida das mulheres.

O contato com a bibliografia estrangeira e a existência das redes de contato entre pesquisadoras têm sido muito profícuos por revelarem problemas comuns, a exemplo dos vivenciados pelas mulheres americanas, relatados por Hayden (1981), causados pela falta de um planejamento que considere as necessidades e os interesses femininos. Inteirar-se dos dilemas, por vezes compartilhados por mulheres de nacionalidades distintas, não implica, de maneira alguma, importar soluções, mas introduzir a discussão no Brasil, iluminar os nossos problemas, confrontar realidades distintas, avaliar experiências fundamentais para o balizamento de intervenções na cidade na direção de uma equidade entre os gêneros.

A CIDADE DO SALVADOR COMO ESPAÇO DEMARcado PELO GÊNERO

Esta manhã, ao raiar da aurora, meus olhos abriram-se diante de um dos mais belos espetáculos que jamais contemplei. Uma cidade, magnífica de aspecto, vista do mar, está colocada ao longo da cumeeira e na declividade de uma alta e íngreme montanha. Uma vegetação riquíssima surge entremeada com as claras construções e além da cidade estende-se até o extremo da terra, onde ficam a pitoresca igreja e o convento de Santo Antônio da Barra.

(Maria Graham, entre 1821 e 1823)

Memorialistas, intelectuais, poetas, fotógrafos, artistas de um modo geral deixaram o registro da sua leitura sobre a cidade do Salvador. Parece uma regra, e ainda hoje é possível constatar “os olhares de amantes saudosos”. Poetas escreveram que “terra mais linda não há”; que ela “irradia magia”; é a “cidade dos feitiços e da fé”; é a “terra do Nosso Senhor; do Nosso Senhor do Bonfim”; e onde todo mundo é “filho d’Oxum”. Sobre a Bahia, muito se escreveu, muito se disse, muito se expressou imageticamente. Buscamos os autores: a maioria, homens.

Ao incorporar o gênero como categoria relacional na análise, eu tenho como objetivo, neste capítulo, contribuir com uma interpretação do processo de construção e dinâmica da cidade do Salvador numa dimensão mais complexa, reveladora de estruturas de poder que apontam para as diferentes formas de acesso, uso e usufruto do espaço urbano por distintos sujeitos sociais, com ênfase e maior visibilização das mulheres na sua heterogeneidade.

A construção deste capítulo se apoia em vestígios históricos verdadeiramente garimpados em testemunhos do passado e pela bibliografia arrolada que me deram pistas sobre a relação das mulheres com o espaço urbano. As fontes analisadas em primeiro plano neste capítulo foram: *A Cidade do Salvador (1549)*, obra de autoria do antropólogo, jornalista e professor Edison Carneiro, publicada em 1954, que apresenta uma reconstituição histórica da cidade do Salvador no ano de 1549 (CARNEIRO, 1954); e *A Bahia no Século XVIII*, obra publicada em 1969, que reúne cartas escritas pelo português Luís Santos Vilhena, no período em que residiu na cidade do Salvador, entre os anos de 1787 e 1799 (VILHENA, 1969a).

Na trilha em busca de pistas sobre o lugar, ou melhor, os lugares das mulheres no espaço urbano da cidade colonial, o olhar estrangeiro é testemunho valioso. Os visitantes que por aqui passaram e deixaram registrados suas vivências e impressões sobre a vida cotidiana dos habitantes – a exemplo de Vilhena, Maria Graham e Ruth Landes – pertenciam a um universo cultural distinto, motivo pelo qual construíram um discurso por vezes preconceituoso e eurocêntrico. Para uma análise crítica, faz-se necessário um esboço com alguns traços biográficos e a localização das publicações no contexto das atividades dos seus autores. Importa lembrar que os motivos que impulsionaram a visita de estrangeiros são os mais variados, porém, “[...] mantêm entre si um denominador comum de estrangeiros imersos numa realidade totalmente outra daquela de onde provieram” (AUGEL, 1980, p. 10).

Para este capítulo, o único testemunho feminino a que tive acesso, que faz referência à cidade do Salvador no período em análise, foi o da escritora britânica Graham (1956) que, nas suas inúmeras viagens realizadas pela Índia, Chile, Brasil e Itália, se

interessava em ler o jornal local, conhecer o território, observar os hábitos e costumes. De modo bastante peculiar, ela fazia o registro, em diários de suas viagens cujos conteúdos eram posteriormente publicados. Em *Diário de uma viagem ao Brasil*, em que Graham (1956) registra a sua estada no Brasil nos anos de 1821, 1822 e 1823, é possível verificar o contexto brasileiro da época bem como a grande influência que a Inglaterra exercia no cenário histórico. Em sua breve passagem na cidade do Salvador, deixou registros das suas impressões sobre a cidade.

As mulheres, aqui investigadas nas múltiplas atividades desempenhadas no espaço público da cidade, por sua vez, são frequentemente retratadas na sua presença discreta e/ou silenciada por uma historiografia impregnada pelo discurso androcêntrico, centrado nas construções e conquistas dos homens brancos.

A procura e análise dos testemunhos e da bibliografia considerada clássica sobre a cidade revelam, por um lado, as ausências, o silêncio das mulheres quando o assunto é o espaço urbano e, por outro, o discurso masculino hegemônico acerca da cidade, no qual as mulheres são meras figurantes ou mesmo peças decorativas. Na leitura destes documentos, lembro o que a historiadora Swain (2006) identificou em suas análises do discurso sobre o século XVI e XVII:

As ‘narrativas-mestras’ da história, os clássicos, generalizando abusivamente sua interpretação do social ocultam os pressupostos que as orientam, os valores e representações modeladoras de percepções, construindo uma realidade histórica homogênea, repetidora do mesmo, em discursos cuja pretensão é espelhar o real.

Compartilho da mesma opinião de Swain (2006), quando afirma que uma releitura crítica dessa historiografia se faz necessária para que surjam múltiplas realidades. As diferenças de gênero na relação com o espaço urbano direcionam a pesquisa para novos caminhos na história das mulheres na Bahia. O desafio nesta releitura de algumas das obras clássicas sobre a cidade do Salvador é identificar: Quais os lugares possíveis para as mulheres no espaço público, no que se refere ao acesso, uso e usufruto da cidade? Quais as fronteiras, os limites e as possibilidades das mulheres na relação com o espaço urbano? A partir destas perguntas, procuro identificar diferenças na relação de mulheres e homens com a cidade do Salvador, considerando que a cidade se constitui em um espaço demarcado pelo gênero, pela classe e pela raça.

Assim sendo, numa perspectiva feminista, analiso vestígios históricos acerca do cotidiano das mulheres na relação com o espaço urbano, em uma abordagem que procura combinar diferentes escalas de observação e análise histórica, em graus variáveis, no recorte micro, os sinais e as relações da totalidade social, e, nas sínteses, os indícios das particularidades da vida concreta de homens e mulheres (VAINFAS, 1997).

Ainda que este livro tenha sua delimitação cronológica nas décadas de 1930 e 1940, um recuo no tempo se faz necessário pelas particularidades da cidade do Salvador desde a sua fundação: a sua importância como “cabeça” política e administrativa da colônia; sua localização geográfica, que, em toda a costa brasileira, é a de maior proximidade com a Europa; sua diversidade na exportação de produtos primários, no contexto de colonização do Brasil, como o açúcar, o tabaco, o couro, a farinha de mandioca, a aguardente, o algodão, entre outros produtos; seu importante papel redistribuidor

de mercadorias importadas a partir da criação de vilas e cidades no final do século XVII. Para Mattoso (1978), historiadora dedicada à História da Bahia, a cidade tinha importância política, administrativa e econômica desde sua formação:

Já importante no final de século XVI, Salvador era “o pulmão por onde respirava a colônia” e, mais tarde, a Província e o Estado da Bahia. Porto exportador e importador, a Bahia sempre ocupou os primeiros lugares entre os portos brasileiros. (MATTOSO, 1978, p. 61).

Em minuciosa pesquisa sobre a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX, Mattoso (1978) demonstra que, além da sua função militar e administrativa de sede da colônia, a cidade do Salvador representava um expressivo mercado, desde o século XVII, em função do seu porto. A partir da ocupação de novas zonas sublitóreas economicamente exploradas com plantações de tabaco, de açúcar e por culturas de subsistência, o Porto de Salvador ganhou maior importância pela exportação destes produtos, juntamente com o papel de entreposto de gêneros alimentícios e de produtos manufaturados vindos de Portugal. O Porto também se tornou o maior mercado de escravos. Até meados do século XVII, é a capital econômica do Recôncavo. Acrescente-se a isto a descoberta do ouro na região da Chapada Diamantina, com a qual Salvador se beneficia em função do tráfico de gado e de ouro. Por isto, Mattoso (1978) considera a cidade um posto avançado do capitalismo comercial português.

Esses são alguns dos fatores que dão contornos específicos à cidade e que serão decisivos no seu traçado. Ademais, vale lembrar que a categoria gênero, sozinha, não explica diferentes sistemas de opressão aos quais as mulheres, no período colonial, estavam

submetidas, mas, quando articulada às categorias de raça e classe, é possível verificar diferentes formas de opressão e estratégias de sobrevivência.

Ao fazer essas considerações, não proponho com este trabalho um relato completo e linear da história, mas um esforço em apontar os paradoxos de uma narrativa que, por muito tempo, foi assimilada como espelho do real e verdadeiro, obscurecendo a atuação feminina e os papéis desempenhados pelas mulheres. Sendo assim, melhor pensar em feixes luminosos sobre a história da Bahia, no intuito de apresentar a cidade do Salvador sob outro prisma, ou melhor, do ponto de vista feminista (HARAWAY, 1995; HARSTOCK, 1987; SMITH, 1987).

FORMAÇÃO HISTÓRICA DA CIDADE DO SALVADOR: ALGUNS ASPECTOS ENCOBERTOS DA HISTÓRIA

Os estudos sobre a formação da cidade do Salvador aos quais tive acesso costumam confirmar o que já é sabido por todas(os) as(os) pesquisadoras(es) da história das mulheres e das relações de gênero dos séculos XVI e XVII: a ausência feminina nos relatos de testemunhos no contexto de ocupação e domínio da colônia portuguesa.

As poucas aparições femininas, presentes nas obras aqui analisadas, apresentam semelhanças, no que tange às representações do feminino no período de construção da cidade nos seus primeiros anos, cuja repetição aqui é traduzida como verdadeira armadilha dos discursos históricos. Repetições dos testemunhos históricos, por vezes, encobrem nuances pouco exploradas na historiografia. No intuito de desvendar as diferenças de gênero na relação com o

espaço urbano, pergunto: O que foi considerado como prioridade e norteou o processo de construção da cidade? Qual a participação das mulheres no processo de construção da cidade?

Para se fazer a dita fortaleza forte e uma povoação grande...

A localização escolhida para a edificação da cidade do Salvador, sede do governo geral, foi perto de um quilômetro de comprimento por mais ou menos 350 metros em linha reta no ponto mais largo, mais precisamente, mais para dentro da baía, para o norte, acerca de uma légua da Vila Velha, num ponto mais alto nessa direção:

O bloco de colinas arqueanas, que orlam o mar, da Ponta do Padrão (o Farol da Barra) para o interior do golfo, eleva-se, com efeito, até essa escarpa, - uma falésia, - caindo depois, aos poucos, até o promotório de Monte-Serrate, com pequenas saliências e reentrâncias, sobre 'o lago interior' de 53 leguas de circuito. Jaboatão escrevia que, 'por ir para ali alargando o seu bôjo a enseada, e fazendo entrada para a terra, fica o monte mais chegado, e sobranceiro à praia'. As rochas se alteiam a cerca de cem metros sobre o oceano, quase perpendicularmente sobre as águas. Lá do alto se descortina, a olho nu, todo o horizonte, desde a entrada da barra. (CARNEIRO, 1954, p. 58).

A descrição do antropólogo Carneiro (1954, p. 59), cuja proposta é fazer um retrato dinâmico da cidade do Salvador no ano de 1549, continua descrevendo as condições espaciais nas quais os primeiros habitantes se encontraram:

A subida, pela montanha íngreme, era difícil e penosa, mas a coroa da colina era quase plana e as

suas vertentes, da banda da terra, davam para o vale do rio das Tripas, que a cercava e defendia, ora mais caudaloso, ora menos profundo, ora fazendo charcos e lamaçais.

[...]

Diante da ribanceira havia um porto ‘acomodado’, em que o mar era mais limpo, com a vantagem de ‘uma grande fonte bem à borda da água’, que servia para a aguada dos navios.

E conclui a descrição com a frase: “Era exatamente o que Tomé de Sousa buscava.” (CARNEIRO, 1954, p. 59).

Tomé de Sousa, na condição de 1º Governador Geral do Brasil, recebeu instruções, isto é, normas e regras, que deveriam orientar o processo de construção e instalação da cidade, em um documento denominado Regimento de Tomé de Sousa, de 17 de dezembro de 1548. Na escolha da localização da cidade, as instruções foram seguidas à risca. O Rei de Portugal já tinha conhecimento de que a povoação do Pereira não dispunha das condições consideradas “ideais” para a construção da capital do Brasil. A ordem foi no sentido de que Tomé de Sousa investigasse o ponto mais conveniente para tal objetivo, nos seguintes termos:

[...] que o lugar em que ora esta a dita cerqua não he conveniente para se ahy fazer e estar a fortaleza e povoação que ora ordeno que se faça e que sera necessario ffazer se em outra parte mais dentro da dita Bahia. E portanto vos encomendo e mando que como tiverdes pacifica a terra vejais com pessoas que o bem entendão o lugar que sera mais aparelhado para se ffazer a dita fortaleza forte e que se posa bem defemder e que tenha disposição a calidade pera a hy por o tempo em diante se hir fazendo uma povoação grande

e tal qual convem que seja pera dela se proverem as outras capitanias como com ajuda de Nosso Senhor espero que esta seja. (sic) (AZEVEDO, 1924 apud CENTRO DE ESTUDOS DA ARQUITETURA NA BAHIA, 1979, p. 20).

Assim sendo, a escolha do trecho foi estratégica, considerando a prioridade da época: a construção de uma fortaleza militar. Ademais, o local também deveria permitir o seu desenvolvimento urbano no tempo, de sorte a possibilitar o pleno desempenho das suas altas funções de “Cabeça do Brasil”. Do mesmo modo, foi escolhida a localização para a sede de governo-geral. Seguindo as recomendações da coroa portuguesa, era situada em posição estratégica mais para dentro da baía, com um porto abrigado e que oferecia vantagens puramente militares. “Tanto do alto da colina da praia, em baixo, podiam-se divisar, à distância, os navios que demandassem o porto – e atacar as velas inimigas que se aproximassem” (CARNEIRO, 1954, p. 59).

Além da segurança proporcionada pelas defesas naturais – barreira da água do rio das Tripas e das ladeiras –, o governo-geral se apressou em construir muros e baluartes capazes de aumentar consideravelmente a segurança. Nas palavras de Carneiro (1954, p. 60), “[...] a capital se transformava, assim, num reduto quase inexpugnável”. A experiência de construção dos muros e baluartes, ainda que persistentes, foi marcada pelo insucesso, devido ao material empregado – madeira e taipa –, de modo a não resistirem às chuvas de inverno. Ao que tudo indica, as condições naturais, como na região do rio das Tripas, constituída de ribanceiras e pântanos, eram mais eficazes.

Segundo o Regimento de Tomé de Sousa,

[...] deve ser em sitio sadio e de bons ares e que tenha abastamça de auguas e porto em que bem posão amarar os navios e vararem se quando cumprir porque todas estas calidades ou as mais delas que poderem ser compre que tenha a dita fortaleza e povoação por asy ter asentado que dela se favoreção e proveção todallas terras do Brasil e no sitio que vos melhor parecer ordenareis que se faça hua ffortaleza de grandura e feição que a requerer o lugar em que a fferdes, conformando vos com as traças e amostras que levais praticando com os oficiais que pera iso la mando e com quaesquer outras pessoas que o bem entendão e pera esta obra vão em vosa companhia allguns oficiais asy pedreiros e carpinteiros como outros que poderão servir de ffazer cal telha tijolo e pera se poder começar a dita fortaleza vão nos navios desta armada allguas acheguas e não achando na terra aparelho pera se a dita fortaleza ffazer de pedra e cal far se ha de pedra e barro ou taipais ou madeira como melhor poder ser de maneira que seja forte e como a dita fortaleza for feita tanta obra que vos pareça que suguramente vos podereis nela recolher e agusalhar com a jemte que levais vos pasareis a ela demxando porem na dita cerqua que está feita allgua jemte que abaste para a povoar e defemder... (AZEVEDO, 1924 apud CENTRO DE ESTUDOS DA ARQUITETURA NA BAHIA, 1979, p. 21).

Fatores como bons ares e abundância de águas também foram considerados no momento da escolha da sede do governo-geral. A própria cidade se encontrava em um local com muitas fontes. Ainda que algumas delas fossem constituídas de água salobra, os moradores podiam contar com o rio das Tripas cuja água era considerada limpa e recomendável para o consumo (CARNEIRO, 1954, p. 61).

Para a tarefa de construção da fortaleza grande e forte, o Governador contou com a colaboração do Mestre Luís Dias²² – responsável técnico que, por sua vez, deveria obedecer às “traças e amostras” entregues em Lisboa. Ao que parece, Luís Dias não tinha inteira liberdade de ação no particular, devendo se conformar com os desenhos – traços e amostras – que vieram com Tomé de Souza (CENTRO DE ESTUDOS DA ARQUITETURA NA BAHIA, 1979, p. 50-59).

Os recursos humanos para a edificação da cidade, conforme o Regimento, “[...] acompanhavam Tomé de Souza diversos oficiais: pedreiros, carpinteiros e outros, inclusive alguns especializados no fabrico de tijolos, telhas e cal.” (AZEVEDO, 1924 apud CENTRO DE ESTUDOS DA ARQUITETURA NA BAHIA, 1979, p. 22).

No propósito de fazer uma reconstituição histórica da cidade do Salvador no ano de 1549, da sua edificação, seu funcionamento, seus habitantes, sua economia e sua posição como “cabeça do país”,²³ Carneiro (1954, p. 5) desenvolve uma descrição detalhada da chegada dos primeiros trabalhadores para o provimento de cargos na administração da cidade, da Justiça para a defesa da costa e de uma guarda metropolitana, para o trabalho de edificação da cidade (pedreiros, carpinteiros, caieiros, telheiro, oleiros), funcionários para a Fazenda, responsáveis pela arrecadação de impostos sobre as

²² Mestre das obras da cidade, Luís Dias é considerado o Primeiro Arquiteto do Brasil. Ele foi nomeado para acompanhar Tomé de Souza, segundo Alvará de 14 de janeiro de 1549, quando da instituição do Governo Geral e consequente construção da primeira capital brasileira. Permaneceu na cidade do Salvador de 29 de março de 1549 a julho de 1553. Edifícios públicos como a Casa de Câmara e Cadeia, Casa da Fazenda, Alfândegas, Armazéns e Ferrarias, além de algumas obras de fortificação da cidade, foram alguns dos seus trabalhos. Sobre o Mestre Luís Dias, ver CENTRO DE ESTUDOS DA ARQUITETURA NA BAHIA, 1979, p. 50-59.

²³ Essa expressão foi muito utilizada por Carneiro (1954). Refere-se ao fato de a cidade ter se constituído em centro da administração civil e da defesa militar do Brasil.

riquezas exploradas etc. O antropólogo, que teve acesso ao *Livro de Matrícula* e analisou os registros de funcionários contratados e o valor dos ordenados pagos a partir de abril e maio de 1549, explica que pagamentos de soldos e serviços, inicialmente, eram feitos em mercadoria; muito raramente em dinheiro (CARNEIRO, 1954). Os primeiros pagamentos datam de 15 de junho – referentes a maio –, e os objetos poderiam ser: foices, machados, anzóis, pentes, tesouras, facas, espelhos, enxadas, furadores, pregos, ferrolhos, chapéus, calções, camisas etc. (CARNEIRO, 1954, p. 39-40). O mantimento, aparentemente, era igual para todos: \$400 por mês – considerado pouco e ruim entre a população (CARNEIRO, 1954, p. 40-41).

Ao reproduzir uma lista dos soldos pagos aos trabalhadores, observo que todos os nomes são masculinos. Estariam as mulheres excluídas do processo de construção da cidade?

Mulheres indígenas, sujeito oculto na cidade

A referência ao sexo feminino aparece quando Carneiro (1954, p. 92-93) faz menção às recomendações do jesuíta Manuel da Nóbrega para a normalização dos costumes na colônia: a vinda de “muitas órfãs”. Conforme Carneiro (1954), Nóbrega demonstrou, em suas cartas, preocupação com os costumes na colônia. Segundo consta, desde a sua chegada “[...] se sentiu chocado diante da brutalidade do problema sexual” e descreveu que os portugueses viviam com as índias como “pequenos sultões” (CARNEIRO, 1954, p. 89). Nas suas palavras: “A gente da terra vive em pecado mortal, e não há nenhum que deixe de ter negras das quais estão cheios de filhos...” (CARNEIRO, 1954, p. 89).

Avalia que a facilidade com a qual os homens da terra podiam tomar mulheres negras²⁴ resultava em desmandos sexuais, propagando-se moléstias venéreas entre a população (TAVARES, 2008, p. 54). O jesuíta escrevia que era tal a salubridade do clima que não se morria de febre, “[...] somente de velhice, e muitos de mal gálico...” (CARNEIRO, 1954, p. 89), ou seja, somente de velhice e de sífilis. Eram numerosos os que possuíam muitas escravas em casa, estabelecendo com elas relações de concubinato. Nóbrega justificava esta prática, muito comum entre os portugueses que aqui viveram, pela falta de mulheres brancas. Portanto, o modo como os homens estabeleciam relação com as índias, seria provocado porque sofriam com o número reduzido de mulheres presentes. A solução, para Nóbrega, estaria na vinda de moças, no que foi imediatamente atendido pelo rei este que determinou que, de três em três anos, moças do Mosteiro das Órfãs, de Lisboa – onde se educavam 21 (vinte e uma) pensionistas, filhas de ministros e servidores do Estado – fossem enviadas para o Brasil e para a Índia, para que se casassem na terra, dotando-se os maridos com ofícios da administração pública (CARNEIRO, 1954, p. 92).

As mulheres, consideradas “negras” ou “negras da terra” eram caboclas nativas cujo papel não se restringia apenas a instrumentos de prazer dos seus senhores. Seguindo ainda com Carneiro (1954), estas mulheres eram também instrumentos de trabalho, por isto a relutância dos moradores em abandoná-las.

²⁴ Ao que tudo indica, nos primeiros anos da colonização, o termo “negros” – assim como “negras” – comuns em cartas e documentos refere-se a índios/a tupinambás. A partir dos governos gerais é que se inicia a vinda de escravos para o Brasil, a exemplo do governador Mem de Sá que trouxe 336 escravos africanos dos quais 42 morreram na travessia do oceano Atlântico. A referência passa a ser “negros da Guiné”, diferenciando-os dos nativos tupinambás. Ver esclarecimentos em Tavares (2008, p. 54).

Pelo que escrevia Gandavo, alguns anos depois (1576), todos os moradores do Brasil logo adquiriam escravos da terra, enriquecendo depressa, porque, além de se beneficiarem do seu trabalho, 'os mesmos escravos índios da terra buscam de comer para si e para os senhores, e desta maneira não fazem os homens despesa com seus escravos em mantimentos nem com suas pessoas'. Os portugueses amancebados não tinham sòmente mulher de graça – tinham comida e serviços em troca de contatos ocasionais com as 'negras da terra'. (CARNEIRO, 1954, p. 91).

Ao mencionar o testemunho do historiador e cronista português Pero de Magalhães Gandavo, Carneiro (1954) revela-nos a exploração econômica do trabalho escravo dos índios e índias que promoveu o enriquecimento de muitos portugueses e, consequentemente, da colônia que se formava. Os nativos prestavam todo tipo de serviços e eram considerados baratos. Até mesmos os filhos, fruto das relações de concubinato, eram escravizados. Os múltiplos mecanismos de exploração que recaem sobre os índios são agravados, quando se trata das índias, pela exploração sexual cujas consequências em muitos casos chegavam ao óbito destas devido à sífilis trazida pelos portugueses.

Risério (2004) também analisa relatos de Pero de Magalhães Gandavo do século XVI para compreender a cultura dos tupinambás. No que diz respeito à divisão básica de papéis, “[...] os homens faziam guerra - as mulheres, trabalhavam” (RISÉRIO, 2004, p. 36). No entanto, estes papéis pareciam não ser muito rígidos, pois, nas suas palavras, as mulheres sempre participavam do “teatro da guerra”. E segue explicando que:

As índias acompanhavam seus maridos nas investidas militares, mas realizando somente tarefas de apoio ao grupo beligerante. Do mesmo modo, os índios não desconheciam inteiramente o trabalho. O que se quer enfatizar, aqui, é que a guerra se constituía na atividade por excelência do contingente masculino daquela sociedade, enquanto que as mulheres se encarregavam da sustentação do grupo, em termos produtivos. Os homens gastavam o seu tempo, principalmente, nas emboscadas e cauinagens. As mulheres eram, sobretudo, domésticas, lavradoras, fiandeiras e ceramistas. Providenciavam o pão de cada dia das aldeias tupinambás. (RISÉRIO, 2004, p. 36-37).

É possível perceber que as mulheres tupinambás já tinham um cotidiano que envolvia a sustentação do grupo, em termos produtivos, além dos trabalhos domésticos. Executavam atividades agrícolas e domésticas, trabalhavam no fabrico de beiju e na produção de vasilhas e tecidos (RISÉRIO, 2004, p. 43).

Swain (2006) analisa alguns cronistas como Thévet, Abeville, Hans Staden, Gabriel Soares de Souza, Fernão Cardim e, sobretudo, Pero de Magalhães Gandavo, e verifica indícios por eles apontados da multiplicidade do real, demonstrando a pluralidade social nos papéis desempenhados por homens e mulheres na sociedade indígena que foram silenciados pela historiografia tradicional ou por ela transformados. Analisando as observações de Gandavo, no que diz respeito às atividades produtivas, Swain (2006) verifica que

[...] as mulheres dirigiam a economia das sociedades por ele contempladas: plantavam, colhiam, tratavam a produção; além disto, eram pajés, curandeiras, artistas, hábeis ceramistas, cantoras, sabiam nadar, pescar, remar.

Nos relatos de Fernão Cardim (1978, p. 185 apud SWAIN, 2006) observa-se que as mulheres

[...] arremedam pássaros, cobras e outros animais, tudo trovado, por comparação, para se incitarem a pe-lejar. Estas trovas fazem de repente e as mulheres são insignes trovadoras. [...] as mulheres nadam e remam como os homens... e por serem grandes nadadoras não temem água nem onda nem mares.

Em pesquisas mais recentes, Paraíso (1993-1994) analisa a tradição dos colonos de degolar homens em “idade de guerra”, bem como aprisionar e/ou comercializar mulheres e crianças. Se por um lado a antropóloga não dá ênfase, na sua análise, às relações de gênero, ao explicar as razões desta prática dos colonos de degolar homens, aponta outros aspectos na relação dos colonos com as mulheres indígenas (PARAÍSO, 1993-1994). As razões de ordem econômica estavam associadas à

[...] melhor adequação das mulheres às atividades agrícolas, por estas já fazerem parte da sua faina tradicional, e à possibilidade dos meninos serem educados nos moldes culturais que atribuíam a eles tais atividades. (PARAÍSO, 1993-1994, p. 203).

A preferência por mulheres também se devia à tentativa de reduzir as possibilidades de revoltas entre os aldeados. Outras razões estavam associadas a aspectos culturais, diretamente vinculadas à política de aceleração da aculturação, à inviabilização da reprodução social do grupo nos moldes tradicionais, inclusive pelo estímulo aos casamentos interétnicos.

Isto mostra a maneira brutal à qual as mulheres eram submetidas para desempenharem trabalho escravo determinado

pelos colonos. Paraíso (1993-1994) ressalta, na conclusão do seu artigo, a relevância do trabalho indígena no projeto de ocupação e colonização do Brasil nos séculos XVI e XVIII,

[...] produzindo gêneros alimentícios comercializados pelos administradores particulares ou missionários; nas propriedades particulares de forma compulsória e por tempo determinado, recebendo tecidos como forma de pagamento; como guias e estimuladores de descimentos; como intérpretes nos contactos com os grupos não conhecidos; como defensores da colônia, em casos de ataques de franceses, holandeses ou ingleses e de tribos hostis, e, finalmente, em obras públicas determinadas pelos agentes administrativos da Coroa. (PARAÍSO, 1993-1994, p. 205).

Ao que tudo indica, mulheres indígenas desempenharam importante trabalho no processo de ocupação, construção e colonização do Brasil. Como nativas e conhecedoras do espaço geográfico, foram exploradas como guias, em expedições por terras desconhecidas pelos colonos, como intérpretes, no contato com grupos ainda não aldeados, na agricultura, na defesa da colônia e, possivelmente, no trabalho de edificação de aldeias e das missões, entre outras funções ainda não reveladas pela falta de pesquisas com uma perspectiva das relações de gênero. As múltiplas atividades desempenhadas por estas mulheres comprovam como os discursos produzidos aprisionavam tais mulheres, restringindo um amplo leque de funções em que eram exploradas a um discurso restrito às práticas sexuais na visão do colonizador – homem, branco, europeu.

Seguindo as trilhas desse discurso sexualizado, é possível verificar os mecanismos de assujeitamento das mulheres indígenas. Como muitos autores, Carneiro (1954) tenta justificar os motivos

que levaram os homens brancos a práticas sexuais pouco aceitas na sociedade cristã do século XVI. Destaca, além da ausência de mulheres brancas e cristãs na colônia, as vantagens econômicas que as relações de concubinato produziam para o colono. Neste ponto, Carneiro (1954) não detalha, mas cita o trabalho na roça providenciando alimentos, na extração do pau-brasil, entre outros serviços fundamentais ao acúmulo de riquezas nos primeiros anos de exploração da colônia.

Ao presenciar práticas contrárias aos princípios cristãos, consideradas pelo jesuíta Manuel da Nóbrega como “pecado mortal”, recomendava para a normalização dos costumes na colônia, a vinda de “muitas órfãs”, já que muitos dos homens que vinham da armada eram solteiros (CARNEIRO, 1954, p. 92-94). Os casados frequentemente deixavam suas esposas em Portugal.²⁵

É interessante observar como esse tipo de discurso se reproduz até mesmo no mundo acadêmico. Em *Evolução física de Salvador* (CENTRO DE ESTUDOS DA ARQUITETURA NA BAHIA, 1979, p. 36), é possível verificar algo muito semelhante: primeiro, a ausência das mulheres; segundo, que, em um único parágrafo dedicado a elas, o mesmo discurso se verifica:

A população da Cidade do Salvador, então com mais de 1000 pessoas, iria crescer rapidamente. Como consequência da escassez de mulheres brancas, já que poucas vieram na expedição, deu-se a união dos colonos com duas, três e até mais índias, coisa que já era comum entre os habitantes da Vila de Pereira, sendo

²⁵ Um exemplo disso é o Mestre de Obras Luís Dias. A sua esposa, Catarina Pires, moradora na Batalha, permaneceu em Portugal durante todo o período em que seu marido esteve no Brasil. Devido à importância dos serviços prestados à coroa, ela ficou recebendo dois moios (sic) de trigos por ano, enquanto o marido estivesse no Brasil (CENTRO DE ESTUDOS DA ARQUITETURA NA BAHIA, 1979, p. 51).

seguida pelos recém-chegados. Dessa desenfreada poligamia, foi natural o grande número de filhos que tiveram. E desse modo, a tolerância portuguesa por esses costumes, a população portuguesa desenvolveu-se grandemente, tendo este processo prosseguido por todo o período colonial. A escravidão também teve início por essa época, pois em 1551 chegavam os primeiros pretos, que depois se multiplicaram.

Assim, as narrativas-mestras da história vão reproduzindo discursos, naturalizando papéis e construindo uma realidade histórica homogênea. Os papéis e as tarefas na construção de uma cidade-fortaleza foram definidos por uma divisão sexual do humano e aprisionados no discurso, perpetuando, assim, as relações de poder numa sociedade patriarcal e androcêntrica. Na narrativa histórica, que se repete, os homens são apresentados como competentes construtores e administradores da cidade, com minuciosas descrições sobre os seus feitos. As mulheres indígenas, por sua vez, praticamente inexistem nos documentos oficiais e registros históricos, ou melhor, existem quando é feita alusão a um aspecto considerado problema na vida dos homens nos primeiros anos no contexto de edificação da cidade: a ausência de mulheres brancas e cristãs.

Diante desse problema, as índias são lembradas como remédio, ficando aprisionadas a um discurso que destaca um único papel: o de suprir as necessidades sexuais dos colonos. Assim, são construídos modelos, estereótipos com diversos graus de assujeitamento. A crítica feminista, em trabalhos como os de Swain (2006), mostra-se de grande importância no sentido de apontar para a pluralidade do real, para encontrar uma história do possível, da diversidade, de um humano que não se conjuga apenas em sexo, sexualidade, dominação, posse, polarização.

CIDADE AMPLIADA, MULHERES ADESTRADAS

A cidade-fortaleza se instalou num ponto da costa brasileira cujos elementos topográficos são os espigões, as lombadas prolongadas e as colinas. Ela ficou protegida, de um lado, por vales profundos e, de outro, por uma escarpa. O seu centro foi construído de modo regular, com as ruas se cruzando em ângulo reto e adaptado à topografia. Os bairros se desenvolveram isoladamente, separados uns dos outros pelos vales, limitados por desníveis fortes que prejudicaram as ligações diretas entre as lombadas.

Um século de expansão privilegiando cumeadas, inicialmente, nas primeiras colinas da cidade alta e uma pequena ocupação na faixa estreita da Cidade Baixa entre a escarpa e o mar: no sentido norte, em direção ao forte de Santo Antônio; e no sentido sul, em direção ao mosteiro de São Bento.

Do ponto de vista urbanístico, as práticas urbanísticas serão caracterizadas pela forte influência portuguesa, adaptadas às condições locais e pelas necessidades, com altas doses de empirismo (SAMPAIO, A., 1999, p. 49).

Tavares (2008) descreve a cidade no seu traçado mais antigo como uma praça quadrada, onde estavam localizadas a Casa dos Governadores e a Casa da Vereança. Da praça, partiam ruas longitudinais: Direita do Palácio ou dos Mercadores (atual Rua Chile), Rua da Ajuda e as ruas transversais do Tira Chapéus e das Vassouras. O acesso à praia, ou o que ficou conhecido como Cidade Baixa, dava-se por dois caminhos: um, ao Sul, a ladeira da Igreja da Nossa Senhora da Conceição; e outra, ao Norte, a ladeira da Fonte do Pereira. Ao Sul, era possível ter acesso à Vila Velha do Pereira e à Graça. Como limites, ao norte, o terreiro do Colégio dos Padres

Jesuítas e a ladeira do Monte Calvário ou dos Frades Carmelitas (TAVARES, 2008, p. 121).

Antônio Sampaio (1999) apresenta a forma física do período, *hipodâmica*,²⁶ com quadras de casas justapostas, lado a lado, num traçado regular, embora já apresentando ruas longitudinais de cumeada, com casas em fileiras, em testadas estreitas e sem recuo, ocupadas a partir dos caminhos tradicionais. Em posição de destaque no conjunto, encontram-se fortes, igrejas e edificações institucionais, obedecendo a tipologias arquitetônicas mais específicas, apresentando-se como configurações marcantes no conjunto edificado. E segue ressaltando:

Fortes, Mosteiros, Igrejas, Câmara, até o início do século XVII, além de marcos visuais importantes, refletem a condição do poder que representam – militar, religioso ou político – na estrutura urbana, sendo reflexo da apropriação do território e das hierarquias reinantes na ordem institucional que lhe dará forma. (SAMPAIO, A., 1999, p. 55).

Devo me ater à condição de poder que Antônio Sampaio (1999) destaca em sua obra. Fortes, Igrejas e Câmara podem ser reveladores dos mecanismos de apropriação do território e das hierarquias reinantes, bem como de formas de representação do

²⁶ O termo hipodâmico faz referência ao grego Hipódamo, considerado primeiro urbanista com critério científico rigoroso que o mundo conheceu. Acredita-se que seja dele a criação da cidade em quadricula, embora ela já existisse em civilizações indostânicas, egípcias e mesopotâmicas. Nascido em Mileto, aproximadamente nos anos 500 a.C., é atribuído a ele a autoria da reconstituição de Mileto, reedificada poucos anos após ter sido destruída pelos persas em 494 a.C. Além desta cidade, observa-se os ensinamentos de Hipódamo em cidades gregas e greco-helenísticas como Olinto, Priene, Cnido, Pérgamo, Éfeso, Magnésia, Gerasa na Ásia Menos, sendo os traçados solenizados por ruas com colunas e praças soberbas. Sob o ponto de vista da composição urbana, observa-se o agrupamento de praças relacionadas entre si e a sua localização em relação às vias de tráfego (GOITIA, 1982).

Estado português nas suas instâncias militar, política e religiosa. Na ausência do rei na colônia, a coroa se faz representar, através de uma arquitetura grandiosa, verdadeiros exemplares do poderio institucional cuja simbologia reforça a autoridade expressa através de suas leis, pela força militar e religiosidade, na sociedade colonial e escravocrata.

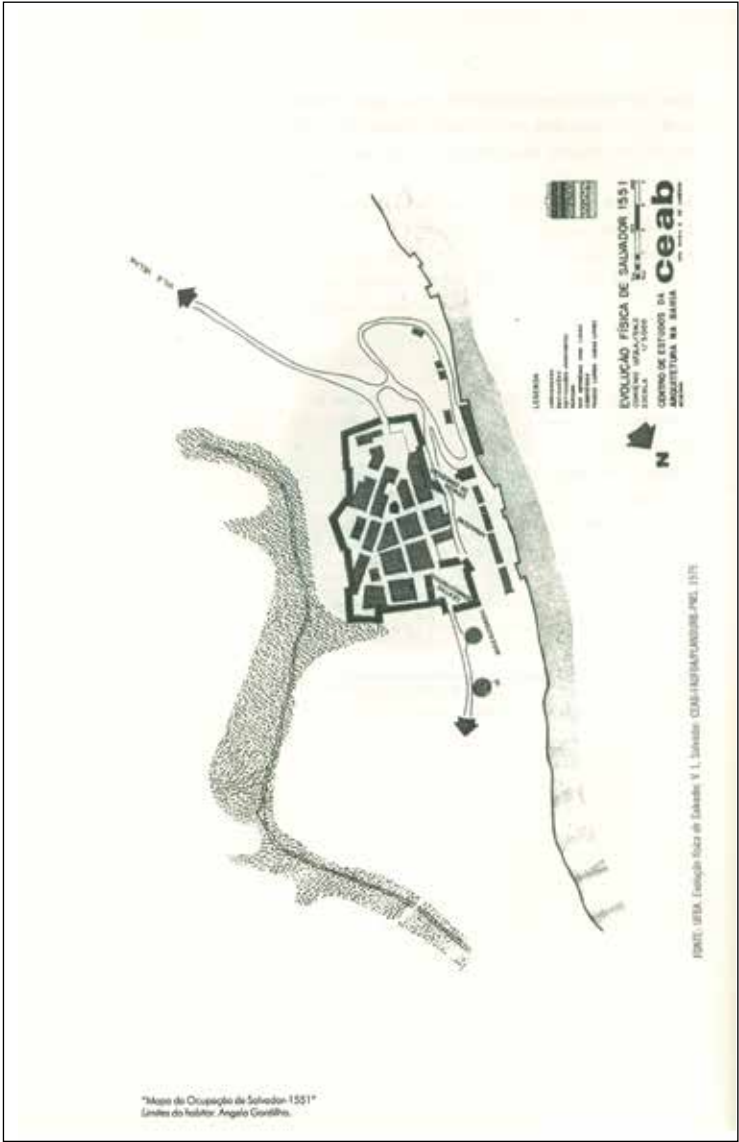
Os dois mapas que seguem (Figuras 2 e 3) podem auxiliar na compreensão do que está sendo descrito. Porém, mapa, aqui, deve ser compreendido em uma perspectiva que desacredita na suposta neutralidade em que são produzidos, mas, sim, como uma construção social e, portanto, uma interpretação subjetiva e intencionada que pode funcionar, inclusive, para impor e legitimar discursos e processos, tanto quanto para definir e estigmatizar lugares e atores (AMADO, 2012). Nesta perspectiva, os mapas aqui utilizados foram extraídos do Mapeamento da *Evolução Física de Salvador*, produzidos e publicados pelo Centro de Estudos da Arquitetura da Bahia (CEAB) – vinculado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia – e publicados em 1979 (CENTRO DE ESTUDOS DA ARQUITETURA NA BAHIA, 1979).

Ao que parece, no primeiro mapa, *Evolução Física de Salvador em 1551*, reproduz-se e reforça-se essa relação de poder quando se distingue, na legenda, “Edificações Importantes”, referindo-se ao conjunto que compõe o centro político-administrativo da cidade, das “Edificações”, referindo-se às demais edificações presentes na parte central da cidade.

No período de colonização que se segue, a cidade-fortaleza, primeiramente construída, amplia-se, passando à condição de cidade-portuária cujo contexto histórico é caracterizado pela expansão

mercantilista europeia e pela acumulação primitiva de capital. Salvador é moldada conforme a lógica de ocupação portuguesa cujas ações expansionistas tinham motivações econômicas, militares e religiosas. Na condição de colônia, a cidade foi inserida no sistema capitalista e submetida ao domínio e aos interesses da emergente sociedade moderna europeia.

Figura 2 - Mapa: Evolução física de Salvador - Bahia - 1551



Fonte: CENTRO DE ESTUDOS DA ARQUITETURA NA BAHIA, 1979.

Figura 3 – Mapa: A Cidade do Salvador em 1800



Fonte: CENTRO DE ESTUDOS DA ARQUITETURA NA BAHIA, 1979.

Os portugueses implantaram a economia açucareira fundada no trabalho escravo cujo principal produto destinado à exportação – o açúcar – encontrava grande valor no mercado europeu. Outros produtos também foram cultivados com intuito comercial como o algodão e o fumo. Artigos como o feijão, o milho, a mandioca, banana, entre outros, costumavam ser produzidas nos próprios engenhos, destinados ao consumo próprio. Nessa estrutura agrária exportadora, é possível afirmar que a vida da colônia era predominantemente rural nos dois primeiros séculos da história da Bahia.

Na cidade do Salvador, estava localizada a sede dos governos gerais e dos vice-reinados, o centro administrativo, religioso, militar e comercial, além de ativo porto de embarque de açúcar, fumo, algodão, entre outros. Segundo Tavares (2008, p. 73), a maioria dos proprietários vivia em sobrados e casas de suas plantações, engenhos e fazendas e só começaram a ter residência fixa na cidade na segunda metade do século XVII.

A administração ficava a cargo de Portugal, que constituiu uma estrutura hierarquizada na qual o rei estava acima de todos, seguido dos conselheiros e dos órgãos centralistas que mandavam ordens para as colônias. Os governadores e os vice-reis obedeciam aos regimentos que traziam. Abaixo das autoridades coloniais havia os grandes proprietários de terras, de plantações, de escravos, de engenhos e de fazendas de gado. Havia também proprietários de terras e escravos que não possuíam engenhos, lavradores portugueses sem-terra (agregados, meeiros, foreiros e moradores de favor). Por último, os escravos africanos e os tupinambás ou tapuias cativos.

Na cidade, é possível acrescentar a esta estrutura social os militares do exército colonial, funcionários da administração civil e penal, comerciantes de “grosso trato”, mercadores, exportadores e importadores, mestres, artesãos, oficiais e aprendizes.

Qual o lugar das mulheres nessa economia agroexportadora, assentada no latifúndio, movida pelo trabalho escravo? Para Del Priore (1995), pesquisadora da história das mulheres no período colonial, o modelo escravista de exportação vinculava as relações de gênero. A historiadora analisa a situação das mulheres no projeto colonial e avalia que:

[...] a tradição androcêntrica da cultura ibérica e os objetivos da empreitada colonial estimulavam os homens – padres, governantes, cientistas – a estabelecerem um papel identificado com o esforço de colonização para todas as mulheres indiscriminadamente.

Este papel deveria refletir a participação feminina na conquista ultramarina, mas também a sua atividade na defesa do catolicismo contra a difusão da Reforma protestante. Mais ainda, havia que espelhar a presença feminina na consolidação de um projeto demográfico que preenchesse os vazios da terra recém-descoberta. (DEL PRIORE, 1995, p. 27).

Ao se debruçar sobre a participação feminina na empresa de colonização, assim como no projeto normatizador da Metrópole para as mulheres, Del Priore (1995, p. 25) ressalta que parte do contingente feminino, a quem tanto o Estado quanto a Igreja ultramarina se dirigiam recomendando que se casassem e constituíssem família, chegava aos homens pelo caminho da exploração ou da escravização. Aliás, fenômeno observado neste capítulo, na relação dos colonos com as mulheres tupinambás no século XVI no qual, não raro, os próprios filhos fruto desta união também eram escravizados.

A historiadora explica que o processo de adestramento pelo qual passaram as mulheres coloniais foi acionado por dois instrumentos de ação: um discurso sobre padrões ideais de comportamento,

importado da Metrópole, tendo como principais porta-vozes moralistas, pregadores e confessores; e o discurso normativo dos médicos. Destaca, ainda, a ação da Igreja metropolitana, pós-concílio de Trento, em adaptar valores conhecidos das populações femininas, para um discurso com conteúdos e objetivos específicos:

[...] esse discurso normatizador fora imposto às elites no Seiscentos português como reflexo de uma onda, ou melhor, de um processo civilizatório – como o chamou Nöbert Elias, – que atingiu nesse mesmo período quase toda cristandade ocidental. Tal processo estendeu-se ao conjunto da sociedade lusa por canais mais ou menos semelhantes aos que foram utilizados no Brasil. A reorganização das funções do corpo, dos gestos e dos hábitos proposta nesse discurso deveria traduzir-se nas condutas individuais. Estas, por seu turno, deveriam refletir a pressão organizadora, e portanto moderna, dos jovens Estados burocráticos sobre toda a sociedade. (DEL PRIORE, 1995, p. 27).

Adestrar a mulher fazia parte do processo civilizatório e, no Brasil, este adestramento estava inserido numa sociedade colonial e escravagista, tendo os médicos, os juristas e os religiosos como principais propagadores de um discurso voltado para a domesticação da mulher no sentido de torná-la responsável pela casa, pela família, pelo casamento e pela procriação.

Na organização da nova sociedade, a Igreja regulamentava o cotidiano das pessoas pela orientação ética, pela catequese, pela educação, pelo ritmo da semana recortado pelo domingo e por marcos religiosos como o Natal, a Quaresma, a Páscoa e os dias santos, sem falar do batismo, da eucaristia, do casamento, da extrema-unção, das funerárias, da penitência e dos demais gestos que acompanhavam o dia a dia das pessoas. Sobre a mulher, recaíam

iniciativas e medidas que assegurassem o estabelecimento da sociedade familiar nos moldes vigentes da tradição europeia. Além do discurso heteronormativo plantado no cotidiano das mulheres, a Igreja impediu que esta tivesse outros papéis que não aqueles determinados pela vida familiar, proibindo até mesmo a construção de conventos²⁷ (DEL PRIORE, 1995). Na relação homem e mulher, a Igreja incentivava a última a ser exemplarmente obediente e submissa. Seguindo análise bastante lúcida sobre a questão, Del Priore (1995, p. 29) explica:

A relação de poder já implícita no escravismo reproduzia-se nas relações mais íntimas entre marido e mulher, condenando esta a ser uma escrava doméstica, cuja existência se justificasse em cuidar da casa, cozinhar, lavar a roupa, servir ao chefe da família com o seu sexo, dando-lhe filhos que assegurassem a sua descendência e servindo como modelo para a sociedade familiar com que sonhava a Igreja.

Na luta pela constituição de famílias sacramentadas, o discurso médico dava caução ao discurso religioso, na medida em que asseverava cientificamente a função materna da mulher. Na perspectiva sacramental, a sexualidade tinha uma única função: a procriação. E, nesse sentido, as intenções da medicina lusa em conhecer o corpo feminino estavam em melhor controlá-lo e discipliná-lo.

No processo de adestramento das mulheres, ao discurso religioso foram acrescidos métodos coercitivos de perseguição e violência praticados pelo Tribunal do Santo Ofício da Inquisição

²⁷ Mary Del Priore demonstra esta prática através de carta-régia de 2 de setembro de 1606, na qual a Igreja nega a licença pedida pela Câmara da Bahia para erigirem-se, naquela cidade e em Pernambuco, mosteiros de freiras “[...] pelo muito que convém povoar aquele estado de gente principal e honrada” (DEL PRIORE, 1995, p. 29).

Portuguesa.²⁸ A historiadora Bellini (1989), em sua pesquisa sobre sodomia entre mulheres e inquisição na Bahia do século XVI, examinou informações contidas em diversas confissões de mulheres das camadas médias ao Santo Ofício e comprovou que o casamento era o destino mais provável para as mulheres da época.

As que não seguiam as determinações dos tratados de teologia moral produzidos pela Igreja corriam o risco de serem denunciadas e punidas pelo Tribunal do Santo Ofício da Inquisição (BELLINI, 1989). O clima de medo e de insegurança foi instalado desde a chegada do Visitador Heitor Furtado de Mendonça, em 1591:

Quando não eram vigiadas e delatadas pelos temíveis Familiares e Comissários do Santo Ofício, a rede de medo e terror fazia com que as pessoas fossem denunciadas por vizinhos, conhecidos e parentes ou tomassem elas próprias a iniciativa de se confessar. [...] O medo, entretanto, não foi a única razão das delações. Denunciava-se também por zelo moral e por retaliações pessoais movidas por ciúme, vingança, inimizade e até cobrança de dívidas. E assim, com suas ameaças, perguntas constrangedoras e curiosidade pelo detalhe, o Santo Tribunal ia satisfazendo a sua ânsia de reconstituir o mais precisamente possível as circunstâncias em que ocorriam os fatos passíveis de punição, por meio de denúncias, confissões e sessões de interrogatório. (BELLINI, 1989, p. 15-16).

Bellini (1989) mostrou o tratamento destinado às mulheres que transgrediram às normas por suas relações afetivas e sexuais com

²⁸ O Tribunal do Santo Ofício em Portugal foi instaurado para punir e fiscalizar os judeus portugueses convertidos à força ao catolicismo em 1497, suspeitos de continuarem praticando a religião judaica. Paulatinamente, a Inquisição foi ampliando sua competência, acrescentando ao seu objetivo inicial os desvios quanto a moral católica, a exemplo da sodomia, bigamia, solicitação, além de feitiçaria, bruxaria, blasfêmia, proposições heréticas e outros “crimes” (BELLINI, 1989, p. 14-15).

outras mulheres: elas se tornavam alvo da vontade dos inquisidores de desvendar e punir seus atos não submissos aos códigos vigentes. Na avaliação da historiadora, as decisões da Mesa Inquisitorial, do ponto de vista da relação entre o tratamento dado e a gravidade das culpas, em cada caso, foram marcadas por um certo desinteresse e posturas contraditórias, que tenderam para um abrandamento das punições, se comparadas com as decisões de outros países da Europa. Entretanto, com relação aos processos de sodomia analisados, ainda que as penas não incluíssem castigos físicos ou afastamento por degredo, Bellini (1989, p. 90-91) conclui que:

[...] a circunstância de ver-se réu da Inquisição, o pânico que isso possivelmente envolvia, não devia ser situação assim tão amena de se experimentar. O estigma de ser exposto à humilhação num Auto-de-fé, com vela na mão, tendo denunciados publicamente seus pecados, constitui por si só uma punição relevante.

Por fim, Bellini (1989, p. 91) destaca, ainda, o efeito pedagógico dessas demonstrações ou, dessas “melancólicas festas de punição”, reafirmando, pela negação, as vantagens de se comportar de acordo com as normas estabelecidas.

Assim, normas, regras, códigos de comportamento eram reproduzidos por um discurso normativo plantado no cotidiano das mulheres. Para assegurar a norma, a Igreja adotou métodos de perseguição e tortura, de modo a desencorajar quaisquer atos desviantes. Os estudos aqui citados me levam a pensar em um verdadeiro “adestramento”, tomando de empréstimo termo utilizado por Del Priore (1995), feito com as mulheres cujos limites as restringiam a papéis que estivessem diretamente relacionados à

vida familiar e doméstica, dentro dos princípios cristãos. Cabe a este trabalho recuperar práticas femininas, na sua pluralidade de papéis, com destaque para diferentes níveis de autonomia alcançados pelas mesmas em seu meio social, por vezes desafiando a norma dominante.

ENTRE RUELAS, BECOS E LADEIRAS... VESTÍGIOS DE MULHERES NA CIDADE

A cidade do Salvador, no período colonial, apresenta problemas urbanos estruturais de saneamento, insalubridade, falta de segurança, iluminação, transporte e deslocamento. São problemas que atravessam os séculos, sofrendo mudanças apenas na sua complexidade. Alguns só encontram alguma melhoria em finais do século XIX, a exemplo da iluminação pública e do transporte. A tentativa é localizar as mulheres na cidade para compreender como se dava o seu acesso ao espaço público, as formas de uso e usufruto dos mesmos, ao mesmo tempo em que é traçado um breve panorama da cidade nos séculos XVIII e XIX. Vale ressaltar que a atenção está voltada para o centro político e administrativo, onde estão localizados os principais serviços e o porto de Salvador.

Os viajantes são considerados testemunhas oculares dos hábitos cotidianos e do funcionamento da cidade. Os seus relatos são reveladores, por apresentarem um panorama da cidade, o que inclui costumes da população, normas de comportamento, enfim, as impressões causadas pelo olhar de observadores externos, além de apontar os espaços efetivamente utilizados pelas mulheres.

Informações acerca do feminino estão presentes nas cartas de Luís dos Santos Vilhena, português, professor de grego que viveu

na cidade do Salvador entre 1787 e 1799. Nos últimos anos de sua estadia, Vilhena (1969a) passou a escrever, cotidianamente, cartas que se transformaram em importante fonte de investigação histórica sobre a cidade e os seus habitantes. São descrições da cidade no final do século XVIII nos seus variados aspectos (arquitetônico, religioso, aspectos da vida cotidiana) e sobre a administração, a economia, a defesa, a guarnição militar, a agricultura, entre outros assuntos (VILHENA, 1969a). Ademais, é possível verificar fragmentos sobre elas, isto é, o ponto de vista de Vilhena (1969a) sobre as mulheres na relação com o espaço urbano.

Nas cartas, Vilhena (1969a, p. 44) descreve a cidade a partir do seu núcleo inicial na Cidade Alta – Bairro da Sé – até a Cidade Baixa nas suas ruas principais, bem como as três praças com os edifícios que as ornaram:

Pouco menos de meia légua para dentro da barra, e pelo pé da montanha, que acompanha a marinha, correndo de Nordeste a Sul-Sudeste, fica a cidade do Salvador, começando na praia no sítio da Preguiça até a Jiquitaia, com uma rua tortuosa, mas continuada com propriedades de casas de três, e quatro andares, e outros grandes edifícios, tendo de oito para nove mil pés portugueses de comprimento; e a esta povoação, que por toda a sua extensão, deita diversos becos, que vão morrer na marinha, chamam a Praia, ou Cidade Baixa.

A comunicação entre a Cidade Baixa com a Alta, explica Vilhena (1969a, p. 44), dava-se por “[...] sete calçadas, que sobem pela colina procurando a campanha para a parte do Nascente, [...] com tortuosidades não pequenas”. A descrição de Vilhena (1969a) pode ser melhor compreendida a partir da iconografia

produzida no passado, contendo informações visuais fundamentais na reconstituição do cenário da cidade. O mapa *Evolução Física de Salvador 1800* foi recuperado pelo Centro de Estudos Baianos (CEAB) e, a partir dele, é possível identificar o traçado urbano da cidade, a região central, a área de maior concentração de edificações, e, novamente, as “Edificações Importantes” são destacadas, além das praças, largos, entre outros elementos.

No *Prospecto da Cidade da Bahia* (1801), realizado pelo próprio Vilhena (1969b), datado de 1801, é possível ter uma noção da vista que os viajantes tinham quando chegavam à Bahia de Todos os Santos, que agradou tanto os sentidos da britânica Maria Graham e deixou Ruth Landes em êxtase. Mostra também a cidade de dois andares, o que implicará esforço redobrado por parte da população, sobretudo de escravos, no deslocamento (VILHENA, 1969a, p. 44). Faz, ainda, menção a “[...] edifícios nobres, grandes conventos, e templos ricos, e asseados”; a 03 (três) praças, a Nova da Piedade, a do Palácio e a do Terreiro de Jesus, e, ao todo, a 06 (seis) bairros: São Bento, localizado ao Sul, sobre uma planície, “[...] o maior entre todos, e o mais aprazível [...] com suas ruas espaçosas, asseados templos, e algumas propriedades nobres”; o da Praia, localizado ao poente da cidade, na marinha, “[...] opulento pela assistência, que nele fazem os comerciantes da praça”; o de Santo Antônio além do Carmo, pelo norte; e os bairros da Palma, Desterro e Saúde localizados na parte do nascente, “[...] não menos aprazíveis, pela amenidade das suas situações; todos eles com ares livres, e desembaraçados” (VILHENA, 1969a, p. 45).

A sua crítica é no sentido da construção de ruas estreitas, cheia de ângulos e reentrâncias, a ponto de, na rua principal da Praia, ou Cidade Baixa, não passar uma *sege*, problema este que foi

amenizado pelo Governador Rodrigo José de Menezes que mandou “apear passadiços, que em parte a atravessavam, e demolir esquinas que a engasgavam até o meio” (VILHENA, 1969a, p. 91-92).

Antônio Sampaio (1999, p. 58) explica melhor o problema da Cidade Baixa:

[...] a linearidade decorre de um sítio apertado entre a encosta e o mar, cuja expansão em aterros sobre a baía já apontava dilatação do centro antigo, numa forte tendência de conquista e avanço sobre o mar, onde igualmente vai-se repetindo (num pequeno trecho) o traçado regular em xadrez, similar à mancha inicial da Cidade Alta.

Nas suas análises, Antônio Sampaio (1999) explica que a expansão da cidade nesses três primeiros séculos se dá em torno do centro tradicional, com pouco dinamismo. O empirismo administrativo e uma política urbanizadora altamente centralizada, sobretudo no período reinado de D. João VI e durante o período pombalino, vão refletir na forma de controle sobre a cidade.

Apesar da importância da cidade do Salvador como centro redistribuidor de bens manufaturados importados, abastecedor em gêneros alimentícios e fornecedor de mão de obra escrava para todo o Estado e ainda para Estados vizinhos, como Sergipe, Alagoas e Pernambuco, no final do século XVII e por quase todo o século XVIII, a cidade vai continuar a conviver com problemas referentes a sujeira, insalubridade, falta de segurança, iluminação dentre outros. Após o período áureo, com a descoberta de ouro na região hoje chamada Chapada Diamantina, em 1724, a metrópole regional com vasta influência vai conhecer uma primeira regressão: a mudança da sede da colônia, em 1763, para o Rio de Janeiro (MATTOSO, 1978).

É interessante observar, sobre o cenário urbano, que, “ainda que muitas vezes, no começo, as ruas fossem alinhadas, havia pequena preocupação de manter as matrizes iniciais, cuja importância ia ficando enfraquecida, com o passar do tempo”. (SAMPAIO, A., 1999, p. 60). Traços destas alterações foram sentidos no bairro da Praia, onde o crescimento desordenado será objeto de avaliação negativa de vários visitantes estrangeiros. Em suas pesquisas, Mattoso (1978) identificou alguns relatos de visitantes estrangeiros com avaliações negativas na descrição das ruas estreitas, mal iluminadas e sujas, sobretudo na Cidade Baixa, durante todo o século XIX.

Algumas intervenções na Cidade-Baixa foram realizadas pelo Conde dos Arcos, no primeiro quartel do século XIX, visando melhorias de circulação e renovação urbana em direção à Península de Itapagipe, assim como intervenções na zona portuária, construindo a Associação Comercial que passou a centralizar as transações mais importantes da cidade.

Mattoso (1992) explica que, até o fim do século XIX, os mercados da Cidade Baixa foram os únicos verdadeiros centros comerciais da cidade. A venda de peixes ou de quartos de carne na Cidade Alta era, inclusive, proibida. Para melhor compreensão destes mercados, é preciso esclarecer que se trata de um estreito espaço limitado por duas construções religiosas: ao sul, a basílica de Nossa Senhora da Conceição, que se ergue no bairro chamado “da Preguiça”, e, ao norte, a Igreja da Nossa Senhora do Pilar. Nesta faixa, ainda se encontravam os prédios da Alfândega, do Celeiro Público, do Arsenal da Marinha e da Bolsa de Mercadorias. Além das belas edificações, a exemplo da Associação Comercial da Bahia, era nesta rua que ficavam o entreposto e os armazéns onde se guardavam os produtos destinados à exportação e os que chegavam de ultramar.

Somado a isto, havia “uma profusão de bazares, lojas e mercados em que se podia comprar toda sorte de mercadorias, de legumes frescos e escravos” (MATTOSO, 1992, p. 436).

A historiadora Consuelo Sampaio (2005, p. 37), em seu trabalho sobre a história da urbanização no século XIX, faz uma descrição minuciosa da Cidade Baixa e mostra como o vaivém constante de numerosos negros e mulatos, carregadores que por ali se movimentavam, numerosos mendigos, pedintes leprosos expondo suas horríveis chagas por ruas precariamente calçadas, cheias de poças lamacentas, causavam impressões negativas aos olhos dos viajantes que por ali passaram.

Por volta de 1821, Graham (1956, p. 145) desembarcava no Porto de Salvador e assim registrou as suas impressões da cidade em seu Diário:

A rua pela qual entramos através do portão do arsenal ocupa aqui a largura de tôda a cidade baixa da Bahia, e é sem nenhuma exceção o lugar mais sujo em que eu tenha estado. É extremamente estreita; apesar disso todos os artífices trazem seus bancos e ferramentas para a rua. Nos espaços que deixam livres, ao longo da parede, estão vendedores de frutas, de salsichas, de chouriços, de peixe frito, de azeite e doces, negros trançando chapéus ou tapetes, cadeiras, (espécies de liteiras) com seus carregadores, cães, porcos e aves domésticas, sem separação nem distinção; e como a sarjeta corre no meio da rua, tudo ali se atira das diferentes lojas, bem como das janelas.

Nota-se que esse registro destoa completamente da sua impressão inicial da cidade vista de longe, quando seu navio adentrava pela Baía de Todos os Santos ao amanhecer desse mesmo dia, conforme outra passagem do seu diário.

O cônsul inglês Wetherrell, que viveu na Bahia entre 1843 e 1857, declarou:

‘De manhã ao se passar pelas ruas da cidade baixa, o nariz do transeunte é assaltado por uma profusão de cheiros’ e isso devido, sobretudo às diferentes frituras que se fazem ali exalando todas ‘um cheiro horrível’ de tal modo que ‘não pode agradar a ninguém permanecer ali a não ser a título de pura curiosidade.’ (MATTOSO, 1978, p. 174).

Por muito tempo, o centro da Cidade-Baixa se constituiu espaço privilegiado no comércio de carnes, peixes, fatos, frutas, legumes, enfim, alimentos de um modo geral. No entanto, tratava-se de uma área desprovida de canalização que, com um problema maior pela sua posição geográfica, tornou-se alvo de despejo de águas e de toda sorte de imundícies de casas construídas no topo dos morros. Somado ao problema de saneamento, havia, também, o costume da população de jogar todos os detritos e todas as águas sujas no meio da rua, o que completava um quadro que aparentemente fugia aos padrões europeus de higiene, horrorizando os viajantes que aqui chegavam nos séculos XVIII e XIX.

“Aparentemente”, visto que Consuelo Sampaio (2005), ao ampliar a pesquisa sobre os relatos de viajantes que passaram por Salvador, demonstra que esta realidade não difere muito de grandes capitais como Londres, Paris, Lisboa, Berlim, Nova Iorque, entre outras, no século XIX. O reverendo norte-americano James C. Fletcher (1868 apud SAMPAIO, C., 2005, p. 37), por exemplo, em sua viagem, observou que as ruas “[...] às vezes, [...] eram tão sujas e fedorentas como as de Nova York”.

Na segunda metade do século XIX, realizaram-se os primeiros aterros visando o alargamento da cidade à beira-mar. O quadro geral

não sofreu maiores mudanças. Um discurso diferenciado sobre os mercados, isto é, de reconhecimento da riqueza e da diversidade cultural ali presentes, torna-se mais frequente no século XX, a exemplo da historiadora Mattoso (1978, p. 175) – uma estrangeira, que chegou à Bahia na década de 1950 – que enxerga beleza na efervescência local:

Cidade suja, mas cidade viva onde os gritos do vendedor ambulante, gabando suas mercadorias, era acompanhado pelo canto ritmado dos carregadores negros que iam levando pesados volumes de um canto para outro; cidade suja, mas cidade colorida, cidade alegre pelas vestes de seus habitantes, pela cor de suas peles. Uma cidade-porto enfim onde os mais humildes cotejavam os mais soberbos na vida de dia a dia.

Em meio à sujeira, aos odores e às cores diversas, cabe desvendar como se dava a relação das mulheres com essa área comercial tão densamente povoada. Uma área caracterizada pelo seu comércio e por poucos habitantes residentes.

Àquelas senhoras que sabem verdadeiramente ser “senhoras”... o espaço da casa

Mattoso (1978), pesquisadora da história da Bahia no século XIX, verificou que pouco se disse sobre as mulheres das camadas média e alta da sociedade, em função da sua reclusão. A maioria dos viajantes que aqui vieram não tiveram a oportunidade de frequentar os lares baianos e os que o fizeram emitiram julgamentos, em sua opinião, apressados e pouco lisonjeiros. Graham (1956, p. 148-149), por exemplo, achou a mulher baiana muito desleixada; andando no seu interior despenteada e seminua e pouco propensa a exercer

sua função de dona de casa, apesar de ajudada nesses afazeres por um exército de escravos. Ademais, avaliou que as mulheres da época recebiam uma educação rudimentar que se resumia na aprendizagem da costura ou do bordado, no toque do violão ou do piano e, raramente, na aprendizagem de uma língua estrangeira.

James Wetherell, em seus apontamentos sobre a Bahia entre 1842-1857, declarou que:

[...] as senhoras não costumam sair para compras, escolhendo o que desejam entre a mercadoria oferecida pelos muitos vendedores ambulantes que de porta em porta exibem ante o olhar entusiasmado das belas senhoras, as lindas futilidades da França. (MATTOSO, 1978, p. 197).

Em mais um testemunho, Canstatt (1954 apud MATTOSO, 1978, p. 197) confessava, em relatos datados de 1871, que não teve a oportunidade de conhecer as mulheres residentes na cidade “[...] uma vez que elas nunca se apresentam na rua como é de costume na Alemanha, mostrando-se no máximo e excepcionalmente na varanda da casa”.

Vilhena (1969a) teve um olhar sobre as mulheres que oscilava entre a condescendência e a gentileza, no tratamento com mulheres brancas das camadas médias para alta, e o repúdio e a intolerância, quando se tratava das escravas e/ou libertas negras e mulatas. Às primeiras refere-se como “[...] senhoras que sabem verdadeiramente ser”:

[...] aquelas, que aqui são senhoras, o sabem verdadeiramente ser, apesar das preocupações de que vêm seus pais, ou maridos possuídos, vindo por isso a imitá-los; e podes viver certo em que, os que aí vão dizer o contrário, mantem, ou nunca aqui trataram com

senhoras, mas sim com mulheres da tarifa, que em tôda parte se encontram; aquelas pois são senhoras, não dão acesso tão livre como aí vão publicar os detratores. (VILHENA, 1969a, p. 54).

Os testemunhos indicam que, apesar de uma vida reclusa, mulheres das camadas média e alta da sociedade eram constantemente alvejadas com difamações de toda ordem. Trata-se de uma imagem negativa construída pelos viajantes sobre a qual Vilhena (1969a, p. 54-55) contra-argumenta, como por exemplo: o hábito de as mulheres andarem dentro de casa trajando roupas com “[...] mangas-de-camisa, com golas tão largas, que muitas vezes caem, e se lhes vêem os peitos”; por usarem camisas de cassa finíssima e cambraia transparente; além de ficarem descalças e sem meias. E explica, em sua carta, que estas senhoras vivem em zona tórrida, sendo impossível manter os mesmos costumes no que se refere às vestimentas habituais de países europeus, o que justificaria o uso das cassas, por exemplo. E continua a tecer as qualidades dessas mulheres:

São extremamente amigas das suas amigas, e tão zelosas umas das outras, que bem podem competir com os amantes mais impertinentes. São pouco afeiçoadas às senhoras que vêm da Europa; a causa porém desta desafeição procede da emulação no vestir, pregar, e pisar, em que estão hoje muito adiantadas. (VILHENA, 1969a, p. 54).

Vilhena (1969a, p. 54-55) continua a descrever a vida cotidiana, agora de mulheres dos segmentos mais abastados da sociedade nas ruas da cidade e nos informa sobre seus costumes que, quando saem às ruas em visitas de cerimônia ou funções públicas, utilizam

vestidos muito caros e por uma única vez, acompanhadas por várias negras e/ou mulatas também ricamente vestidas e adornadas:

As peças com que se ornaram são de excessivo valor, e quando a função permite aparecem com as suas mulatas, e pretas vestidas com ricas saias de cetim, becas de lemiste finíssimo, e camisas de cambraia, ou cassa, bordadas de forma tal, que vale o valor três, ou quatro vezes mais que a peça; e tanto é o ouro, que cada uma leva em fivelas, cordões, pulseiras, colares, ou braceletes, e bentinhos, que sem hipérbole, basta para comprar duas, ou três negras, ou mulatas como a que o leva: e tal conheço eu que nenhuma dúvida se lhe oferece em sair com quinze, ou vinte, assim ornadas.

Estas senhoras que, no seu entendimento, sabiam verdadeiramente “ser senhoras”, raramente apareciam em público, mesmo em se tratando das missas da igreja. Contudo, quando o faziam, a sua presença nas ruas se dava acompanhada por várias escravas domésticas vestidas e enfeitadas com peças valiosas, pois se constituía num mecanismo de exibição da riqueza, do prestígio das famílias e da opulência da colônia.

Para além da ostentação, creio que as escravas, na sua presença constante e imprescindível ao lado das senhoras e senhorinhas, exerciam função protetora, tanto no sentido de salvaguardar a reputação moral destas, como no sentido de oferecer a segurança física, já que as ruas são constantemente descritas como lugares perigosos por suas ruas estreitas, sinuosas, mal iluminadas, sujas, povoadas por homens desocupados, vadios, mendigos, enfim, oferecendo todo tipo de perigo às mulheres consideradas “direitas” e “de família”:

[...] quer porém a miséria, que nunca esta grandeza aparece nas igrejas por maiores que sejam as festividades, porque em quase nenhuma aparece uma senhora; e sendo tôdas as funções de igreja aparatosas, segundo o costume, unicamente gozam delas os homens graves, que para o fazerem são convidados por cartas, e tudo o mais são multidões de negros, e negras de que se enchem os templos. (VILHENA, 1969a, p. 55).

Nas representações do feminino, Vilhena (1969a) ressalta a clausura em que viviam as ditas “senhoras” das elites, por um lado, e a presença das mulheres negras e pobres nos espaços públicos, por outro. Na diversidade de mulheres que usufruíam do espaço público, conta-nos sobre mulheres cuja honestidade era colocada em questão através de comentários pejorativos e desmoralizantes. Em um discurso um tanto ambíguo, Vilhena (1969a, p. 55) tenta explicar os destinos de uma mulher quando a vida não lhe parecia muito generosa:

O ordinário das mulheres dêste país é serem meigas e chulas; entre as vulgares há muitas que nada devem às feias, e por não terem quem as sustente, e trate, e por não haver em que se ocupem, é o motivo por que de ordinário se valem dos dotes da Natureza, de que fazem mau uso, para poderem subsistir; assim como há também muitas, que vistas de noite pelas ruas, passam pela calúnia de dissolutas, quando aliás são honestas, e virtuosas; obrigando-as aquêles egressos noturnos por não terem de dia quem lhes vá comprar o sustento, e tudo o mais de que precisam.

Mattoso (1978) explica que as mulheres das altas e médias categorias sociais da cidade, no século XIX, viviam reclusas nas suas

casas, saindo somente para ir à igreja ou para frequentar reuniões sociais às quais iam acompanhadas de seus pais e maridos. Até mesmo as tarefas domésticas de fora da casa eram executadas pelas mãos dos serviçais. Por fim, Mattoso (1978, p. 197-198) conclui que, apesar destes fatores, elas desempenham importantes funções sociais:

Mas, por outro lado, a mulher baiana do século XIX se legalmente não é *à part entière* igual ao homem ela desempenha funções sociais de extrema importância: primeiro como educadora de seus próprios filhos e dos filhos que outros lhe confiam; como também chefe de família cuidando dos negócios deixados pelo pai ou pelo marido falecido ou mesmo mãe solteira, responsável e chefe de família numerosa.

A avaliação de Mattoso (1978, p. 196) sobre as famílias baianas demonstra o nível de complexidade do trabalho dessas mulheres na administração da casa, na maior parte das vezes habitadas por número significativo de pessoas, o que lhes exigia dedicação constante:

Essa família nuclear era geralmente dilatada pelo costume que se tinha de amparar na sua velhice ou em caso de necessidade os pais e mães, irmãs solteiras ou os parentes empobrecidos. Frequentemente também filhos ou filhas recém-casados continuavam morando sob teto pátrio até que pudessem voar pelos seus próprios meios.

Acrescente-se, ainda, agregados que não pertenciam à categoria de parentes, escravos, depois empregados domésticos libertos. Assim se constitui a família extensiva, na qual o pátrio poder reinava de maneira absoluta e reproduzia na *urbe* relações

sociais de tipo patriarcal, nascidas, havia mais de três séculos, nas grandes unidades de produção que eram os Engenhos e as Fazendas. Às mulheres, conclui Mattoso (1978), cabia a administração deste pequeno domínio do qual raramente se afastavam.

Esse confinamento das mulheres no espaço da casa, segundo explica Del Priore (1995), estava relacionado à reforma religiosa que lançara as bases de um novo modo de gestão de afetos e relações conjugais no interior da vida privada. Igreja e Estado moderno se esforçaram na normatização do corpo social que passava pela valorização do casal legalmente constituído e pela repressão de toda atividade extraconjugal. A partir do final do século XVII, em uma evolução não linear, teria promovido a incubação de uma moral conjugal sóbria e vigilante, no que tocasse à vida familiar:

Nesse longo processo, as fronteiras entre o domínio do público e aquele do privado ficaram mais nítidas, favorecendo a que os papéis desempenhados nestes diferentes territórios se tornassem mais visíveis. Ao confinar ou ceder às mulheres o espaço da casa, a Igreja apostava no sucesso do projeto tridentino, mas cedia-lhes também um espaço privilegiado para o comando de afetos, solidariedades, estratégias e poderes informais, que acabaram por interferir na realização desse mesmo projeto normativo. (DEL PRIORE, 1995, p. 38).

Del Priore (1995) avalia que, por trás da imagem de mãe ideal, as mulheres se uniam aos seus filhos para resistirem à solidão, à dor e, tantas vezes, ao abandono. “A prole permitia à mulher exercer, dentro do seu lar, um poder e uma autoridade dos quais ela raramente dispunha no mais da vida social.” (DEL PRIORE, 1995, p. 18). Neste sentido, as mulheres se sentiam socialmente valorizadas por suas

práticas domésticas, ao mesmo tempo em que eram marginalizadas por qualquer atividade na esfera pública.

“Fora do manso território da maternidade, alastrava-se a melancolia, vicejava a luxúria, e por tudo isso a mulher estava condenada à exclusão.” (DEL PRIORE, 1995, p. 27). Se, por um lado, teólogos, médicos e moralistas, representantes de diferentes segmentos da sociedade ocidental cristã se dedicaram a normatizar o papel das mulheres, por outro, as mulheres revelam estratégias informais de atuação no espaço público da cidade. E é isto que interessa a esta pesquisa: múltiplas formas de acesso, uso e usufruto do espaço público através do desempenho de papéis formais e/ou informais pelas ruas da cidade.

Ruas estreitas e caminhos tortuosos: a presença das mulheres na trama urbana

Se a sociedade soteropolitana conseguiu trancar as mulheres dos segmentos mais abastados da sociedade dentro de suas casas durante o período colonial, o mesmo não se pode afirmar quando se trata de mulheres negras e mulatas das camadas populares. Numa cidade em que os equipamentos e os serviços públicos são precários, a exemplo do abastecimento de água, saneamento, limpeza, iluminação e segurança, as demandas serão supridas, em grande medida, com o trabalho de escravos(as) e de negros(as) libertos(as). Se analisados numa perspectiva de gênero, é possível perceber o papel ativo desempenhado por mulheres no funcionamento da cidade.

No entanto, no discurso produzido pelos estrangeiros no período, a atuação dessas mulheres no espaço público é descrita num tom bastante preconceituoso. Elas são criticadas pelo modo como trabalhavam, como solucionavam os seus problemas cotidianos,

como driblavam o sistema, como brigavam, como bebiam, como se divertiam, enfim, por praticamente todo o comportamento no espaço público.

São inúmeras as atividades realizadas pelas ruas da cidade. A começar pelas tarefas domésticas no âmbito público, escravas e libertas circulavam pelas ruas da cidade comprando alimentos, abastecendo domicílios com água, lavando roupas, enfim, realizando inúmeros serviços. Inegável a rede de amizade e solidariedade que se constrói a partir das atividades realizadas pelos mercados, feiras, fontes de água potável. Contudo, será possível afirmar que a rua se constituía no espaço delas, isto é, de domínio de mulheres negras e mulatas? Em que medida o discurso normatizador em defesa de que “lugar de mulher é em casa” atingiu mulheres de diferentes classes sociais e raça?

O testemunho de Vilhena (1969a, p. 93) informa-nos sobre alguns espaços ocupados por estas mulheres em função das atividades profissionais, a exemplo das quitandeiras, assim como os esforços das autoridades no sentido de disciplinar e controlar a vida urbana em finais do século XVIII:

Não há nesta cidade uma só praça de mercado, mas sim uns lugares a que chamam quitandas, nos quais se juntam muitas negras a vender tudo o que trazem, como seja peixe, carne meia assada, a que dão o nome de moqueada, toucinho, baleia no tempo da pesca, hortaliças etc.

Ao que parece, houve, na época, uma tentativa de regulamentação do espaço de venda das quitandeiras. Vilhena (1969a) nos fala de três quitandas na cidade: uma na Praia; a outra localizada no Terreiro de Jesus, na chamada Rua Nova, onde há

poucas casas, e o Senado mandou fazer umas casinhas para alugar com o objetivo de regulamentar os pontos de venda, sem sucesso, pois nenhuma quitandeira quis alugar, por serem muito pequenas; e a terceira quitanda nas Portas de S. Bento, “[...] onde o Senado havia mandado fazer outras cabanas, que por mais espaçosas, quase nunca ficam por alugar.” (VILHENA, 1969a, p. 93). Este espaço parece que ficou sem utilidade alguma, segundo nos informa Vilhena (1969a).

Em seu discurso, Vilhena (1969a) mostra-se bastante incomodado com o que chama de *desordem* no quesito comércio ambulante das quitadeiras e ganhadeiras, tanto por não possuírem um espaço delimitado na cidade para o comércio dos seus produtos, como por suas práticas de negociação, as chamadas *carambolas*, uma prática muito comum na venda do peixe em que o repasse por quatro ou cinco mãos até chegar ao comprador implicava no encarecimento do produto.

Vendem as ganhadeiras o peixe a outras negras, para tornarem a vender, e a esta passagem chamam *carambola*. É igualmente caro o peixe porque mesmo ao largo, sem chegar ao porto é arrebatado aos pescadores com violência por muitos oficiais inferiores, que a título de ser para os seus superiores, o levam pelo que querem, e o entregam àquelas, ou outras semelhantes negras, com quem têm seus tratos, e comércio. (VILHENA, 1969a, p. 127).

Os produtos comercializados por estas mulheres também são reprovados por Vilhena (1969a, p. 130), que descreve o comércio de comidas do seguinte modo:

Não deixa de ser digno de reparo o ver das casas mais opulentas desta cidade, onde andam os contratos, e negociações de maior porte, saem oito, dez, e mais negros a vender pelas ruas a pregão as cousas mais

insignificantes e vis; como sejam iguarias de diversas qualidades v.g. mocotós, isto é mãos de vaca, carurus, vatapás, mingau, pamonha, canjica, isto é papas de milho, acaçá, acarajé, ubobó, arroz de côco, angu, pão-de-ló de arroz, o mesmo de milho, roletes de cana, queimados isto é rebuçados a 8 por um vintém, e doces de infinitas qualidades ótimos muitos deles, pelo seu asseio, para tomar por vomitórios; e o que mais escandaliza é uma água suja feita com mel, e certas misturas a que chamam o aloá, que faz vezes de limonada para os negros.

O sistema de ganho foi analisado por Soares (2006), que demonstrou como mulheres escravas eram colocadas no ganho por seus proprietários, assim como mulheres livres também participavam desta atividade como meio de garantir o seu sustento e de seus filhos. No acordo, as mulheres eram obrigadas a dar aos seus senhores uma quantia previamente estabelecida, a depender do contrato informal e previamente acertado entre as partes. O que excedesse o valor combinado pertencia à escrava. O excedente acumulado pela escrava, por vezes, era utilizado para a compra da sua liberdade ou para as suas despesas cotidianas.

Soares (2006) explica que não se constituía tarefa fácil arcar com as diárias determinadas pelos seus senhores e, ao mesmo tempo, poupar parte dos seus rendimentos. A lucratividade do negócio demonstrava variações de toda ordem, desde estado de saúde, idade, habilidades pessoais que facilitavam a prática de venda, a exemplo da agilidade e da criatividade. De qualquer modo, tratava-se de um meio de conquista da liberdade ou, no caso das libertas, um modo de construção da sua autonomia financeira através de seu trabalho.

As autoridades, no entanto, criavam estratégias políticas para controlar a ação das negras de ganho. Soares (2006) analisa

esses mecanismos no século XIX e informa que, neste período, as leis deixariam de proibir a participação negra no varejo, mas elas continuariam o controle. Fiscais exigiam cotidianamente o cumprimento de posturas; os escravos só poderiam ser utilizados no comércio de ganho com a autorização da Câmara Municipal; assim como para abrir um pequeno comércio era necessário pedir licença municipal e pagar taxa de matrícula. A taxa para a “licença a africanos livres ou libertos de ambos os sexos para poderem mercadejar” sofreu aumento expressivo entre 1848 e 1850, de 10 mil réis para 20 mil réis, respectivamente (SOARES, 2006, p. 75). Soares (2006, p. 75-76) observa, sobre a referida Lei, que as autoridades fazem menção aos africanos, em especial às africanas, porque elas controlavam este setor do comércio. Os nascidos no Brasil, a exemplo das crioulas, estariam isentos. Trata-se, portanto, de mecanismos para dificultar a vida de africanos e de africanas considerados indesejáveis.

Outro aspecto que precisa ser cuidadosamente analisado é quanto ao número expressivo de ganhadeiras que tiravam a licença para mercadejar os seus produtos e pagavam o aluguel aos donos dos armazéns, conforme demonstra Consuelo Sampaio (2005) ao narrar incidente envolvendo empreiteiros que, preocupados com a limpeza nos arredores do mercado e com o intuito de tornar o local mais atraente para comerciantes e investidores estrangeiros, resolveram expulsar as ganhadeiras sem, contudo, obter êxito. Conforme narrativa de Consuelo Sampaio (2005, p. 43):

Foi o que fez, por exemplo, o ativo Tomás Aquino Gaspar, encarregado das obras do mercado São João. A fim de “limpar a área”, decidiu expulsar as “ganhadeiras”, vendedoras negras que ocupavam os arcos em frente aos boxes do mercado, os “armazéns”, no pavimento térreo. O Fiscal da Tesouraria Provincial se

opôs à sua decisão, argumentando que as “ganhadeiras” pagavam por sua estada “um aluguel de inquilinos aos donos dos armazéns” e que, com a saída delas, “a renda pública sofrerá um desfalque”.

Seria preciso uma investigação direcionada para verificar a importância dessa atividade comercial junto à economia local. Entretanto, a preocupação e a defesa do Fiscal do Erário, mantendo as ganhadeiras em sua atividade nos armazéns e, conseqüentemente, os donos deles a receberem os aluguéis por elas pagos, indicam o seu expressivo êxito econômico.

No discurso de Vilhena (1969a), as ganhadeiras são apresentadas como trapaceiras e sem asseio; além disso, seus alimentos são avaliados como de má qualidade. A forma como o trabalho destas mulheres é descrito deixa evidente a carga de preconceito e de intolerância. Vilhena (1969a) sobrecarrega o discurso construindo um estereótipo negativo acerca destas profissionais, de modo a desconsiderar o aspecto econômico, ou mesmo o importante papel de alimentar a população com a venda de todo tipo de comidas prontas.

Pelas ruas, essas mulheres também circulavam com caixinhas cheias de fazendas e objetos de costura para comercializar. Vilhena (1969a, p. 131) afirma que a maior parte é contrabando, comprado em navios estrangeiros, ou vindo das “[...] feitorias das costas de Guiné e Mina”. Para agravar a sua indignação, ele explica que

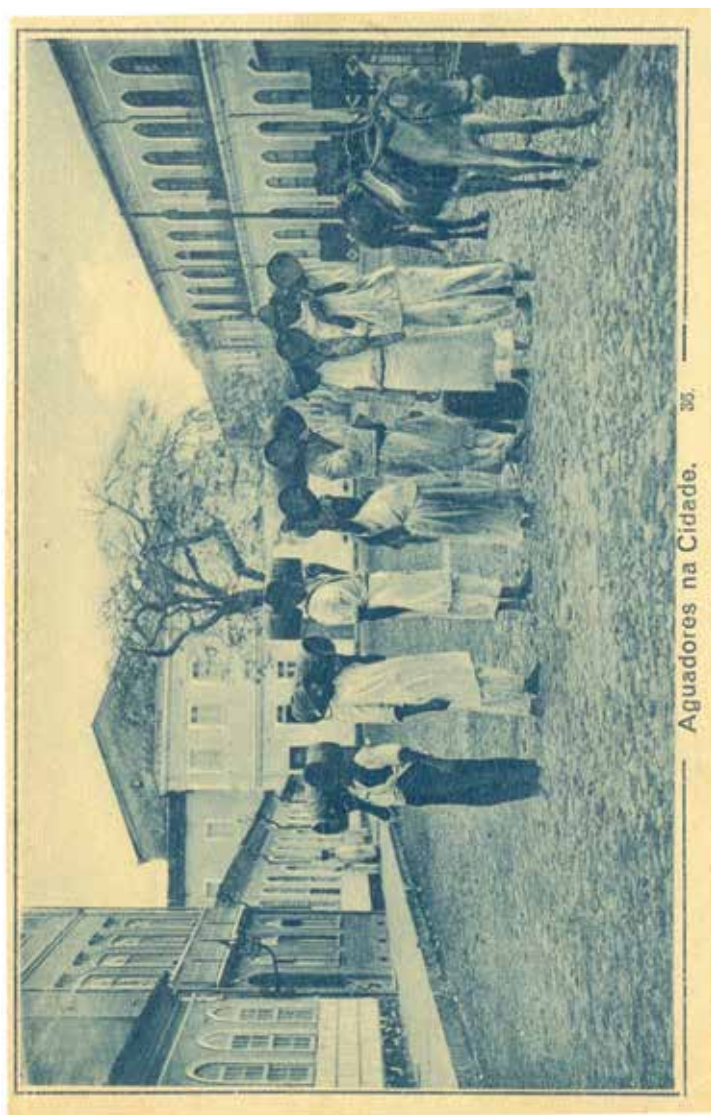
[...] ninguém pois se embaraça com elas, nem lhes pede contas, pelo respeito às casas poderosas a que pertencem, salvo-conduto este que as livra de todo o perigo; e triste será a sorte de quem bolir com elas. (VILHENA, 1969a, p. 131).

No caso das que não trabalhavam para estes influentes comerciantes, era preciso tirar uma licença do Senado para poder vender livremente os seus produtos.

Apesar das perseguições exercidas por autoridades municipais e das medidas de repressão dirigidas às mulheres negras nas suas atividades comerciais, a complexidade da vida na cidade torna a venda de alimentos atividade fundamental para uma parcela significativa da população. Mott (1976 apud SOARES, 2006, p. 76) chega a afirmar que “[...] sem as negras vendedeiras das ruas seria praticamente impossível viver no Rio de Janeiro, Salvador e Recife, durante os séculos XVIII e XIX”.

Outra atividade desempenhada pelas escravas e libertas é o de buscar água na fonte: os chamados aguadeiros. Na pesquisa iconográfica, localizei uma fotografia na Fundação Gregório de Matos, cujo conteúdo apresenta uma fila de carregadores para encher seus barris no chafariz do Largo Dois de Julho. Não há registro sobre o autor da fotografia. As informações da imagem (Figura 4) indicam o final do século XIX.

Figura 4 - Aguadores no chafariz do Largo Dois de Julho - Salvador, Bahia, final do século XIX



Fonte: Acervo da Fundação Gregório de Matos.

Apesar de a cidade contar com muitas fontes de água, o sistema de abastecimento, até o início do século XX, era feito através do trabalho braçal desempenhado por homens e mulheres, o que exigia grande esforço físico já que as fontes eram localizadas nas “baixas de grandes ladeiras”.²⁹ Além disto, ainda havia um problema no século XIX: nem todas as fontes possuíam água limpa para beber e para uso doméstico. Muitas eram de água salobra.

Consuelo Sampaio (2005) teve acesso a um documento de 1848 no qual o diretor do Imperial Corpo de Engenheiros, tenente-coronel João Blöem, apresenta denúncias quanto ao estado lastimável em que se apresentavam as fontes públicas. Entre os motivos estavam a sua má construção, infiltrações de águas impuras e um efetivo mau cheiro. Em seguida, o diretor mostra a importância da construção de tanques que funcionariam como uma espécie de reservatório de água para atender a necessidades diversas. No documento foram registradas 27 fontes públicas: 12 estavam localizadas na cidade baixa e 15 na cidade alta. A orientação era para que elas fossem inspecionadas por um guarda ao invés de seis guardas para este serviço.

Contudo, o fato de as fontes serem inspecionadas por guardas municipais não livrava os aguadeiros de problemas. As mulheres, por exemplo, tinham de conviver com todo tipo de truculência por parte dos soldados que costumavam agir com violência de modo a obrigá-las a levarem a água para onde eles determinavam. O quadro foi descrito em uma das cartas de Vilhena (1969a, p. 108-109), do seguinte modo:

De tôdas as fontes que te disse só se pode chamar
perene o charco do Barril, e tôdas as mais são pobres,

²⁹ Vilhena (1969, p. 104) faz uma minuciosa descrição física das fontes públicas e, ao final, afirma que: “Todas as fontes são, como já disse, nas baixas de grandes ladeiras, o que sem dúvida procede de muita rotura das terras como tenho observado.”

motivo por que é indizível a desordem que nelas há, e os pretos fazem para tomar água, quebrando-se mutuamente as cabeças, e braços; uns pelo que lhes pertence; outros por defender, e patrocinar negras suas parceiras, e apaixonadas; e outros por defender-se, e a elas das insolências dos insubordinados soldados, que violentamente os constroem a eu lhes levem água onde bem querem, sem que eles sejam aguadeiros, nem paguem às negras que o são; e se prontamente lhes não obedecem, é infalível o quebrar-lhes as vasilhas, e dar-lhes muita pancada. Se porém é negro, que lhes queira fazer cara, aí sai logo a espada, ou mais prontamente a faca, sem a qual é raro o que se acha [...].

Vilhena (1969a) denuncia as práticas desses soldados de controlarem o acesso às fontes, utilizando-se da violência física com escravos(as) ou libertos(as), de modo a impedirem o acesso ou a cobrarem pela água consumida. Informa que toda fonte seca, “passando mês e meio, ou dois meses sem chover”, era motivo pelo qual “os catingas avaros”, como chamou Vilhena (1969a), se põem a bordo de suas fontes para vender a água, gênero este que só se pagava pela condução. O confronto e as brigas, por vezes, resultavam em aleijamento ou até mesmo na morte de muitos escravos.

Problema maior era o crescimento da população. Na medida em que aumentava a população, a água diminuía. Na tentativa de resolver o abastecimento de água da cidade, o Governo da Província assinou contrato com uma empresa privada cuja finalidade era distribuir água potável à população através de chafarizes, casas de venda d'água e penas d'água (peça que controlava a quantidade de água liberada pelos chafarizes). No contrato, a Companhia do Queimado teve monopólio por 30 anos, além da isenção de direitos alfandegários.

Ainda assim, os problemas continuaram. A empresa construiu 22 chafarizes de água pela cidade. A água era vendida à população ao preço de 20 réis por barril, valor considerado alto já que, na renovação do contrato em 1870, a presidência da Província obrigou a empresa a reduzir o preço do barril de água para 10 réis. Ademais, poucas casas podiam se dar ao luxo de ter penas d'água. As queixas contra a qualidade da água, considerada pela população pouco higiênica, e contra o fornecimento deficiente, principalmente no período de seca, eram constantes. A Companhia do Queimado foi encampada pelo Município, em 1905. Nesta ocasião ainda funcionavam os 22 chafarizes e sete casas de vender água que foram, gradualmente, sendo desativadas. Os problemas com o abastecimento de água se arrastaram até as primeiras décadas do século XX (SAMPAIO, C., 2005).

O espaço público da cidade era também o local onde escravos cultivavam sua religião de matriz africana. Ainda que este não seja um tema a ser explorado neste trabalho, já que o foco está na estrutura urbana e nos serviços oferecidos pela cidade, é interessante perceber o discurso de Vilhena (1969a, p. 134), pois demonstra, mais uma vez, a sua intolerância com a população e a cultura de matriz africana no uso do espaço público:

[...] não parece ser muito acerto em política, o tolerar que pelas ruas, e terreiros da cidade façam multidões de negros de um, e outro sexo, os seus batuques bárbaros a toque de muitos, e horrorosos atabaques, dançando desonestamente, e cantando canções gentílicas, falando línguas diversas, e isto com alaridos tão horrendos, e dissonantes que causam medo, e estranheza, ainda aos mais afoitos, na ponderação de conseqüências que dali podem provir [...].

Uma avaliação diferente desta será a da antropóloga Landes (2002), em suas pesquisas entre 1938 e 1939. Uma das grandes

contribuições da sua obra clássica, *A cidade das mulheres*, procura mostrar a preeminência das mulheres nos cultos nagô. Mas, este é o tema para o próximo capítulo.

De volta ao discurso de Vilhena (1969a), a reprovação também está presente com relação às chamadas Mulheres Públicas. A recomendação para essas mulheres era o “[...] destinar-se em algum dos subúrbios da cidade, onde há casas de menos preço, e consideração, a morada para tôdas as que sem pejo se entregam, como por modo de vida, à depravação” (VILHENA, 1969a, p. 142). Em sua opinião, seria uma política acertada

[...] limpar de algum modo a cidade desta praga tão contagiosa, visto que com os seus desonestos exemplos, e palavras torpes proferidas sem pejo altamente, escandalizam os vizinhos, que querem reger, e educar suas famílias, segundo as regras da moral cristã; bem como se lhes devesse vedar o transitarem pela cidade depois do toque do sino a recolher; se bem que esta cerimônia ninguém sabe para que serve [...]. (VILHENA, 1969a, p. 142).

A presença das mulheres no espaço público, no discurso de Vilhena (1969a), quer sejam “mulheres públicas”, quer comerciantes quitandeiras, vendedeiras de toda espécie, aguadeiras, ou prestando qualquer outro tipo de serviço na cidade, aparece frequentemente na sua “inadequação”, necessitando de controle e disciplina por parte da administração pública no sentido de normatizar, repreender e restringir o seu acesso, uso e usufruto do espaço urbano. É um discurso que desvaloriza a ação destas mulheres e invisibiliza o seu papel e, principalmente, a sua importância.

Proteção física das suas senhoras, guardiãs da sua moral e reputação, nos raros momentos em que saíam às ruas, nas compras e

no transporte de alimentos das feiras para suprir a casa do seu Senhor, e demais tipos de produtos, o abastecimento de água, a lavagem de roupas, enfim, são alguns dos serviços domésticos realizados por negras escravas na esfera pública.

Em um discurso que preza pela desqualificação de atividades – como a de aguadeira, o comércio de diversos tipos de produtos de porta em porta, alimentar a população com todo tipo de comidas prontas e quitutes – que eram de fundamental importância numa sociedade que crescia vertiginosamente e em que o abastecimento de água e comida não chegava a todos da mesma forma, tudo isto fica invisibilizado. Acrescente-se a isto as condições físicas da cidade, a qual inicia o seu processo de ocupação privilegiando as cumeadas e uma pequena ocupação na faixa estreita da Cidade Baixa, conformando uma cidade dividida “em dois andares” - uma parte alta na qual se concentravam inúmeras residências e as instituições políticas e uma parte baixa (a cidade baixa), onde se localizava o comércio - de modo que o subir e descer ladeiras fazia parte do cotidiano dessas mulheres, frequentemente carregando o peso dos alimentos, das roupas, da água, de suas crias e tudo o mais que fosse necessário.

As imagens congeladas através das fotografias de cenas urbanas são ricas em informações a respeito desta dinâmica. São inúmeras as fotografias feitas nas principais ligações entre a cidade baixa e a cidade alta, cujo conteúdo da imagem ajuda a compor o cenário da vida cotidiana.

Na fotografia que se segue (Figura 5), é possível visualizar o sobe e desce de mulheres na ladeira de São Bento – área central da cidade e bastante movimentada, porque dá acesso à Avenida Sete de Setembro e à Praça da Piedade –, equilibrando em sua cabeça tabuleiros com seus produtos à venda e trouxas de roupa e, não raro, uma criança no colo; elementos característicos do cotidiano das mulheres especificamente.

Figura 5 - Ladeira de São Bento - Salvador, Bahia, fins do século XIX



Fonte: Foto de J. Melo, [s.d.]. Acervo da Fundação Gregório de Matos.

A imagem da Ladeira da Misericórdia (Figura 6) também apresenta o vaivém de mulheres pelas ladeiras da cidade, sob sol forte e característico clima quente que predomina na maior parte do ano, carregando sacolas, baldes, cestos, latas de água, crianças, entre outros.

Figura 6 – Ladeira da Misericórdia - Salvador, Bahia



Fonte: Acervo da Fundação Instituto Feminino da Bahia.

A divisão da cidade em uma parte alta e outra baixa, cuja comunicação era feita por ladeiras sinuosas, exigia mais tempo e energia das mulheres que circulavam por elas fazendo uso dos seus serviços. Por outro lado, penso que, de algum modo, esse aspecto geográfico tão valorizado pelos fundadores da cidade para a construção da fortaleza, que inspirou Vilhena a produzir um belo *Prospecto da Cidade da Bahia*, em 1801, também gera implicações para algumas mulheres das camadas médias e altas na mobilidade urbana, já que dependiam da companhia de suas escravas e/ou de transporte (na época, movido a tração animal ou através de carregadores) para o seu deslocamento no acesso a alguns serviços.

Quanto ao controle e à disciplina do acesso das mulheres às ruas, fica(m) evidente(s) a incapacidade ou os limites dos poderes públicos. A meu ver, os seus limites são impostos muito mais pelas práticas discursivas, que criam regras de convivência nas ruas, do que pela ação governamental, a exemplo dos acidentes nas fontes onde os próprios soldados procuravam tirar vantagens utilizando-se da violência contra homens e mulheres, sem que a administração consiga pôr “ordem” diante dos inúmeros acidentes.

Outro aspecto que merece atenção diz respeito às mulheres que não se enquadravam no discurso normatizador, restringindo o seu papel ao de mãe, esposa e dona de casa. Diante de um discurso de tamanha intolerância quanto à ação das mulheres no espaço público e, ao mesmo tempo, tão afável com as mulheres “adestradas”, penso que foram normas e códigos morais que atingiram a todas as mulheres, porém, de modo diferenciado. Em se tratando das mulheres negras, escravas ou mesmo libertas, o paradoxo está no fato de elas prestarem serviços essenciais para o funcionamento da cidade: as autoridades não podiam prescindir dos seus serviços e,

também, não conseguiam controlá-las nas suas atividades, revelando relações de poder mais complexas, que não emanavam exclusiva e/ou necessariamente do Estado. Nos discursos produzidos na época, no entanto, as atividades desempenhadas por elas eram desvalorizadas, estereotipadas, amaldiçoadas e invisibilizadas, mas, ainda que os homens, produtores do discurso, reprovassem estas mulheres por praticamente todas as suas ações, ao fazerem uso e usufruírem do espaço público, não podiam prescindir do produto do seu trabalho.

Para finalizar este capítulo, devo reafirmar a importância deste mergulho no passado, desde o processo de formação da cidade do Salvador, para demonstrar que o espaço urbano não é neutro desde as suas origens. As fontes visuais, as memórias de viajantes e os estudos produzidos em épocas passadas (considerando suas visões de mundo) demonstraram como os papéis cultural e historicamente desempenhados por homens e mulheres constroem assimetrias de gênero na relação com a cidade. Por outro lado, procurei mostrar como o desenho urbano – com destaque para o aspecto geográfico da “cidade de dois andares” ligados por suas vias de acesso, as ladeiras –, assim como a infraestrutura urbana afetavam a vida cotidiana das mulheres, diferentemente da dos homens.

Nas narrativas de viajantes aqui analisadas, foi possível perceber como os discursos produzidos aprisionam as mulheres, restringindo um amplo leque de funções por elas desempenhadas a um discurso restritivo, depreciativo e desqualificador. Do ponto de vista do colonizador – homem, branco, europeu –, as mulheres indígenas são descritas por uma leitura distorcida e limitada acerca das suas práticas sexuais; e as mulheres negras são desvalorizadas, nas suas atividades laborais, por sua comida, sua religião, seus mecanismos de sobrevivência, enfim, por sua presença nas ruas.

O discurso normatizador dos comportamentos é vigilante e implacável no que se refere aos hábitos e aos costumes femininos.

No próximo capítulo, o desafio é desvendar os diferentes modos de acesso, uso e fruição do espaço público numa perspectiva das relações de gênero, nas primeiras décadas do século XX. Mais precisamente, localizar as mulheres no espaço público, no exercício das atividades laborais, identificando os lugares possíveis para o sexo feminino, os limites, assim como avaliar os possíveis deslocamentos destas fronteiras em um novo contexto político, econômico e social.

ENTRE DISCURSOS, IMAGENS... RELAÇÕES DE GÊNERO NA CIDADE DO SALVADOR

Era de manhã cedo, num domingo quente, de céu claro, e a cidade de dois andares da Bahia – a Cidade do Salvador – estendia-se branca e ofuscante acima das águas. Estivadores negros se aglomeravam nas docas, esperando o navio atracar. Senti-me completamente suspensão no espaço, no tempo, nos pensamentos.

(Ruth Landes, 1939)

Para compreender a relação das mulheres com a cidade, foi preciso perscrutar a sua vida cotidiana na multiplicidade de práticas sociais. As mudanças no paradigma histórico, no decorrer do século XX, e o diálogo com outras áreas do conhecimento são fundamentais para desvendar os diferentes modos de acesso, uso e fruição do espaço público numa perspectiva das relações de gênero. O dilema da escassez de fontes me encorajou a mergulhar no universo das imagens, das poesias, das memórias, dos dados demográficos e das bibliografias específicas que me permitissem esquadriñar os espaços predominantemente femininos, masculinos e mistos, interseccionados pela raça e pela classe social.

A relação das mulheres com o espaço urbano se situa no cruzamento de variáveis, senão infinitas, numerosas, como educação, trabalho, cultura, lazer, arte, literatura, cinema, esporte, imprensa, política, entre muitas outras (PERROT, 1988, 1989, 1998, 2005, 2007). Para viabilizar esta investigação, a atenção se volta

para as possibilidades que a cidade oferece às mulheres para o seu desenvolvimento social, pela via das atividades laborais realizadas, especificamente dentro dos limites estabelecidos no recorte espacial desta pesquisa, o Centro Antigo de Salvador. Perseguir algumas destas atividades desempenhadas por elas, nas décadas de 1930 e 1940, assim como algumas das barreiras enfrentadas é o principal desafio deste capítulo.

Portanto, a proposta deste capítulo é cruzar dados demográficos com os testemunhos históricos do passado, com destaque para imagens capturadas pela lente dos fotógrafos das primeiras décadas, com o intuito de localizar as mulheres no espaço público no exercício da atividade profissional, identificando os lugares possíveis para o sexo feminino, os limites, e com o intuito de avaliar os possíveis deslocamentos dessas fronteiras.

Compartilho com McDowell (2000, p. 153) a ideia de que o espaço urbano constitui espaço fundamental de construção da identidade, da aquisição de conhecimentos e de atuação social. No período aqui analisado, pesquisas indicam que, em termos espaciais, a militância feminista impulsionou mulheres das camadas média e alta a circular, de maneira mais ativa, como sujeitos políticos, nos espaços públicos de poder. Ao privilegiarmos o espaço público e o poder que se exerce na cidade, não estamos fazendo um retorno à historiografia tradicional, uma vez que o foco recai sobre as mulheres, ou melhor, em recuperar a presença das mulheres no espaço público como sujeitos históricos.

Nesta perspectiva, recusamos modelos explicativos que reduzem as desigualdades de gênero à separação entre a esfera pública e a privada, reforçando o modelo familiar patriarcal, a divisão sexual do trabalho na qual o espaço público, da produção, é

destinado aos homens, enquanto o da mulher se limita à reprodução, ou seja, ao trabalho doméstico, ao cuidado com os filhos, enfermos, idosos, entre outros; pois, recorrer a uma separação universal entre o público e o privado obscurece as diversas causas e os conteúdos dos papéis de gênero (ROSALDO apud NICHOLSON, 1992, p. 151).

A dualidade público-privado tem se mostrado cada vez mais complexa. Pernas (1998) desenvolve interessante reflexão sobre o assunto e explica que se o feminino está associado ao privado, este, por sua vez, tem um significado muito diferente para os homens:

Lo femenino se asimila a lo privado, pero lo privado tiene un sentido muy distinto para hombres y mujeres: para los hombres es un refugio y una posibilidad de creación, ocio, expansión individual. Para las mujeres se convertirá en un destino.

Explica, ainda, que os dois espaços não convivem senão separados, opostos. O lar é compreendido como tudo aquilo que não é a rua. Mas, as regras não são fixas, sobretudo no espaço da casa:

Si el hombre puede lograr su autonomía frente a la comunidad, es porque alguien se hace cargo de los aspectos comunitarios. Si se pueden separar ambas esferas es porque no se separan para todos. La abnegación femenina permite así la individualidad masculina, su proyección al mundo, su universalidad.

Al mismo tiempo, el hogar, que es espacio de privacidad para el hombre, no lo es para la mujer. Ésta es desposeída de su tiempo, de sus actividades o deseos individuales en favor de la pequeña comunidad de la familia. (PERNAS, 1998).

Woolf, em palestra ministrada em 1928, publicada no ano seguinte com título *A room of one's own* (1929),³⁰ defendeu um espaço de privacidade na casa para a mulher que desejasse escrever ficção, ou seja, emancipar-se. Nessa direção, avaliou as implicações para as mulheres devido a uma vida de reclusão no espaço privado, cobradas pelos afazeres domésticos e excluídas da vida pública. De modo que a noção do privado para esta escritora toma um novo sentido.

Do mesmo modo, penso que seja importante avaliar o significado do espaço público para homens e mulheres, já que, por muito tempo, os homens ocuparam sozinhos os espaços de poder na cidade, enquanto as mulheres que tinham presença marcante pelas ruas estavam, muitas vezes, cumprindo suas funções domésticas.

A historiadora Pernas (1998) alerta para a dupla exclusão sofrida pelas mulheres: “[...] *es excluida como individuo de la casa y como ciudadana de la calle*”. Nessa perspectiva, conforme demonstrado no capítulo anterior, atividades domésticas – como lavar roupas, pegar água na fonte de beber e de lavar, abastecer a casa de produtos alimentícios, entre outras – são algumas das incumbências de mulheres negras escravas e/ou libertas realizadas no espaço público, o que permitia que elas circulassem pelas ruas da cidade, porém presas às suas funções domésticas.

Portanto, os caminhos são tortuosos e marcados por contradições. O espaço urbano esconde regras que correspondem às estruturas de poder e de relação que regem nossa sociedade. Os testemunhos analisados revelam barreiras invisíveis, delimitando, com efeito, os espaços de uso das mulheres, que podem variar

³⁰ Publicado pela primeira vez em 24 de outubro de 1929, com o título *A room of one's own*. Aqui no Brasil foi publicado como *Um teto todo seu* (WOOLF, 1985).

conforme a classe social, a raça, a idade ou, até mesmo, as trajetórias individuais. Tema arriscado, já que, na cena pública, estas mulheres pouco aparecem nos testemunhos históricos. Ainda que as fronteiras entre o público e o privado não sejam tão claramente definidas como possa parecer, grosso modo, o mundo público, sobretudo econômico e político, é, historicamente, reservado aos homens e é este que conta. A experiência nos arquivos em busca de todo e qualquer testemunho que possa dar informação sobre a relação das mulheres com a cidade confirma o que Perrot já havia constatado ao analisar Paris, no século XIX: o silêncio dos arquivos. Para Perrot (1989, p. 10-11),

[...] a observação das mulheres em outros tempos obedece a critérios de ordem e de papel. Ela diz respeito mais aos discursos que às práticas. Ela se detém pouco sobre as mulheres singulares, desprovidas de existência, e mais sobre “a mulher”, entidade coletiva e abstrata à qual se atribuem as características habituais. Sobre elas não há uma verdadeira pesquisa, apenas a constatação de seu eventual deslocamento para fora dos territórios que lhes foram reservados.

No que se refere à documentação analisada, nos arquivos públicos, referente ao século XIX, Perrot (1989, p. 10-11) diz, resumidamente: o “[...] olhar de homens sobre homens, calavam as mulheres”. Entretanto, nos alerta para o fato de que não devemos esquecer as mulheres e recupera uma frase de George Duby: “Fala-se muito delas. Mas o que sabemos sobre elas?” (DUBY, 1981 apud PERROT, 1989, p. 11).

Discorrer sobre a relação das mulheres com a cidade é falar também das limitações de ordem metodológica, pois, excluídas do poder que recai sobre a cidade, as mulheres também não nos deixaram registros. Ao que parece, à primeira vista, a cidade não

foi tema de preocupação das mulheres, ainda que usufruíssem dela, sobretudo nas suas funções mundanas e domésticas, a exemplo do exercício de ir às compras.

A fotografia se apresenta como um testemunho visual da paisagem urbana, do cotidiano, enfim, uma fonte inesgotável de informações da vida histórica. Ao lado das memórias e da bibliografia específica sobre o tema, foi possível fazer um trabalho de reconstituição histórica, uma versão da história das mulheres.

OS VENTOS DO PROGRESSO NA ANTIGA SALVADOR

Salvador estagnou durante as primeiras quatro décadas do século XX, apresentando um crescimento econômico e populacional muito lento. Entre 1920 e 1940, a população de Salvador cresceu a uma taxa de 0,16% ao ano, enquanto que o crescimento da Bahia foi de apenas 0,81% (HEROLD, 2001). Ainda assim, essa cidade foi favorecida pela expansão física, pela ampliação e modernização das funções urbanas, pela introdução dos transportes modernos, o que veio a criar novas demandas, como a necessidade de alargamento das ruas e de abertura de praças.

O crescimento demográfico nas primeiras décadas é quase insignificante, na escala brasileira de crescimento urbano. A população conta com 200.000 habitantes, aproximadamente, em 1900, e 290.443, em 1940, passando de segunda para quarta maior cidade brasileira, atrás de Rio de Janeiro, São Paulo e Recife (Tabela 1).

Tabela 1 - População do município de Salvador considerada em relação aos sexos, segundo recenseamento de 1872, 1920 e 1940

ANO DO RECENSEAMENTO	HOMENS	MULHERES	TOTAL
1872	68.025	61.094	129.119
1920	132.128	151.294	283.422
1940	132.303	158.140	290.443

Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos, respectivamente, de Brasil (1873-1876); Brasil (1928a); IBGE (1950b).

Santos (1959) explica o amortecimento demográfico a partir de alguns fatores, a começar por dois principais: a abolição da escravidão em 1888, cujas consequências serão sentidas nas atividades agrícolas baseadas no trabalho escravo; e os métodos adotados na indústria açucareira do Recôncavo, praticamente imutáveis desde o primeiro século de colonização.

No contexto de decadência da atividade açucareira, a cultura do cacau, no sul do Estado, começou a se desenvolver com uma produção em escala comercial sem, contudo, atingir patamar suficientemente grande para manter a cidade em seu posto de segunda maior cidade brasileira em número populacional (SANTOS, 1959, p. 43-44).

Santos (1959) explica, ainda, a atenuação da curva demográfica da cidade do Salvador, nos primeiros 40 anos do século XX, a partir de mudanças das correntes migratórias. A vibração econômica que existiu no período se deu devido à cultura do cacau, à indústria de tabaco e ao comércio interno. Muitas pessoas do Nordeste, expulsas pela seca ou pelo superpovoamento relativo, passam a migrar em

direção à zona florestal do sul que se desbravava para fazer plantações de cacau (SANTOS, 1959, p. 44).

Desse modo, reforça, na cidade do Salvador o seu papel tradicional de porto e praça comercial. Ainda que o cacau, desde 1939, fosse exportado pelo porto de Ilhéus, sua influência sobre a economia urbana da cidade do Salvador se faz sentir pela sua indústria de transformação primária localizada na capital do Estado, bem como pelos negócios bancários, pelas operações de câmbio e pela maior parte das operações de crédito comercial e agrícola que eram realizados em Salvador. Importa lembrar, também, que muitos produtores de cacau residiam em Salvador, deixando suas propriedades cacaueiras sob a direção de administradores. O aumento de tonelagem exportada, bem como os progressos obtidos em toda a parte pela navegação marítima, obrigou a remodelação do porto de Salvador. Muitos aterros foram realizados para viabilizar a sua remodelação, que teve início em 1913 e durou cerca de 15 anos, de modo a permitir aos grandes navios o acostamento (SANTOS, Milton, 1959).

Pesquisas já demonstraram que o processo de ampliação e modernização das funções urbanas não se limita ao período de sua mais importante reforma, no governo de José Joaquim Seabra (1912-1916), pois se desenvolve ao longo do século XIX:

A cidade moderna, idealizada enquanto cidade regular, higiênica, funcional, fluida, homogênea, equilibrada, sincrônica e gerida cientificamente, revela-se, concretamente, como resultado de um longo período de gestação e de mudanças que se acumulam, em resposta a problemas concretos que se colocam a uma sociedade viva e em transformação necessária. Recuando no tempo, podemos, portanto,

perceber os germes da elaboração e da concretização parcellarizada dessa cidade, em momentos de avanços e de espraiaamentos no tempo de sua construção. (FERNANDES; GOMES, 1992, p. 55).

Nessa questão, Araujo (2004), Fernandes e Gomes (1992) e Pinheiro (2002) estão de acordo, quando identificam, na segunda década do século XIX, o primeiro marco desse processo de modernização e de construção idealizada da cidade, no governo de Marcos de Noronha e Britto, 8^o Conde dos Arcos (1810-1818). O contexto favorável, a partir da abertura dos portos e da liberdade de comércio, aliado a uma economia próspera, possibilita ao Conde dos Arcos algumas ações no sentido de transformar a cidade como, por exemplo: melhoramentos no porto e no bairro comercial; códigos de posturas com o intuito de regularizar a construção de casas e sua estabilidade; apoio efetivo à Escola de Cirurgia (futura Faculdade de Medicina); organização da Biblioteca Pública e do jornal *Idade do Ouro*; bem como a construção do Teatro São João e do Passeio Público.

Pinheiro (2002, p. 203) destaca as novas exigências da população, a diminuição do número de escravos, a partir da extinção do tráfico até a abolição total, e a pressão internacional como fatores que influenciaram para uma nova forma de ver a cidade e de nela viver. Observa que havia uma busca por melhor qualidade de vida, o que implicaria em melhorias em serviços de infraestrutura, como: abastecimento de água, iluminação (primeiro, a gás, e, depois, elétrica), novos meios de transporte e inovações no setor das comunicações.

Ao examinar mais detalhadamente esse longo processo de modernização, Fernandes e Gomes (1992) identificam três elementos determinantes nessa construção: salubridade, fluidez e estética.

Devido à diferença de nível que dividiu a cidade em parte alta e parte baixa, bem como devido à inclinação das ladeiras que ligam as duas cidades, com núcleos de povoação nas cumeadas das colinas, as dificuldades de deslocamento de pessoas e de circulação de mercadorias se constituíram em um problema que exigiu atenção especial. Mesmo assim, os meios de transporte mais comuns foram os pés, ou deixar-se levar por escravos nas cadeirinhas de arruar, palanquins, serpentinas e liteiras. Foi a partir da segunda metade do século XIX que surgiram os investimentos em transportes, destacando-se: a chegada dos bondes, que integram diversos pontos da cidade; trens, com o intuito de conectar as regiões do interior do Estado com a capital; e, em 1873, a inauguração de um elevador hidráulico entre as duas partes da cidade, construído por Antônio Lacerda. Em 1897, constrói-se um segundo elevador hidráulico, o do Taboão. A outra forma de unir a Cidade Alta e a Cidade Baixa é através de planos inclinados. A eletrificação dos elevadores e dos planos inclinados acontece entre 1907 e 1910. A chegada do primeiro automóvel, em Salvador, acontece em 1902.

O ponto culminante no processo modernizador ocorre na gestão do governador José Joaquim Seabra, entre 1912-1916. Trata-se de uma série de obras resultantes de um Plano de Melhorias para a cidade. Antônio Sampaio (1999, p. 79) avalia que as ações foram localizadas sem um plano global de estrutura urbana e encontra semelhança com aquilo que se denomina “urbanismo demolidor”, reflexo das “cirurgias urbanas” do tipo daquelas que enfrentou Paris na sua etapa Haussmaniana (Barão de Haussman) e das promovidas por Rodrigues Alves e, depois, Pereira Passos, no Rio de Janeiro, no mesmo período.

Foram dois tipos de intervenção no Centro da cidade. Na parte alta, alarga-se e expande-se a Av. Sete de Setembro no sentido Barra, abre-se o largo da Ajuda, a Praça XV de Novembro, Rua do Tesouro, Ladeira da Praça e Barroquinha, além do saneamento e da pavimentação da Baixa dos Sapateiros. Já a Cidade Baixa ganhou terreno sobre o mar e a ampliação do Porto.

Para alargar as ruas centrais – Misericórdia, Rua Chile - e a construção da Avenida Sete, foram colocados abaixo inúmeros monumentos históricos, casarões coloniais, destruindo verdadeiros exemplares da arquitetura civil e religiosa. Para Sampaio (1999), a rigor, a construção da Av. Sete de Setembro e, depois, da Rua Carlos Gomes vai implicar em uma ampla reestruturação do espaço urbano expandido em direção à Piedade (no sentido Campo Grande e Vitória), área habitada pelas camadas mais abastadas da sociedade (SAMPAIO, 1999).

Em pesquisas realizadas em torno das reformas urbanas de Paris, Rio de Janeiro e Salvador, Pinheiro (2002) contribui para o debate avaliando em que medida as cidades brasileiras se constituem em variantes do modelo haussmanniano, que adapta a malha urbana colonial às novas exigências da economia, a uma nova sociedade e a um novo modo de vida.

Em sua análise, Pinheiro (2002) utiliza-se do método comparativo entre as reformas urbanas das três cidades (Paris, Rio de Janeiro e Salvador), com o propósito de identificar o modelo haussmanniano nas reformas carioca e soteropolitana e, também, de entender como a modernização do Rio de Janeiro influenciou as intervenções urbanas de Salvador. Os pontos em comum identificados nas três cidades estão relacionados aos objetivos gerais das intervenções:

[...] melhorar os deslocamentos, ligar pontos importantes da cidade de forma mais simples e facilitar a introdução dos modernos meios de transporte e das novas tecnologias. Nas três cidades, as intervenções se realizam através de demolições, desapropriações e expulsão da população residente, para obter-se, como resultado final, o aburguesamento do centro, tornando-o um conjunto urbano mais coerente, sem as características de cidades coloniais ou medievais. (PINHEIRO, 2002, p. 291).

Entre as diferenças identificadas por Pinheiro (2002), destacamos as que distinguem os casos do Rio de Janeiro e de Salvador para uma melhor compreensão das reformas introduzidas na capital baiana. Primeiramente, em Salvador, a reforma permaneceu mais no âmbito das ideias e dos projetos que nas ações aplicadas ao urbano. O tecido urbano do centro de Salvador não sofreu alterações, uma vez que a abertura das avenidas ocorreu por meio do alargamento de vias já existentes, não se constituindo, portanto, em elementos estranhos ao traçado urbano existente, diferentemente da realidade carioca em que o tecido urbano sofreu alterações com a introdução de ruas e avenidas que não pertenciam ao traçado original, através da eliminação de obstáculos geográficos e da destruição completa de quarteirões. Enquanto no Rio de Janeiro as novas vias apresentam formas retas e têm a mesma largura por todo o percurso, em Salvador acompanham o traçado original, nem sempre reto, e não mantêm a mesma largura por todo o percurso (PINHEIRO, 2002, p. 291).

Seguindo com Pinheiro (2002, p. 298), o processo de reformas urbanas do Rio de Janeiro constitui uma adaptação do modelo francês aos trópicos, ou melhor, ela prefere considerar “antes como uma referência, do que como modelo. Um estímulo, mais do que algo a ser copiado”. No caso da reforma de Salvador, apresenta um

posicionamento diferenciado das análises existentes, uma vez que não identifica referências às obras de Paris, nem nos discursos dos governantes nem nas manifestações da imprensa e acredita que as reformas urbanas realizadas no Rio de Janeiro foram adaptadas às condições estruturais e financeiras de Salvador. E defende a tese de que,

[...] em Salvador, produz-se uma adaptação da malha urbana e de sua sociedade aos novos ventos que sopram e trazem os conceitos de modernidade, civilização e progresso, vindos do Rio de Janeiro, da reforma de 1902-1906, uma adaptação de modelos urbanos europeus. (PINHEIRO, 2002, p. 298).

Nesse contexto, em que a urbanização e os melhoramentos materiais se alastravam por diversas capitais do país, variados segmentos profissionais sociais – entre eles, engenheiros, sanitaristas, jornalistas, médicos –, faziam duras críticas às más condições de salubridade e higiene das cidades brasileiras. Tais condições foram apontadas como causadoras da disseminação de várias epidemias e, problema maior, consideradas prejudiciais aos interesses econômicos da nação.

O projeto higienizador proposto para Salvador implicou em ações simultâneas no espaço público, no espaço privado e no modo de vida da população:

Ele [o projeto] buscará a normatização das habitações, invadirá a vida familiar e tentará estruturar os comportamentos individuais e coletivos. Nos momentos de crise fornecerá “fórmulas” prontas do “como agir”; no geral, porém, buscará essa estruturação dos comportamentos através da regulamentação dos usos dos espaços públicos e privados. (FERNANDES; GOMES, 1992, p. 61).

Alguns aspectos da cidade no contexto de modernização das funções urbanas

Apesar das iniciativas desenvolvidas pelo poder público na infraestrutura urbana ao longo do século XIX, Salvador apresentava altas taxas de mortalidade, males epidêmicos e moléstias endêmicas. Além dos “maus hábitos dos habitantes da cidade” denunciados constantemente pela imprensa, outros obstáculos colaboravam com a insalubridade: os limites e incertezas de um saber especializado que se construía; os limites nos investimentos públicos; o próprio traçado e a arquitetura da cidade que, somados a uma infraestrutura deficiente, sem higiene nas casas e a uma situação de miséria, criava um ambiente propício para a aparição e a propagação de epidemias (FERNANDES; GOMES, 1992, p. 210).

Rinaldo Leite (1996, p. 29) analisa alguns aspectos do período do primeiro governo de José Joaquim Seabra, no Estado da Bahia, de 1912-1916, a partir de pesquisas realizadas nos jornais de Salvador, e mostra que, do ponto de vista da população, as condições de vida nas primeiras décadas em Salvador não eram das mais fáceis, devido às condições gerais serem muito difíceis:

Saindo às ruas da cidade, agora na República, o viandante trafegava, do mesmo modo, por vias estreitas e desalinhadas, onde a circulação do ar e a penetração da luz se davam com dificuldade; diga-se, também, que elas eram mal calçadas. Seguindo os seus caminhos, observava-se detritos e dejetos depositados em plena rua, terrenos baldios acumulando lixo e excrementos de animais espalhados, devendo exalar dali um insuportável mau cheiro. O serviço de esgoto era inexistente, viam-se apenas canalizações que levavam diretamente para as ruas ou

fundos das casas os detritos produzidos nos lares, escritórios de negócios e estabelecimentos comerciais. O abastecimento de água, por sua vez, era ainda, na sua maior parte, feito através de fontes, sendo o fornecimento por encanamento uma raridade.

Para enfrentar os problemas de esgoto e de abastecimento de água, a Intendência firmou uma parceria com o engenheiro Theodoro Sampaio em um ambicioso projeto para resolver o problema por uma vasta zona da cidade, estendendo-se por vários distritos, da Barra a Itapagipe. Não obstante, na sua execução, o problema só foi resolvido parcialmente. Muitos bairros não viram sequer as obras iniciadas. Quanto ao abastecimento de água, Theodoro Sampaio conseguiu incluir, no contrato referente ao serviço de esgoto, obras que atendessem a este serviço, chegando a construir uma rede de 89km entre Itapagipe e o Rio Vermelho. No entanto, não foi suficiente. Algumas localidades ficaram excluídas do projeto (LEITE, 1996).

A imprensa, por sua vez, apresentava, em suas publicações, manifestações de entusiasmo com a modernização, numa demonstração de reconhecimento da necessidade de remodelação da cidade no seu aspecto sujo, feio e colonial, conforme o discurso predominante, mas, também, emitia opiniões críticas (LEITE, 1996).

Durante a República Velha, a expansão física se revela na ocupação gradual de novas áreas e, mais precisamente, no número de prédios existentes. Se a cidade escravista era caracterizada pelas superposições e pela mistura social no espaço, devido a uma malha densa e intrincada, a República Velha conviveu com a falta de imóveis suficientes para abrigar a população, sobretudo nos distritos centrais, a exemplo de Conceição, Pilar, Sé, São Pedro e Passos, que eram os mais povoados devido à facilidade de locomoção e às oportunidades de trabalho (SANTOS, 1990).

O problema foi agravado com as demolições realizadas para viabilizar os melhoramentos urbanos (saneamento, eletrificação, implantação de novos meios de transporte etc.). Para completar o quadro, na medida em que o comércio se expandia nos distritos centrais, imóveis residenciais começaram a ser transformados em estabelecimentos comerciais, voltados para negócios. Trata-se do processo de expulsão contínua dos moradores em favor do comércio, conforme análise de Santos (1990, p. 23):

Se alguns poucos privilegiados puderam abandonar o centro, instalando-se em novas áreas onde construíram seus palacetes, a exemplo do que fizeram os comerciantes portugueses no Campo Grande, Corredor da Vitória, Barra, Barra Avenida e Graça, um largo setor da população ainda se via obrigado a residir no velho centro, porque este oferecia as vantagens de uma maior proximidade dos locais de trabalho e aluguéis mais acessíveis por força da depreciação da área.

Muitos imóveis tiveram seus espaços subdivididos, de modo a aumentar os lucros dos proprietários e a amenizar o problema de locação nas referidas áreas. Consequentemente, vários segmentos sociais começaram a ocupar um espaço reduzido, o que representava riscos de contaminação e de explosão social.

Um agravamento da situação ocorre com as melhorias na infraestrutura urbana, pois os inquilinos de baixa renda passaram a procurar habitações cada vez piores. Segundo constatação de Santos (1990, p. 26), “[...] paradoxalmente, enquanto se realizavam alguns progressos da urbanização, por força deles mesmos, a moradia de grande parte da população permanecia de péssima qualidade.”

No que se refere às habitações típicas nas áreas centrais, observam-se sobrados com cômodos ocupados por um número

crescente de habitantes por metro quadrado, muitas vezes sem janelas ou respiradouros de qualquer espécie, com pisos de madeira – o que tornava a operação de limpeza extremamente difícil, uma vez que implicava em molhar o andar inferior –, além de apresentar, em seus banheiros (quando existiam), recipientes de madeira para armazenar água, o que facilitava a propagação de doenças de origem parasitária (SANTOS, 1990).

Outro modelo de moradia identificado na área central da cidade foi o das “casinhas”. Situadas entre dois sobrados, escorrandose umas nas outras, sem paredes próprias, formavam as “avenidas”. Eram casas de porta e janela, ou só porta, sem saída para os fundos, sendo, justamente, uma parede lateral do sobrado:

A falta de paredes próprias era um dos grandes obstáculos à aplicação das medidas de higiene pública: nelas era impossível pôr-se em prática o isolamento dos atingidos por doenças contagiosas, que se propagavam rapidamente por todo um quarteirão. Por exemplo, o uso de queimar a casa onde houvesse um doente provocaria o incêndio das demais, uma vez que tinham paredes comuns. As “casinhas” são comumente citadas nos testemunhos oficiais e de outra natureza como focos de epidemia. (SANTOS, 1990, p. 29).

A preocupação com a higiene e com a salubridade, juntamente com as novas possibilidades de circulação abertas com a estruturação de um sistema viário abrangente e com o aparecimento dos transportes mecânicos, definirá as novas espacializações no contexto de expansão física da cidade.

Expansão física e seus contrastes

Os setores mais abastados da população das áreas centrais migraram em direção aos novos bairros da Vitória, Graça, Canela, Barra e Garcia que foram os mais beneficiados pelos transportes e elementos de infraestrutura, contribuindo para a valorização do solo e incentivando a especulação – o setor de transporte estava intimamente ligado à formação do mercado especulativo (ARAUJO, 2004, p. 47).

As mudanças vão ocorrendo, apontando para uma nova configuração da população sobre o espaço urbano. Antônio Sampaio (1999) constata que as elites locais se deslocavam dos bairros tradicionais do centro para o Sul (Canela, Vitória, Barra); a classe média, para os bairros da segunda linha de cumeadas (Nazaré, Barris, Barbalho etc.) e para a Península de Itapagipe; enquanto os mais pobres iam se adensando ao Norte (Liberdade, São Caetano). Novos elementos vão sendo introduzidos na transformação urbana, sobretudo voltados para as condições de salubridade (higiene), constituição dos serviços urbanos com ênfase nos transportes coletivos:

Assim, o urbanismo, sem abdicar da visão higienista, vai incorporando a ênfase nos transportes coletivos e uma preocupação com a “fluidez” do tráfego, antecipando preocupações crescentes com o traçado e a “regularização” das ruas, ainda estreitas e acanhadas (pois em sua maioria foram herdadas de um período colonial estigmatizado como “atrasado”, “velho”), a serem reformadas, e que careciam de ligações com os núcleos periféricos que vão dar lugar aos bairros modernos do pós-50. (SAMPAIO, 1999, p. 85-86).

Empenhados na construção de uma imagem positiva da cidade, seus administradores acreditavam que o modo de se enfrentarem os

problemas de insalubridade e de má conservação do centro urbano era definir ações estratégicas que estimulassem as novas aspirações de civilização absorvidas dos modelos europeus, dentre as quais:

[...] a frequência a cinemas, teatros e casas de diversão, práticas esportivas e de consumo, promovendo outro tipo de sociabilidade entre os seus habitantes, fundados em ideias modernas, em novos comportamentos e práticas sociais. (SAMPAIO, 1999, p. 116).

Novos espaços de lazer passam a compor os novos bairros, possibilitando às elites a utilização mais ampla do espaço público, inclusive pelas mulheres, nos seus passeios a pé, a exemplo do Passeio Público. Araujo (2004) chama a atenção para a intenção de homogeneização entre os usuários que deveriam frequentar o Passeio Público, intenção explicitada desde os primeiros anos da decisão de implantá-lo. Na sua opinião,

[...] o projeto de modernização nunca foi completamente realizado. Entre os muitos obstáculos para o seu sucesso, a rejeição ou a resistência das pessoas à alteração de seus costumes, o que alcançava até mesmo a classe dominante, [...]. Assim, a despeito do esforço realizado pelo poder público, Salvador deixava uma péssima impressão aos seus visitantes. Na verdade, enquanto a cidade estava sendo modernizada, ela estava sendo segmentada espacialmente, mostrando claramente a diversidade de condições higiênicas entre as novas áreas e as antigas. Os ricos habitavam as primeiras, os pobres as últimas. Se, anteriormente, a prática de exclusão era principalmente relacionada com a raça, na cidade “modernizada”, o novo sistema de exclusão estabelecido era baseado na classe. Na prática, raça e classe eram preconceitos que se superpunham,

alcançando a ambos, pobres e negros (ou mulatos) que, na sua grande maioria, eram atributos do mesmo indivíduo. (ARAUJO, 2004, p. 44).

Após o período considerado crítico nas alterações da cidade (1912-1930), o novo contexto urbano parece apresentar um número maior de estímulos que incitava as mulheres das elites a usufruírem do espaço público, emergindo, paralelamente, novas aspirações e limites. Conforme afirma Araujo (2004, p. 56), “[...] o espaço da rua é repartido de forma desigual”. Ao referir-se às mulheres das camadas mais abastadas da sociedade, observa:

Locais, horários circunscritos e acompanhantes regem a presença da mulher na cidade. Códigos morais rígidos espreitam sua conduta enquanto, para os homens o espaço público é familiar. Nele, se criam identidades coletivas e se estabelecem sociabilidades exclusivamente masculinas. (ARAUJO, 2004, p. 56).

Nesse sentido, este livro examina esse emaranhado que constitui o centro da cidade e desvenda os fatores que delimitam a presença e/ou a ausência das mulheres em certos espaços da cidade.

RELAÇÕES DE GÊNERO NA DINÂMICA DOS LUGARES

O espaço público da cidade é compreendido aqui na mesma perspectiva de Bresciani (1991, p. 13), na qual a cidade não constitui “essa construção global, fruto do trabalho de intelectuais e de seus instrumentos de trabalho, os conceitos”, mas espaços onde as múltiplas

redes de sociabilidade se repetem, se diferenciam e se modificam.³¹ Nesse sentido, a cidade deixa de ser cenário ou um espaço inerte para se tornar uma variável histórica e teórica. Como bem colocou Rolnik (1992, p. 27-28), o espaço pode funcionar como uma fonte histórica, “na medida em que se lê, na história da organização do espaço da cidade, as formas de organização do trabalho, as formas de relação social, etc.”. Do ponto de vista teórico, existe uma relação para além do funcional entre os homens, os grupos sociais e este espaço. Para pensar esta relação, Rolnik (1992, p. 28) utiliza a noção de “território”, referindo-se ao espaço real vivido.

Na sua definição de espaço e de território, é possível pensar num papel ativo da configuração espacial,

[...] no sentido de que ele não precede a vida social, a vida econômica, a vida política e a transformação. Nem precede e nem vem depois: vem junto na própria construção e apropriação do espaço ou na construção e reconstrução permanente do espaço. (ROLNIK, 1992, p. 28-29).

Baseada nesses referenciais é que problematizo a presença das mulheres no espaço reservado ao comércio de mercadorias, ao centro administrativo, ao financeiro, entre outros elementos presentes nas imagens aqui examinadas.

O conteúdo das fotografias estimula a percepção das especificidades relacionadas ao uso dos espaços reservados aos mercados, por sinal um aspecto já tratado por Perrot (2005), na Paris no século XIX, e apresentado como predominantemente feminino.

³¹ Esta abordagem teórico-metodológica encontra fundamento em Lefebvre (2008), que superou a concepção tradicional do espaço como um receptáculo – o espaço é também nível de determinação –, e confrontou a sua suposta neutralidade com sua função instrumental, destacando a complexidade e as potencialidades do espaço.

No caso de Salvador, esse espaço é visivelmente demarcado pelo gênero, mas também segregado, segundo a condição de classe e a raça. Ao analisar as principais áreas de comércio da cidade do Salvador, é possível verificar as suas diferenças desde a fase de coleta das fontes. Diferentemente da Rua Chile, localizada na Cidade Alta, e do bairro do Comércio, na Cidade Baixa, a Baixa dos Sapateiros parece não ter sido tão atraente para os fotógrafos das primeiras décadas do século XX. É desproporcional a quantidade de registros imagéticos encontrados da Rua Chile e do Comércio, em relação à Baixa dos Sapateiros. Enquanto a memória das duas primeiras foi preservada com inúmeros registros, sobre a terceira as informações são mais dispersas. Inclusive, na Academia, poucos são os trabalhos que discorreram sobre a Baixa dos Sapateiros especificamente.

Para compreender melhor a dinâmica dos lugares, particularmente a presença e/ou ausência das mulheres nas áreas centrais da cidade, a análise de Santos (1959) sobre a função comercial do centro da cidade do Salvador é bastante iluminadora e, ao mesmo tempo, instigante. Importa lembrar que a obra de Santos (1959), *O Centro da Cidade do Salvador*, deve ser considerada no seu duplo aspecto: tanto pela qualidade da sua pesquisa e das suas análises, como também por ter sido, ele próprio, testemunha de uma época, já que ele viveu em Salvador nas décadas de 1940 e 1950.³²

Santos (1959) avalia que é esta área da cidade que abriga quase toda a atividade comercial, nas décadas de 1940 e 1950, e a analisa na sua relação com o espaço urbano. Para esse geógrafo, fora dos

³² Milton Santos nasceu no município baiano de Brotas de Macaúbas em 3 de maio de 1926. Ainda criança, migrou com sua família para outras cidades baianas, como Ubaitaba, Alcobaça e, posteriormente, Salvador. Aos 15, passou a lecionar Geografia e, aos 18, prestou vestibular para Direito em Salvador, por volta de 1944. Em 1958, concluiu Doutorado na Universidade de Strasburgo, cujo trabalho foi publicado um ano depois e que está contribuindo sobremaneira para a compreensão do centro histórico de Salvador.

distritos centrais, o comércio desenvolve-se apenas em torno da estação ferroviária, na Calçada, e no bairro da Liberdade (SANTOS, 1959). A atividade comercial é classificada em quatro diferentes modalidades: o comércio grossista, o comércio varejista, o comércio de alimentação e o comércio de rua.

O *comércio grossista*, essencialmente ligado ao porto, é localizado na Cidade Baixa de Salvador, que apresenta maior concentração de bancos, grandes casas exportadoras, cooperativas de exportação e órgãos governamentais, como o Instituto de Cacau da Bahia e a Alfândega, além da Associação Comercial:

O Comércio da Cidade Baixa abriga quase somente os bancos, atividades bancárias, casas de comércio em grosso; em suma, o “comércio de papéis”. Ali não se encontra um médico ou um dentista. Há, entretanto, um setor de comércio a varejo, quase exclusivamente constituído por casas de luxo para moda masculina, nas ruas Conselheiro Dantas, Portugal e algumas transversais. As casas de artigos femininos são muito raras e formam, sobretudo, um setor varejista do comércio de tecidos em grosso. (SANTOS, 1959, p. 81).

O bairro do Comércio foi amplamente retratado pela iconografia, nas primeiras décadas do século XX. Foi tema central de fotografias que ilustram os cartões-postais editados na época, principalmente nas *Séries Clássicas* (assim definidas com base em padrões técnicos e estéticos). Obras de modernização, as zonas portuárias e todo o seu potencial paisagístico ambiental impactante e histórico criavam e alimentavam a imagem da cidade republicana (MELLO, 2007).

Até meados do século XX, o porto foi porta única de entrada para a cidade. O Comércio sofreu várias reestruturações espaciais, indispensáveis à modernização do equipamento portuário. O potencial imagético da zona portuária, muitas vezes registrada pela lente dos fotógrafos, também se deve aos acidentes geográficos que compõem a paisagem natural da cidade (Figura 7).

Figura 7 – Cidade do Salvador - Bahia



Fonte: Acervo da Fundação Instituto Feminino da Bahia.

O Elevador Lacerda, a Igreja da Nossa Senhora da Conceição da Praia (Figura 8), a Associação Comercial (Figura 9), o Forte São Marcelo e a Alfândega são alguns dos ícones edificados mais impactantes e representativos da cidade.

Figura 8 – Igreja Nossa Senhora da Conceição da Praia - Salvador, Bahia



Fonte: Acervo da Fundação Instituto Feminino da Bahia.

Figura 9 – Edifício da Associação Commercial da Bahia - Salvador, Bahia



Fonte: Acervo da Fundação Instituto Feminino da Bahia.

Um importante dado observado acerca destas imagens foi a presença feminina marcante na Rua Chile e na Baixa dos Sapateiros, enquanto no bairro do Comércio, na Cidade Baixa, há predomínio masculino. As fotografias a seguir (Figuras 10 e 11) são exemplos disto.

Figura 10 – Rua Conselheiro Dantas, Comércio - Salvador, Bahia



Fonte: Acervo da Fundação Instituto Feminino da Bahia.

Figura 11 – Bairro do Comércio - Salvador, Bahia



Fonte: Acervo da Fundação Instituto Feminino da Bahia.

As imagens, cenas congeladas do passado, retratam a Rua Conselheiro Dantas (Figura 10), importante centro comercial, e uma transversal da Rua Conselheiro Dantas (Figura 11), respectivamente. Ao que tudo indica, a referida transversal é a Rua Francisco Gonçalves (Figura 11), local bastante movimentado no bairro do Comércio, onde fica localizado o Plano Inclinado Gonçalves, além de um Empório de Drogas e Ferragens, estabelecimento destinado à venda de alimentos, entre outros serviços. Além disto, é possível verificar um painel fixado no poste com um “Diário de Notícias” que, por sinal, atraía a atenção de muitos homens que por ali passavam.

Os dados demográficos do censo de 1920 e 1940 ajudam a compreender como as mulheres estavam distribuídas espacialmente no centro da cidade.

Tabela 2 - População considerada em relação à categoria sexo, nos distritos localizados no Centro Antigo de Salvador – Bahia, 1920

DISTRITOS	HOMENS	MULHERES	TOTAL
SÊ	6.939	8.469	15.408
SÃO PEDRO	7.661	11.005	18.666
RUA DO PAÇO	3.340	3.734	7.074
CONCEIÇÃO DA PRAIA	2.606	1.983	4.589
PILAR	4.987	5.121	10.108
NAZARETH	5.580	7.858	13.438
VICTORIA	20.134	22.406	42.540
SANT'ANNA	6.605	9.134	15.739
SANTO ANTONIO	27.031	29.811	56.842

Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos de BRASIL (1928a).

É preciso lembrar que a população feminina, em 1920, é numericamente superior à masculina, conforme a Tabela 1, representando 53% de uma população de 283.422. Contudo, a distribuição nos distritos não se apresenta de maneira uniforme. É possível verificar, na Tabela 2, maior presença feminina no distrito de São Pedro (58,95%), Nazareth (58,47%) e Sant'Ana (58%), todos localizados na Cidade Alta, e menor presença nos distritos de Conceição da Praia (43,2%) e Pilar (50,66%), ambos na Cidade Baixa de Salvador.

Ao perguntar a Aracy Esteve Gomes sobre essa presença feminina mais tímida na Cidade Baixa, ela explicou que, nos anos 1950, costumava se dirigir ao Comércio onde estava localizada a casa comercial da família do seu esposo, chamada *Gomes Barbosa Ferragens e Louças*, na Rua Lopes Cardoso, e, de fato, a presença feminina era algo muito raro. Explicou que ali estavam concentradas as lojas

destinadas à moda masculina, chapelarias e um mercado de produtos comercializados em atacado. Diferente desta realidade, na Rua Chile estavam concentradas as lojas voltadas para artigos femininos, como a *Sloper*, *Duas Américas*, *Milano* e sofisticadas casas de chá, entre outras. Logo, não era recomendado que uma moça ficasse circulando sozinha pelas ruas do Comércio, sob pena de se tornar “falada”.

A segunda modalidade é a do comércio varejista que, por sua vez, se divide em um setor de luxo e outro, pobre. O de luxo era localizado no coração da Cidade Alta: Rua Chile, Misericórdia, Ajuda, Carlos Gomes, quase toda a Avenida Sete e uma parte da Avenida Joana Angélica. O comércio varejista pobre ocupava a Baixa dos Sapateiros (Avenida Dr. J. J. Seabra) e transversais, prolongando-se até a rua Silva Jardim.

Devido à presença marcante de mulheres usufruindo desse tipo de serviço e da complexidade desta modalidade de comércio, dispersa em duas áreas do centro bastante distintas e igualmente importantes, faz-se necessária uma atenção maior.

O “ponto chic” da cidade

A Rua Chile, nas primeiras décadas do século XX, era considerada o ponto *chic* da cidade e seu centro cultural. Era o local onde se concentravam o comércio varejista de artigos de luxo para o uso pessoal e decoração, bem como serviços, como restaurantes, um hotel, escritórios e consultórios de profissionais liberais. Todas as atividades estavam voltadas para uma clientela da elite econômica, que se dirigia àquele espaço não apenas com o intuito de fazer compras ou de utilizar algum serviço, mas, de conversar, de encontrar amigos, de namorar e de se divertir (VIANNA, 1989a,b, 1992). Pelo seu encanto e sofisticação, a Rua Chile inspirou muitos fotógrafos, principalmente do ângulo apresentado na imagem que se segue (Figura 12).

Figura 12 – Rua Chile - Salvador, Bahia



Fonte: Acervo da Fundação Instituto Feminino da Bahia.

A imagem acima, apesar de autoria e data desconhecidas, é muito interessante, pela riqueza de informações no seu conteúdo, fundamental na reconstrução do contexto da cidade. Mais do que isto, a imagem instiga a pensar a construção social e cultural das relações de gênero e sua expressão no entorno arquitetônico.

O conteúdo da fotografia apresenta o início da Rua Chile cujos edifícios públicos suntuosos, o sistema de transporte em funcionamento e o vaivém de pessoas dão uma dimensão da dinâmica e da beleza do lugar. Trata-se da Cidade Alta, área caracterizada pela sua função administrativa, comercial e religiosa. Desde o início da vida urbana, os serviços

públicos estão agrupados no núcleo primitivo, em torno do Palácio dos Governadores e da Câmara de Vereadores que conservam o mesmo local da primeira construção (SANTOS, 1959).

Ao aumentar o zoom da Figura 12 (recurso possível através do computador), é possível verificar que a presença masculina predomina no entorno da Casa da Vereança (edifício à esquerda). O aglomerado de homens em frente à Câmara de Vereadores (Figura 13) e em torno do Palácio dos Governadores (à direita na Figura 14) é recorrente nas imagens congeladas do período nessa perspectiva.

Figura 13 – Rua Chile - Salvador, Bahia



Fonte: Acervo da Fundação Instituto Feminino da Bahia.

São diversas as imagens que reafirmam essa configuração social no espaço urbano. Alguns exemplos podem ser examinados a seguir: no Cartão Postal da nova Associação dos Empregados do Comércio da Bahia (Figura 14) – esquina com a Câmara de Vereadores, na fotografia da Casa dos Governadores, na esquina à direita da Rua Chile e nas da Câmara de Vereadores (Figuras 15, 16 e 17).

Do mesmo modo, o fenômeno pode ser observado na fotografia de D. Aracy Esteve (Figura 18), produzida alguns anos depois. Em todas elas, é possível verificar o predomínio da presença masculina no entorno destas edificações.

Figura 14 – Associação dos Empregados do Comércio da Bahia – Salvador, Bahia, 1928³³



Fonte: Cartão postal da Coleção Ewald Hackler (VIANNA, 2004, p. 144).

³³ A Associação dos Empregados do Comércio da Bahia foi fundada em 1900, na Ladeira do São Bento. A nova sede está localizada na esquina da Rua do Tira-Chapéu com a Rua Chile.

Figura 15 – Rua Chile, Casa dos Governadores (à direita) - Salvador, Bahia



Fonte: Acervo da Fundação Instituto Feminino da Bahia.

Figura 16 – Câmara de Vereadores - Salvador, Bahia



Fonte: Acervo da Fundação Instituto Feminino da Bahia.

A imagem congelada da Câmara de Vereadores foi ampliada (Figura 17) de modo a permitir melhor visualização do aglomerado de pessoas que se encontram no seu entorno, conforme se verifica a seguir.

Figura 17 – Câmara de Vereadores - Salvador, Bahia



Fonte: Acervo da Fundação Instituto Feminino da Bahia.

Os edifícios públicos, ainda que localizados no início de uma rua reservada ao comércio de produtos bastante atraentes ao público feminino, aparecem nas fotografias da época aqui examinadas sempre cercados por aglomerados de homens. Sobre o significado simbólico na divisão espacial de uso feminino e masculino, McDowell (2000, p. 145-146) explica:

Las cuestiones relacionadas con el lugar que ocupan los sexos también afectan a la planificación de los edificios públicos, donde los espacios para uso femenino y masculino suelen distinguirse por evidentes signos de estatus (compárese, por ejemplo, el despacho de un jefe de departamento [generalmente, un hombre] con el lugar asignado a su secretaria), o incluso por una separación total, como ocurre en los campos de deportes. Ciertos edificios – los monasterios y los conventos constituyen

el ejemplo más patente, pero también se encuentra en algunos clubes y colegios - son exclusivos de un sexo.

Acrescenta ainda que a grandiosidade ou a vinculação tradicional a formas masculinas de poder não só intimidam as mulheres, mas, também, os homens de posição social mais baixa. Entre os exemplos citados por McDowell (2000), estão o conjunto de edifícios do Parlamento britânico ou os *colleges* de *Oxford y Cambridge*, os *billares* e as tabernas para as mulheres; as clínicas voltadas para o atendimento das crianças e as maternidades, para os homens.

Convém recordar aqui o Museu e a Biblioteca Britânica, espaços tão caros a Virginia Woolf (1985) que, no início do século XX, só davam acesso às mulheres se estivessem acompanhadas por um *Fellow*³⁴ ou providas de uma carta de apresentação.

De volta à Figura 13, é preciso destacar outro aspecto que chama a atenção: uma senhora, trajando vestido preto, caminhando sozinha, isto é, sem a companhia da figura masculina, como era recomendado no século XIX (NASCIMENTO, 2007). Na fotografia de Aracy Esteve (Figura 18), é possível verificar que, em torno dos edifícios públicos, há a predominância da presença masculina, no entanto, é possível visualizar presença marcante do sexo feminino no abrigo.³⁵ Deste modo, os espaços vão se configurando, conforme os diferentes usos e usufrutos.

³⁴ Estudante graduado de uma Universidade mantido através de um fundo especial a fim de realizar determinados cursos de pós-graduação; membro de uma Faculdade com direito a certos privilégios (WOOLF, 1985).

³⁵ Abrigo equivale ao que hoje conhecemos como ponto de ônibus.

Figura 18 – Abrigo no largo do Elevador Lacerda - Salvador, Bahia, 1959



Fonte: Foto de Aracy Esteve. Acervo particular.

Passando os edifícios públicos, a Rua Chile se apresenta ainda mais atraente, por suas lojas de produtos finos e importados. Esse espaço foi palco de algumas transformações nos hábitos de mulheres das elites; dentre eles, o de fazer compras. Entre os motivos apontados para este novo hábito se destacam: a lenta desintegração do costume de reclusão; o embelezamento da Rua Chile; a abertura de lojas que, pelas suas vitrines, atraíam consumidoras; e o medo do

desabastecimento de mercadorias, no contexto da Primeira Guerra Mundial (LEITE, 1997, p. 145). Seria uma realidade semelhante à observada por Perrot (2005, p. 354-355) em Paris, segundo a qual, na esfera da mercadoria, a mulher seria soberana?

Em Salvador, o comércio também atraiu um seletivo grupo de moças e senhoras que faziam da ida às compras um momento de descontração. Márcia Leite (1997, p. 144-146) explica que, no Império, mulheres das elites realizavam suas compras através de catálogos ou, então, por solicitações aos amigos e parentes que viajavam. A moda era acompanhada através das revistas especializadas. Estes recursos vão perdendo força e se tornam raros com o crescimento do comércio urbano. Longe das vistas de seus familiares, as mulheres conquistavam o direito de escolher, elas mesmas, os tecidos e os modelos dos seus trajes, os seus adornos e objetos pessoais. A moda era um aspecto importante para estas mulheres, uma vez que o vestuário se constituía num distintivo social. Estar bem vestida era uma exigência da alta sociedade, que procurava reproduzir no seu cotidiano os valores burgueses (LEITE, 2007).

Além da Rua Chile, Araujo (2004, p. 118) inclui a Avenida Sete como área de comércio de produtos destinados às mulheres das elites, como, por exemplo, na *La Renommé*, loja de chapéus e moda para moças e senhoras; na *Maison Moderne*, no Portão da Piedade, Madame Barbieri anunciava chapéus, *tailleurs*, *manteaux*, bolsas, grampos, fazendas, leques, perfumes, *lingeries*, *deshabillés*, que prometiam tornar as mulheres mais atraentes.

Através das fotografias produzidas na época, é possível ver senhoras caminhando desacompanhadas pela Avenida Sete, após o seu alargamento e expansão, ligando o Farol da Barra ao Largo de São Bento. Devo destacar que, como a foto anterior, o sexo masculino é maioria na imagem congelada da cena passada. Contudo, é

significativo verificar a presença de mulheres usufruindo do espaço público por conta própria (Figura 19).

Figura 19 – Avenida Sete de Setembro - Salvador, Bahia [193-]



Fonte: Teixeira (2001).

Ainda na Avenida Sete, importa lembrar que este era o endereço onde estava localizada a filial baiana da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Portanto, é palco da inserção das mulheres na política, já que fazia parte do trajeto delas, a caminho das reuniões de diretoria cujos assuntos envolviam problemas sociais e políticos do momento. Mais do que isto, este foi um espaço conquistado por elas, construído exclusivamente como espaço feminino da política. Era neste endereço que as mulheres se encontravam para discutir estratégias de luta pelo que acreditavam ser de direito, lembrando

que em constante diálogo com os homens que ocupavam cargos nas instâncias de poder institucional.

Na Revista *Renascença*, verifica-se o registro das senhoras e jovens baianas nas ruas da cidade que “[...] flagradas pelos flashes da Anschutz do experiente fotógrafo Rodolphe Lindemann – vão e vêm, seja para as compras, as matinées, as sorveterias, ou as missas aos domingos” (ARAUJO, 2004, p. 119). A revista reforça a importância da educação profissional feminina e a participação da mulher na vida cívico-cultural da cidade, divulgando eventos e novidades.

Figura 20 – Senhorinha em frente à *Photo-Lindemann*, Av. Sete de Setembro - Salvador, Bahia, 1917



Fonte: Revista *Renascença* (1917). Arquivo privado de Anete Regis Castro de Araújo.

Além de espaços privilegiados pelo comércio de produtos voltados para um público feminino mais exigente, alguns eventos realizados em lugares específicos são indicados pela revista como sugestão para as “senhoras e senhorinhas” (Figura 19), só para citar alguns exemplos: os espetáculos de música instrumental e canto lírico, cujos festivais ocorriam na Associação dos Empregados do Comércio, eram sempre muito disputados; o Club Caixeiral, localizado na Avenida Sete, era um dos mais movimentados, em termos de programação de eventos sociais, culturais e festivos; as *matinéés*, que aconteciam em todas as quintas-feiras no Cinema Ideal – na década de 1920, o melhor da cidade – e depois se estenderam ao Cinema Olympia e ao Polytheama; e os chás e *matinéés* ou *soirée* dançantes, eventos comentados com efusão no Ponto *Chic*. Funcionando desde 1917, o Ponto *Chic* era um misto de pastelaria e bar-café com algum refinamento no serviço e na decoração e na música ao vivo, que estabeleceu o seu famoso chá das cinco, em fevereiro de 1919, onde “[...] moços gentis e senhorinhas acompanhavam a vida intelectual da cidade” (ARAUJO, 2004, p. 123).

Se a intenção dos fotógrafos foi a de promover estes novos espaços de lazer da elite soteropolitana como espaços modernos e civilizados, o objetivo parece ter se cumprido. Pode-se verificar que as fotografias publicadas associam a imagem dos sofisticados estabelecimentos comerciais, cinema e teatro a moças bem vestidas e sorridentes, as quais, por sua vez, transformam-se em mais um elemento atrativo utilizado na construção da imagem positiva desta área da cidade.

Um aspecto a ser observado no conteúdo das imagens publicadas na Revista *Renascença* é o modo como a imagem das mulheres nos espaços públicos se apresenta associada a lugares

específicos como “sugestão” para as “senhoras e senhorinhas”, a exemplo dos estabelecimentos acima citados, especialmente os situados na Rua Chile, igrejas, cinemas e teatros, de modo a delimitar seus espaços, reforçando modelos idealizados de representação (Figura 21).

Figura 21 – Senhorinhas na Igreja - Salvador, Bahia, 1917



Fonte: Revista Renascença (1917). Arquivo privado de Anete Regis Castro de Araújo.

O comércio popular da Baixa dos Sapateiros

É interessante como as relações de poder entre homens e mulheres vão se configurar no espaço público da cidade. A clausura doméstica foi rompida, lentamente, ao longo do final do século XIX e metade do XX e, no entanto, os espaços continuam delimitados. As relações de poder se configuram espacialmente e este deslocamento de fronteiras ocorre lentamente.

Enquanto a Rua Chile e parte da Avenida Sete de Setembro se constituíram em espaços voltados para atender a um público seletivo da sociedade soteropolitana, mulheres das camadas médias e baixa costumavam suprir suas necessidades mais cotidianas e realizar as suas compras numa terceira importante área de comércio da cidade do Salvador: a Baixa dos Sapateiros.

Região de vale, a Baixa dos Sapateiros está limitada, de um lado, pelo bairro da Saúde e Nazaré e, do outro, pela Sé e o Pelourinho. De um lado, uma população formada pelas camadas médias da sociedade e do outro, pelo centro administrativo, comércio e habitações abandonadas pela população mais abastada que migrou para o Sul da cidade (Vitória, Graça e Campo Grande), passando a ser ocupada por uma população mais pobre.

Santos (1959) traça um panorama histórico, informando as múltiplas funções desta área da cidade no tempo. Nos séculos XVI e XVII, ela servia de defesa da cidade contra eventuais ataques do interior. Como a área era caracterizada como um fosso, por ela passou a escoar esgoto de águas usadas e restos do gado que era abatido mais em cima, no antigo matadouro do bairro do São Bento, o que lhe deu o nome de Rio das Tripas.

Inicialmente, as construções se limitavam à plataforma do topo da escarpa sob uma forma linear e preferiam as dorsais das

colinas. Desprezava-se, deste modo, os vales onde, pertinho do centro, encontrava-se apenas uma ou outra casa e algumas hortas, onde se produziam frutas e legumes. Devido a este tipo de ocupação, que perdurou por muitos séculos, principalmente no seu trecho inicial, ela também ficou conhecida como “Rua das Hortas”.

A sua ocupação para uso residencial só foi possível após os trabalhos de drenagem, pois se tratava de um sítio facilmente inundável. Daí mais uma denominação: “Rua da Vala”.

Na primeira década do século XIX, os trabalhos de drenagem foram realizados de modo a permitir a ocupação do primeiro vale em Salvador. As casas eram térreas (raramente com um andar), modestas e pobres e eram moradia de artesãos, principalmente sapateiros, que terminaram por transferir para a rua o nome que ela possui atualmente: Baixa dos Sapateiros (SANTOS, 1959, p. 170-171).

No entanto, formalmente, a rua foi batizada como rua Dr. J. J. Seabra, em homenagem ao governador do Estado devido à realização das obras que lhe deram seu traçado atual, entre 1912 e 1916.

O crescimento da população, sobretudo com a chegada de milhares de novos imigrantes, e as novas técnicas de construção e de urbanismo valorizaram os terrenos em declive. Ademais, a instalação de linhas de bondes voltados para servir aos novos bairros e as intervenções realizadas por J. J. Seabra fortaleceram o papel comercial desempenhado pela rua desde os últimos anos do século XIX. Pouco a pouco, os primeiros ocupantes, caracterizados por uma população pobre, e as suas hortas foram expulsos, dando lugar a outra população³⁶ (SANTOS, 1959).

³⁶ Algumas obras públicas realizadas multiplicaram o valor dos terrenos nos vales, a exemplo de uma autoestrada ligando o aeroporto de Ipitanga ao centro da cidade, cuja área tornou-se alvo da especulação, criando uma área cujas residências eram (e ainda são) direcionadas à população com poder aquisitivo mais alto (SANTOS, Milton, 1959, p. 57).

A rua Dr. J. J. Seabra se tornou, então, a artéria principal do tráfego de veículos coletivos que se dirigiam aos bairros da classe média pobre. A principal atividade desenvolvida passa a ser o comércio varejista pobre de segunda necessidade. Segundo descrição de Santos (1959, p. 176):

Não há joalherias, casas de discos, salões de chá, os cafés são em número reduzido. Também não há escritórios de advogados; os médicos e os dentistas são raros. Não há empresas imobiliárias, nem agências de turismo. Enfim, não há grandes magazines, mas apenas lojas, algumas de importância, mas a maior parte pequenas e médias. São mais ou menos especializadas, mas geralmente se adaptam ao quadro preexistente, modificando-o na medida de suas necessidades e possibilidades.

Santos (1959, p. 177) observa, ainda, sobre o aspecto econômico que:

Afora a agência da Caixa Econômica Federal, de antiga implantação, e cuja atividade não está diretamente ligada ao comércio, havia apenas um guichê de banco até 1955. Foi fechado em consequência da falência da matriz no Rio de Janeiro.

Por outro lado, há a presença de manufaturas diretamente relacionadas com o comércio local, a exemplo de casas de móveis, tipografias, padarias com fabricação voltada para atender às necessidades das casas de comércio. O destaque, entre as oficinas de pequenos fabricos, é para as sapatarias que deram nome ao sítio, cuja explicação ultrapassa os fatores exclusivamente históricos ou folclóricos. Segundo Santos (1959), na década de 1950 o lugar concentrava um terço das sapatarias da cidade.

O mercado ao ar livre e o comércio de rua, representados por camelôs, vendedores ambulantes diversos, cujos produtos iam desde produtos alimentícios, cigarros a objetos diversos de pequeno valor, eram muito procurados.

Apesar da raridade de imagens produzidas da Baixa dos Sapateiros, é possível observar a riqueza de informações sobre a vida cotidiana e a dinâmica do lugar. A fotografia a seguir (Figura 22) foi localizada no Acervo Iconográfico da Fundação Gregório de Mattos e, apesar de não possuir autoria e data (como a maioria das fotografias coletadas), isto não invalida o seu uso, devido à riqueza de informações encontradas nos seus elementos icônicos.

Figura 22 - Baixa dos Sapateiros - Salvador, Bahia



Fonte: Acervo da Fundação Gregório de Matos.

Observa-se, no trecho apresentado na Figura 22, que predominam estabelecimentos comerciais em edificações de um e/ou dois andares, produzindo grande fluxo de homens e mulheres. O comércio é nitidamente popular, mais acessível à população das camadas média e baixa. Verifica-se, diferentemente das fotografias da Rua Chile, uma maior presença de mulheres negras com trajés simples circulando pelas ruas, paradas, conversando com outras pessoas ou simplesmente observando o cenário, aguardando transporte, possivelmente comprando e/ou vendendo, enfim, usufruindo do espaço urbano.

Ao que parece, este era um espaço de ocupação bastante diversificada. Na Figura 23, vê-se uma mulher com trajés mais arrumados, de chapéu, atravessando a Avenida J. J. Seabra. No entanto, quando eu recupero os dados demográficos de 1920, referentes à população feminina nos bairros, observo que a imagem produzida do comércio varejista não traduz estes números. Se considerarmos que a Baixa dos Sapateiros é uma Avenida rodeada pelos bairros onde as mulheres representam algo em torno de 58% da população (Nazaré, Sant'Ana e São Pedro), avalio que a presença feminina nas imagens não corresponda aos dados demográficos.

Figura 23 – Rua Dr. Seabra (Baixa dos Sapateiros) - Salvador, Bahia, s/d



Fonte: Acervo da Fundação Instituto Feminino da Bahia.

Santos (1959) apresenta ainda o comércio de alimentação, o que inclui os armazéns, as padarias e os açougues, dirigidos, sobretudo, por espanhóis, no centro da cidade, local onde se localiza a massa considerável da população necessitando de abastecimento. A área que delimita o centro comercial na Cidade Alta é a da Baixinha (Rua Pe. Agostinho Gomes) e a Visconde de São Lourenço (Forte de São Pedro).

O quarto e último aspecto é o comércio de rua. O comércio de produtos de alimentação e caseiros, fornecidos pelas feiras livres, camelôs e vendedores ambulantes, é reconhecidamente uma atividade de destaque no centro da cidade. As feiras funcionam na Praça Dois de Julho, na Rua Visconde de São Lourenço e nas proximidades da Praça São Miguel, na Cidade Alta; e próximo ao porto, na Cidade Baixa, a feira de Água de Meninos – a mais importante da cidade –, e a da Rampa do Mercado.

Além das feiras “sedentárias”, há o comércio de ambulantes ao ar livre, sobre os passeios, onde é possível encontrar todo tipo de mercadoria barata, geralmente anunciada aos gritos pelos vendedores. Neste tipo de comércio, as mulheres se destacam, conforme análise que se segue no próximo item deste capítulo.

Esse panorama econômico do centro da cidade ajuda a interpretar a configuração social no espaço urbano, quando relacionada a aspectos de ordem econômica e política; a compreender porque as mulheres pouco aparecem nas imagens congeladas da Cidade Baixa, região do comércio de importação e exportação onde estavam concentradas as sedes bancárias da cidade e órgãos importantes como a Alfândega, o Instituto do Cacau e a Associação Comercial: o poder econômico exercido pelos homens na Cidade Baixa parece que mantinha as suas mulheres afastadas. Para elas, era reservada a área de comércio varejista que estava associada ao suprimento das necessidades domésticas, de primeira necessidade, conforme a Figura 24.

Figura 24 – Mercado Modelo - Salvador, Bahia, s/d



Fonte: Acervo da Fundação Instituto Feminino da Bahia.

Desse modo, verifico que há diferenças entre a Paris do século XIX, onde Perrot (2005, p. 354-356) verifica a função mercantil das mulheres, tanto no nível da venda quanto da compra, inscrevendo-se no espaço dos mercados de todo o tipo. Em Salvador, nas primeiras décadas, os mercados são espaços assimétricos no gênero, sobretudo se interseccionados a raça e a classe; e a maior ou menor presença das mulheres pode variar segundo múltiplos fatores: os diferentes tipos de comércio, se grossista ou varejista, se de luxo ou pobre; a outros elementos que compõem o espaço, a exemplo da Cidade Baixa, zona portuária, com serviços públicos ligados à função portuária (Alfândega e Associação Comercial) somada à função bancária, especializados no comércio de importação e exportação etc. Ou, em uma outra configuração, o comércio pode estar localizado juntamente com serviços médicos, odontológicos, espaços de lazer (praças, cafés, teatro, cinemas) e de culto religioso (igrejas).

Os segmentos femininos mais abastados predominam nos mercados caracterizados pelo comércio varejista, preferencialmente em estabelecimentos cobertos e nas lojas, em uma rede fechada, ordenada e regulamentada. Para as mulheres das camadas médias e populares, o comércio de rua e as feiras livres examinadas a seguir.

NOVAS REPRESENTAÇÕES FEMININAS SOBRE RELAÇÕES ARCAICAS

A maior parte das mulheres pobres de Salvador viram poucas mudanças em suas vidas com a abolição da escravidão e com o advento da República. A expansão física da cidade, as

melhorias e as intervenções urbanas parecem não ter implicado em novas alternativas para suas vidas. As estatísticas sobre ocupações femininas, mais as memórias e as imagens recuperadas da época ajudam a compreender um pouco mais sobre o cotidiano destas mulheres na cidade.

Importa esclarecer que, em se tratando do centro de Salvador, o que se revela é o predomínio de artesanatos ligados à vida íntima da cidade. Segundo Milton Santos (1959), em 1955, para 514 estabelecimentos considerados industriais e fabris, em Salvador, 192 se localizavam nos bairros centrais. O geógrafo, ao analisar as classes de indústria e o número de operários a partir de dados estatísticos, revela um total de 3.960 pessoas ocupadas nestas empresas, o que dá uma média de 20, aproximadamente, para cada estabelecimento. Na realidade, somente 159 estabelecimentos contavam com mais de 5 operários (414 para a cidade inteira), sendo que a maior parte dos estabelecimentos empregavam entre 5 e 25 pessoas. A exceção fica a cargo dos dois moinhos e de uma marcenaria-escola, o Liceu de Artes e Ofícios. A grande maioria, tendo menos de 25 operários, é formada, principalmente, por artesanatos ligados às necessidades diárias e imediatas da população urbana.

Tabela 3 - População do município de Salvador por profissões, segundo sexo – 1920

OCUPAÇÕES	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Indústria têxtil	924	1.563	2.487
Indústria de couros e peles	67	3	70
Indústria de cerâmica	38	2	40
Indústria de produtos químicos e análogos	125	7	132
Indústria de vestuário e toucador	6.281	16.161	22.442
Correios, telégrafos e telefones	419	93	512
Bancos, câmbio, seguro, comissões	357	9	366
Comércio	13.286	1.446	14.732
Administração Pública Federal	1.352	26	1.378
Administração Pública Estadual	1.117	49	1.166
Administração Pública Municipal	318	32	350
Administração Privada	1.062	123	1.185
Profissões Liberais - Religiosas	219	145	364
Profissões Liberais - Judiciárias	568	4	572
Profissões Liberais - Médicas	942	229	1.171
Profissões Liberais - Magistério	372	1.644	2.016
Profissões Liberais - Ciências, Letras e Artes	1.589	220	1.539
Serviço Doméstico	2.214	9.033	11.247
Mal definidas	9.015	2.189	11.204
Profissão não declarada e sem profissão	47.690	115.720	163.410

Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos de Brasil, 1928b.³⁷

³⁷ Foram selecionadas as ocupações realizadas por mulheres no espaço urbano da cidade, com destaque para as atividades desenvolvidas na região central. Deste modo, atividade agrícola, caça, criação e trabalho nas minas foram deixados de fora (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 1930).

As pequenas manufaturas, mais numerosas na Rua Dr. J. J. Seabra, em relação ao conjunto dos distritos centrais da cidade, são caracterizadas por sua relação direta com o comércio local, formando, organicamente, um só negócio.

Mário Santos (1990 apud FERREIRA FILHO, 2003, p. 35) também avalia que a cifra dos empregados na indústria apresentada no Censo de 1920, “só se torna aceitável se aventarmos a hipótese de que, junto às fábricas, oficinas e outros estabelecimentos oficializados, computa-se o artesanato doméstico disseminado pela população”.

A outra ressalva deve ser feita com relação aos dados apresentados nos censos demográficos aqui explorados, de 1920 e 1940. São dados, por vezes, imprecisos, porém, indicam caminhos pelos quais devo trilhar na pesquisa ao revelar as atividades profissionais em que as mulheres atuam e aquelas em que permanecem ausentes.

Nesse sentido, observo a presença feminina no item Indústria de Vestuário e Toucador, possivelmente relacionada ao trabalho de bordadeiras, capelistas, chapeleiras e costureiras, modistas, floristas. Elas representam 72% entre os 22.442 profissionais desta categoria. Segundo Ferreira Filho (2003), quando os seus produtos não eram comercializados diretamente por encomenda, abasteciam os estoques de acessórios do vestuário feminino e infantil de armarinhos e lojas.

O artesanato doméstico era muito comum entre mulheres brancas de famílias empobrecidas, mulheres casadas ou viúvas, por se tratar de uma atividade profissional que não desabonava a conduta daquela que a exercia, já que era realizada em sua própria residência.

Em seguida, temos o magistério, com 81% dos profissionais, e o serviço doméstico, com 80%. É preciso fazer uma análise crítica quanto à imprecisão dos dados relacionados às ocupações femininas quando se verificam 80% das mulheres na categoria “serviços domésticos” de maneira que a invisibiliza nas suas múltiplas atividades. Mais complicado ainda é decifrar uma divisão de

trabalho que ainda excluía 70,8% das mulheres do mercado formal de trabalho classificando-as entre as profissões “não declaradas ou sem profissão”, ou mesmo as “mal definidas”. Em 1940, conforme Tabela 4, em “Condições inativas, atividades não compreendidas nos demais ramos, condições ou atividades mal definidas ou não declaradas”, as mulheres passam a representar 33,84%, sem, contudo, definirem melhor suas ocupações.

Tabela 4 - População do município de Salvador por profissões, segundo sexo – 1940

OCUPAÇÕES	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Indústria de Transformação	14.821	3.095	17.916
Comércio de Mercadorias	16.470	2.353	18.823
Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização	832	124	956
Transporte e Comunicações	7.530	224	7.754
Administração Pública, Justiça, Ensino Público	5.338	1.587	6.925
Defesa Nacional, Segurança Pública	3.514	44	3.558
Profissões Liberais, Culto, Ensino Particular, Administração Privada	1.650	1.287	2.937
Serviços, Atividades Sociais	13.344	13.245	26.589
Atividades Domésticas, Atividades Escolares	18.493	98.261	116.754
Condições inativas, atividades não compreendidas nos demais ramos, condições ou atividades mal definidas ou não declaradas	9.848	5.038	14.886

Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos de IBGE, 1950b.³⁸

³⁸ Foram selecionadas as ocupações realizadas por mulheres no espaço urbano da cidade, com destaque para as atividades desenvolvidas na região central. Deste modo, atividade agrícola, caça, criação e trabalho nas minas foram deixados de fora (IBGE, 1950b).

No recenseamento de 1940, os registros quantitativos são ainda mais complexos, dificultando, sobremaneira, a investigação acerca da realidade das mulheres das camadas populares (IBGE, 1950).

Observa-se que Atividades Domésticas e Atividades Escolares estão no mesmo item, onde as mulheres representam 84,16%. De igual modo, o item Serviços e Atividades Sociais, em que elas aparecem com 49,81%.

Na Administração Pública Municipal, em 1920, elas são 32, ou seja, 9,1% do funcionalismo público municipal, o que me faz pensar que os prédios públicos (a Câmara de Vereadores e o Palácio dos Governadores), conforme analisados através das imagens neste capítulo, não são espaços exclusivamente masculinos. Infelizmente, não é possível inferir nada a respeito do censo de 1940, já que as atividades na Administração Pública aparecem com suas esferas Municipal, Estadual e Municipal misturadas e junto com Ensino Público, impossibilitando qualquer inferência sobre a presença das mulheres na administração pública municipal.

Curioso, ainda, é o item Comércio, onde a presença feminina é de 9,8%, em 1920, e de 12,5%, em 1940. Não se sabe ao certo os critérios adotados no recenseamento, já que as mulheres se destacam no comércio de rua. Felizmente, elas foram amplamente retratadas por antropólogos e folcloristas da época, bem como por fotógrafos, poetas e memorialistas aqui analisados com o intuito de desvendar o uso do espaço público por estas mulheres no desempenho de suas atividades profissionais.

Landes (2002), em suas pesquisas antropológicas, encontrou uma presença marcante de mulheres das camadas populares nas ruas, controlando os mercados públicos e as sociedades religiosas. As mulheres analisadas em sua pesquisa, entretanto, possuem uma realidade muito distinta das que aparecem nos discursos da imprensa, de um modo geral, no seu exaustivo trabalho de normatizar o comportamento feminino. São mulheres de pele

escura, fortes e grandes, e nada tinham dos modos recatados que a classe alta considerava femininos e sedutores (LANDES, 2002). Por fim, defendeu a existência de uma cultura matriarcal em Salvador.

Elas aparecem em número significativo no conteúdo das imagens, o que não me permite dizer que não foram retratadas pelas câmeras fotográficas. O conjunto de informações visuais analisado apresenta mulheres negras e pobres de Salvador, nas primeiras décadas do século XX, a desenvolverem as atividades no espaço público, característica do século anterior. Ademais, elas continuaram realizando o trabalho doméstico, o qual, cotidianamente, as conduzia para as ruas, a exemplo da lavagem de roupa, da compra de produtos de toda espécie, de levar e trazer recados.

A pesquisadora Landes (2002) observou que era muito comum assumirem, sozinhas, a responsabilidade pela criação dos filhos, num cotidiano atribulado na luta pela sobrevivência. Excluídas do mercado formal de trabalho e exercendo as tarefas menos qualificadas e mais desvalorizadas, elas constituíam a grande maioria das mulheres do início do século XX (FERREIRA FILHO, 2003; LANDES, 2002; PIERSON, 1971).

O historiador Ferreira Filho (2003) procura compreender o significado de ser mulher pobre, em Salvador, no período entre 1890 e 1940. Ele reconstrói o universo do trabalho de mulheres negras e mestiças no espaço urbano; evidencia contradições produzidas a partir do confronto entre vários padrões de sociabilidade postos em circulação na sociedade e a(s) ideologia(s) higiênica(s) das elites letradas; demonstra que a abolição da escravidão e o advento da República trouxeram poucas mudanças para a vida das mulheres pobres baianas até a década de 1940; e que o modelo burguês de família nuclear – que começava a se instituir entre as elites, no Brasil do século XIX, em que às mulheres era delegado o espaço privado

doméstico e, ao homem, o sustento da família – não teve muita força nas camadas populares, sendo seu dia a dia reelaborado pelas famílias: mulheres pobres participavam de atividades econômicas para o sustento da prole, o que lhes possibilitava certa autonomia financeira (FERREIRA FILHO, 2003).

Atividades como a venda de comidas baratas em pequenos estabelecimentos ou como ambulantes, a execução de todo o tipo de serviços domésticos e o artesanato caseiro se colocavam como mecanismos fundamentais para a sobrevivência de um grande número de mulheres pobres em Salvador:

Alimentando a massa de habitantes com comidas baratas vendidas nas ruas ou em pequenos estabelecimentos, prestando todo o tipo de serviço doméstico, costurando ou bordando, a participação das mulheres se fez vigorosa na luta pela sobrevivência em face de uma economia que não oferecia alternativas formais de emprego. (FERREIRA FILHO, 2003, p. 34).

As imagens aqui apresentadas são ricas em informações acerca da presença das mulheres nas ruas, possibilitando desvendar o vazio dos números estatísticos. Não é pretensão deste trabalho esgotar todas as atividades realizadas por mulheres no espaço público no exercício do seu labor, mas dar visibilidade a algumas formas de uso do espaço público, as fronteiras e os limites por elas enfrentados.

As mulheres no comércio de rua de Salvador

O fotógrafo profissional Zito, como conhecido, atuou em Salvador, nas décadas de 1940 e 1950, e fez diversos registros de mulheres negras e pobres em pleno exercício de suas atividades laborais. Na busca por mulheres que atuavam no comércio de rua,

localizei um número significativo de baianas de acarajé em atividade, isto é, no exercício da sua produção e venda de produtos alimentícios no tabuleiro. As baianas retratadas por Zito se apresentam flagradas no cotidiano do seu trabalho (Figura 25).

Figura 25 – Baianas no tabuleiro de acarajé - Salvador, Bahia, [1955]



Fonte: Foto de Zito. Acervo da Fundação Instituto Feminino da Bahia.

Mas, as baianas de acarajé, historicamente tão expressivas tanto na economia como na cultura baiana, não aparecem nas profissões

citadas no censo demográfico de 1920. Ferreira Filho (2003) explica que as dificuldades para o rastreamento das atividades das vendedoras de rua, da atuação das mulheres e da importância do seu trabalho se torna ainda mais difícil por não existir mais o Livro de Matrículas para vendedores ambulantes do período em análise. Mário Augusto da Silva Santos teve acesso às Leis e Resoluções do Conselho Municipal, conforme citação de Ferreira Filho (2003), o que possibilita os seguintes dados acerca do comércio de ambulantes (Tabela 5).

Tabela 5 - Comércio de ambulantes de Salvador - Bahia (1894-1915)

TIPO DE COMÉRCIO	NÚMERO DE PESSOAS OCUPADAS POR ANO					
	1894	1897	1900	1905	1909	1915
Em gamelas, tabuleiros e similares	-	-	-	300	400	1.650
Em caixa grande ou baú	-	6	-	-	37	60
Em caixa ou volumes pequenos ou bandeja (doces ou miudezas)	200	200	30	133	50	2.500
Calçados (novos e usados), vassouras, espanadores, artigos de vime, folha ferro, gesso, objetos de flandres, bronze e cera	15	-	-	20	47	100
Gado, aves e ovos	-	2	-	30	50	50
Em barraca ou construção provisória	-	7	-	17	10	100
Refrescos	-	-	-	10	3	-
Mascates de joias e pedras preciosas	1	4	2	20	3	-
Qualquer gênero exposto na sua	-	-	100	-	-	-
TOTAL	266	219	137	580	667	4.545

Fonte: Elaboração própria com base em Leis e Resoluções do Conselho Municipal (FERREIRA FILHO, 2003, p. 42).

Lamentavelmente, o número de pessoas ocupadas nas diversas modalidades de comércio não está separado pela categoria sexo. Porém, os testemunhos históricos ajudam a visibilizar a presença feminina nos dados expressivos nos itens “gameleiras, tabuleiros e similares”, 1.650, assim como em “caixa ou volumes pequenos ou bandejas”, com 2.500, em 1915. Como os dados são crescentes, supõe-se que, nas décadas aqui analisadas, estes números tenham se tornado ainda mais expressivos.

Muitas são as fotografias coletadas com mulheres comercializando seus produtos alimentícios em tabuleiros. As mais recorrentes são as baianas de acarajé. Elas foram registradas na dinâmica do seu trabalho em que a sofisticação das vestimentas, os adornos e a organização do seu tabuleiro indicam a organização e a estrutura preparadas cotidianamente para mais um dia de trabalho.

Na Figura 26, a fotografia de 1938, é de autor desconhecido e retrata a Sacerdotisa Luiza Franquelina da Rocha.³⁹

Figura 26 – Creoula de Tabuleiro - Salvador, Bahia, 1938



Fonte: Acervo da Fundação Instituto Feminino da Bahia.

³⁹ Informações sobre a baiana e sacerdotisa Luiza Franquelina da Rocha, em Pereira (2004). É possível encontrar informações sobre a sacerdotisa no documentário *Gaiaku Luiza*, sobre a trajetória e a cultura do povo jeje, tendo Luiza como personagem-símbolo.

Diferente da imagem anterior, as roupas, os adornos e o tabuleiro estão ainda mais arrumados, melhor dizendo, mais sofisticados, de modo a valorizar a baiana de acarajé, destacando sua beleza, encanto, além das qualidades dos seus produtos. É possível verificar mudança nas representações, se comparadas com as ganhadeiras descritas pelos testemunhos históricos dos séculos XVIII e XIX. O porte de rainha e o traje impecável da baiana e sacerdotisa Luiza Franquelina impressionaram o poeta e compositor Dorival Caymmi,⁴⁰ que encomendou a foto acima reproduzida. Assim nasceu a música *O que é que a baiana tem?*, que o lançou numa trajetória profissional de grande sucesso.

O que é que a baiana tem?
 Que é que a baiana tem?
 Tem torço de seda, tem! Tem brincos de ouro, tem!
 Corrente de ouro, tem! Tem pano-da-Costa, tem!
 Tem bata rendada, tem! Pulseira de ouro, tem!
 Tem saia engomada, tem! Sandália enfeitada, tem!
 Tem graça como ninguém
 Como ela requebra bem!

[...]

(CAYMMI, 1939).

As representações da baiana na imagem apresentada na Figura 26, assim como na composição de Caymmi, destacam a riqueza nos

⁴⁰ Dorival Caymmi nasceu em Salvador em 30 de abril de 1914, onde viveu até 1938 quando passou a residir no Rio de Janeiro. Na sua trajetória artística foi cantor, compositor, violonista, pintor e ator brasileiro. A sua música ganhou projeção internacional com sucesso de *O que é que a baiana tem?*, interpretada por Carmen Miranda, tema do filme *Banana da Terra*, de 1938. As suas composições foram inspiradas nos hábitos, nos costumes e nas tradições da sua terra natal, a Bahia. Desenvolveu um estilo pessoal de compor e de cantar, demonstrando espontaneidade nos versos, sensualidade e riqueza melódica.

adornos de ouro, nos tecidos finos com os quais são confeccionados a bata rendada, as saias e o torço que compõem o seu traje, além do encanto e da graça dos seus gestos. Ao que parece, não foi só a sacerdotisa que inspirou este poeta. No mesmo disco em que gravou esta música de grande sucesso juntamente com Carmen Miranda, ele lançou *A preta do acarajé*, música na qual ele apresenta um fragmento do cotidiano de muitas dessas mulheres negras e pobres que ganhavam a vida com o comércio ambulante nas ruas da cidade:

Dez horas da noite, na rua deserta
a preta mercando parece um lamento Iê abará
Na sua gamela tem molho e cheiroso
pimenta da Costa, tem acarajé
Ô acarajé ecó olalai ô ô!
Vem benzê ê ê, tá quentinho!

Todo mundo gosta de acarajé (bis)
O trabalho que dá pra fazê é que é (bis)
Todo mundo gosta de acarajé (bis)
Todo mundo gosta de abará (bis)
Mas ninguém qué sabê o trabalho que dá [...]
(CAYMMI, 1938).

As noites de Salvador de outrora com os seus pregões marcaram a infância de Dorival Caymmi. A “preta mercando” grita “Iê abará”, “Ô *acarajé ecó olalai ô ô!* Acarajé”, a vendedeira carregando cocadinhas e queijadinhas, a pipoca que, nos pregões, era também chamada flor da noite são, enfim, fragmentos do cotidiano que foram deixados nos testemunhos de Caymmi em composições como *A*

preta do Acarajé, 1939, esta que, juntamente com o seu depoimento em publicações posteriores, traz informações sobre o cotidiano das mulheres negras que, ao que tudo indica, mantinham-se até tarde da noite pelas ruas da cidade a vender seus quitutes:

Você já foi à Bahia, nêga?
Não? Então vá!
Quem vai ao Bomfim, minha nêga
Nunca mais qué voltar
Muita sorte teve
Muita sorte tem, muita sorte terá
Você já foi à Bahia, nêga?
Não? Então vá!
Lá tem vatapá (então vá)
Lá tem caruru (então vá)
Lá tem mungunzá (então vá)
Se quiser sambar (então vá)

Nas sacadas dos sobrados
da velha São Salvador
há lembranças das donzelas
do tempo do Imperador
Tudo, tudo na Bahia
Faz agente querer bem
A Bahia tem um jeito
que nenhuma terra tem.
(CAYMMI, 1941).

A poesia de Dorival Caymmi, assim como a lente sensível do fotógrafo, este que capta e realça os atrativos dessa terra, também disfarça

suas contradições. A saudosa Bahia de Caymmi que tem “um jeito que nenhuma terra tem” é representada nas décadas de 1930 e 1940 nos seus hábitos e costumes, de modo a valorizar a sua riqueza cultural de matriz africana. Na dinâmica da cidade, ele apresenta as donzelas “nas sacadas dos sobrados da velha São Salvador”, as negras mercando variedade de alimentos prontos divulgados através dos pregões, as vendedeiras de co-cada, quindim e queijadinha, alguns dos elementos que lhe serviram de fonte de inspiração ao construir seu discurso sobre a vida cotidiana nas ruas da cidade, eternizadas em suas composições.

As representações do feminino nas imagens, no discurso de Dorival Caymmi assim como no trabalho de Landes (2002) parecem sofrer influência de uma corrente de pensamento que predominou entre intelectuais nas décadas de 1930 e 1940: a ideia de que no Brasil se vivia em uma “democracia racial”.

Fry (2002, p. 28) explica que, no caso de Ruth Landes, o leitor da obra *A cidade das mulheres* pode concluir que lhe falta senso crítico, por não perceber o racismo à brasileira; porém, ressalta que, assim como ela, muitos intelectuais olhavam para o Brasil a partir de referenciais externos, onde a regra era a segregação racial e conclui: “[...] Há boas razões para se pensar que alguns problemas, assim como algumas belezas, estão nos olhos de quem os vê.”

O trabalho doméstico realizado no espaço público

As mulheres estão majoritárias no trabalho doméstico. Nos recenseamentos de 1920 e 1940, elas aparecem com 80% e 84%, respectivamente. Os números, porém, são absolutamente vagos, já que se trata de uma atividade que envolve inúmeras tarefas. Para este trabalho, interessam as atividades exercidas no espaço público, por isto a opção pela lavagem de roupas.

De volta à análise das fotografias produzidas por Zito, encontro diversas imagens de lavadeiras no exercício de suas funções. Na primeira imagem (Figura 27), o conteúdo do documento apresenta mulheres na atividade de lavagem de roupas no Dique do Tororó – região central da cidade, margeada pelos bairros de Brotas, Nazaré e Vasco da Gama.

Figura 27 – Lavadeiras do Dique - Salvador, Bahia



Fonte: Acervo da Fundação Instituto Feminino da Bahia.

Trata-se de uma atividade exclusivamente feminina e o fotógrafo flagrou o cotidiano dessas mulheres em pleno exercício da sua função, em várias imagens. É interessante observar a presença exclusivamente feminina assim como a quantidade de roupas estendidas pelo chão e varais em uma extensa área nas margens do Dique. Destaco, também, a posição de cada uma delas que revela

as diversas etapas que envolvem a lavagem de roupa, grosso modo: tirar primeiro o grosso da sujeira das roupas, depois colocá-las para quasar (estendidas expostas ao sol), tornar a esfregar, enxaguar e pô-las para secar ao sol. É um processo trabalhoso que requer grande esforço físico e tempo, já que a roupa precisa ficar de molho, quasar ao sol para o clareamento da roupa (fundamental para as peças brancas) e secar. São procedimentos que exigem horas de espera.

A imagem também revela um lugar de sociabilidade feminina, através do grupo de mulheres que aparecem conversando descontraidamente. Pela quantidade de mulheres que aparecem na fotografia, deduz-se que os laços de solidariedade são fundamentais para garantir bom andamento do trabalho, já que o espaço é limitado.⁴¹

O lugar da lavagem de roupa, certamente, era também de socialização de saberes, no que se refere às técnicas de lavagem, às diferentes formas de gestão do tempo e a uma racionalização possível da produção doméstica. A imagem produzida pela empresa *Photographia Gonsalves* (Figura 28) apresenta as lavadeiras numa outra área do Dique do Tororó acompanhadas de duas crianças do sexo feminino. Ainda hoje, é muito comum as filhas e os filhos acompanharem as mães nas atividades domésticas realizadas no espaço público por não terem com quem ficar em casa. Meninas de tenra idade aprendem saberes domésticos e, muito cedo, começam a desenvolver pequenos serviços, de modo a ajudar as mães.

⁴¹ A área disponível no Dique do Tororó para a realização dessa atividade era de um dos lados do Dique, pois, no outro lado, uma imagem produzida por Aracy Esteve, da época, revela que era uma área ocupada por leiras. A fotógrafa me explicou que eram hortas cultivadas por portugueses.

Figura 28 – Dique do Tororó - Salvador, Bahia



Fonte: Photographia Gonsalves. Acervo da Fundação Instituto Feminino da Bahia.

Perrot (2005) apresenta os lavadouros de Paris no século XIX como local de hospitalidade e sociabilidade para as mulheres que esperam desse lugar algo além da lavagem das roupas. Na sua avaliação, o lavadouro se apresenta como:

Centro de uma real solidariedade feminina, material (fazem-se ali coletas para as mulheres ‘em apuros’), afetiva, cultural, de uma cultura popular de bairro da qual as lavadeiras e as donas-de-casa são um dos pilares (assim, elas animam as festas de *mi-carême*, festa das lavadeiras). O lavadouro é também um meio de educação do espaço-tempo da dona de casa que os organizadores consideram excessivamente fragmentado, fluido, irracional. (PERROT, 2005, p. 357).

Para a historiadora, o lavadouro, que constituía um espaço típico feminino, um observatório privilegiado dos modos de

hospitalidade urbana, foi, com a sua mecanização, deixando de ser lugar de mulheres, pois o controle das operações de lavagem passou a ser dos homens.

No Brasil, particularmente em Salvador, as mudanças foram muito lentas. Nunes Neto (2005) assinala o final da década de 1970 como sendo significativo para as lavadeiras, quando o Programa de Apoio ao Trabalho Autônomo de Baixa Renda (PROAUTONOMO), através da criação das lavanderias dos Conjuntos Assistenciais vinculadas à Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social (SETRABES), passou a se constituir em organismo de representação legal das trabalhadoras autônomas, visando a congregá-las em torno dos interesses e problemas comuns e a favorecer o aproveitamento e a valorização da mão de obra. Segundo os Relatórios da Fundação Baiana para o Trabalho (FUNTRAB) (BAHIA, 1979),

A criação da Entidade constituiu por si só benefício de grande valia, uma vez que reuniu estes profissionais para apoio e defesa de interesses comuns. O primeiro resultado já se faz sentir com o direito adquirido pelos associados e orientação recebida quanto à regularização da situação junto à Previdência Social, uma vez que o INPS reconheceu a Associação como entidade representativa de classe e aceita a declaração de exercício da profissão por ela emitida. (BAHIA, 1979 apud NUNES NETO, 2005 p. 104).

Desde o princípio da criação, foi grande o número de profissionais que passaram a fazer parte das Associações de Lavadeiras nos diversos bairros de Salvador, ligadas à SETRABES, a exemplo da Associação de Lavadeiras Santa Luzia, pertencente ao bairro Engenho Velho de Brotas e fundada no ano de 1977. A sua criação teve como finalidade promover “melhorias das condições de

trabalho, a fim de obter maior rendimento com o menor desgaste físico e melhoria da renda familiar” (NUNES NETO, 2005, p. 105).

As Associações propiciaram às lavadeiras direitos preconizados pelas leis de cunho trabalhista e também com relação à Previdência Social, visando beneficiá-las com as garantias a que os(as) demais trabalhadores(as) tinham acesso. No entanto, a criação das lavanderias dos Conjuntos Assistenciais não significou melhorias nas condições de trabalho e dos rendimentos para as lavadeiras. Nunes Neto (2005, p. 105) avalia que os problemas quanto à não valorização dos serviços continuaram, haja vista o preço irrisório pago pela lavagem da trouxa de roupa; e infere que os rendimentos de uma lavadeira ao final de um mês de trabalho dificilmente ultrapassavam o salário mínimo pago aos trabalhadores assalariados na época.

Ao que tudo indica, as áreas da cidade mais atingidas pelo projeto modernizador, pautado no ideal de cidade regular, higiênica, funcional, fluida e homogênea, foram as da parte alta – os novos bairros da Vitória, Graça, Canela, Barra e Garcia – beneficiando as camadas mais abastadas da sociedade, o que não significa que as áreas reservadas às camadas mais populares também não tenham se beneficiado com obras de saneamento, iluminação e transportes públicos.

Numa cidade como Salvador, caracterizada pela formação de bairros isolados uns dos outros por vales, limitados por desníveis fortes, que prejudicaram as ligações diretas entre lombadas, cuja população, até o final do século XIX, conviveu com as dificuldades de deslocamento de pessoas e da circulação de mercadorias, bem como com uma infraestrutura deficiente, sem higiene nas casas e em uma situação de miséria, ampliar a sua ocupação significou a repartição espacial das classes sociais. O Plano de Melhorias criou espaços privilegiados pela infraestrutura urbana, dotados de vias

largas para a circulação dos novos meios de transporte, espaços de lazer e segurança. Longe da população pobre, as elites se protegiam contra os riscos de “contaminação” e de “explosão social”.

Essas mudanças, ainda que estivessem longe de transformar a cidade no ideal de modernidade e cujas intervenções não considerassem os interesses e as necessidades das mulheres, sobretudo das camadas populares, tornaram-na mais atraente para um seleto grupo de mulheres das elites que rompeu com as cadeias do mundo privado passando a usufruir mais da cidade. A Rua Chile e a Avenida Sete se tornaram espaços privilegiados, não só pelo comércio de produtos voltados para um público feminino mais exigente, mas, também, pelas alternativas de lazer oferecidas nas atrações musicais da Associação dos Empregados do Comércio, no Club Caixeiral, no Cinema Ideal e no Polytheama, além do refinado “Ponto Chic” que oferecia chás e *matinéés* ou *soirée* dançantes.

A Baixa dos Sapateiros também contava com opções de lazer, a exemplo do Cinema Olympia, que, além das fitas cinematográficas, costumava apresentar pequenos números ao vivo, o que dava a este espaço um público garantido. Muitas companhias de revista que não conseguiam se apresentar no Politeama encontravam oportunidade no Olympia. O público, segundo Vianna (1994, p. 265-266), era formado por

[...] estudantes, caixeiros de lojas, pessoas que não achavam que ir ao cinema da Baixa dos Sapateiros fosse desonra total. Só quando o espetáculo era picante havia retraimento por parte das senhorinhas café-com-leite.

Por volta dos anos 1928, o dono do Olympia, o português Borges Mota, promoveu e apoiou a *Companhia Negra*, cujo sucesso foi

estrondoso, sobretudo entre “moças de pele escura” que sobreviviam do trabalho doméstico e passaram a sonhar em se tornar uma das vedetes do ébano tal qual Josephine Baker – cantora e dançarina norte-americana que brilhava nos palcos da Broadway, em Nova Iorque, e de Paris (VIANNA, 1994, p. 266).

Contudo, a ocupação das ruas pelas mulheres das elites ocorreu dentro de códigos precisos. A imprensa feminina das primeiras décadas do século XX já chamava a atenção para a importância e o sentido da educação na vida de uma moça, pois a realidade assim o exigia. Os propósitos positivistas foram, então, acolhidos numa tentativa de moldar o pensamento, o comportamento e, em última análise, o caráter das gentes. Estratégias de educação amorosa também foram elaboradas com o objetivo de preservar o tradicional modelo matrimonial num contexto de modernização das cidades.

Entre as mulheres das classes menos favorecidas, a ideologia da feminilidade também se fez presente. Contudo, na relação com a cidade havia grande diferença. Primeiro, porque, para a maioria de mulheres pobres, Salvador estaria muito mais distante da cidade ideal do que para as das elites. Para aquelas, o espaço da rua era o da sobrevivência, numa economia que não oferecia alternativas formais de emprego. Lavadeiras, cozinheiras, arrumadeiras, chapeleiras, costureiras, professoras e vendedoras de todo tipo de comida faziam parte das oportunidades de trabalho oferecidas às mulheres das camadas médias e pobres até a década de 1940. Frequentemente, elas eram depreciadas por habitarem o mundo da rua, porém conseguiam sensibilizar a sociedade, quando as causas estavam relacionadas à manutenção dos filhos. Para Ferreira Filho (2003, p. 112-113),

[...] as mulheres pobres e trabalhadoras, mais que outro segmento, explicitavam as contradições inerentes

aos projetos europeizantes de uma elite letrada, mais atenta às prescrições dos compêndios franceses de civilidade do que à realidade à sua volta.

A mentalidade senhorial-escravista, expressa no arcaísmo das profissões e das atividades produtivas, somada ao traçado da cidade com suas ruas estreitas e casarios com infraestrutura sanitária deficiente, impingia uma feição predominantemente colonial à cidade, o que levou a comparações como a de Mattoso (1978) com uma “bela adormecida” e a de Landes (2002), no final da década de 1930, esta que percebeu que o velho comportamento costumeiro, que se desenvolveu, originalmente, em resposta às necessidades coloniais, ainda persistia orientando a vida.

Assim, percebemos as diferenças na qualidade de vida oferecida na cidade, traduzidas em possibilidades diversificadas ao atender demandas específicas da elite econômica da sociedade soteropolitana. Por outro lado, as novas formas de apropriação do espaço público por parte das mulheres de elite precisam ser avaliadas com cautela. As publicações produzem discurso com representações do feminino em espaços muito restritos.

É preciso considerar que as demandas femininas não podem ser avaliadas em termos de comércio de roupas, chapéus e produtos importados. A análise de outras atividades femininas, como a sua inserção na educação formal e o movimento feminista, pode dar pistas de outros caminhos abertos por elas de atuação no espaço público.

AS MULHERES EM PÚBLICO, AS MULHERES EM AÇÃO

Uma cidade, um municipio não dá idéa de uma grande família? Não tem os seus problemas domesticos? A sua administração não se parece com a de uma casa, somente em escala muitissimo maior? Porque então essa incompatibilidade entre a mulher e a administração de um municipio?

(Lili Tosta, 1931)

O abrigo no largo do Elevador Lacerda foi ponto de referência e de grande movimentação na cidade do Salvador nas décadas de 1930-1950. Ele se encontrava entre o edificio sede da Prefeitura Municipal de Salvador e da Câmara de Vereadores (à esquerda), o início da Rua Chile e o Palácio dos Governadores (à direita), sem contar que dava acesso ao Elevador Lacerda, mais à direita. A imagem de abertura deste capítulo (Figura 29) foi produzida por Aracy Esteve, em um dia de semana como outro qualquer em que ela se encontrava caminhando pelo centro da cidade acompanhada da sua máquina fotográfica *Rolleiflex*. Ela queria produzir a melhor imagem possível da Rua Chile. Resolveu se dirigir à pastelaria Triunfo, na esquina da Ladeira da Praça, e pediu licença ao dono para tirar uma fotografia

do andar superior daquele estabelecimento. A data aproximada é do final da década de 1950. Ela deveria ter algo em torno dos 35 anos.⁴²

Figura 29 – Abrigo no largo do Elevador Lacerda - Salvador, Bahia, 1959



Fonte: Foto de Aracy Esteve. Acervo particular.

⁴² Informações gentilmente fornecidas pela própria fotógrafa D. Aracy Esteve no dia 05 de setembro de 2012, em seu apartamento na Vitória. As imagens que abrem este capítulo compõem a exposição de fotografias de sua autoria e de seu pai José Esteve na Pinacoteca de São Paulo, no período de 09/06/2012 a 30/09/2012. Desta exposição resultou *Do retrato interior ao exterior do retrato*, Coleção José Esteve e Aracy Esteve Gomes. Bahia 1920-1970, publicado pela Pinacoteca de São Paulo em parceria com a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo. Aos 89 anos, em meio a um cotidiano intenso de atividades, Aracy Esteve abriu as portas da sua casa e me permitiu uma visita ao seu passado. Agradeço imensamente a sua atenção e às lições de história que recebi.

Esta, assim como outras imagens (Figura 30), foi produzida de modo muito semelhante por essa mulher que sempre foi apaixonada pela fotografia. Filha do fotógrafo José Esteve, em 1952, ganhou a sua própria câmara (Figura 31); e, desde então, passou a caminhar pelas ruas da cidade como observadora atenta dos hábitos e dos costumes da sua população, com o intuito de capturar cenas da vida cotidiana.

Figura 30 – Elevador Lacerda e o antigo Mercado Modelo - Salvador, Bahia, 1959



Fonte: Foto de Aracy Esteve. Acervo particular.

Figura 31 – Aracy e seu filho José, chegada da Rolleiflex, 1952



Fonte: Foto de Aracy Esteve.
Coleção José Esteve e Aracy Esteve Gomes.

As fotografias foram produzidas em 1959; portanto, uma exceção entre as imagens selecionadas para esta tese que datam do final do século XIX até os anos 1940, devido à excepcionalidade no que se refere à autoria. Aracy Esteve nasceu em 20 de agosto de 1923 e, além de fotógrafa, era professora de Matemática e costumava se deslocar pelo Centro da cidade dirigindo sozinha o automóvel

da família, um *Chrysler DeSoto*, utilizado como principal meio de transporte.

As informações fornecidas pela própria Aracy Esteve sobre o seu cotidiano nos anos 1940 e 1950, na relação com a cidade, deixaram-me, em um primeiro momento, incomodada, pois contrariava a minha compreensão inicial sobre a vida cotidiana das mulheres das camadas média e alta de Salvador na relação com o público, pautada no discurso vigente que associava as mulheres ao âmbito privado. Desafiada por este “pequeno” vestígio, parti para a análise de outras trajetórias de mulheres para escrever sobre as mulheres em ação no espaço público.

São infinitas as possibilidades de relação das mulheres com o espaço público. Para este capítulo, interessa as mulheres em ação na cidade, construindo alternativas para suas vidas e novos espaços na vida pública, a exemplo da educação, da escrita feminina e dos movimentos sociais. A intenção não é o aprofundamento nestes temas, o que fugiria aos propósitos da tese, mas, sim, apresentar alguns caminhos abertos na vida pública, a partir de iniciativas particulares e coletivas.

Na investigação histórica, foi preservado o recorte espacial da pesquisa, o que significa que eu selecionei os fatos históricos desenrolados no Centro Antigo de Salvador, conforme será possível verificar ao longo do capítulo. Quanto à temporalidade, foi necessário recorrer a períodos mais recuados devido à relevância de algumas informações e de fatos históricos para a pesquisa.

Nessa direção é que inicio com algumas instituições de ensino criadas para mulheres que funcionaram no Centro da cidade do Salvador, a exemplo de alguns conventos – Convento Nossa Senhora das Mercês e o da Nossa Senhora da Soledade –, da Escola Normal

e do Instituto Feminino da Bahia, seguindo com a inserção das mulheres na carreira do magistério, visto que a educação era (e ainda é) uma atividade profissional predominantemente feminina, conforme dados demográficos analisados no terceiro capítulo, com 81% de mulheres, em 1920, e 84%, em 1940.

Na ação coletiva das mulheres no espaço público, o destaque é para a Federação Bahiana pelo Progresso Feminino, movimento feminista da chamada “primeira onda”.

Através da análise dos testemunhos deixados por algumas dessas mulheres, procuro dar visibilidade à sua percepção sobre a vida no âmbito público. No relato das dificuldades, nas preocupações, nos desabafos apresentados nos seus escritos, elas tornaram possível eu obter uma noção dos obstáculos enfrentados pelas mulheres no acesso, uso e usufruto do espaço público para o desempenho das suas atividades profissionais, no desenvolvimento intelectual e social e na ação política.

Para o desenvolvimento deste capítulo, além de manuscritos femininos, foram utilizados documentos da Federação Bahiana pelo Progresso Feminino, imagens e bibliografia específica sobre o tema.

Os diversos exemplos de mulheres que tiveram iniciativas de construir alternativas, no espaço urbano, em prol dos interesses de uma coletividade feminina me permitiram alguns questionamentos no que se refere à noção de âmbito público e privado. Fraser (1993), Mouffe (1999) e Pateman (1993) são algumas das autoras cujas análises críticas sobre os limites da democracia, sobre a cidadania e sobre o conceito de âmbito público e privado são muito úteis para a compreensão do objeto desta pesquisa.

Em um instigante artigo acerca dos limites da democracia em sociedades capitalistas tardias, Fraser toma como ponto de partida

o conceito de âmbito público descrito por Habermas (1989 apud FRASER, 1993), para efetuar uma crítica revisionista. Para Habermas (apud FRASER, 1993, p. 27), o âmbito público é o espaço onde os cidadãos, “pessoas privadas”, deliberam sobre assuntos de interesse comum. Portanto, é um espaço de interação discursiva onde as desigualdades de *status* são postas “entre parênteses”. Nesta instância, todos deveriam deliberar como iguais (FRASER, 1993, p. 27) e isto reforça a ideia de uma unicidade e de uma homogeneidade que, de fato, não existem na ordem pública das sociedades capitalistas.

A ideia geral da noção de público liberal, separado do privado, é uma idealização, visto que esta era constituída por um número significativo de exclusões de gênero, classe e etnia. Além disto, continua Fraser (1993, p. 30-31), “o problema não é somente a idealização que Habermas fazia do âmbito público, mas a sua incapacidade para examinar os outros âmbitos públicos não liberais e não burgueses que com estes competiam de formas variadas”.

Assim, Fraser (1993) aponta para uma diversidade de âmbitos públicos existentes desde sempre, o que nos permite perceber o perigo do reducionismo acrítico, avaliar até que ponto existe, de fato, esta clara fronteira entre o público e o privado. As suas reflexões tornam evidente a linha tênue e móvel que existe entre estes terrenos ideologicamente concebidos como separados e ahistóricos.

A partir dessa nova noção de âmbito público compreendido na sua multiplicidade é que analiso algumas vias de acesso construídas pelas mulheres à vida pública, apesar da exclusão do âmbito público oficial. A pergunta que se coloca é: Em que medida as mulheres estavam excluídas do espaço público da cidade?

CONVENTOS: ESPAÇO DE ORGANIZAÇÃO E DE ATUAÇÃO DE MULHERES

D. Úrsula Luiza de Monserrate nasceu no dia 22 de outubro de 1700, na Rua Direita das Portas de São Pedro, hoje, Rua Chile, filha de D. Mariana de Espínoza e do fidalgo da Casa Real e Cavaleiro da Ordem de Cristo, Coronel Pedro Barbosa Leal, numa família com mais nove irmãos. Foi entregue desde cedo aos cuidados de Nossa Senhora de Monserrate e, durante trinta anos, prestou à guardiã todas as reverências e devoções⁴³. Não se sabe ao certo o ano, mas, provavelmente no início da década de 1730, D. Úrsula Luiza perde os seus pais e se torna herdeira de uma grande fortuna. A família Barbosa, de origem portuguesa, com grande inserção na região central da Bahia, atuou na criação das vilas de Jacobina e Minas do Rio de Contas, bem como na construção de estradas a fim de facilitar o transporte das boiadas e dos seus produtos agrícolas. Era proprietária de grandes latifúndios, o que lhe proporcionava prestígio e respeitabilidade.

Diante da fortuna herdada, D. Úrsula Luiza de Monserrate resolveu empregá-la na construção de um convento voltado para abrigar “mulheres nobres” que não desejassem seguir a vida do matrimônio. Ao que tudo indica, esta decisão refletia a própria opção feita pela jovem diante das tentativas do seu pai de lhe arranjar um casamento: dedicar-se à vida religiosa sob a proteção da Nossa Senhora de Monserrate que, segundo ela própria expressa: “[...] livrou-me de tantos lobos e me pôs nesta clausura, onde estou, por misericórdia divina e não por meus merecimentos e minha diligência” (DANTAS, 1982, p. 34).

⁴³ Sobre a trajetória de Úrsula Luiza de Monserrate, ver: Dantas (1982); Passos (1995, p. 153-154); Soeiro (1985, p. 202-228).

Em 1734, D. Úrsula Luiza de Monserrate solicitou licença a D. João V para fundar um convento com o fim de congregar “mulheres nobres”. Conforme informações sobre a sua trajetória, no dia 23 de janeiro de 1735 a devota conseguiu autorização para a construção do Convento com as seguintes condições:

[...] que o mesmo fosse instalado na cidade do Salvador, em local que não prejudicasse a defesa da cidade, nem ao público; que o Arcebispo local se responsabilizasse pela escolha das Regras que as religiosas deveriam seguir; que o número de religiosas não ultrapassasse a 50 e que as despesas para a edificação e manutenção do mesmo corressem por conta da fundadora e suas seguidoras, entre outras. (PASSOS, 1995, p. 155).

A construção do Convento Nossa Senhora das Mercês teve início, dois anos depois, junto à ermida da Senhora das Mercês que, na época, pertencia à freguesia da Vitória – hoje, Avenida Sete de Setembro⁴⁴ (PASSOS, 1995). Foi iniciativa de D. Úrsula Luiza de Monserrate, com o apoio do Arcebispo da Bahia, D. José Botelho, que reconhecia na jovem poder de liderança, empreendedorismo e força espiritual, já que havia tido uma formação espiritual pelos padres da Companhia de Jesus.

No centro da cidade do Salvador, no século XVIII, é possível verificar quatro conventos criados para abrigar filhas de famílias de elevada posição social. Eram instituições exclusivamente femininas

⁴⁴ A igreja havia sido construída pelo Arcebispo D. Luiz Alvares de Figueiredo, em 1725, para abrigar a imagem da Nossa Senhora das Mercês, de quem ele era devoto, mas também as imagens de Santana e São José. A igreja era bastante frequentada, pois os milagres da santa corriam o mundo. Ao autorizar a construção do convento, D. João V concedeu ao Arcebispo D. Luiz Alvares de Figueiredo amplos poderes, com o que o mesmo podia doar a capela para ser a igreja do futuro convento. Interessado em aumentar o culto e a veneração pela santa de sua devoção, a igreja foi entregue aos representantes da nova obra que se iniciava em 1736 (PASSOS, 1995, p. 157-159).

voltadas para a educação de moças, para sua formação espiritual e moral, preparando-as para o casamento; para a maternidade; e para o noviciado, aquelas com vocação religiosa.

Soeiro (1985) analisa o papel dos conventos na Bahia como um refúgio seguro para moças que não conseguiam dotes para casar ou para viúvas, moças geradas de uniões não reconhecidas pela sociedade; enfim, para as mulheres “desamparadas”, ou melhor, mulheres desprovidas da presença masculina ao seu lado. Os conventos ofereciam a essas mulheres uma maneira alternativa de viver.

Como centros educacionais, eles oportunizavam às mulheres que não queriam seguir o matrimônio a opção pela vida religiosa, dedicando-se ao Apostolado da Oração e ao Apostolado da Educação. Há alguns estudos realizados sobre a educação de moças e meninas, assim como sobre o funcionamento destas instituições. O que pouco se sabe é sobre a atuação das mulheres na criação e manutenção desses conventos que possa dar visibilidade à coragem, à capacidade empreendedora, à capacidade de negociação e aos conflitos que envolveram estes espaços exclusivos de mulheres que viveram na Bahia nos séculos passados.

Entre os primeiros conventos femininos aqui fundados, pode-se citar: o Convento de Santa Clara, das Irmãs Franciscanas do Sagrado Coração de Jesus⁴⁵ (PASSOS, 1995; SILVA, 1836) da

⁴⁵ Nas primeiras décadas do século XVII, frades da ordem dos Carmelitas Descalços enviaram pedidos ao Rei D. João IV para a fundação do Mosteiro da Reforma de Santa Clara, no sítio da igreja da Nossa Senhora do Desterro – atualmente bairro de Nazaré. Uma vez autorizada a construção, pediram também a ermida de Nossa Senhora do Desterro para a fundação do convento. Depois de vencidas algumas dificuldades de ordem financeira – já que às custas da construção ficavam a cargo da população – e na admissão das noviças, o convento é fundado em 1677, e em 1678, chegaram as primeiras religiosas admitidas para iniciar a vida no convento sob a observância da regra de Santa Clara. Informações sobre assunto, ver: Passos (1995, p. 156); Silva, I. (1836, p. 209-221).

Ordem de Santa Úrsula⁴⁶, o Convento de Nossa Senhora da Soledade e o Convento da Nossa Senhora das Mercês; e o Convento da Lapa, da Ordem das Capuchas Recoletas. (PASSOS, 1995; SILVA, 1836; SOEIRO, 1985).

Segundo pesquisas realizadas por Passos (1995), nos séculos XVII e XVIII havia demanda por conventos femininos onde pudessem ser recolhidas, por interesse familiar, mulheres sem dote para o casamento ou que tivessem vocação religiosa e jovens.⁴⁷

Três anos após a fundação do Convento das Mercês, em 1738, o padre Gabriel Malagrida fundou um recolhimento, o Convento Nossa Senhora da Soledade, que pudesse abrigar tanto “moças de posses” – segundo consta, fundamental para a sustentação da instituição –, mas que também pudesse amparar meninas de “vida desregrada”. Em 1739, chegaram as primeiras recolhidas.

Os dois conventos da Ordem das Ursulinas receberam do Arcebispo os princípios morais e pedagógicos a serem seguidos, explicitados pela fundadora da Ordem Ângela Merici, em três

⁴⁶ A Ordem de Santa Úrsula é de origem italiana, do início do século XVI, formada por viúvas e por jovens sob a direção de Ângela Merici. O principal objetivo era educar a juventude feminina a fim de protegê-la contra os “inimigos da igreja” e a “corrupção dos costumes”. “[...] A obra caracterizava-se como um apostolado voltado para pregar o amor a Deus e o zelo pelas almas, exercitado através da educação, sempre respeitando os princípios da virgindade consagrada, da vida apostólica e do espírito de família.” (PASSOS, 1995, p. 20).

⁴⁷ Passos (1995, p. 155-156) explica que, na época, a Bahia contava com algumas obras religiosas, dirigidas pelos padres jesuítas, beneditinos e capuchinos. Os jesuítas se estabeleceram aqui desde a instalação do Governo Geral no Brasil, em 1549, e penetraram no sertão a fim de cumprirem os seus objetivos de catequização dos índios e de conquistarem novas almas. Os Beneditinos se estabeleceram no Brasil por volta dos anos de 1581. E, treze anos depois, chegaram os Capuchinos se distribuindo por vários locais da capitania, e construíram a sede mais significativa entre os exemplares arquitetônicos: a Igreja de São Francisco, no Terreiro de Jesus. Além dessas ordens, vieram, também para a Bahia, os Carmelitas Descalços que se instalaram no chamado Preguiça; os Capuchinos Italianos, em 1679; os religiosos da Ordem Terceira de Santo Agostinho, em 1693; e em 1756, instalou-se na cidade a Congregação de São Felipe Nery.

escritos: a *Regra*, as *Recomendações* e o *Testamento*. Entre os principais objetivos estavam:

[...] orientar mulheres virgens a fim de retirá-las da vaidade do mundo, assim, deviam cuidar de cada filha, respeitando a sua individualidade, o seu temperamento e tudo o que lhes diz respeito. (PASSOS, 1995, p. 20).

A atividade educativa desenvolvida pelas religiosas de Santa Úrsula do Convento e pelo Colégio da Nossa Senhora das Mercês deveria ter seu fundamento conforme Passos (1995, p. 21),

[...] na caridade, que levaria as educadoras a se doarem totalmente, a serem amáveis e dedicadas, visando incentivar suas educandas a desenvolverem o espírito de sacrifício e de dedicação, a serem obedientes pois, só assim, conseguiriam formar pessoas de caráter forte, virtuosas e piedosas.

A opção por uma vida dedicada à educação das meninas implicava “[...] levar uma vida tão santa que sirva de exemplo às crianças que lhes são confiadas...”, assim expressava a Constituição da Ordem, no seu artigo 276 (PASSOS, 1995, p. 21). As normas de funcionamento e a metodologia de ensino eram extremamente rígidas. Os hábitos cotidianos foram definidos nos escritos mericianos (Ângela Merici), cujas palavras de ordem são a moderação e a modéstia:

As educandas deveriam aprender a comer e dormir com moderação, a ser sóbria e honesta, a escutar apenas “coisas honestas, permitidas e necessárias”, a falar de forma ponderada, respeitando os princípios morais. Do mesmo modo, obedientes, e dispostas a renunciar à própria vontade, que, segundo a fundadora, “era em nós como um tenebroso inferno”.

Considerando a obediência como uma luz capaz de conduzir os indivíduos ao bem e à dignidade, as discípulas deviam obedecer aos mandamentos de Deus, aos governantes e aos pais, entre outros. (PASSOS, 1995, p. 21).

Normas de comportamento eram determinadas pela Regra.⁴⁸ A publicação consta de doze capítulos que regulam desde a admissão das jovens, suas vestes, o contato que deviam ter com o mundo externo à Ordem, até o governo da Companhia. O propósito central da Regra consistia “[...] em preparar as jovens para se defenderem dos perigos do mundo, fugir dos prazeres terrenos, resgatar a dignidade do ser humano.” (PASSOS, 1995, p. 92).

A admissão na Companhia era acompanhada de exigências, sendo a primeira e a mais importante delas: a virgindade. A Ordem era formada por “virgens consagradas” e visava defendê-las do mundo sem freios e sem moral. Mesmo que a rede de poder comportasse mulheres que já tivessem tido experiência sexual, elas não faziam parte da Companhia: eram pessoas que ajudavam com a sua experiência e com recursos materiais. A atividade educativa, propriamente dita, era exclusiva das Virgens Mestras, “[...] únicas dignas de cuidar de suas filhas virgens”. Segundo Passos (1995, p. 92): “As jovens deviam conservar a virgindade não por imposição, mas com um sacrifício voluntário a Deus, vindo do próprio coração”. A mesma era considerada “[...] uma vitória contra os erros e a maior das virtudes” (PASSOS, 1995, p. 92).

Além disso, elas tinham que ser alegres, ter coração puro e a consciência livre de qualquer mau pensamento, de qualquer sombra

⁴⁸ Regra é o nome dado a um dos escritos redigido entre 1532 e 1535, ao que tudo indica, por Ângela de Merici, cujas regras apresentadas passaram a ser adotadas pela Companhia de Santa Úrsula.

de inveja ou malevolência. Nos seus modos de se vestir, “condizentes com a honestidade virginal”, devia vigorar a simplicidade, o que envolve coletes fechados, véus, mantas, cores pretas, castanho-escuro, cinza ou marrom-escuro.

É interessante observar as recomendações que orientam a relação dessas religiosas com o mundo externo, ou seja, com o espaço público. A rua é avaliada como espaço da sedução. É onde elas supostamente estariam expostas aos “perigos da carne” e o “demônio continuava rugindo como leão”. Portanto, para fazer frente aos perigos, eis algumas regras:

[...] não dar ouvidos a recados, nem de homens, nem de mulher, principalmente os sigilosos; não participar de divertimentos mundanos como casamentos, bailes etc.; evitar ficar na varanda ou na porta de rua; caminhar na rua com olhos baixos, sem parar, sem observar nada. (PASSOS, 1995, p. 94).

O mundo externo era um mundo de pecado e de ameaças. As ameaças do pecado eram insaciáveis e traiçoeiras. Por isto, “[...] era fundamental saber conviver com elas através de uma relação meramente necessária” (PASSOS, 1995, p. 99). Uma contradição, já que a rua era um espaço interditado para essas mulheres. A elas não era permitido usufruir, seja para circular livremente (num momento de lazer) ou mesmo fruir da paisagem à sua volta, já que deveriam manter o olhar sempre baixo sem observar nada. Ao que tudo indica, na educação das moças, para enfrentar os perigos da rua, recomendava-se que se mantivessem afastadas e evitassem a rua ao máximo, como um meio de assegurar o controle sobre elas e, conseqüentemente, a sua segurança.

A estrutura interna do Convento da Nossa Senhora das Mercês envolvia uma Priora local, um Conselho formado por uma Assistente, para auxiliar a Priora; uma Monitora da Priora; uma Ecônoma local; e uma Mestra Geral, Prefeita dos Estudos, Sacristã e Porteira.

No que se refere às funções das religiosas, é preciso dizer que todas estavam, direta ou indiretamente, relacionadas com a educação das jovens. As que decidiam pela vida religiosa ingressavam na Formação do Noviciado de Corista (destinada à educação) ou na Coadjutora (trabalho material da casa). Após esta etapa, as Coristas seguiam para o Instituto de Educação da Ordem para desenvolverem os estudos necessários ao exercício do magistério. Quanto às demais, eram encaminhadas ao mosteiro para iniciarem as suas atividades. De qualquer modo, todas as religiosas Ursulinas eram consideradas educadoras. Havia uma compreensão geral de que atividades de limpeza e de manutenção da disciplina eram também indispensáveis para promover a prática educativa (PASSOS, 1995).

As jovens que entravam no convento, por sua vez, caracterizavam-se por serem filhas de Senhores de Engenho da Região do Recôncavo Baiano, ou mesmo oriundas de famílias importantes da capital e de cidades circunvizinhas, e ingressavam no ensino em uma das três modalidades: internas, semi-internas e externas.

O Convento Nossa Senhora das Mercês era mantido pelas doações e pelos pagamentos efetuados pelas “famílias de posses” das educandas; de um modo geral, famílias da elite econômica interessadas na manutenção do Colégio Nossa Senhora das Mercês. Além disso, o convento contava com recursos oriundos do trabalho artesanal realizado pelas religiosas que se desdobravam na confecção de flores, doces e bordados (PASSOS, 1995).

Importa lembrar que a criação de conventos femininos atendia a interesses da colônia e da metrópole. Em um primeiro momento, a existência dos conventos poderia ameaçar os interesses reais devido à possibilidade de as mulheres se desviarem dos propósitos de casamento e procriação; no entanto, a demanda partiu dos membros do Conselho Municipal que, interessados na criação de um convento onde pudessem colocar as suas próprias filhas, resolveram patrocinar o Convento do Desterro em troca de vagas. Este, por ser o primeiro convento da Bahia, fundado em 1677 – e o único até 1733, quando foi fundado o Convento da Lapa –, cobrava elevada quantia para a admissão de moças, além de manter entre as mesmas um estilo de vida custoso para as famílias. Ademais, em seu estatuto era permitido que suas moradoras herdassem propriedades – privilégio exclusivo do Convento do Desterro – o que incrementou enormemente o seu patrimônio (SOEIRO, 1985).

O Convento da Lapa, por sua vez, foi fundado quase como uma ampliação do Desterro, já que a demanda era superior ao número de vagas disponíveis. A iniciativa partiu do engenheiro Manuel Antunes Lima – um dos homens mais ricos da cidade – e de João de Miranda Ribeiro, este último responsável por levantar uma capela com a invocação de Nossa Senhora da Lapa e que, logo em seguida, exigiu a concessão régia para a edificação de um convento de freiras neste mesmo lugar, o que se tornou realidade em 1733.

A admissão em um claustro se tornou um indicador de elevada posição social. Conforme Soeiro, entre 1677 e 1800, 30% das mulheres que ingressaram no convento eram filhas ou parentes próximas de produtores de cana de açúcar. Além destas, verifica-se também a admissão de filhas de ricos comerciantes, pessoas de prestígio na alta sociedade que ocupavam altos cargos na administração pública.

A própria D. Úrsula Luiza de Monserrate, antes de se tornar patrona e abadessa do Convento das Mercês, havia sido reconhecida por seus méritos devido à admissão no Convento do Desterro (SOEIRO, 1985).

No século XVIII, analisado por Soeiro (1985), todos os conventos estabeleceram exclusividade racial. Havia uma discriminação contra mistura de raças não somente em conventos, mas, também, nos mosteiros, nos retiros e nas confrarias. Contudo, aceitavam filhas ilegítimas, desprotegidas, sem possibilidade de casamento para serem educandas ou recolhidas, mas, nunca, monjas. Somente eram admitidas como religiosas mulheres brancas de “boa reputação”. As que se encontrassem circunscritas em situação duvidosa (quanto a sua raça e reputação), em uma extrema necessidade, podiam ser recebidas no grupo como leigas, grupo que também incluía mulheres consideradas adúlteras, por vezes expulsas de casa por seus esposos ou seus pais (SOEIRO, 1985).

Devido a esses paradoxos que permeiam o funcionamento dos conventos de Salvador – por um lado, um lugar reservado para a preservação exclusiva dos descendentes da elite local, por outro, refúgio para as mulheres de má reputação –, é que Soeiro os considera como baluarte da ordem social. De muitas maneiras, o convento contribuía não somente para a conservação do ideal social das mulheres, mas, também, para preservar a hierarquia social. (SOEIRO, 1985).

Por outro lado, não se pode desconsiderar que o convento se constituiu também em um espaço seguro para mulheres que se negavam a casar e, do mesmo modo, em casos de divórcio e viuvez. No convento, as mulheres tinham sua reputação preservada; além do mais, as famílias ficavam despreocupadas da obrigatoriedade de casar todas as filhas mulheres e, por fim, mantendo as mulheres

enclausuradas, a sociedade ficava protegida contra as influências potencialmente perniciosas (SOEIRO, 1985).

O século XX trouxe novidades para os conventos da Soledade e das Mercês: a escolha da Madre São Calixto como superiora mais o auxílio do Padre Lino de Almeida deram grande impulso aos conventos em direção à constituição de verdadeiros centros de educação.

Em virtude da União Romana, em 1900, todas as comunidades ursulinas espalhadas pelo mundo em torno de princípios e regras comuns passaram a se agrupar sob a direção de um poder central situado em Roma. Na prática, facultava a transferência de religiosas de uma comunidade para outra, criava uma clausura mais leve para as religiosas educadoras e exigia que a formação de todas as religiosas acontecesse em noviciados. Assim, em cumprimento às novas disposições canônicas, constavam

[...] separação entre a comunidade das religiosas e a das educandas; autorização para que as educandas permanecessem no Convento o tempo que quisessem; dava a superiora mais autonomia ao autorizá-la a dispensar as servas, caso elas não correspondessem aos interesses da instituição. (PASSOS, 1995, p. 76).

Assim, os conventos das Ursulinas receberam 24 religiosas da Comunidade de *Point Beauvoisin*, da França, das quais 16 (dezesseis) ficaram no Convento das Mercês e 10 (dez) foram destinadas ao Convento da Soledade, sob o comando da Madre Tereza Bertrand.

No convento da Soledade, foram construídos dormitórios e salas de aula para o internato e o externato. Em 1900, abriu-se o Colégio da Soledade, com 10 (dez) alunas. No ano de 1909, inaugurou-se a Escola Santa Ângela, para meninas pobres.

O Colégio das Mercês e o da Soledade passaram a desenvolver uma educação em condições mais apropriadas, ganhando reconhecimento da comunidade e tornando-se o que de melhor existia na Bahia no que se referia à educação feminina. Em 1922, com a equiparação do seu Curso Fundamental com o do governo, o Colégio da Soledade atingiu seu apogeu, vendo aumentada a sua população discente tanto no internato quanto no externato. Em 1939, ele chegou a ter 387 alunas matriculadas.

Numa cidade com poucas alternativas de espaços para mulheres, os conventos foram erguidos na região central da cidade do Salvador e se constituíram em uma alternativa para muitas mulheres das elites que não fizeram a opção pelo casamento, para algumas viúvas ou mesmo para aquelas que tiveram a sua reputação abalada.

Ainda que as religiosas estivessem externamente sujeitas à hierarquia masculina da Igreja e submetidas a princípios seculares, acredito que os conventos podem ser analisados como espaço importante de atuação de mulheres, além de revelador do seu potencial na organização e na administração.

CAMINHOS INSCRITOS NO ESPAÇO PÚBLICO

Se o advento da República trouxe poucas mudanças para as mulheres negras e pobres de Salvador, o mesmo não se pode afirmar sobre as mulheres das elites. De um modo geral, costuma-se afirmar que, até o século XIX, a sociedade patriarcal incumbiu mulheres das camadas média e alta dos encargos domésticos numa vida de reclusão em suas casas, de modo que as alijou da vida social da cidade que lhes permitisse visibilidade e autoridade pública. A sua presença nas ruas quase sempre ocorria em circunstâncias específicas, seguindo

regras e normas bem definidas, conforme demonstrado no capítulo anterior. A pesquisa aponta que, para as mulheres, este foi um período marcado por deslocamentos de fronteiras entre o espaço público e o privado, deslocamentos estes difíceis de precisar no tempo, já que acontecimentos significativos para as mulheres datam da primeira metade do século XIX, a exemplo da Lei no 37/1836; admitindo mulheres para o ensino primário que cria uma alternativa profissional importante.

Longe de esgotar todos os deslocamentos, as possíveis vias de acesso à vida pública construída por mulheres, o foco aqui recai sobre as possibilidades profissionais pela via da educação formal como alternativa fora dos muros dos conventos. O destaque recai sobre uma iniciativa particular de D. Henriqueta Martins Catharino e do Estado, através da criação das escolas para meninas.

Se, no século XVIII, a história das mulheres na Bahia foi marcada pela iniciativa de D. Úrsula Luiza de Monserrate de criar um convento para moças utilizando recursos próprios, no século XX é possível verificar iniciativa semelhante por parte de D. Henriqueta Martins Catharino, que também teve a disposição de empreender esforços na construção de novos espaços voltados para a educação de moças. Evidentemente, as diferenças são visíveis. Se a educação nos conventos preparava as mulheres para a vida religiosa e de reclusão, os propósitos agora incluem, além da formação religiosa, a formação profissional cuja finalidade última consistia em oferecer às mulheres condições de assumirem novos papéis na sociedade e de ocuparem novos espaços.

Filha do português Bernardo Martins Catharino e de Úrsula Costa Martins Catarino, D. Henriqueta Martins Catharino nasceu em uma família tradicional de Feira de Santana, em 12 de dezembro de 1886. Seu pai era empreendedor da indústria têxtil na Bahia. Ainda

criança, a família se mudou para Salvador. D. Henriqueta recebeu uma educação em casa, com o auxílio de professoras que ministravam aulas particulares de conhecimento geral e princípios morais, além de idiomas (alemão, inglês e francês), música (piano) e pintura.

A sua trajetória de vida foi marcada pela dedicação à educação de moças e à formação profissional. Ao lado do Monsenhor Flaviano Osório Pimentel, nos anos 1920, deu início a uma série de iniciativas, como a “Obra de Proteção à Moça que Trabalha”, a Casa São Vicente e a Escola Comercial Feminina, entre outras, em direção ao que, posteriormente, chamou-se Instituto Feminino da Bahia.

Preocupados com os novos papéis desempenhados pelas mulheres na sociedade, os espaços inicialmente criados ofereciam: o incentivo à leitura através de uma biblioteca onde ocorriam a troca e o empréstimo de livros; uma agência de trabalhos manuais para que senhoras e senhoritas pudessem expor e comercializar os seus trabalhos; e uma agência de empregos, que encaminhava candidatas para trabalharem em bancos, escritórios e repartições.

Em 1923, juntamente com o Monsenhor Osório Pimentel, D. Henriqueta criou a Escola Comercial Feminina, já que a única escola comercial que existia, situada na Piedade, funcionava em horário noturno – desaconselhável para mulheres naquela época. A escola oferecia formação profissional e moral capaz de dar às mulheres condições de garantir a sua própria subsistência. O público-alvo eram as moças solteiras, para que elas não se vissem obrigadas ao casamento, se não o desejassem, ou a viverem às custas de parentes ou por “meios indignos”. Ao lado da Escola Comercial, funcionavam alguns cursos de curta duração, com finalidade de complementar a formação, como datilografia, estenografia, *harmonium*, francês e inglês (PASSOS, 1992, p. 29-30).

Neste mesmo ano, na Avenida Sete de Setembro, D. Henriqueta criou o Atelier São José, voltado para a confecção de *lingerie* fina e de vestidos, que tinha modistas renomadas, a exemplo da parisiense Marcelle Héloin, e empregava cerca de 30 moças.

Em 1924, ao receber um imóvel de herança localizado na Praça da Piedade, D. Henriqueta transferiu para lá a Casa São Vicente e fundou a Beneficência Santa Úrsula (homenagem a sua mãe, D. Úrsula Costa Martins Catarino), cuja finalidade era prestar serviços médicos e odontológicos para mulheres, além de ajudas educacionais, alimentícias, de remédios e de viagens a pessoas carentes, entre outros serviços.

Por fim, em março de 1928, a então Escola Comercial e suas várias seções se mudaram mais uma vez, agora para a Avenida Sete de Setembro, número 215, nas imediações do antigo Rosário. No ano seguinte, a instituição foi oficializada pelo governo e passou a se chamar Instituto Feminino da Bahia. O Governo do Estado, tendo à sua frente Vital Soares, declarou o Instituto Feminino órgão de utilidade pública, através da Lei nº 2.176, o qual, em 1950, já instalado em sua nova sede, à Rua Monsenhor Flaviano Osório Pimentel, n. 2, transformou-se em Fundação Instituto Feminino da Bahia (PASSOS, 1992).

A partir desse resumo, naturalmente incompleto, das iniciativas de D. Henriqueta, é possível verificar o seu potencial empreendedor e administrativo. Preocupada com a formação de mulheres jovens e trabalhadoras, além dos cursos já citados, oferecia também cursos formais de Contabilidade, Ginásial e Secretariado, além de Cursos de Línguas, Literatura, Técnica de Comércio Feminino, Auxiliar de Comércio, Taquigrafia, Mecanografia, Filosofia e Religião. Todos os cursos eram perpassados por ensinamentos e atividades

religiosos, como missas, procissões, retiros espirituais e orientados por princípios de formação moral cristã (PASSOS, 1992).

Importa lembrar que a Escola Comercial Feminina iniciou suas atividades em 1924, contando com treze alunas matriculadas. Em 1929, através do Decreto Federal nº 17.329, a escola foi oficialmente reconhecida. Em 1944, por determinação da Divisão de Ensino Comercial, passou a se chamar Escola Técnica de Comércio Feminina da Bahia (PASSOS, 1993).

O antigo Curso Propedêutico, com três anos de duração e que equivalia ao Ginásio, foi transformado no Ginásio de Ensino da Bahia, em 1946, e oficializado através da Portaria Ministerial nº 666. Em 1956, passou a ter quatro anos de duração e a seguir os mesmos critérios rígidos que orientavam o Curso Técnico, este que gozava dos mesmos conceitos elevados.

As alunas dos cursos formais eram oriundas das camadas média e média alta da sociedade, enquanto os cursos de Datilografia e Estenografia, criados em 1924, eram voltados para moças de nível econômico mais baixo. Em 1946, o Instituto criou, ainda, os Cursos de Português e Matemática, com o intuito de preparar melhor seus profissionais. A solenidade de formatura destes cursos acontecia anualmente, na mesma data e sessão da formatura dos cursos oficiais.

Passos (1993) avalia que os Cursos Técnicos possibilitavam às moças melhor colocação no mercado de trabalho, melhor remuneração e posição diferenciada, mais significativa na sociedade. O próprio Instituto, através das Agências de Colocação e de Trabalho, exercia o papel de encaminhar jovens que desejassem trabalhar em repartições públicas, em bancos e casas comerciais, ou seja, em agências empregadoras.

O Instituto também oferecia Cursos Domésticos de Corte e Costura, Arte-Culinária e Prendas Diversas, com o fim de complementar a formação feminina. Além dos cursos, o Instituto Feminino também contava com uma pensão, com uma clientela fixa de cerca de vinte mulheres entre Senhoras e Senhoritas, e um restaurante com movimento significativo. Segundo Passos (1993), chegou a fornecer cerca de 5.000 refeições por mês, incluindo café e merenda.

O espaço, voltado exclusivamente para mulheres, também exercia papel de alcance social e político, que consistia em promover o relacionamento da Instituição com a sociedade baiana e com as autoridades governamentais, através de eventos importantes, conagraçamentos e acolhida para convidados do governo. Atas das reuniões registram a presença de personalidades importantes da política, a exemplo da sessão solene de instalação do movimento financeiro da Campanha Nacional da Criança, em 24 de novembro de 1948, que contou com a presença do Presidente da República, General Eurico Dutra, do Governador do Estado, Otávio Mangabeira, do Ministro da Educação, Clemente Mariani, do Reitor da Universidade da Bahia, Pedro Calmon, entre outros convidados (PASSOS, 1993).

Todos os estabelecimentos de ensino foram criados na região central da cidade, inicialmente na Praça 15 de Novembro, no antigo Terreiro de Jesus, seguindo para a Avenida Sete de Setembro, Praça da Piedade, até a sua sede definitiva no atual bairro do Politeama.

As frequentes mudanças e as dificuldades financeiras enfrentadas pela instituição e, por outro lado, o seu crescimento demonstram a persistência de uma mulher reconhecida pela postura rígida, personalidade forte e controle sobre tudo o que se passava ao seu redor.

Para a construção da sede definitiva situada no Politeama, foi preciso que se desfizesse de alguns bens que compunha o patrimônio da família, além de contar com doações de famílias ilustres da

sociedade baiana. A imagem a seguir (Figura 32) dá uma dimensão da estrutura deste espaço, todo ele voltado para a educação e para a formação profissional de mulheres, no Centro da cidade do Salvador.

Figura 32 – Instituto Feminino da Bahia - Salvador, Bahia



Fonte: Acervo Iconográfico da Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

O palacete construído com três pavimentos mostra, na sua parte externa, uma arquitetura com características do estilo neoclássico mescladas com elemento ornamental rebuscado no frontão que encima o frontispício – o que quebra a formalidade comum ao clássico. Ao que parece, trata-se de um ecletismo discreto,

muito comum na primeira metade do século XX. Internamente, o casarão possui ambientes largos, pisos em mármore e madeira, além de contar com um sofisticado mobiliário contendo peças dos séculos XVIII e XIX em jacarandá e vinhático, nos estilos D. João VI, D. José I, Colonial Brasileiro e Eclético. Lustres de cristal, quadros, espelhos com molduras decorados, vitrinas, entre muitos outros elementos, compõem a decoração.⁴⁹

Na Figura 32, ainda é possível ver algumas alunas no portão de acesso ao Instituto, trajando uniformes bastante alinhados compostos por sapato, meias, saia, camisa, gravata, terno e chapéu. Elas carregam consigo, muito provavelmente, material didático. São moças de pele clara, ao que tudo indica, predominante entre as alunas dos cursos formais.

Diante do que foi exposto, é possível verificar a importância deste espaço no Centro da cidade do Salvador, ou destes espaços criados com o intuito de preparar Senhoras e Senhoritas das camadas médias da sociedade para assumirem novos papéis, adquirirem uma profissão, enfim, criarem uma alternativa para suas vidas sem que, com isto, tivessem sua reputação arranhada pelos rígidos padrões de moralidade da época. Importa lembrar que se tratava de

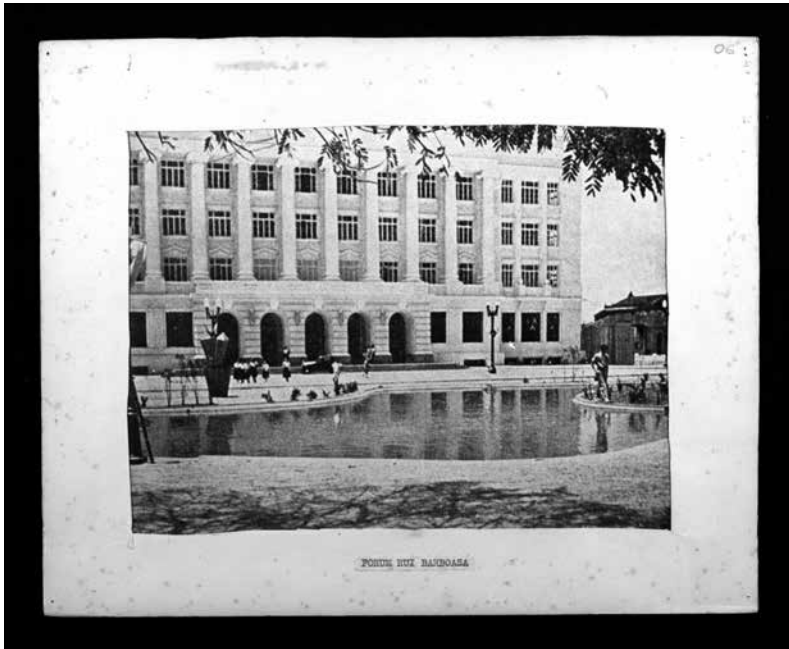
⁴⁹ Eu mesma sou testemunha do trabalho de preservação realizado no edifício, assim como em todo o mobiliário mantido impecável, durante os meses em que realizei a pesquisa de campo, na digitalização das fotografias e no acesso a periódicos e obras raras. A Fundação Instituto Feminino da Bahia é uma instituição privada, católica, sem fins lucrativos. Possui um acervo amplo e diversificado formado por mais de 15.000 peças distribuídas entre: a coleção de Arte Decorativa do Museu Henriqueta Catharino composta por mobiliário, cristais, prataria, vidros, porcelanas, imaginária, pinturas, esculturas e objetos decorativos de modo geral, que retratam o cotidiano e a estrutura social do período de transição entre os séculos XIX e XX; a coleção de Indumentária do Museu do Traje e do Têxtil composta por trajes de baile, festas e passeio, roupas de cama e mesa, acessórios femininos, além de vestes eclesiais; e a Biblioteca Marieta Alves que abriga cerca de 80 mil títulos compostos por livros, folhetos, periódicos, fotografias, cartões postais e gravações sonoras. Informações sobre o seu funcionamento atualmente. Disponível em: <<http://www.institutofeminino.org.br/>>. Acesso em: 27 jan. 2013.

uma sociedade pouco tolerante com a presença das mulheres no espaço público. A noção de que lugar de mulher é em casa predominava, de modo que, por qualquer “deslize”, recaíam sobre elas a desmoralização, a difamação e as humilhações.

Outras oportunidades de ensino

Entre as fotografias arroladas, foi encontrada uma na qual é possível verificar um grupo de moças uniformizadas passando em frente ao Fórum Rui Barbosa (Figura 33).

Figura 33 – Fórum Rui Barbosa - Salvador, Bahia



Fonte: Acervo Iconográfico da Biblioteca Pública do Estado da Bahia

Diante das duas imagens de estudantes apresentadas neste capítulo, mais a bibliografia analisada, constato que as possibilidades na educação e na formação profissional para moças, verificadas até então, são direcionadas para atender a um segmento da sociedade formado por mulheres brancas, das camadas média e alta da sociedade baiana e adeptas da religião católica. Incomodada com o caráter elitista do ensino oferecido pelos Conventos de Salvador e pelo Instituto Feminino da Bahia e na busca de outros segmentos sociais femininos, recorri às pesquisas já realizadas com o intuito de buscar informações sobre a educação pública, ou melhor, sobre a presença de meninas e moças em instituições de ensino mantidas pelo Estado, localizadas no Centro da cidade do Salvador.

Pesquisas realizadas por Reis (2000) e Lima (2006) mostram que as mudanças na educação feminina começaram a ser discutidas desde princípios do século XIX. Diante de um conjunto de mudanças significativas como a chegada da família real ao Brasil, a Proclamação da Independência e a posterior renúncia de D. Pedro I, entre outras, o Império transferiu a responsabilidade da educação básica e secundária para as Províncias.

Diante desse quadro, a educação passou a ser objeto de preocupação por parte de intelectuais da época, a exemplo do médico e professor da Escola de Medicina da Bahia, José Lino Coutinho, cujas ideias, primeiramente apresentadas nas cartas enviadas à preceptora da sua filha, Cora, ganharam visibilidade quando publicadas, postumamente, em 1849,⁵⁰ tornando-se referência. As suas cartas foram inspiradas na obra *Emílio* (1762), do filósofo Jean-Jacques Rousseau, este que defendia uma educação diferenciada

⁵⁰ As Cartas foram publicadas postumamente, por iniciativa de alguns amigos que sabiam da existência dos manuscritos sob o título Cartas sobre a educação de Cora, em 1849. Sobre o assunto ver Reis (2000).

para meninas e meninos e propunha uma educação diferente daquela oferecida pela Igreja. Reis (2000) acredita que a proposta de Lino Coutinho era de uma educação laica para as mulheres, com a finalidade de prepará-las para a nova sociedade que estava sendo gestada, ainda no século XIX. Assim como Rousseau, o Dr. Coutinho acreditava que o conhecimento e as habilidades femininas deveriam ser direcionados para os cuidados com a família, marido e filhos. Avalia, ainda, que as suas ideias avançam na proposta de educação feminina, com relação às ideias de Rousseau. Em *Cartas para a educação de Cora*, Lino Coutinho defende a ideia de que, na falta de um casamento ou de alguém que sustentasse a mulher, ela teria, através da instrução, os meios de se manter (REIS, 2000).

Lima (2006) ressalta que, além de Rousseau e Lino Coutinho, muitas autoras destacaram a importância da educação feminina, pois acreditavam que, por serem elas responsáveis pela educação da família, deveriam ter acesso à leitura e à escrita. Entre as autoras que advogavam este princípio estão a jornalista do Rio Grande do Norte, Nísia Floresta (1810-1885), e a escritora britânica, Mary Wollstonecraft (1759-1797).

Literatura, francês, desenho, artes manuais, música, dança deveriam fazer parte da formação de uma moça. Importa lembrar que saber dançar e cantar, assim como o domínio de outros idiomas era sinal de refinamento e sofisticação na educação de uma mulher. Para Lino Coutinho, era de extrema importância na educação da sua filha, Cora, a arte, pois, na sua condição de moça de elite, o bom gosto e o polimento seriam fundamentais para atender às novas demandas da sociedade no século XIX, quando as mulheres começam a aparecer mais em público, em novos espaços recreativos para a socialização da mulher, a exemplo dos salões e do teatro (LIMA, 2006).

O Dr. Lino Coutinho se tornou um defensor da educação para meninas nas escolas. Como, além de médico, professor, filósofo e poeta, seguiu também a carreira política, eleito deputado das Cortes de Lisboa, em 1821, e Deputado da Assembleia Geral, em 1826, trabalhou em prol da educação feminina (REIS, 2000, p. 138). Em uma de suas falas, afirmava que

[...] desejava a mulher patricia libertada do jugo da ignorância, em que o sistema opressor mantinha, negando-lhe inteligência, queria apta para entrar na vida forte e nobilitada pelo trabalho. (TORRES, 1936 apud REIS, 2000, p. 139).

Em 1826, Lino Coutinho colaborou ativamente com o debate que resultou no Ato Adicional de 1827 à Constituição de 1824, que solicita a criação de escolas de Primeiras Letras para meninos e meninas em todo o território nacional (LIMA, 2006). Nesse sentido, além de fomentar o debate em torno da educação das mulheres, na condição de político, Lino Coutinho influenciou decisivamente na inclusão dos artigos que garantiam a entrada das mulheres no ensino público. Para Lima (2006), ele propôs mudanças significativas na história da educação feminina na Bahia e no Brasil.

A entrada das mulheres no magistério coincide com o momento em que a educação deixou de ser domínio da igreja, através dos padres jesuítas, século XVIII, tornando-se responsabilidade do Estado. Inicialmente, o ensino foi ministrado pelos padres, através das Aulas Régias, e somente com o Ato Adicional de 1827 o ensino foi descentralizado e passou a ser objeto de preocupação maior para as províncias, já que não havia professores com formação para lecionar nas escolas de “Primeiras Letras”.

A Escola Normal da Bahia, criada pela Lei nº 37/1836, inaugura uma sessão feminina, constituindo, assim, um espaço de formação profissional direcionado para o magistério, mas foram vários os problemas enfrentados pela instituição nos primeiros anos. No que se refere à presença das mulheres, a Lei da Segregação dos sexos retardou a matrícula das primeiras alunas, um problema que foi solucionado em 1842, quando foi observada a matrícula de mulheres. A própria grade de disciplinas oferecidas era diferenciada entre homens e mulheres: para elas, foram incluídas Prendas e Economia Doméstica. Portanto, a formação de mulheres na Escola Normal da Bahia teve um caráter conservador, ainda que laico, pelo fato de estar atrelada à qualificação da mulher para o lar, para a família e para a criação dos filhos.

De qualquer modo, o Ato Adicional de 1827 abriu um espaço para as mulheres no ensino, o que implicava a formação de professores e professoras para o exercício profissional no magistério. De acordo com as pesquisas realizadas por Lima (2006), a Escola Normal começou a funcionar em 1842 e, já em 1843, havia três alunas matriculadas, fato que torna a Bahia pioneira em relação a outras províncias. No restante do Brasil, a entrada das mulheres no Magistério só veio a ser possível através da criação da sessão feminina, na Escola Normal, verificada trinta anos após a iniciativa na Bahia (LIMA, 2006).

Um dos inúmeros problemas enfrentados foi quanto à sua localização. Primeiramente, funcionou nas proximidades do Palácio dos Governadores. Em pouco tempo, tornou-se escola itinerante, tendo funcionamento na Vitória, no Campo Grande, em Nazaré e, por fim, no Barbalho onde ganhou sede própria a partir do século XX, quase cem anos após a sua inauguração (LIMA, 2006).

Seguindo ainda as análises de Lima (2006), a presença crescente das mulheres nesse segmento profissional, com o passar dos anos, deve-se, principalmente, a três fatores. O primeiro diz respeito aos baixos salários pagos aos profissionais de educação, favorecendo a feminização da profissão, pois as mulheres assumiriam a profissão como uma missão ou sacerdócio. O segundo, à influência francesa, no tocante a aspectos de natureza educacional e cultural: o aproveitamento de mulheres para o ensino básico de crianças de quatro a oito anos, nos moldes como vinha sendo ministrado na França, apoia-se no principal argumento que vincula a mulher à maternagem e ao cuidado de crianças. O terceiro está relacionado aos impactos causados pelas rebeliões dos Malês (1835) e da Sabinada (1837): o estado de convulsão social vivido durante as décadas de 1830 e 1840 levou os poderes públicos da época a perceberem a importância da educação no serviço público, bem como o seu papel na promoção do progresso industrial e no ordenamento da população (LIMA, 2006).

Foi nesse contexto que os homens foram, pouco a pouco, sendo substituídos pelas mulheres. Para elas, era a oportunidade de uma formação profissional que possibilitava meios próprios de sobrevivência, numa sociedade que restringia, sobremaneira, as oportunidades de trabalho para as mulheres. A presença maciça das mulheres na profissão é constatada nos dados demográficos de 1920, quando havia 2.016 profissionais do magistério, dos quais 1.644 eram mulheres e 372 homens. Elas representavam 81,54% da categoria. Infelizmente, ainda são poucas as pesquisas sobre a presença e a importância das mulheres na história da educação na Bahia.

A CONSTRUÇÃO DE NOVAS VIAS DE ACESSO AO ÂMBITO PÚBLICO

Um dos veículos de acesso ao espaço público ocorreu através da escrita. Acredito que a escritura deve ser compreendida como uma das primeiras conquistas femininas e como meio de torná-las públicas, assim como Perrot (1998, p. 10) que nos mostra como a palavra “[...] subverte as fronteiras do público e do privado, cada vez mais permeáveis e favorecem incursões”, como mulheres, na intimidade de seu quarto, podem escrever um livro ou um artigo de jornal que a introduzirão no espaço público.

Leite (2005), em minuciosa pesquisa sobre a inserção das mulheres baianas na cultura letrada, mostra que foi a partir da primazia da escrita dos homens que inúmeras associações literárias reuniram poetas e escritores, produzindo revistas enquanto veículo de divulgação da produção literária do grupo. As mulheres, por sua vez,

[...] estavam presentes, demarcando territórios, se não formalmente, bordejando as margens, sombreando os seus maridos, filhos e parentes naqueles eventos. Estratégia utilizada para obterem inserção nos movimentos. (LEITE, 2005, p. 126-127).

Diversos nomes femininos eram publicizados, apesar de sempre estarem envoltos na noção de excepcionalidade.

Ao recuperar os vestígios históricos da leitura e da escrita femininas na imprensa baiana, a historiadora Leite (2005, p. 126-127) demonstrou que, desde o tempo do Império, as mulheres já estavam envolvidas na vida cultural e literária:

Os periódicos *Espelho das Bellas*, *A Chrysalida*, *O Boulevard* e o *Recreio das Senhoras*, produzidos nas

décadas de 1860 e 1870, são exemplos das possibilidades de inserção cultural das mulheres no século XIX. É provável que a direção desses impressos tenha sido, em termos de maioria, masculina, porque eles não traziam o nome dos responsáveis, nem do corpo ou conselho editorial. [...] Provavelmente, senhoras e senhorinhas participaram, ao lado dos homens, da organização e direção dos jornais. Concretamente, os seus nomes se tornaram realidade quando assinavam artigos, poesias e outras colaborações.

No seu levantamento, foram identificados 21 periódicos dedicados às mulheres, publicados no século XIX e no início do século XX; dentre eles, *A Paladina do Lar* (1910-1917) destaca-se por ser a primeira revista feminina da Bahia na nascente República. Escrita por um grupo de senhoras da elite intelectual católica da cidade do Salvador e destinada a um público feminino, a revista se constitui em um importante meio de comunicação, de propagação de ideias, pensamentos, atividades e ações do grupo das senhoras católicas. Os artigos discorriam sobre assuntos diversos: fatos históricos, a pátria, religiões, artes, ciências, notícias nacionais e internacionais. Por fim, teve papel fundamental na construção de identidades, de redes de interação e solidariedade a partir de interesses comuns, enfim, na construção de modelos de cidadania feminina na esfera pública (LEITE, 2005).

Um ano antes da fundação de *A Paladina do Lar*, isto é, em 1909, foi criada a Liga Católica das Senhoras Bahianas, com o firme propósito de propagação da moral cristã. A associação, com ramificações em algumas dioceses do país, estava ligada ao Mosteiro de São Bento e filiada à União Internacional de Mulheres Cathólicas. A princípio, não defendia a participação política da mulher, ao

contrário, apresentava-se contra qualquer tipo de manifestação feminista, tendo como finalidade organizar a participação feminina em obras sociais e aprofundar a fé e práticas cristãs entre seus membros.⁵¹

Em 1921, a presidente, Amélia Rodrigues, em uma conferência intitulada *O feminismo e o lar*, pronunciada na Associação dos Empregados do Commercio, mostrou-se sensível às mudanças e conquistas femininas em outros países e, preocupada com o progresso do país, passou a defender a igualdade de direitos políticos e civis:

Esse caminhar passo a passo, mas triumphal, do nosso sexo, minhas senhoras, para o apreço e a confiança do outro, em materia de capacidade intellectual e pratica, deu o resultado que era de esperar: a importancia da mulher se impõe, porque está provada, e a sua igualdade civil e juridica ao homem já não é phantasma de vaga roupagem, mas uma fôrma realisavel da justiça, no pensamento moderno.

Uma das modalidades mais salientes e fecundas do exercicio dos direitos concedidos e a conceder-se á mulher é o voto eleitoral.

O voto eleitoral! ... que absurdo! ... pensarão, talvez, algumas de vós.

Tambem eu pensava assim; mas, absurdo ou não, impossivel é entrar as rodas do carro do progresso, que nos leva para deante. (RODRIGUES, 1923, p. 19-20).

Já nas primeiras décadas, é possível verificar a inserção de mulheres em carreiras profissionais tradicionalmente destinadas aos homens, como Medicina e Direito, maior presença de mulheres

⁵¹ Informações sobre a Liga Católica das Senhoras Bahianas fundada e presidida por Amélia Rodrigues, em 1909, ver a coletânea organizada e apresentada por Ivya Alves (1998).

publicando nos principais jornais de Salvador, o movimento de mulheres a Liga de Mulheres Católicas, culminando com o movimento feminista em torno da Federação Bahiana pelo Progresso Feminista, em 1931, juntamente com a União Universitária Feminina, tendo a Dra Francisca Pragner Fróes como Presidente. Este órgão da Federação, que foi fundado inicialmente no Rio de Janeiro, no dia 13 de janeiro de 1929, destinava-se a incentivar mulheres a seguirem na formação para o ensino superior. Segundo o estatuto, sua função era:

Coordenar os esforços das mulheres diplomadas ou matriculadas em Universidades e Escolas Superiores, no sentido de auxiliarem-se mutuamente na carreira, defenderem os interesses femininos nas profissões liberais, desenvolverem a intelectualidade feminina brasileira e colaborar na solução dos problemas relacionados com o progresso nacional. (FEDERAÇÃO BAHIANA PELO PROGRESSO FEMININO, 1931, p. 11-12).

A presidente, a Dra. Francisca Pragner Fróes,⁵² foi uma das primeiras mulheres a se graduarem em medicina no Brasil. No seu registro, no termo de colação de grau, consta que lhe foi conferido o título de *Doutor* em Medicina pela Faculdade de Medicina e de Pharmacia da Republica, com data de 1893, ou seja, aos 21 anos. Na Maternidade Climério de Oliveira exerceu a função de parteira assistente do serviço clínico, durante 20 anos (CIRCUNDES, 1932).

⁵² Nascida na cidade de Cachoeira (cidade do Recôncavo Baiano), em 1872, era filha do engenheiro de minas Henrique Pragner e D. Francisca Rosa Barreto Pragner. Foi uma das primeiras mulheres a graduar-se em medicina no Brasil. No seu registro, no termo de colação de grau, consta que lhe foi conferido o título de Doutor em Medicina pela Faculdade de Medicina e de Pharmacia da Republica, com data de 1893, ou seja, aos 21 anos. Na Maternidade Climério de Oliveira, exerceu a função de parteira assistente do serviço clínico durante 20 anos. Sobre a trajetória da médica Francisca Pragner Fróes, ver o registro do Diploma da Dra. Francisca Pragner Fróes em MEMORIAL DE MEDICINA BRASILEIRA, 1890-1897, v. 5, fl. 123; CIRCUNDES, 1932.

Esta mulher de “reputação intocável” se pronunciou por diversas vezes a favor da igualdade de direitos para as mulheres e, antes mesmo da existência da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, já manifestava o seu sentimento diante dos obstáculos que enfrentava no seu cotidiano.

Rago (2007), em *Outras falas: feminismo e medicina na Bahia (1836-1931)*, reconhece a influência do feminismo no pensamento de Francisca Prager Fróes; entretanto, apoiada em minuciosa pesquisa sobre histórias de vida de duas mulheres, Francisca, mãe e filha, acredita que as concepções de Francisca Rosa (mãe) exerceram forte estímulo no plano racional e afetivo da filha, Francisca Prager Fróes, para que ela levasse à frente um projeto de emancipação feminina.

Rago (2007, p. 89) demonstra que Francisca Rosa foi uma das primeiras mulheres a reivindicarem a educação formal para as mulheres na Bahia. As suas ideias foram publicadas em periódicos femininos, na segunda metade do século XIX, e apresentam atenção especial com relação à emancipação feminina, à equiparação civil entre os sexos e à necessidade de formação de associações femininas. A respeito do espaço privado, queixava-se do tempo roubado pelos afazeres domésticos, o que não a deixava senão um “[...] estreito cantinho do vasto campo da litteratura” (RAGO, 2007, p. 96).

Em janeiro de 1917, a filha, Francisca Prager Fróes, fez um interessante pronunciamento público ao responder a uma pergunta feita pelo jornal *A Tarde* sobre o papel da mulher:

É em torno do problema dos seus direitos que gira toda a questão feminina. E a provida genitora da humanidade, immersa na humilhante opressão em que tem vivido, não só pelas injustiças do passado, mas pela inexorabilidade de certas leis absurdas do presente, sente cerceado o ambito de suas justas

aspirações pelo generalizado conceito, irrisorio e ferino, que se traduz nas seguintes palavras de Guilherme II da Alemanha, de referencia á finalidade da mulher: kueche (cozinha), Kirche (igreja) e kinder (filhos).

Ante esta e outras opiniões arraigadas systematicamente no meio social, o papel da mulher continuará por algum tempo ainda restricto, mesquinho e passivo, desde que perdure a desigualdade de direitos entre os dous sexos.

Necessita o denominado sexo fragil de atmosphaera mais ampla e menos asphyxiante para livremente expandir as suas multiplas aptidões, a sua actividade real; como Max Nordau, julgo que, perante a lei, deve haver igualdade entre os dois sexos e “não sei porque, diz elle, se trata uma mulher adulta como uma menor ou como uma minus habens, sob o ponto de vista intellectual. (FRÖES, 1917).

Nessa direção, é possível afirmar que as décadas de 1930 e de 1940 são especialmente importantes para a história das mulheres no Brasil e, em particular, na Bahia. As feministas da chamada “primeira onda” ampliaram o espaço da palavra feminina, ao se utilizarem largamente da imprensa baiana como veículo para tornar público aquilo que acreditavam ser injusto e reivindicar os direitos de cidadania feminina. O poder feminino sobre o espaço público passa pelo direito à cidade, o que implica na igualdade de direitos políticos e civis. Neste sentido, o movimento feminista dos anos 1930 torna-se marco importante para o exercício de poder que se exerce na cidade, rompendo com os limites impostos historicamente às mulheres das camadas médias e alta no acesso, uso e usufruto do espaço público.

A articulação de mulheres ao nível nacional, em torno da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (VIEIRA, 2002), pela cidadania política e igual direito e acesso à educação, implicou a conquista de um amplo espaço na imprensa, tanto para reivindicar o que, para elas, constituía em direitos a serem conquistados, como para expressar opiniões, críticas, enfim, posicionarem-se em torno da discussão sobre o papel e o lugar da mulher na sociedade:

Entrei nas lojas, visitei as escolas, percorri as repartições, ingressei nas redacções, e por toda a parte encontrei, capaz, culta, respeitada, acatada a minha conterranea, a minha irmã que trabalha, que estuda, que desempenha funções, que escreve.

Procurei ouvir os que a cercavam, e soube do respeito e da consideração que lhe votam. Procurei ouvi-la e surpreendi a história do milagre da sua vontade, inteligente, aproveitada, apta. Por isso aceitei satisfeita a missão honrada de convidar-as para que se reunissem num centro onde promovessem a defesa do seu direito, a propagação das suas idéas. (BITTENCOURT, 1931, p. 2.).

Em artigo publicado no *Diário de Notícias*, a bacharelada da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, Maria Luiza Bittencourt,⁵³

⁵³ Maria Luiza Bittencourt nasceu em 1910, Salvador-Ba, numa família sem tradição na política. Formou-se em Direito em 1931, aos 21 anos. Exerceu a profissão em escritório próprio, caso raro entre as mulheres da sua época. Ainda na qualidade de aluna da Faculdade de Direito e residindo no Rio de Janeiro, assumiu o cargo de Conselheira Jurídica da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Pelo seu preparo intelectual, desembaraço e ligação com Bertha Lutz (Presidente da Federação), tornou-se uma liderança respeitada dentro do grupo. Em 10 de março de 1931, encontrando-se na capital baiana, convocou as mulheres a participarem de uma reunião que tinha como pauta principal a criação de uma filial baiana da FBPF. Maria Luiza foi a primeira deputada baiana com apenas 25 anos de idade. Elegeu-se como suplente e assumiu o mandato em maio de 1935, com o afastamento do deputado Humberto Pacheco Miranda.

com apenas 21 anos, convoca mulheres instruídas das camadas média e alta da sociedade para fundar uma filial baiana da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Ao chegar do Rio de Janeiro, apresenta-se surpresa e demonstra grande satisfação ao encontrar mulheres desenvolvendo atividades profissionais em diferentes lugares da cidade, como lojas, escolas, repartições e redações (VIEIRA, 2015).

Maria Luiza Bittencourt acreditava ter encontrado um ambiente favorável à sua iniciativa de envolver as mulheres baianas no movimento feminista de dimensão nacional, do qual já fazia parte, na condição de sócia e Conselheira Jurídica. Entretanto, é preciso cautela ao analisar o discurso de Maria Luiza Bittencourt, afinal, havia um claro interesse em envolver o maior número de mulheres nas causas feministas. Vestígio das dificuldades das mulheres pode ser observado no trecho em que comenta: “Procurei ouvi-la e surpreendi a história do milagre da sua vontade, inteligente, aproveitada, apta” (BITTENCOURT, 1931, p. 2), pois indica quão difícil era para as mulheres o acesso à vida pública e o quanto o fato a surpreendeu.

O movimento feminista foi criado dentro dos moldes e parâmetros da Federação Brasileira da qual obtinha as orientações teóricas e práticas. A nova filial tinha seus objetivos assim fixados:

A filial bahiana, como as demais da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, tem com ella os mesmos fins:

1º – Promover a educação da mulher e elevar o nível da instrução pública feminina;

2º – Proteger as mães e a infancia;

3º – Obter garantias legislativas e praticas para o trabalho feminino;

4º – Auxiliar as boas iniciativas da mulher e orientar-na na escolha de uma profissão;

5º – Estimular o espírito de sociabilidade e de cooperação entre as mulheres e interessar-as pelas questões sociais e de alcance público;

6º – Assegurar à mulher os direitos políticos que a nossa Constituição lhe confere e prepará-la para o exercício inteligente desses direitos;

7º – Estreitar os laços de amizade com os demais países americanos, afim de garantir a manutenção perpetua da Paz e da Justiça no Hemisfério Ocidental. (FEDERAÇÃO BAHIANA PELO PROGRESSO FEMININO, [entre 1931 e 1936], p. 6-8.).⁵⁴

As mulheres investigadas aqui pertenciam às camadas sociais mais abastadas e tradicionais da cidade. Formavam uma elite, na perspectiva cultural, pelo grau de instrução que possuíam, pelo acesso às informações e pelas atividades sociais que desenvolviam, o que possibilitou o seu testemunho histórico para a posteridade. Para se ter uma amostra do perfil destas mulheres, destaco algumas que tiveram oportunidade de estudar na Europa, a exemplo de Lili Tosta, que se graduou em jornalismo e residiu nove anos em Londres, onde seu pai fora tesoureiro da Embaixada do Brasil; e Alice Kelsch, que estudou em Paris e pertence a uma família de

⁵⁴ Segundo os estudos feitos por Branca Alves (1980), Besse (1999) e Hahner (1981), a forma como estava estruturada a FBPF, assim como os pontos norteadores do programa, reproduzem as organizações no nível internacional, particularmente, as da Associação Pan-americana. As associações de 44 países se achavam federadas à Aliança Internacional pelo Sufrágio Feminino e Igualdade Cívica da Mulher, liderada pela americana Carrie Chapman Catt.

classe média alta, sendo seu pai joalheiro francês e a mãe brasileira.⁵⁵ Outras lideranças tiveram acesso ao ensino superior aqui mesmo, a exemplo de: Maria Luiza Dorea Bittencourt, na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro; Carmem Germano Costa, que, com o incentivo do seu pai, comerciante, obteve uma educação completa, formando-se em odontologia, aos 19 anos, e exerceu a profissão por muito tempo, mesmo depois de casada - o que não deve ter sido muito fácil, a despeito de não serem bem vistas mulheres solteiras que trabalhavam manipulando diretamente o corpo.

A Dra. Francisca Prager Fróes (Presidente da União Universitária Feminina, órgão que integra a FBPF) é outro exemplo do sexo feminino que conquistou o título de *Doutor* em Medicina pela Faculdade de Medicina e de Pharmacia da Republica, aos 21 anos, e exerceu, na Maternidade Climério de Oliveira, a função de parteira assistente do serviço clínico, durante 20 anos. Edith Mendes da Gama e Abreu⁵⁶ (Presidente da FBPF), feminista não menos atuante, aperfeiçoou sua formação de professora com diversos cursos ministrados por professores particulares, como o

⁵⁵ Sobre Alice Kelsch, Maria Amélia F. de Almeida obteve informações de que se casou muito cedo com um português que era farmacêutico e com ele teve uma filha. Não suportando as condições que lhe eram impostas pelo marido, separou-se e resolveu dedicar-se à defesa dos direitos da mulher. Integrou-se à Federação desde sua fundação quando tinha 40 anos de idade (ALMEIDA, 1986, p. 70).

⁵⁶ Edith Mendes da Costa nasceu em 13 de outubro de 1898, na cidade de Feira de Santana, Bahia. Filha de Maria Augusta Falcão Mendes da Costa e João Mendes da Costa, coronel da Guarda Nacional e prefeito da cidade entre janeiro de 1931 e maio de 1933. cursou o pedagógico no Educandário dos Perdões, atual Educandário do Sagrado Coração de Jesus em Salvador, recebendo diploma de professora em 1915. Aperfeiçoou seus estudos com diversos cursos ministrados por professores particulares, como o de Filosofia, Literatura Brasileira e Portuguesa, Língua e Literatura Francesa, Psicologia, Sociologia e História. Contraiu núpcias com o paraense, engenheiro e professor da Universidade Federal da Bahia Jaime Cunha da Gama e Abreu. Em 1930, publicou sua primeira obra *Problemas do Coração* (Considerações sobre o amor e o casamento). No ano seguinte foi eleita presidente da Federação Bahiana pelo Progresso Feminino. Sobre a trajetória de Edith Mendes da Gama e Abreu ver Vieira (2015).

de Filosofia, Literatura Brasileira e Portuguesa, Língua e Literatura Francesa, Psicologia, Sociologia e História. Vale acrescentar outros exemplos, como o de Laurentina Pugas Tavares (Primeira Secretária da FBPF), que começou os estudos em Amargosa (interior da Bahia) e, mais tarde, estudou em Salvador onde foi morar sozinha ainda muito jovem para prosseguir a sua formação – provavelmente, a iniciativa representou uma atitude pioneira - tornando-se Professora Catedrática de Matemática do Instituto Normal durante 35 anos; Nair Alves, que teve uma educação de acordo com os padrões da classe média alta – cursara o colégio de freiras e o pai lhe vetara cursar a Universidade -, lutou sozinha na tentativa de avançar profissionalmente: fez o curso comercial, aprendeu línguas, interessou-se pela literatura inglesa, estudou violino e, antes que completasse 18 anos, começou a trabalhar no Consulado Argentino (VIEIRA, 2015).

Estas e muitas outras mulheres da capital e do interior do Estado se envolveram na militância pela igualdade de direitos políticos, pela mesma oportunidade de educação que os homens, enfim, por maior participação na vida pública.

O movimento feminista ficou mais conhecido pela sua principal conquista para as mulheres: a igualdade de direitos políticos. Contudo, o leque de reivindicações era mais amplo e os efeitos do movimento para a história das mulheres me parecem maiores que os frequentemente apontados.

As militantes não pouparam esforços na conquista de novos espaços na vida pública, como na imprensa, na política, em alguns segmentos profissionais, na época predominantemente masculinos, e de respeitabilidade e reconhecimento junto a seus pares. Estabeleceram o diálogo e conquistaram o apoio de políticos de destaque no cenário local e nacional, a exemplo do então interventor

Juracy Magalhães, do senador Dr. Antônio Moniz Sodré, do Prefeito de Salvador Arnaldo Pimenta da Cunha, do Dr. Heitor Pragner Fróes, do Dr. Aloísio de Carvalho Filho, entre outros.

No Livro de Atas das Reuniões da Federação, consta que, nas eleições de 1934, o movimento conseguiu eleger a primeira mulher Deputada Estadual, a advogada Maria Luiza Bittencourt. Entre os vereadores eleitos, destacamos as lideranças femininas: Laurentina Pugas Tavares (na capital) e outros quinze nomes (no interior), a saber: Aurea Ribeiro Cravo, Adelina Lessa Borges, Senhora Docio, Desdemona Penalva, Elta Lily de Cerqueira Lima, Francisca da Silva Baptista, Helenita Pereira de Souza, Maria Carvalho França, Maria Annita Sampaio, Maria Antonieta Avila Vieira, Maria Esteves Baptista, Adilia Sanches da Silva, Waldemira Siqueira Santos, Zenaide Barreto da Silva, Zulmira Lantyer de Araujo.⁵⁷

As múltiplas atividades das lideranças da FBPF atestam a importância do movimento baiano. Mulheres integrantes das elites baianas criaram para si mais um espaço público e político de atuação e foi uma experiência completamente nova, redimensionando seu papel numa esfera totalmente dominada pelos homens – a política.

A Constituição de 1934 foi a primeira a explicitar a situação jurídica da mulher, proibindo expressamente quaisquer privilégios ou distinções por motivo de sexo. A igualdade jurídica entre o homem e a mulher foi, assim, afirmada como preceito constitucional. A este princípio devem se subordinar, sob pena de inconstitucionalidade, todas as leis e demais normas escritas ou costumeiras.

Para além destas conquistas, cabe acrescentar um maior acesso, uso e usufruto do espaço urbano do qual as mulheres haviam sido excluídas e, em certa medida, ainda o são, o que significa participação ativa na vida pública da cidade (ela própria definida

⁵⁷ FEDERAÇÃO BAHIANA PELO PROGRESSO FEMININO, 1931-1948, p. 12-13.

como o conjunto dos cidadãos), gozo dos direitos e exercício dos deveres que lhes são atribuídos.

OLHARES FEMININOS, EXPRESSÕES DA VIDA PÚBLICA

É fato que as melhorias na infraestrutura urbana de Salvador com o moderno sistema de iluminação, o alargamento de suas ruas, a construção de praças e um sistema de transporte nunca experimentado antes – bondes, elevador e plano inclinados –, que facilitava o deslocamento, sobretudo em áreas nobres da Cidade Alta, como o Centro, o Corredor da Vitória e a Barra, tornaram a cidade mais atraente devido à facilidade de acesso, uso e circulação de mulheres das camadas mais abastadas da sociedade soteropolitana. Entretanto, estas mulheres tiveram que enfrentar outro tipo de obstáculo: a resistência de uma sociedade patriarcal da qual faziam parte, cujo espaço público, para o exercício de uma cidadania ativa, de participação, de construção de sujeitos portadores de direitos, era histórico-culturalmente masculino. Através de alguns poucos depoimentos publicados a que tive acesso, procuro dar visibilidade à percepção delas com relação às dificuldades mais sutis de usufruto da cidade até as barreiras que lhes eram impostas nas estruturas de poder.

Uma das mulheres que mais escreveu em periódicos de Salvador na luta pela cidadania feminina foi Lili Tosta⁵⁸. Feminista

⁵⁸ Lili Tosta foi talvez a liderança da FBPF que publicou maior número de artigos nos jornais baianos reivindicando igualdade de direitos perante os homens, sobretudo direitos políticos. Nascida nas terras do Engenho Capivary, em Muritiba (na época pertencia a Comarca de Cachoeira, região do Recôncavo baiano), em 1893, Amélia Teixeira Tosta era filha de Joaquim Ignácio Tosta e Maria Amélia Teixeira Tosta. A primeira infância de Amélia e Joaquim (seu único irmão) passaram na Capital Federal. Em 1911, a família seguiu para Londres em função da carreira profissional do pai, advogado e parlamentar nomeado Delegado de Tesouro do Brasil. Joaquim Inácio Tosta faleceu em Londres no ano de 1919, levando a família a retornar para o Brasil (VIEIRA, 2015).

atuante, desde sua estada como aluna do curso de Jornalismo na Escola Polytechnica de Londres, ao chegar da Inglaterra em 1919, após nove anos ausente da terra natal, revelou em uma entrevista feita em 1931 ao jornal *A Tarde*:

Finalmente voltei ao ninho patrio! Triste experiência!
Quasi asphyxio!

Durante dois longos annos lutei desesperadamente para me acclimatar, para me adaptar aos preconceitos locais. A cada passo tropeçava num impecilho. Uma luta titânica entre os meus ideais e a desarmonia do meio. Felizes aquelles que nunca conheceram esta qualidade de luta! Mas como para tudo há remedio, consegui equilibrar-me, sendo feminista pratica, dando expansão pratica aos meus ideaes e, ao mesmo tempo, tolerando e respeitando o meio. (A TRIBUNA..., 1931, p. 2).

Essa sensação de se encontrar em um ambiente asfixiante e opressivo parece ter feito parte da realidade de algumas mulheres pertencentes às camadas mais abastadas que almejavam mais liberdade e uma maior participação na vida pública. A Dra. Francisca Prager Fróes, ao responder à pergunta “As mulheres na política: deve-se-lhes facultar o acesso às profissões liberaes?” do jornal *A Tarde*, em 1917, também destaca a necessidade de “atmosfera mais ampla e menos asfixiante para a mulher expandir livremente as suas múltiplas aptidões” (FRÓES, 1917). Num desabafo de quem convivia mais intensamente com as contradições entre o cumprimento dos seus deveres e as restrições dos seus direitos, a Dra. Francisca almejava mudanças no Código Civil de 1916, que manteve como atributos exclusivos do marido a chefia da sociedade conjugal, a representação legal da família, a administração dos bens comuns e particulares da

mulher, o direito de fixar o domicílio, o exercício preponderante do pátrio poder, entre outras prerrogativas.⁵⁹ Indignada com a dependência legal imposta às mulheres casadas, afirmou:

Não se libertará, entretanto, a grande martyr de todos os tempos, dos preconceitos e intolerancias, ora existentes, pois que a sua dependencia se manifesta nos mais insignificantes actos da vida publica ou particular; e mais do que qualquer outra deve soffrer a mulher diplomada, que muita vez se estiôla e inutiliza diante da lei iniqua e injustificavel que o nosso recente Codigo Civil procura corrigir e amenizar um tanto, em dous dos seus artigos referentes aos direitos e deveres da mulher. Effectivamente é muito pouco lisongeiro, para aquella que desdobra o seu esforço na luta pela vida, ver-se subordinada de continuo a uma tutela injusta e deprimente, sob pena de accender o facho da discordia no seu lar [...]. (FRÓES, 1917).

Em plena campanha em defesa do voto feminino, em 1931, Lili Tosta, em um dos seus artigos publicados no Diário da Bahia, constrói um interessante argumento para convencer as mulheres da importância da participação feminina na administração pública da cidade:

Nos diversos paizes em, que a mulher é actualmente eleitora, começou votando apenas nas eleições municipais.

O que é um municipio ou uma aldeia, ou uma cidade?

Não é um conjunto de familias que vivem num mesmo lugar?

⁵⁹ Há diversas publicações da época que discutem a situação da mulher junto ao Código Civil. Para esta parte do trabalho destacamos Rosy Lima (1938). Dentre as publicações mais recentes destacamos Pimentel (1985) e Tabak e Verucci (1994).

Não é a indicação da maioria das famílias locais que prevalece na escolha dos homens que devem administrar o município?

E o que é a família?

A família ou a comunidade conjugal não é composta do pai, da mãe e dos filhos? A mãe não tem direitos individuais?

Poderíamos lhe negar a personalidade humana.

Não incorre ela, tanto quanto o homem, nas leis penais quando se torna criminosa?

Pois então, se ela faz parte da comunidade conjugal e familiar, por que sua vez faz parte da comunidade municipal como é que negam à mulher o direito de intervir nos negócios municipais?

Ou ela faz parte do município ou não. Se faz, deve tomar parte na sua administração, se não faz não deve ser submetida às leis municipais.

Uma cidade, um município não dá idéia de uma grande família? Não tem os seus problemas domésticos? A sua administração não se parece com a de uma casa, somente e mescla muitíssimo maior? Porque então essa incompatibilidade entre a mulher e a administração de um município? (TOSTA, 1931, p. 2, grifo nosso).

Interessante é que esse foi o único testemunho histórico desse período que eu localizei no qual Tosta não se restringe a expressar a sua insatisfação quanto ao meio, mas constrói um argumento reivindicando a igualdade de direitos perante a lei para que as mulheres pudessem pensar e agir como sujeito da cidade. Dando prosseguimento ao artigo, Tosta (1931, p. 2, grifo nosso) argumenta:

Demos a palavra ao grande Marden, que, apesar de homem soube tão bem coprehender as aspirações femininas:

A gestão economica dos municipios interessa intensamente os commerciantes e industriaes da respectiva jurisdição; e aqui se encontra uma das tão absurdas contradições da vigente desorganização comercial. Porque, por um lado, as leis reconhecem a á mulher viuva ou solteira de maior idade o direito de exercer o commercio ou industria nas mesmas condições do homem. E, não distante, nega-lhe o direito de intervir na administração dos impostos e contribuições que, como commerciante ou industrial, paga para custear os serviços de caracter publico!

No artigo, Tosta (1931, p. 2) apresenta o seu engajamento feminista em prol de maior participação das mulheres na vida pública oficial e questiona a noção de “[...] incompatibilidade das mulheres na administração municipal” tão difundida na sociedade baiana. Questiona: Como as mulheres podem se apresentar como sujeitos dotados de deveres (como contribuintes), mas desprovidas do direito de intervir na administração dos impostos? Diante da multiplicidade da noção de âmbito público discutida entre autoras como Fraser (1993), é preciso esclarecer que estas vias de acesso à vida pública presentes nos discursos produzidos por Lili Tosta estão relacionadas ao espaço público institucional, o que não significa que as reivindicações do movimento feminista se encerrem nele.

Outras vias de acesso à vida política pública são abertas pelas mulheres, apesar da sua exclusão do âmbito público oficial, conforme já citado, no campo da educação, na imprensa, no mercado de trabalho, nas associações filantrópicas, entre outras.

Formalmente, no âmbito público institucional, as mulheres conquistaram a cidadania política com a assinatura do Decreto baixado pelo então Chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas, no dia 24 de fevereiro de 1932, concedendo o direito de voto, sem restrições, às mulheres. Em 1934, o voto feminino ganha força de Lei. Na primeira eleição, são eleitas duas feministas: a advogada Maria Luiza Bittencourt, como Deputada Estadual, e Laurentina Pugas Tavares, na Câmara Municipal. No entanto, é preciso lembrar que, com o Estado Novo, em 1937, o Congresso foi dissolvido e as eleições foram suspensas assim como os partidos políticos, impôs-se a censura à imprensa e foi redigida uma nova Constituição. Para as mulheres, o fato político significou o aborto da primeira experiência das mulheres nas instâncias formais de poder.

Considerando uma noção de público mais ampla, que não seja restrita à política formal através do sufrágio, é possível verificar que antigos espaços predominantemente masculinos passaram a fazer parte do roteiro das mulheres, a exemplo do espaço das letras – o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e a Academia de Letras da Bahia (ALB). Ao perseguir a trajetória de Edith Mendes da Gama e Abreu, Presidente da FBPF, na minha pesquisa de mestrado, foi possível verificar como ela se tornou a primeira mulher a ocupar uma cadeira na ALB, em 1938, uma instituição masculina, conservadora e rígida nas suas normas.

O trabalho social também foi importante meio de acesso ao âmbito público das mulheres envolvidas na FBPF (VIEIRA, 2015). A filial baiana da Federação sobreviveu por mais de dez anos após o golpe político em 1937. A última ata daquela entidade data de 3 de março de 1948 e nada consta sobre o fim do movimento.

Do trabalho dessas mulheres resultaram os conselhos de Educação e Cultura e de Assistência Social, criados a partir da

Constituição da Bahia, de 1935, como órgãos colaboradores do governo e dos quais fizeram parte Edith Mendes da Gama e Abreu e Lili Tosta, respectivamente (FEDERAÇÃO BAHIANA PARA O PROGRESSO FEMININO, [s.d.], p. 13). Em 1937, Tosta saiu do Conselho de Assistência Social e o governador Juracy Magalhães enviou um ofício à FBPF solicitando outro nome junto às sócias para substituí-la (FEDERAÇÃO BAHIANA PARA O PROGRESSO FEMININO, 1931-1948).

O argumento para convencer a sociedade da importância das novas atribuições da mulher na esfera pública partiu do argumento das qualidades instituídas como “essencialmente femininas”. No discurso de Edith Gama e Abreu, estas acabaram tomando outra direção, na medida em que ela se sentiu valorizada e até mesmo superior ao homem em muitos aspectos, fazendo acreditar que, enquanto mulher, seria mais eficiente no desempenho de determinadas funções sociais, como a educação, a atividade de benemerência e a campanha pela paz. Desta forma, Edith Gama e Abreu atrelaram sua luta pela cidadania feminina a um redimensionamento dos direitos e deveres de homens e mulheres (VIEIRA, 2015). No espaço público, isto se traduz em um novo deslocamento de fronteiras.

Diante do que foi exposto e levando-se em consideração que a noção de âmbito público não pode ser restrita a um único espaço, isto é, institucional, oficial, pois, deste modo, tornamos invisíveis todos os outros espaços onde as mulheres também estavam presentes, é que eu retomo a questão apresentada no início do capítulo: Em que medida as mulheres estavam excluídas da vida pública?

As dificuldades não eram poucas. Um desafio constante. Os testemunhos de viajantes são ricos em informações. São percepções bastante particulares de quem chega a um país estranho.

Assim ocorreu com a antropóloga norte-americana Ruth Landes, quando chegou ao Brasil para desenvolver sua pesquisa sobre a vida dos brasileiros de raça negra. Aportou no Rio de Janeiro, de onde seguiu de navio repleto de soldados adeptos do nazismo, cuja imagem oficial de Hitler fazia parte da decoração nas paredes. No primeiro momento de sua chegada sentiu grande choque que assim registrou:

Preciso dizer que me sentia insegura e confusa? A minha pesquisa antropológica encontrava-se agora privada da segurança, da santidade da torre-de-marfim. Eu deixara a minha terra democrática, de língua inglesa, com as leis fidedignas que permitiam a uma cientista branca estudar, com toda dignidade, a prolongada, mas incruenta batalha das raças; eu a deixara para o país de um ditador, cuja língua difícil e cujos costumes desagradáveis – pois as mulheres eram tão cerceadas nos seus movimentos quanto a oposição política – me faziam sentir desorientada e desesperada, como se estivesse na selva [...]. (LANDES, 2002, p. 44).

Na Introdução da sua obra *A cidade das mulheres*, a antropóloga norte-americana deixa o registro da sua experiência pessoal de chegada a Salvador, em 1938, cujo conteúdo revela alguns dos obstáculos enfrentados na sua relação com a cidade. Naturalmente, ela estava falando na condição de mulher de pele branca, pesquisadora, independente, estrangeira (norte-americana) que encontrou inúmeras dificuldades logo na chegada. “A mulher norte-americana moderna é um fenômeno estranho e incômodo num ambiente daqueles”, afirmou. O choque cultural e as dificuldades iniciais são descritas em vários trechos:

Na Bahia, velhas tradições ganhavam ameaçadora vida diante de mim. Para começar, não havia possibilidade

de alojamento ou diversão para uma moça solteira, desacompanhada, sem família e independente. (LANDES, 2002, p. 46).

Landes (2002) revela que não havia casas ou apartamentos que ela pudesse alugar. A solução encontrada foi alugar um quarto do melhor hotel da cidade, o que lhe gerou vários problemas, pois mulheres “decentes” na Bahia não podiam viver sozinhas em hotéis. Esperava-se que ela tivesse um marido, um amante certo, uma dama de companhia. Mas, os primeiros meses se passaram e nada disto ocorreu, o que contribuiu para que ela se tornasse uma suspeita de espionagem, passando a ser vigiada constantemente pela polícia secreta até o ponto de ter os seus direitos de pesquisa cassados pela Polícia do Estado Novo, sem motivo aparente.

Outro fato bastante desagradável para a pesquisadora eram os olhares constantes dos funcionários sobre ela. A sua impressão era a de que se tratavam de espiões nazistas. De qualquer modo, “[...] havia olhares e murmúrios por toda parte e medo – sim, medo por toda parte” (LANDES, 2002, p. 49). O medo aí se deve aos sumiços de pessoas conhecidas, próximas a ela, que atuavam no ensino superior. Ademais, a sua situação de hóspede sem acompanhante de um hotel da Rua Chile afastava-a das famílias e a sua aparência fazia com que as prostitutas se sentissem ameaçadas por uma provável concorrente:

[...] naquela terra, onde a tradição trancava as mulheres solteiras em casa ou as lançava à sarjeta, eu teria sido incapaz de me locomover, a menos que escoltada por um homem de boa reputação. (LANDES, 2002, p. 50).

O homem a que se refere foi o antropólogo Edison Carneiro, grande companheiro de trabalho durante toda a sua permanência na Bahia.

Ao examinar os relatos de Ruth Landes, vejo as assimetrias de gênero no espaço público, as fronteiras invisíveis na cidade. Fronteiras estas que podem ser traduzidas como restrições na mobilidade e no acesso, uso e usufruto do espaço urbano.

Diante dos obstáculos apontados, é possível verificar como os padrões culturais e a conjuntura social baiana era extremamente hostil a uma participação mais ativa das mulheres de elite. Na avaliação de Ferreira Filho (2003, p. 71), o caso de Salvador,

[...] mais do que em outros centros urbanos de grande porte, o trabalho feminino denunciava as dificuldades da família que dele lançava mão, aviltando o seu prestígio. O ócio ou a eterna espera dos maridos determinava a vida de muitas mulheres, que, apesar da sedução das ruas, mantinham-se reclusas no interior dos lares, sendo malvistas quando permaneciam por muito tempo nas janelas.

As “moças de família” que assumiam ofícios como os de enfermeira, telefonista ou mesmo estudante eram submetidas a fazerem uso de uniformes austeros de modo a não serem confundidas na rua com as mulheres ditas “públicas”.

Contudo, ainda assim, insisto em interrogar: Em que medida a reclusão das mulheres (mesmo em se tratando das elites) no interior dos lares ainda fazia parte do cotidiano, ou trata-se de um discurso construído revelador dos interesses da sociedade patriarcal da época?

Além dos exemplos de iniciativas individuais e coletivas de mulheres em épocas passadas, apresentados ao longo deste capítulo, lanço mão dos dados demográficos, ainda que imprecisos, os quais revelam que, nos anos 1920, em uma população de mulheres estimada em 151.294, o número de mulheres com profissão definida realizada no espaço urbano é de 32.978. Some-se a este número 115.720

classificadas como de “Profissão não declarada e sem profissão” categoria em que certamente se encontram as mulheres excluídas do mercado formal de trabalho. Em 1940, eram 158.140 mulheres, dentre as quais, 26.997 estão entre as profissões definidas, e 98.261 mulheres no grupo “Atividades Domésticas, Atividades Escolares”.

Importa lembrar que, entre estas profissões definidas e contabilizadas pelo censo, conforme os dados apresentados nas Tabelas 3 e 4, encontram-se atividades desenvolvidas na indústria (têxtil, toucador, vestuário etc.), no comércio, no magistério, nos serviços domésticos, nas profissões liberais (Judiciária, Médico, Religiosas, Magistério), na administração pública (municipal e estadual) e privada, só para citar as que apresentam expressiva representação feminina.

Costa (1998) chama a atenção para a especificidade da atuação feminina na esfera pública pelo fato de as mulheres desenvolverem atividades análogas às que realizavam na esfera privada. A partir da análise realizada por Costa (1998) de dados do Ministério do Trabalho, ela observa como as mulheres, ao se incorporarem ao mercado de trabalho, tendem a desempenhar atividades que refletem o trabalho que tradicionalmente realizam no lar, ou seja, tarefas que, em geral, representam uma projeção social do trabalho doméstico. O mesmo ocorre com a atividade política das mulheres, que tendem a se dedicar a realizar ações “femininas” com uma forte preocupação maternal. Este tipo de comportamento pode ser explicado como uma

[...] manifestação dos efeitos da estrutura patriarcal à qual estão submetidas as mulheres e que forjam culturalmente a “ideologia da feminilidade”. Uma ideologia que determina a maternidade como o elemento constitutivo da identidade cultural e da personalidade feminina. (COSTA, 1998 p. 80).

Sob outro ponto de vista, não poderia ser uma estratégia adotada por algumas mulheres para conseguirem transpor mais facilmente as barreiras impostas entre o público e o privado? Ao que tudo indica, ainda que incorrendo nos riscos de verem manchadas a sua reputação, de se tornarem “mal faladas” ou malvistas pela sociedade, o fato é que muitas mulheres enfrentaram dificuldades imensuráveis (para quem convive com os padrões atuais), de modo perseverante, na luta pelos seus ideais.

Apesar de não serem muito numerosos, os depoimentos apontam para dificuldades cotidianas vivenciadas por mulheres, no que diz respeito à vida pública, em espaços de poder onde o acesso lhes era negado ou repleto de restrições. Não por acaso, os depoimentos mais expressivos foram os de mulheres que traziam referenciais de outras culturas e me refiro aqui não somente a Ruth Landes, mas à jornalista Lili Tosta; lembrando que esta estava acostumada a uma realidade bastante distinta se comparada com Salvador, vivenciada durante os nove anos em que morou em Londres, onde mulheres já usufruíam do espaço público da cidade com relativa liberdade, conforme descrições de Woolf (1985, 2006) em suas obras literárias.⁶⁰

Por outro lado, a pesquisa demonstra um número expressivo de mulheres com profissão definida, além das que trabalhavam na informalidade – com destaque para o comércio informal e ambulante de mercadorias. Além disto, mostra também uma “sinuosidade” na fronteira entre o público e o privado construído cotidianamente pelas mulheres, numa sociedade que hostiliza as mulheres públicas.

A noção de que lugar de mulher é em casa consolidada por uma falsa universalidade dos limites entre o público e o privado,

⁶⁰ Entre as obras da autora que apresentam a relação das mulheres com o espaço público, destaco *Um teto todo seu* (1985), considerada pelas estudiosas no tema como sendo ensaio pioneiro sobre o gênero e o espaço, e *Mrs. Dalloway* (2006).

excluiu inúmeras mulheres do âmbito público. A pesquisa aponta para o fator ideológico presente na visão de que as mulheres estavam excluídas do âmbito público. Conforme Fraser (1993, p. 51),

En general, la teoría crítica necesita echar una mirada más aguda y más crítica a los términos 'privado' y 'público'. Estos términos, después de todo, no son simplemente designaciones directas de ámbitos sociales; son clasificaciones culturales y etiquetas retóricas. En el discurso político son términos poderosos que frecuentemente se despliegan para deslegitimar algunos intereses, opiniones y temas, y para valorizar otros.

Assim, verifico como a noção de público idealizada, restrita ao institucional, invisibiliza as mulheres nas suas ações, o que implica em prejuízos de classe, gênero e raça.

Finalizo o capítulo com uma lacuna, no que se refere à ação das mulheres negras e pobres de Salvador, nas primeiras décadas do século XX. No levantamento bibliográfico realizado referente ao período em questão, verifico que pouco ou quase nada se sabe sobre a ação delas no âmbito público e esta ausência bibliográfica foi determinante. Tive acesso a uma tese de doutorado e a uma dissertação de mestrado que tratam da ação das mulheres das camadas populares nas décadas de 1970-1990.

Na primeira, *Onde mora a cidadania? Visibilizando a participação das mulheres no movimento sem teto – Salvador/Ba*, de Macedo Filho (2010), que se ocupa em analisar as especificidades da participação das mulheres no Movimento dos Sem Teto (MST), na cidade do Salvador, dos anos 1970 a 1990. Ao recuperar a história das ocupações na cidade, Macedo Filho (2010) faz referência às primeiras ocupações, nos anos 1940, a da Gengibirra (Largo do Tanque) e a do Corta Braço (Pero Vaz), que mobilizaram centenas

de famílias que buscavam um lugar para morar. Numa importante releitura crítica da bibliografia sobre o tema, procura dar visibilidade à presença e à participação ativa de mulheres negras nestas duas ocupações, até então tratadas sem considerar as relações de gênero presentes em todo o processo. A partir da década de 1970, outras importantes ocupações se deram em terrenos menos valorizados, de menor extensão e localizados em regiões periféricas, mais escondidas, a exemplo dos Alagados, Piaçava, Enseada do Cabrito, IAPI – Jardim Eldorado, Brotas, Pituaçu, Abaeté, Nova Brasília, Alto do Cruzeiro, Engenho Velho da Federação, entre outras (MACEDO FILHO, 2010).

O outro trabalho é de Bispo (2011) que, em sua dissertação, *Feminismos em debate: reflexões sobre a organização do movimento de mulheres negras em Salvador (1978-1997)*, busca compreender o processo organizativo do movimento nesta cidade, para desenvolver suas bandeiras políticas a partir de referenciais antirracistas e feministas. Através de trajetórias de vida de ativistas, Bispo (2011) investiga os processos de construção identitária e política de mulheres negras feministas.

Como é possível verificar, ainda há muitas lacunas na história das mulheres na Bahia.

LUGAR DE MULHER É EM CASA?

Ao propor uma pesquisa com o tema relações de gênero e espaço urbano, não avaliei devidamente a dimensão do desafio à minha frente. Fazer uma reconstituição histórica do passado da história das mulheres por si só já se constitui em tarefa deveras difícil pelos motivos já amplamente propagados: a escassez de

fontes, o silêncio das mulheres nos arquivos, uma produção incipiente na pesquisa histórica, sobretudo, aqui na Bahia. Tratar do entrelaçamento da história das mulheres no espaço urbano significou arriscar-me por caminhos incertos, onde fui tateando, por longos períodos históricos, indícios, vestígios e sinais de mulheres na relação com o espaço público da cidade, escrutinar a sua presença discreta nas imagens da cidade, a sua escrita dispersa e as suas ações frequentemente depreciadas no espaço público. E entre o fascínio do novo e os riscos inerentes a ele, procurei produzir um trabalho que desse visibilidade às desigualdades de gênero na relação com o espaço público da cidade.

Para demonstrar a construção histórica dessas desigualdades, foi preciso, primeiramente, fazer um mapeamento, localizando as mulheres no espaço público, numa perspectiva das relações de gênero interseccionadas pelas categorias raça e classe, o que implicou enveredar por múltiplas realidades observadas no tempo e espaço.

A necessidade de compreender melhor os elementos norteadores que influenciaram os construtores da *urbes* e as implicações na vida das mulheres me conduziu a um recuo no tempo, para o processo de formação da cidade. Um passo difícil e arriscado na pesquisa histórica, contrariando a tendência atual da historiografia de fazer recortes cada vez mais circunscritos.

Os documentos inicialmente arrolados que me deram informações sobre o tema são, na sua maioria, produzidos por homens. Já a produção feminina, apesar de tímida e rarefeita, é preciosa, pois aponta algumas das dificuldades e alguns dos obstáculos enfrentados por algumas mulheres na relação com o espaço público. Para conseguir compreender melhor a questão, foi preciso recorrer a fontes diversificadas. A fotografia se constituiu

em um importante testemunho visual da vida cotidiana na cidade, reveladora das hierarquias que se constituem no espaço urbano. Ao lado das memórias produzidas no passado, dados demográficos, pesquisas realizadas no período em questão, mais a bibliografia específica sobre o tema, foi possível cruzar dados, levantar hipóteses e fazer um trabalho de reconstituição histórica sobre as mulheres nas suas múltiplas relações com o espaço público da cidade do Salvador, numa perspectiva feminista.

A análise dos discursos e imagens produzidos no passado apontou para o fato de como as mulheres têm sido invisibilizadas no processo de construção, funcionamento; enfim, na dinâmica da cidade. Os vestígios históricos no período colonial, por exemplo, não reconhecem a mulher como sujeito ativo na esfera pública. A análise dos relatos de viajantes demonstrou como suas narrativas silenciam as múltiplas funções desempenhadas pelas mulheres indígenas, restringindo um amplo leque de funções a um modelo binário e hierárquico da relação entre os sexos.

Acerca do processo de formação e funcionamento da cidade, a pesquisa me permitiu identificar os fatores de ordem política e econômica que influenciaram a sua localização geográfica e o seu desenho, cujos impactos foram diferenciados na vida cotidiana de homens e mulheres.

O reconhecimento de que homens e mulheres percebem e usam a cidade de maneira diferente, sobretudo pelo fato de que a vida cotidiana das mulheres é qualitativamente distinta da dos homens – mesmo quando pertencem à mesma classe social, raça ou etnia, zona habitacional ou bairro, possibilitou ainda dimensionar os obstáculos enfrentados pelas mulheres no seu acesso e uso do espaço público da cidade numa perspectiva histórica e cultural.

Ao fazer um recuo no tempo, numa análise minuciosa da bibliografia específica sobre o tema, observo que, ainda que alguns estudiosos façam uma leitura da sociedade colonial em um contexto de certa licenciosidade para as mulheres brancas das camadas médias e alta, havia uma atmosfera de controle, plantada no medo pela Igreja. Deste modo, avalio que, assim como elas estavam proibidas de usufruírem do seu corpo e da sua sexualidade, também não estavam livres para usufruírem do espaço da rua, pois tanto um como o outro não coadunavam com os interesses da sociedade patriarcal vigente. Por isso, o acesso se dava cheio de limitações, restrições, condicionado a regras normatizadoras rígidas e à vigilância constante.

Para as mulheres negras e mulatas das camadas populares, até o século XIX o espaço público era extensão das atividades domésticas, onde eram realizados serviços como a lavagem de roupas; o abastecimento de água das casas; a compra de alimentos e produtos, em geral para suprimento das necessidades domésticas. A sua presença no espaço público é, geralmente, associada ao trabalho pela sobrevivência. Eu acrescento aos estudos produzidos acerca da história das mulheres na Bahia o importante papel desempenhado por elas no funcionamento da própria cidade. Nos discursos produzidos pelos viajantes nos séculos XVIII e XIX, elas aparecem, frequentemente, na sua “inadequação”, carecendo de controle e de disciplina. É um discurso que desvaloriza a ação dessas mulheres e invisibiliza o seu papel e, principalmente, a sua importância.

No entanto, numa cidade na qual os equipamentos e os serviços públicos eram precários, o trabalho de abastecimento de água, saneamento, limpeza, iluminação, transporte e segurança era realizado pelo trabalho de escravos(as) e de negros(as) libertos(as) era fundamental para o seu funcionamento. Se analisados numa

perspectiva de gênero, é possível perceber papel ativo desempenhado por mulheres no funcionamento da cidade. Vestígios destes testemunhos mais a bibliografia produzida sobre o tema demonstram a importância do trabalho das mulheres no “comércio de ganho” a mercadejar todo tipo de produtos alimentícios pelas ruas da cidade. Nesta atividade econômica, eram elas que controlavam o comércio informal, de modo a alimentarem a população com a venda de todo tipo de comidas prontas e baratas. Acrescente ainda o trabalho das aguadeiras, lavadeiras, *quitadeiras*, *vendedeiras* de toda espécie. Como acompanhantes das suas senhoras, elas davam-lhes proteção física, além de serem guardiãs da sua moral e reputação nos raros momentos em que saíam às ruas. Enfim, há um amplo leque de atividades desempenhadas por elas, em um cotidiano extremamente árduo, caracterizado pelo trabalho escravo, ou serviços mal remunerados e pouco valorizados.

As primeiras décadas do século XX foram marcadas por uma ampla discussão, tendo em vista uma reestruturação das atividades socialmente atribuídas como masculinas e femininas. Nessa direção, eu fui cruzando dados para compreender como homens e mulheres estabeleceram diferentes relações com diferentes espaços do centro da cidade, em função da divisão sexual do trabalho, histórica e cultural.

No cruzamento das informações obtidas, através do conteúdo das fotografias e dos dados demográficos, foi possível relacionar a maior ou menor presença de homens e mulheres em áreas específicas do centro da cidade. A análise foi surpreendente, quando relacionada com as atividades econômicas predominantes, conforme estudo realizado por Milton Santos em *O Centro da Cidade do Salvador* (1959). Ao trilhar pela análise econômica, isto é, ao verificar a atividade econômica característica das principais ruas e avenidas

do centro da cidade – Rua Chile, Av. Sete de Setembro, Baixa dos Sapateiros e a região do Comércio na Cidade Baixa – percebi que há uma relação direta com a localização de homens e mulheres nas ruas da cidade, assim como no uso e usufruto destes espaços.

Nesse sentido, inicio avaliando a presença marcante de mulheres das camadas médias e alta usufruindo do espaço público, em áreas situadas entre o circuito Elevador Lacerda, Rua Chile, Praça Castro Alves, Avenida Sete de Setembro, Campo Grande. Instigada pelo que eu não enxergava entre os elementos icônicos da fotografia, ou seja, a presença dessas mulheres em determinados espaços, comecei a perceber que há fronteiras invisíveis que demarcam os limites impostos às mulheres. Algumas áreas bastante específicas são ocupadas pela presença predominante do sexo masculino, a exemplo do entorno das edificações da sede do governo e da administração municipal, do bairro do Comércio, onde estavam localizados o comércio atacadista da cidade, bancos, a Associação Comercial, o grande mercado popular de alimentos e o porto de Salvador.

No circuito acima descrito, onde estava localizado o comércio no varejo, de artigos de luxo importados, beleza, moda feminina, entre outros produtos, verifica-se presença marcante de mulheres das elites brancas. Acrescente-se ainda o entorno das igrejas e as casas de chá.

Para as mulheres das camadas populares, é possível verificar a sua presença marcante no Dique do Tororó, no bairro do Comércio (especialmente a região onde se localiza a feira e na rampa do mercado), nas ladeiras, ruas e becos que fazem a ligação entre a Cidade Baixa e a Cidade Alta, além da Baixa dos Sapateiros, espaço caracterizado pelo comércio no varejo mais popular do centro da cidade.

Essa análise permitiu verificar alguns dos fatores que influenciaram os diferentes usos e usufrutos dos espaços; e como

estes são assimétricos quando analisados a partir dos marcadores sociais de gênero, raça e classe. Por outro lado, foi possível perceber que não há uma relação direta com o fator político, ou melhor, a cidadania política não se constitui em elemento determinante quanto eu supunha na minha hipótese inicial. Portanto, é possível afirmar que não há relação direta entre a relação das mulheres com o espaço público e a conquista da cidadania política, já que, desde tempos coloniais, escravas de ganho e libertas podiam usufruir certa liberdade de circulação para o desempenho do seu trabalho, cujos ganhos, inclusive, podiam resultar numa reserva para a compra da sua carta de alforria, na possibilidade de criar seus filhos, dando-lhes certa autonomia.

Uma vez realizada a análise da localização de homens e mulheres em diferentes espaços, procurei fazer um panorama das mulheres em ação na cidade, construindo alternativas para suas vidas e novos espaços na vida pública, a exemplo da educação, da escrita feminina e dos movimentos sociais. Na pesquisa bibliográfica, foi possível verificar iniciativas de mulheres abrindo novos caminhos por meio da construção de novos espaços femininos.

Avaliar as ações dessas mulheres levou-me a interrogar acerca da reclusão das mulheres (mesmo em se tratando das elites). Em que medida elas estavam ausentes da esfera pública ou foram invisibilizadas por um discurso pautado na ideia de que *lugar de mulher é em casa*? Numa sociedade regida pelo patriarcado, na qual as mulheres foram silenciadas e suas ações no espaço público costumam ser invisibilizadas, depreciadas e desvalorizadas nas narrativas-mestras da história, cuja pretensão é espelhar o real, vestígios históricos analisados nesta obra mostraram uma realidade diferenciada.

Os dados demográficos revelam que, nos anos 1920, em uma população de mulheres estimada em 151.294, o número de mulheres com profissão definida realizada no espaço urbano é de 32.978, somadas a esse número ainda há 115.720 classificadas como “Profissão não declarada e sem profissão” onde certamente se encontram as mulheres excluídas do mercado formal de trabalho. Em 1940, eram 158.140 mulheres, dentre as quais, 26.997 estão entre as profissões definidas; e 98.261 mulheres são classificadas como “Atividades Domésticas, Atividades Escolares”. A imprecisão dos dados e classificações indica essa “sinuosidade” na fronteira entre o público e o privado, construída cotidianamente pelas mulheres, numa sociedade que hostiliza as “mulheres públicas”.

Importa lembrar que, entre estas profissões definidas e contabilizadas pelo censo – conforme os dados apresentados nas Tabelas 3 e 4 – encontram-se atividades desenvolvidas na indústria (têxtil, toucador, vestuário etc.), no comércio, no magistério, nos serviços domésticos, nas profissões liberais (Judiciária, Médico, Religiosas, Magistério), na administração pública (municipal e estadual) e privada, só para citar as que apresentam expressiva representação feminina.

Os diferentes papéis desempenhados nas esferas pública e privada que marcaram a história das mulheres no Brasil desde o período colonial me fizeram questionar acerca do significado do espaço público para homens e mulheres, cujos reflexos são sentidos ainda hoje na sua relação com a cidade.

Se, na divisão do trabalho, as mulheres ficaram encarregadas do trabalho reprodutivo, não remunerado, da casa, da educação dos filhos, do cuidado com os idosos e enfermos, entre outras funções, e aos homens a produção, a atividade remunerada na esfera pública,

essa divisão das esferas, historicamente, implicou em diferentes relações com os espaços público/privado, criando obstáculos ainda maiores para as mulheres, uma vez que inúmeras atividades domésticas são desempenhadas no espaço público. Se os homens não participam dessas atividades, também não as consideram quando se colocam na função de técnicos e construtores deste espaço.

Na medida em que as mulheres conquistam pouco a pouco o espaço público, vão se inserindo em atividades profissionais antes desempenhadas por homens; não se percebendo, paralelamente, a participação dos homens na esfera privada. Assim, se o espaço privado se constitui num espaço de descanso, de possibilidade de criação e expansão individual, para os homens, após um dia de trabalho; para as mulheres, este se constitui num espaço de trabalho.

De qualquer modo, sem contar com uma infraestrutura de serviços que lhe dê suporte para as atividades domésticas, o espaço urbano torna-se um elemento obstaculizador para todas as mulheres, em maior ou menor grau, exigindo mais energia e tempo para o desempenho das suas múltiplas funções. Ademais, os prejuízos causados pela histórica reclusão das mulheres das camadas médias e alta em suas casas são inúmeros. Ressalto os entraves na participação da vida social – de lazer, estudo, trabalho, ativismo social ou político – e para a realização do potencial como pessoa e como membro da coletividade.

Por tudo o que foi analisado, é necessária uma crítica mais aguda a essa falsa universalidade dos limites entre o público e o privado, pois excluiu inúmeras mulheres do âmbito público. Fraser (1993, p. 51) foi muito elucidativa ao debate acerca do termo público-privado, quando alerta para o fato de que:

Estos términos, después de todo, no son simplemente designaciones directas de ámbitos sociales; son

clasificaciones culturales y etiquetas retóricas. En el discurso político son términos poderosos que frecuentemente se despliegan para deslegitimar algunos intereses, opiniones y temas, y para valorizar otros.

Se a noção de público idealizada, restrita ao institucional, invisibiliza as mulheres nas suas ações, a pesquisa demonstrou como as mulheres estão presentes nas ruas do centro da cidade, atuando como sujeitos ativos, perseverantes, resistindo aos julgamentos, às censuras e às desqualificações. Fazendo uso e usufruindo do espaço urbano, às vezes de maneira mais tímida, outras mais ousada, revelando seu potencial empreendedor. O fato é que elas estavam lá. No desempenho dos serviços domésticos, contribuindo no funcionamento e na dinâmica da cidade. Em iniciativas de importância relevante para a sociedade, a exemplo da construção do convento Nossa Senhora das Mercês para moças em pleno século XVIII, para a construção de um Instituto Feminino, elas estavam lá. Na luta pela cidadania política, pela mesma oportunidade que os homens têm na educação formal, por direitos civis e trabalhistas, elas estavam organizadas e militando em torno da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

Portanto, faz-se necessário o uso de uma nova noção de *âmbito público* compreendido na sua multiplicidade, o que me induz a questionar em que medida as mulheres estavam excluídas do espaço público da cidade.

Termino fazendo menção ao fato de que, ainda hoje, a presença das mulheres nas ruas é um incômodo e sofre constante ameaça. A sociedade patriarcal limita os espaços permitidos, geralmente atrelados aos horários previamente definidos, normatizam o modo como as mulheres devem se vestir e se comportar. São inúmeras as

regras a que elas precisam se submeter para que sua presença seja tolerada. Enquanto os homens, historicamente, possuem livre acesso.

As mulheres são ensinadas desde crianças a se comportarem nas ruas, a evitarem passar por determinados locais, a circularem em determinados horários, enfim, o que é permitido e/ou proibido. A todo o instante são lembradas dos perigos das ruas, cabendo a elas, exclusivamente, a responsabilidade pela sua “segurança”.

Descumprir estas regras pode lhe custar uma agressão verbal, física ou a violência mais temida – o estupro. A violência de gênero a que me refiro é de cunho institucional, a qual assegura vantagens aos homens e desvantagens às mulheres, violando os direitos humanos em geral e, em particular, os direitos das mulheres. O tema já chegou a ser discutido em algumas conferências internacionais e acordos vão sendo estabelecidos para fazer frente a um problema que não é de ordem local, mas, mundial, a exemplo das *Conferências sobre os Direitos Humanos* (Viena, 1993) e da *IV Conferência Mundial da Mulher* (Beijing, 1995) e, mais recentemente, o direito expresso na *Carta Mundial do Direito à Cidade* (2004).⁶¹

Atualmente, o movimento *Shut Walk*, traduzido no Brasil como *Marcha das Vadias*, talvez seja a maior expressão de resistência contra esse controle e essa violência sofrida pelas mulheres no espaço público. O movimento começou em Toronto, Canadá, em 2010, quando um policial dava uma palestra sobre segurança no campus de uma universidade e, em determinado momento, afirmou que

⁶¹ A Carta Mundial do Direito à Cidade é um instrumento dirigido a contribuir com as lutas urbanas e com o processo de reconhecimento no sistema internacional dos direitos humanos do direito à cidade. O direito à cidade se define como o usufruto equitativo das cidades dentro dos princípios da sustentabilidade e da justiça social. Entendido como o direito coletivo dos habitantes das cidades em especial dos grupos vulneráveis e desfavorecidos, que se conferem legitimidade de ação e de organização, baseado nos usos e costumes, com o objetivo de alcançar o pleno exercício do direito a um padrão de vida adequado (CARTA..., 2006).

as estudantes deveriam evitar se vestir como vagabundas para não serem vítimas de assédio sexual ou estupro. Desde então, mulheres de vários países do mundo ocidental estão indo para as ruas protestar contra a violência no espaço público da qual são vítimas, pelo controle que recai sobre seus corpos (pela forma de se vestir, a medida do decote, o batom vermelho, comprimento da saia, entre outros aspectos). Os protestos são realizados nas ruas, em passeatas, trajando minissaia, *short* curto, seios à mostra ou nus/seminus com palavras de ordem chamando a atenção da sociedade para o fato de que a exposição pública dos seus corpos com roupas decotadas não quer dizer “sim” para livre acesso aos homens violentá-los. Há vários movimentos hoje espalhados pelo mundo ocidental denunciando o assédio sofrido por mulheres todos os dias, ao se deslocarem pelas ruas, e exigindo *Stop Street Harassment*.⁶²

Por que a ampliação de direitos a todas as pessoas não tem comportado a justiça e a igualdade? Formalmente, homens e mulheres possuem direitos iguais; no entanto, recorro a uma constatação de Milton Santos (1987, p. 6): “[...] é no território, tal

⁶² Entre as iniciativas mais recentes, eu destaco o trabalho de uma jovem belga de apenas 25 anos que decidiu gravar o que ouvia dos homens enquanto caminhava pelas ruas de Bruxelas – e principalmente de sua vizinhança, em um bairro pobre da cidade. O resultado foi o documentário *Femme de la Rue* (Mulher da Rua, em tradução livre). Com uma câmera escondida, Sofie Peeters registrou o assédio sexual e os insultos que sofria enquanto caminhava pela capital belga. Inicialmente pensado como trabalho de conclusão de seu curso de cinema, o documentário ganhou destaque nas redes sociais, ultrapassou as fronteiras da Bélgica e acabou suscitando amplo debate sobre a violência sofrida por milhares de mulheres todos os dias. As frases recheadas de vulgaridades e a violência com a qual alguns homens abordam a jovem no documentário, feito em plena capital da União Europeia, causaram indignação no resto do continente. O assunto, raramente tratado pela imprensa, ganhou espaço em jornais, revistas e emissoras de TV na França, um dos berços do movimento feminista. O assédio sexual de rua, travestido de simples “cantada”, também gerou debate nas redes sociais francesas. Em função das pressões, o Parlamento francês aprovou uma lei mais dura contra o assédio sexual. Documentário disponível em: <<http://p3.publico.pt/actualidade/4135/femme-de-la-rue-documentario-sobre-piropos-gera-polemica>>. Acesso em: 14 set. 2012.

como ele atualmente é, que a cidadania se dá tal como ela é hoje, isto é, incompleta”.

Por fim, recorde aqui uma pergunta feita por uma professora a respeito do sentido das minhas inquietações, já que todos já sabem que as mulheres foram historicamente excluídas do espaço público da cidade. Penso que ignorar o processo histórico de exclusão das mulheres, nas suas múltiplas conformações, assim como outros segmentos historicamente excluídos, é atravancar as possibilidades de mudança social. Esta foi, sem dúvida, a maior motivação desta difícil empreitada que decerto não se encerra nas páginas do livro.

FONTES

ICONOGRÁFICAS

Fotografias

Acervo da Fundação Instituto Feminino da Bahia.

Arquivo Histórico Municipal da Fundação Gregório de Mattos – Setor Arquivo Audiovisual.

Acervo Iconográfico da Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

Acervo particular da fotógrafa Aracy Esteve Gomes.

Acervo da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER).

Cartográficas

Mapas da parte Central da Cidade do Salvador, séculos XVI, XVII e XVIII, produzidos pelo Centro de Estudos da Arquitetura na Bahia (1979).

VILHENA, Luís Santos. Prospecto da Cidade da Bahia. In: VILHENA, Luís Santos. **A Bahia no século XVIII**. Salvador: Itapuã, 1969b. v. 1. (Coleção Baiana).

DADOS DEMOGRÁFICOS

BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento da população do Império do Brasil a que se procedeu no dia 1 de agosto de 1872**. Rio de Janeiro, 1876.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento do Brasil: realizado em 1 de setembro de 1920**: v. IV, parte 2, t. 1: População. Rio de Janeiro: Typ. Estatística, 1928a.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento do Brasil: realizado em 1 de setembro de 1920**: v. IV, parte 5, t. 1: População. Rio de Janeiro: Typ. Estatística, 1928b.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2000**: características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro, 2000.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas do século XX**. Rio de Janeiro, 1950a. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_pdf/populacao/1908_12/populacao1908_12v1_022.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2013.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Recenseamento Geral do Brasil (1º de setembro de 1940)**: Parte XII – Bahia. Rio de Janeiro, 1950b.

IMPRESSAS

Periódicos

Banco de dados da pesquisa *Lutando contra a corrente: mulher e política na Bahia*. NEIM/UFBA

Jornal A Tarde (1910-1940).

Jornal Diário da Bahia (1910-1940).

Jornal Diário de Notícias (1910-1940).

Jornal O Imparcial (1910-1940).

Jornal O Conservador.

Documentos Impressos (Obras, Anais, Relatórios, Diários entre outros)

AS MULHERES na política: deve-se-lhes facultar o acesso às profissões liberais?: a opinião da Dra. Prager Fróes. **A Tarde**, Salvador, 4 de jan. 1917.

A TRIBUNA Feminista. **A Tarde**, Salvador, 9 abr. 1931. p. 2.

BAHIA. Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social. Fundação Baiana para o Trabalho. **Relatório de Atividades**. Salvador, 1979.

BITTENCOURT, Maria Luiza. O feminismo na Bahia. **Diário de Notícias**, Salvador, 26 mar. 1931. p. 2.

CARNEIRO, Edison. **A cidade do Salvador (1549)**: uma reconstituição histórica. Rio de Janeiro: Edição da Organização Simões, 1954. 167 p.

CARTA MUNDIAL DO DIREITO À CIDADE. 12 jun. 2006.
Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/709/709.pdf>>.
Acesso em: 2 set. 2010.

CAYMMI, Dorival. **A preta do acarajé**. Disco Carmen Miranda e Dorival Caymmi. Rio de Janeiro: Odeon Records, 1938. Lado B, faixa 1. In: ACERVO DIGITAL DORIVAL CAYMMI. Disponível em: <<http://www.dorivalcaymmi.com.br/sitebiografico/>>. Acesso em: 17 set. 2012.

CAYMMI, Dorival. **O que é que a baiana tem?** Intérprete: Carmem Miranda. In: CARMEM MIRANDA. [s.n.]. Rio de Janeiro: Odeon Records, 1939. Lado A, faixa 1. Acervo Digital Dorival Caymmi. Disponível em: <<http://www.dorivalcaymmi.com.br/sitebiografico/>>. Acesso em: 17 set. 2012.

CAYMMI, Dorival. **Você já foi à Bahia**. Disco A Bahia te espera. Rio de Janeiro: Revivendo Discos, 1941. Faixa 9. . In: ACERVO DIGITAL DORIVAL CAYMMI. Disponível em: <<http://www.dorivalcaymmi.com.br/sitebiografico/>>. Acesso em: 17 set. 2012.

CENTRO DE ESTUDOS DA ARQUITETURA NA BAHIA.
Evolução física de Salvador. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1979. v. 1. 128 p.

CIRCUNDES, Anísio. Dra Francisca Praguer Fróes: num relancear biographico. In: **MEMORIAM DR^a FRANCISCA PRAGUER FRÓES**. Bahia, 1932.

FEDERAÇÃO BAHIANA PELO PROGRESSO FEMININO.
Ligeira exposição de suas finalidades e resumo do programma cumprido e a cumprir. Bahia: Oficinas Graphics d' "A Luva", [s.d.].

FEDERAÇÃO BAHIANA PELO PROGRESSO FEMININO. **Livro de atas das reuniões ordinárias, extraordinárias e solenes da FBPF**. Bahia, 1931-1948.

FRÓES, Prager. As mulheres na política: deve-se-lhes facultar o acesso às profissões liberais? **A Tarde**, Salvador, 4 jan. 1917.

GOTTSCHALL, Carlota de Sousa; SANTANA, Mariely Cabral de (Org.). **Centro da Cultura de Salvador**. Salvador: EDUFBA; SEI, 2006. p. 17-18.

GRAHAM, Maria. **Diário de uma viagem ao Brasil**. Tradução de Américo Jacobina Lacombe. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1956.

LANDES, Ruth. **A cidade das mulheres**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002. 360 p.

LE CORBUSIER. **A Carta de Atenas**. Tradução de Rebeca Scherer. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1993. (Estudos Urbanos).

LIMA, Rosy de M. Pinheiro. Os direitos da mãe em face do código civil. **Revista Forense**, v. 35, n. 73, p. 50-66, jan./mar. 1938.

MEMORIAL DE MEDICINA BRASILEIRA. Livro de Registro de Diplomas 1890-1897, v. 5, fl. 123.

PEREIRA, Ana Cristina. Imagens de uma sacerdotisa. **Correio da Bahia**, Salvador, 16 maio 2004. p. 12.

PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR. Plano de Desenvolvimento Urbano - PLANDURB. **EPUCS**: uma experiência de planejamento urbano. Salvador, 1976. 182 p.

RODRIGUES, Amelia. **Ação social e feminina**. Nictheroy: Escolas Profissionais Salesianas, 1923.

SANTOS, Milton. **O centro da Cidade do Salvador**. Salvador: Publicações da Universidade da Bahia, 1959. 196 p.

SEMANA DO URBANISMO, 1. **Conferências. Semana do Urbanismo**. 27 out. 1935, Salvador. Salvador: Ed. Graphica da Bahia, 1937. 178 p.

SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e. **Memórias históricas e política da Província da Bahia**. Bahia: Typ. do Correio Mercantil, 1836. t. IV. 251 p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=WZAPAQAIAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 27 fev. 2013.

TEIXEIRA, Cydelmo (Coord.). **Salvador**: história visual. Salvador: Correio da Bahia, 2001. v. 5, p. 18.

TOSTA, Lili. O voto municipal feminino. **Diário da Bahia**, Salvador, 28 maio 1931, p. 2.

VIANNA, Hildegardes. A rua Chile. **A Tarde**, Salvador, 18 set. 1989a.

VIANNA, Hildegardes. A visita dos chilenos. **A Tarde**, Salvador, 25 set. 1989b.

VIANNA, Hildegardes. **Antigamente era assim**. Rio de Janeiro: Record; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1994. 285 p.

VIANNA, Hildegardes. O aniversário da rua Chile. **A Tarde**, Salvador, 13 jul. 1992.

VILHENA, Luís Santos. **A Bahia no século XVIII**. Salvador: Itapuã, 1969a. v. 1. (Coleção Baiana).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Amélia F. de. **Feminismo na Bahia (1930-1950)**. 1986. 188 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1986.

ALVES, Aristides (Org.). **A fotografia na Bahia (1839-2006)**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo; Funcultura; Asa Foto, 2006. 192 p.

ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980.

ALVES, Ivia. **Amélia Rodrigues: itinerários percorridos**. Salvador: Núcleo de Incentivo Cultural de Santo Amaro - NICSa; Bureau, 1998.

AMADO, Jorge Omar. **Os mapas e a construção de diferenças na cidade: institucionaliza-se um discurso segregador?** ArchDaily, 17 nov. 2012. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/80872>>. Acesso em: 18 nov. 2012.

ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 192 p.

ARAUJO, Anete Regis Castro de. **Espaço privado moderno e relações sociais de gênero em Salvador: 1930–1949**. 2004. 326 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

AUGEL, Moema Parente. **Visitantes estrangeiros na Bahia oitocentista**. São Paulo: Cultrix; Brasília, DF: INL, 1980.

ÁVILA, Maria Betânia. Feminismo, cidadania e transformação social. In: ÁVILA, Maria Betânia (Org.). **Textos e imagens do feminismo: mulheres construindo a igualdade**. Recife: SOS Corpo, Gênero e Cidadania, 2001. p. 15-61.

BELLINI, Ligia. **A coisa obscura: mulher, sodomia e inquisição no Brasil colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1989. 101 p.

BENEVOLO, Leonardo. **As origens da urbanística moderna**. Lisboa: Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1981. 168 p.

BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940**. São Paulo: Edusp, 1999.

BISPO, Silvana Santos. **Feminismos em debate: reflexões sobre a organização do movimento de mulheres negras em Salvador (1978-1997)**. 2011. 198 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

BORGES, Maria Eliza Linhares. **História & fotografia**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 132 p.

BRESCIANNI, Maria Stella. As sete portas da cidade. **Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, São Paulo, n. 34, p. 10-18, 1991.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 191 p.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. Bauru, SP: EDUSC, 2004. 264 p.

BURKE, Peter. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 318 p.

CALIÓ, Sônia Alves. **Relações de gênero na cidade**: uma contribuição do pensamento feminista à geografia urbana. 1991. 177 f. Tese (Doutorado em Geografia Urbana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

CHOAY, Françoise. Destinos da cidade europeia: séculos XIX e XX. **RUA - Revista de Urbanismo e Arquitetura**, v. 4, n. 1, p. 8-21, 1996. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/view/3110/2227>>. Acesso em: 26 abr. 2011.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo**: utopias e realidades, uma antologia. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007. 350 p.

CORRÊA, Mariza. Esboços no espelho. Prefácio. In: LANDES, Ruth. **A cidade das mulheres**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002. p. 9-22.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **As donas no poder**: mulher e política na Bahia. Salvador: NEIM, UFBA; Assembléia Legislativa da Bahia, 1998. 248 p. (Coleção Baianas, v. 2).

COSTA, Ana Alice Alcântara. Lili Tosta e os fundamentos do feminismo baiano. In: SILVA, Maria Dulce; NERY, Inez S. (Org.). **Cenários e personagens plurais**: estudo de Gênero do 9º Encontro da REDOR. Teresina: REDOR, NEPEM, UFPI, 2002. p. 280-281.

COSTA, Eduardo Augusto Galvão. **Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador (EPUCS)**: a modernização da estrutura urbana. 2009. 261 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan./jun. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2010.

CZYTAJLO, Natalia. Desafíos de la incorporación de la perspectiva de género en el urbanismo. **La Aljaba**, Luján, v. 11, p. 273-276, ene./dic. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1669-57042007000100018&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 26 abr. 2011.

DANTAS, Maria Tereza do Menino Jesus da Costa Pinto. **História das Ursulinas no Brasil**: o Convento de Nossa Senhora das Mercês. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico da Universidade Santa Úrsula, 1982.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

DURÁN, María-Ángeles. **La ciudad compartida**: conocimiento, afecto y uso. Santiago de Chile: SUR, 2008. 205 p.

EISENSTEIN, Zillah R. Hacia el desarrollo de una teoría de patriarcado capitalista y el feminismo socialista. In: EISENSTEIN, Zillah R. (Org.). **Patriarcado capitalista y feminismo socialista**. México DF: Siglo Veintiuno, 1980. p. 15-47.

ENGELS, Friedrich. As grandes cidades. In: ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Lisboa: Presença, 1975. p. 35-108.

FAINSTEIN, Susan S.; SERVON, Lisa J. (Ed.). **Gender and planning**: a reader. New Brunswick: Rutgers The State University of New Jersey, 2005. 314 p.

FALÚ, Ana; RAINERO, Liliana (Org.). **Ciudad y vida cotidiana**: asimetrías en el uso del tiempo y del espacio. Argentina: Ana Falú, Patricia Morey y Liliana Rainero, 2002. 190 p.

FALÚ, Ana; RAINERO, Liliana (Ed.). **Habitat urbano y políticas públicas**: una perspectiva de género. Córdoba: CISCESA; Red Mujer y Hábitat de América Latina, 1995. 167 p.

FARGANIS, Sandra. O feminismo e a reconstrução da ciência social. In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. (Org.). **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997. p. 224-240.

FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. Idealizações urbanas e a construção da Salvador moderna: 1850-1920. In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (Org.). **Cidade & história: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX**. Salvador: UFBA; ANPUR, 1992. p. 53-68.

FERNANDES, Ana; SAMPAIO, Antônio Heliodório Lima; GOMES, Marco Aurélio A. F. A constituição do urbanismo moderno na Bahia, 1900-1950: construção institucional, formação profissional e realizações. In: LEME, Maria Cristina da Silva (Org.). **Urbanismo no Brasil 1895-1965**. 2. ed. Salvador: Edufba, 2005. p. 167-182.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. **Quem pariu e bateu, que balance!:** mundos femininos, maternidade e pobreza: Salvador, 1890-1940. Salvador: CEB, 2003.

FRASER, Nancy. Repensar el ámbito público: una contribución a la crítica de la democracia realmente existente. **Debate Feminista**, México DF, v. 4, n. 7, p. 23-58, mar. 1993.

FRIEDAN, Betty. **Mística feminina**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1971. 325 p.

FRY, Peter. Apresentação. In: LANDES, Ruth. **A cidade das mulheres**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002. 360 p.

GARCIA, Antônia dos Santos. **Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais**: Salvador, cidade D'Oxum e Rio de Janeiro, cidade de Ogum. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 543 p.

GOITIA, Fernando Chueca. **Breve história do urbanismo**. Lisboa: Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1982. 231 p.

GUIMARÃES, Antônio S. A. Como trabalhar com “raça” em sociologia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 93-107, jan./jun. 2003.

HAHNER, June E. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <<http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/31102009-083336haraway.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2013.

HARDING, Sandra. Del problema de la mujer en la ciencia al problema de la ciencia en el feminismo. In: HARDING, Sandra. **Ciencia y feminismo**. Madrid: Morata, 1996a. p. 15-27.

HARDING, Sandra. El género y la ciencia: dos conceptos problemáticos. In: HARDING, Sandra. **Ciencia y feminismo**. Madrid: Morata, 1996b. p. 28-51.

HARDING, Sandra. Rethinking standpoint epistemology: what is strong objectivity? In: KELLER, Evelyn Fox; LONGINO, Helen E. (Ed.). **Feminism & science**. Oxford: Oxford University Press, 1996c. p. 235-248.

HARSTOCK, Nancy. The feminist standpoint: developing the ground for a specifically feminist historical materialism. In: HARDING, Sandra. (Ed.). **Feminism & methodology**. Bloomington: Open University Press, 1987. p. 157-180.

HAYDEN, Dolores. **The grand domestic revolution: a history of feminist design for American homes, neighborhoods and cities**. Cambridge: MIT Press, 1981. 367 p.

HAYDEN, Dolores. What would a non-sexist city be like?: speculation on housing, urban design, and human work. In: STIMPSON, Catharine R. et al. **Women and the american city**. Chicago; Londres: The University of Chicago Press, 1980. p. 167-184.

HEROLD, Marc W. Entre o açúcar e o petróleo: Bahia e Salvador, 1920-1960. Tradução Cecília T. Teradaira-Williamson. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 42, nov. 2001.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 317 p.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 510 p.

KOSSOY, Boris. **A fotografia como fonte histórica**: introdução à pesquisa e interpretação das imagens do passado. São Paulo: Museu da Indústria, Comércio e Tecnologia de São Paulo, Secretaria da Ind., Com., Ciência e Tecnologia, 1980. 51 p.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & história**. 2. ed. rev. São Paulo: Ateliê, 2001. 167 p.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. 3. ed. São Paulo: Ateliê, 2002. 149 p.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008. 144 p.

LEITE, Márcia Maria da Silva. **Educação, cultura e lazer das mulheres de elite em Salvador, 1890-1930**. 1997. 188 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997.

LEITE, Márcia Maria da Silva. **Entre a tinta e o papel**: memórias de leituras e escritas femininas na Bahia (1870-1920). Salvador: Quarteto, 2005. 336 p.

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. **E a Bahia civiliza-se...:** ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana: Salvador, 1912-1916. 1996. 161 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

LIMA, Marta Maria Leone. **Ingresso das mulheres no magistério da Bahia:** o resgate de uma história. 2006. 181 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

MACEDO FILHO, Renato. **Onde mora a cidadania?:** visibilizando a participação das mulheres no movimento sem teto – Salvador/BA. 2010. 238 f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

MACKENZIE, Suzanne. Women in the city. In: PEET, Richard; THRIFT, Nigel (Ed.). **New models in geography**. London: Unwin Hyman, 1989. p. 109-126.

MARTINS, Sérgio. O urbanismo: esse (des)conhecido saber político. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 3, p. 39-59, out. 2000.

MASSOLO, Alejandra (Org.). **Mujeres y ciudades:** participación social, vivienda y vida cotidiana. México DF: Programa Interdisciplinar de Estudios de La Mujer - PIEM, Colégio de México, 1992. 297p.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia:** a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Salvador: A cidade no século XIX. In: MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia, século XIX**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. cap. 24.

MCDOWELL, Linda. **Género, identidad y lugar**: un estudio de las geografías feministas. Madrid: Cátedra; Universitat de València; Instituto de la Mujer, 2000.

MELLO, Márcia Maria Couto. Salvador multimagética: a imagem do bairro do Comércio construída através dos cartões-postais (1890-1950). **Cadernos PPG-AU/UFBA**, v. 4, n. 1, 2007. p. 37-58. Disponível em <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/ppgau/article/viewFile/1420/950>>. Acesso em: 22 ago. 2012.

MOUFFE, Chantal. Feminismo, cidadania e política democrática radical. **Debate feminista**. São Paulo: Melhoramentos, 1999. p. 29-47. (Edição Especial, Cidadania e Feminismo).

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. 812 p.

NASCIMENTO, Ana Amélia Vieira. **Dez freguesias da cidade do Salvador**: aspectos sociais e urbanos do século XIX. Salvador: Edufba, 2007. 372p.

NICHOLSON, Linda L. **Hacia un método**. México DF: Instituto Mora; UAM, 1992.

NUNES NETO, Francisco Antônio. **A condição social das lavadeiras em Salvador (1930-1939)**. 2005. 126 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

NYE, Andréa. *Liberté, égalité et fraternité*: liberalismo e direitos das mulheres no século XIX. In: NYE, Andréa. **Teorias feministas e as filosofias do homem**. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1995. cap. 2, p. 18-47.

OLIVEIRA, Francisco de. Entre a terra e o céu: mensurando a utopia? In: SEMINÁRIO CIDADANIA, POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL, 1998, Petrópolis. **Anais...** Petrópolis, RJ: Finep-Novib,

1998. p. 9-11. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/indicadores/sistema_br/novib_gt01.pdf>. Acesso em: 1 maio 2011.

PALMA, Joelma Araújo Silva da. Idealizações modernas na cidade de Salvador 1935-1960. **Cadernos PPG-AU/UFBA**, v. 7, n. 1, p. 73-85, 2008. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/ppgau/article/viewFile/3558/2622>>. Acesso em: 1 maio 2011.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. De como se obter mão-de-obra indígena na Bahia entre os séculos XVI e XVIII. **Revista de História**, São Paulo, n. 129-131, p. 179-208, ago./dez. 1993-ago./dez. 1994. Disponível em: <<http://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/129-131/14.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2012.

PASSOS, Elizete Silva. **A educação das virgens**: um estudo do cotidiano do Colégio Nossa Senhora das Mercês. Rio de Janeiro: Universitária Santa Úrsula, 1995. 304 p.

PASSOS, Elizete Silva. **Mulheres moralmente fortes**. Salvador: Gráfica Santa Helena, 1993. 148 p.

PASSOS, Elizete Silva. **O feminismo de Henriqueta Martins Catharino**. Salvador: Gráfica Santa Helena, 1992. 76 p.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. 347 p.

PERNAS, Begoña. Reinventando el espacio. **Boletín CF+S**, Madrid, n. 7, jul. 1998. Disponível em: <<http://habitat.aq.upm.es/boletin/n7/abper.html>>. Acesso em: 1 maio 2011.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: Edusc, 2005. 520 p.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007. 191 p.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: Ed. Unesp, 1998. 160 p.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros: parte II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 9-18, ago./set. 1989.

PESAVENTO, Sandra J. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 279-290, jul./dez. 1995.

PIERSON, Donald. **Branços e pretos na Bahia**: estudo de contato racial. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1971.

PIMENTEL, Sílvia. **A mulher e a constituinte**. São Paulo: Cortez, 1985.

PINHEIRO, Eloísa Petti. **Europa, França e Bahia**: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador). Salvador: Edufba, 2002. 342 p.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, p. 263-274, jul./dez. 2008.

PROGRAMA URB-AL. Red n. 12. **Promoción de las mujeres en las instancias de decisión locales (Barcelona)**: buenas prácticas de ciudadanía activa de las mujeres. Barcelona, abr. 2006. Disponível em: <<http://www.diba.es/urbal12/PDFS/BUENAS%20PRACTICAS.pdf>>. Acesso em: 1 maio 2011.

RAGO, Elisabeth Juliska. **Outras falas**: feminismo e medicina na Bahia (1836-1931). São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007. 274 p.

RAINERO, Liliana. **El acceso a la vivienda y la ciudad: un derecho ciudadano pendiente: algunos aportes para la reflexión.** In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL PRODUCCIÓN SOCIAL DEL HÁBITAT Y NEOLIBERALISMO. El capital de la gente versus la miseria del capital. Montevideu, 2002. Documentos CISCESA. Disponível em: <<http://www.redmujer.org.ar/articulos.html>>. Acesso em: 18 nov. 2007.

REIS, Adriana Dantas. **Cora: lições de comportamento feminino na Bahia do século XIX.** Salvador: FCJA; Centro de Estudos Baianos da UFBA, 2000. 262 p.

RISÉRIO, Antônio. **Uma história da Cidade da Bahia.** 2. ed. Rio de Janeiro: Versal, 2004.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo.** 3. ed. São Paulo: Studio Nobel; Fapesb, 1997. 242 p.

ROLNIK, Raquel. História urbana: história na cidade? In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (Org.). **Cidade & história: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX.** Salvador: UFBA; ANPUR, 1992. p. 27-29.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Perseu Abramo, 2004. 151 p.

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). **Uma questão de gênero.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.

SAMPAIO, Antônio Heliodório Lima. **Formas urbanas: cidade real & cidade ideal: contribuição ao estudo urbanístico de Salvador.** Salvador: Quarteto, 1999. 432 p.

SAMPAIO, Antônio Heliodório Lima. Ordenar e desordem urbana: ou notas de um discurso vazio. **RUA - Revista de Urbanismo e Arquitetura**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 11-30, 1988.

SAMPAIO, Consuelo Novais. **50 anos de urbanização**: Salvador da Bahia no século XIX. Rio de Janeiro: Versal, 2005.

SAMPAIO, Maria Guimarães. Da photographia à fotografia (1839-1949). In: ALVES, Aristides (Org.). **A fotografia na Bahia (1839-2006)**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo; Funcultura; Asa Foto, 2006. p. 13-81.

SAMPAIO, Teodoro. A cidade do Salvador: sua fundação na baía de Todos os Santos. In: AB'SÁBER, Aziz Nacib et al. **Cidade do Salvador**: aspectos geográficos, históricos, sociais e antropológicos. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1960. p. 15-28.

SÁNCHEZ DE MADARIAGA, Inés. **Urbanismo con perspectiva de género**. Sevilla: Instituto Andaluz de la Mujer; Junta de Andalucía; Fondo Social Europeo, 2004. Disponível em: <<http://www.juntadeandalucia.es/iam/catalogo/doc/iam/2004/18542.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2007.

SANDERCOCK, Leonie; FORSYTH, Ann. **Gender**: a new agenda for planning theory. Berkeley: University of Califórnia at Berkeley, 1990. 51 p. (Working Paper, 521).

SANDERCOCK, Leonie; FORSYTH, Ann. Gender: new directions for planning theory. In: FAINSTEIN, Susan S.; SERVON, Lisa J. (Ed.). **Gender and planning**: a reader. New Brunswick: Rutgers The State University of New Jersey, 2005. p. 67-85.

SANTOS, Mário Augusto da Silva. Crescimento urbano e habitação em Salvador (1890-1940). **RUA - Revista de Arquitetura e Urbanismo**, n. 4/5, p. 20-29, jun/dez. 1990. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/view/3103/2221>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1987. 176 p.

SARDENBERG, Cecília M. B. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? In: COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecília M. B. **Feminismo, ciência e tecnologia**. Salvador: NEIM, UFBA; REDOR, 2002. p. 89-120. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/6875/1/Vers%C3%A3o%20Final%20Da%20Cr%C3%ADtica%20Feminista.pdf>>. Acesso em: 1 maio 2011.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SCOTT, Joan Wallach. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Ed. Unesp, 1992. p. 63-95.

SCOTT, Joan Wallach. Igualdade *versus* diferença: os usos da teoria pós-estruturalista. . In: LAMAS, Marta (Org.). **Debate feminista**. São Paulo: Melhoramentos, 1999. p. 203-222. (Edição Especial, Cidadania e Feminismo).

SCOTT, Joan Wallach. Millennial fantasies: the future of “gender” in the 21st Century. In: HONEGGER, Claudia; ANI, Caroline (Hg.). **Gender**: die tuchken einer kategorie. Zurich: Chronos, 2001. p. 19-37. Disponível em: <<http://www.gender.univer.kharkov.ua/RUSSIAN/text.html>>. Acesso em: 12 jun. 2010.

SCOTT, Joan Wallach. Prefácio a Gender and politics of history. **Cadernos Pagu**, n. 3, p. 11-27, 1994.

SEI. SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **CAS - Centro Antigo de Salvador [livro eletrônico]**: território de referência. Salvador, 2013. 77 p.

SILVA, Isadora Eckardt da. **O viés político e histórico de Maria Graham em Diário de uma Viagem ao Brasil**. 2009. 161 f.

Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

SILVA, Sergio. Thompson, Marx, os marxistas e os outros. In: NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Sergio (Org.). **E. P. Thompson: as peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2001.

SMITH, Dorothy E. Women's perspective as a radical critique of Sociology. In: HARDING, Sandra (Ed.). **Feminism & methodology**. Bloomington: Open University Press, 1987. p. 84-96.

SOARES, Cecília C. Moreira. **Mulher negra na Bahia no Século XIX**. Salvador: EDUNEB, 2006. 134 p.

SOEIRO, Susan A. Las órdenes femeninas en Bahía, Brasil, durante la colonia: implicaciones económicas, sociales y demográficas 1677-1800. In: LAVRIN, Asunción. (Comp.). **Las mujeres latinoamericanas: perspectivas históricas**. México DF: Fondo de Cultura Económica, 1985. p. 202-228.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000200015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 6 out. 2011.

SPAIN, Daphne. **Gendered spaces**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1992. 294 p.

SWAIN. Os limites discursivos da história: imposição de sentidos. **Labrys: estudos feministas, études féministes**, Brasília, Montreal, Paris, n. 9, jan./jul. 2006. Disponível em: <<http://www.tanianavarrowswain.com.br/brasil/limites%20discursivos.htm>>. Acesso em: 3 dez. 2010.

TABAK, Fanny; VERUCCI, Florisa. **A difícil igualdade**: os direitos da mulher como direitos humanos. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. 11. ed. São Paulo: Ed. Unesp; Salvador: Edufba, 2008. 546 p.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Tradução de Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 1.

VAINFAS, Ronaldo. Caminhos e descaminhos da História. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 441-449.

VALORIA, Isabel Velázquez. El tiempo de las cerezas: reflexiones sobre la ciudad desde el feminismo. **Cuadernos de Investigación Urbanística**, Madrid, n. 42, jul. 2000.

VIANNA, Marisa. “...vou pra Bahia”: cidade do Salvador em cartões-postais (1898-1930). Salvador: Bigraf, 2004.

VIEIRA, Claudia Andrade. **História das mulheres, feminismo e política na Bahia**. Salvador: Fundação Pedro Calmon; Kalango, 2015. 156 p. (Coleção Bahia Plural).

VIEIRA, Claudia Andrade. **Imagens reveladas, diferenças veladas relações de gênero na dinâmica do espaço público na cidade do Salvador, Bahia**. 2013. 282 f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/23891>>.

VIEIRA, Claudia Andrade. **Mulheres de elite em movimento por direitos políticos**: o caso de Edith Mendes da Gama e Abreu. 2002. 182 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2002.

WALBY, Sylvia. Pós-modernismo?: teorización de la complejidad social. In: BARRET, Michèle; PHILLIPS, Anne (Comp.).

Desestabilizar la teoria: debates feministas contemporâneos. México DF: Paidós Iberica, 2002. p. 45-66.

WOOLF, Virginia. **Mrs. Dalloway**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006. 184 p.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. 151 p.

YOUNG, Íris Marion. Vida política y diferencia de grupos: una crítica del ideal de ciudadanía universal. In: CASTELLS, Carmem (Org.). **Perspectivas feministas en teoria política**. Barcelona: Berberg, 1996. p. 99-126.

Formato: 150 x 210 mm
Fontes: Myriad Pro, 20 e Minion Pro, 11
Miolo: Offset, 90 g/m²
Capa: papel Supremo, 300 g/m²
Impressão: novembro 2017
Gráfica CIAN

Informações contidas nas orelhas

Por seu desenho, por sua beleza, a cidade tem a peculiaridade de envolver e seduzir, mas o acesso, o uso e a fruição do espaço público não são iguais para todas as pessoas. Quais as fronteiras, limites e possibilidades das mulheres na relação com o espaço público, no que se refere ao desempenho das atividades profissionais e de trabalho? Analisar as assimetrias de gênero no acesso, uso e usufruto do espaço público, cujo recorte espacial é o Centro Antigo da Cidade do Salvador, Bahia, das primeiras décadas do século XX, é o principal desafio desta obra. A análise pressupõe que o espaço público não é neutro, sobretudo se avaliado na perspectiva das relações de gênero, classe e raça. Pensar na cidade como espaço demarcado pelo gênero é reconhecer que as transformações nas relações de gênero devem ser consideradas como parâmetro fundamental nas mudanças ocorridas no espaço.

Claudia Andrade Vieira

Professora Adjunta do Departamento de Educação, Campus I, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Extensão (NUPE). Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Cultura e Cidade (NECC) e do Diadorim - Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade, da UNEB. É membro do GT Gênero da ANPUH Nacional e Coordenadora do GT de Gênero da ANPUH Regional Bahia. Doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo - PPGNEIM/UFBA (2013) e Mestre em História Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP (2002). As pesquisas e publicações giram em torno dos estudos de gênero, feminismos e história das mulheres, particularmente na sua relação com a história da Bahia, cultura urbana, cidade, ensino de história, educação e sexualidades. Autora do livro História das Mulheres, Feminismo e Política na Bahia (2015).

Esta obra é fruto da pesquisa de doutorado, na qual problematiza o lugar das mulheres no espaço público da cidade em uma perspectiva multidisciplinar. Quais as fronteiras, limites e possibilidades das mulheres na relação com o espaço público? Quais os lugares possíveis para o desempenho das atividades profissionais, nas primeiras décadas do século XX? Ao recuperar o passado para compreender melhor os problemas vivenciados por mulheres na sua relação com a cidade no presente, pretende-se contribuir para a construção de uma cidade mais democrática, o que implica torná-las sujeitos, voz ativa na produção do espaço urbano.



<http://eduneb.uneb.br>



9 788578 873219

